



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Luiz Maurício de Abreu Arruda

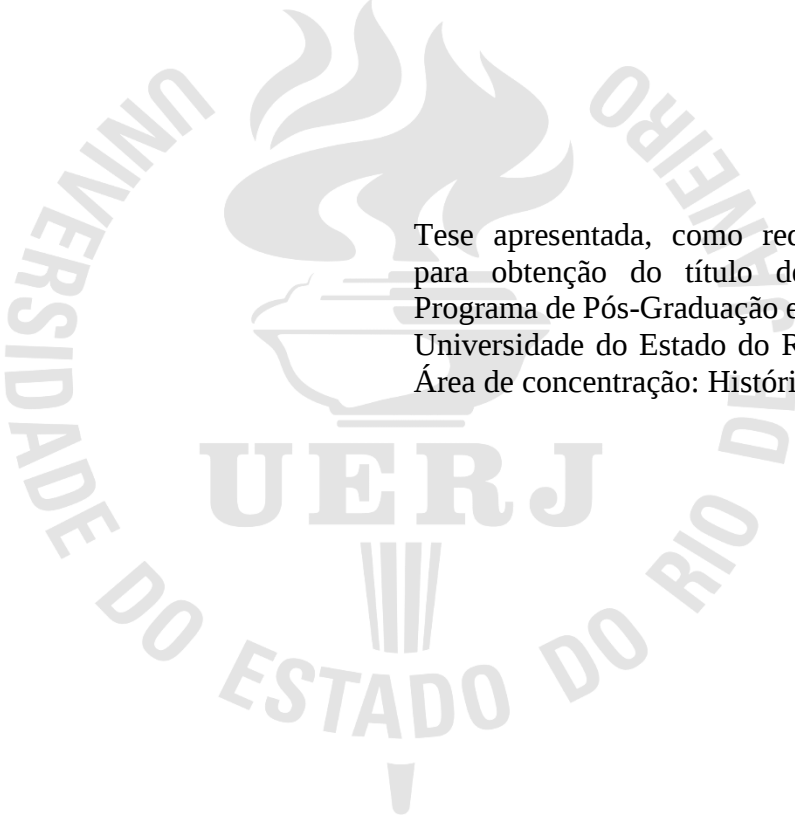
***‘Caridade? Não! Solidariedade’*: Alice Tibiriçá e a Sociedade de  
Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra (1925-1935)**

Rio de Janeiro

2021

Luiz Maurício de Abreu Arruda

**“Caridade? Não! Solidariedade”: Alice Tibiriçá e a Sociedade de Assistência aos  
Lazaros e Defesa contra a Lepra (1925-1935)**



Tese apresentada, como requisito parcial  
para obtenção do título de Doutor, ao  
Programa de Pós-Graduação em História, da  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Vieira de Campos

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

A779 Arruda, Luiz Maurício de Abreu.  
“*Caridade? Não! Solidariedade*”: Alice Tibiriçá e a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra (1925-1935) / Luiz Maurício de Abreu Arruda. – 2021.  
203 f.

Orientador: André Luiz Vieira de Campos.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Hanseníase – Brasil – História – Teses. 2. Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra – Teses. 3. Assistência social – Teses. I. Campos, André Luiz Vieira de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 616-002.73(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Luiz Maurício de Abreu Arruda

**“*Caridade? Não! Solidariedade*”: Alice Tibiriçá e a Sociedade de Assistência aos  
Lazaros e Defesa contra a Lepra (1925-1935)**

Tese apresentada, como requisito parcial  
para obtenção do título de Doutor, ao  
Programa de Pós-Graduação em História, da  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Área de concentração: História Política.

Aprovada em 06 de outubro de 2021.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. André Luiz Vieira de Campos (Orientador)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof. Dra. Marcia de Almeida Gonçalves  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Pinto de Pinto  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof. Dra. Laurinda Rosa Maciel  
Fundação Oswaldo Cruz

---

Prof. Dra. Keila Auxiliadora Carvalho  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Rio de Janeiro

2021

## DEDICATÓRIA

Meu profundo sentimento  
às vítimas da *Covid-19* no Brasil.

## AGRADECIMENTOS

Aristóteles disse que a máxima expressão da virtude e (em consequência) a vida verdadeiramente feliz devia ser encontrada no cultivo da verdadeira amizade. Fui abençoado com um grupo de amigos que são fundamentais em minha vida.

Como está sendo desafiador esse período que estamos passando. Tudo muito impressionante. Porém, mesmo diante de tantos desafios... Venci!

O desejo de compreender a felicidade, de controlá-la, é um interesse comum de nossa cultura, quando refletimos sobre a vida, o amor, o trabalho, a política e a diversão. É o princípio que ordena, ou o fim de nossos projetos humanos.

“O que é felicidade?”, perguntou Nietzsche. “A sensação de aumento de poder – de superação da resistência”. Considero uma boa definição para esse momento, diante da superação de não ter ficado pelo caminho.

Não foram poucos os incentivos que recebi nesta caminhada.

A conclusão desse percurso representou intimamente um aprendizado que vai além do horizonte acadêmico.

Dedico este trabalho a toda minha família, em especial aos meus pais, minhas filhas (Jenyffer, Laysa e Lavínia) e principalmente a minha esposa, Wanessa, que deixou um agradecimento especial e emocionado pelo carinho e sensibilidade que teve em me apoiar e por sua benevolência aos meus transtornos de humor. Sua cumplicidade demonstra a verdadeira relação de companheirismo e amor.

Aos amigos da Casa Espírita Nair Cruz, principalmente a André Cantareli pelas palavras constantes de incentivo e de profunda amizade.

Deixo um abraço a Eduardo Gomes, Juarez Júnior, Valter Carvalho e a todos os amigos e amigas do período de Graduação na UERJ.

Um abraço a toda equipe do Polo Regional UAB/Cederj de Rio Bonito.

A todos(as) professores(as) do Departamento de História da UERJ, minha gratidão.

Agradeço as professoras Laurinda Rosa Maciel e Marcia de Almeida Gonçalves que participaram da banca de qualificação desta tese, me fornecendo sugestões e críticas, além da professora Keila Auxiliadora Carvalho e do professor Carlos Eduardo Pinto de Pinto por terem aceitado o convite para participação da defesa final, com a certeza de que igualmente muito contribuirão.

Falando ainda sobre Laurinda Rosa Maciel.... que tive o imenso prazer de conhecer na Casa de Oswaldo Cruz em 2011 e logo se tornou uma amiga pessoal. Querida Laurinda, você é a real demonstração de que amigos são como pérolas de valor inestimável, que nos fazem brilhar nos momentos em que mais precisamos de incentivo e afeto. Sem seu companheirismo e atenção às vezes fornecidas em nossos almoços na COC, além das várias conversas por telefone e troca de e-mails fizeram com que esta tese se tornasse realidade.

A Maria Suellen Timoteo Correa, que sempre muito solícita, me ajudou em algumas traduções.

A UERJ em que fui acolhido desde a graduação, porque sem ela não poderia ter realizado esta conquista.

Devo agradecimentos especiais ao professor André Luiz Vieira de Campos, que sempre se colocou como um orientador dotado de sensibilidade, prestando aconselhamento sábio como um bom amigo, que mesmo em todas as dificuldades pessoais que enfrentei ao longo deste percurso, demonstrou paciência e jamais deixou de acreditar em mim. Muito obrigado por tudo!

“para deixar ao menos uma lembrança da injustiça e  
da violência que lhe tinham sido feitas e para dizer  
simplesmente o que se aprende no meio dos flagelos:  
há nos homens mais coisas a admirar  
do que coisas a desprezar”

*A Peste - Albert Camus*

## RESUMO

ARRUDA, Luiz Maurício de Abreu. *‘Caridade? Não! Solidariedade’*: Alice Tibiriçá e a Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra (1925-1935). 2021. 203 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esta tese analisa o movimento filantrópico aos doentes de lepra e seus familiares, efetuado pela Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra de São Paulo. Esta Sociedade foi criada em 1926, por iniciativa de Alice de Toledo Ribas Tibiriçá, liderança que congregou o campo das realizações de benemerência impulsionadas por mulheres naquela cidade, e teve papel precursor na elaboração de um modelo assistencial e ações de combate à doença no Brasil. A Sociedade de Defesa Contra a Lepra tornou-se modelo de organização neste campo e atuou como *lócus* irradiador de diversas iniciativas, colocando em circulação pessoas, ideias e ações, que levaram à fundação de diversas instituições congêneres em várias regiões do país. Estas ações tinham historicidade e estavam definidas pelos conhecimentos médicos/científicos disponíveis sobre a lepra no Brasil e no mundo, que propunham, entre outras medidas, o isolamento em leprosários como principal método para a “proteção” não apenas do doente, mas da sociedade brasileira. Assim a ação filantrópica daquelas “damas da sociedade” estava também orientada por um ideal de construção de uma nação “sadia”, “civilizada” e “próspera”. Os marcos cronológicos desta investigação são: 1925 – quando se iniciaram as ações de Alice Tibiriçá no combate àquela enfermidade – e 1935, quando ocorreu sua renúncia ao cargo de vice-presidente da Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaro e Defesa Contra a Lepra. Na análise, esmiucei o papel da Sociedade e sua liderança, procurando entender as articulações políticas e o lugar social que permitiram à Alice Tibiriçá desempenhar aquelas atividades. O pano de fundo histórico contextualiza a ação da Sociedade, bem como os conflitos que levaram à saída de Alice Tibiriçá da função que ocupava na Federação. A saída de Alice abriu a possibilidade para o protagonismo de outras mulheres, especialmente de Eunice Weaver, que estabeleceu relações próximas com o poder público, numa direção oposta àquela tomada por Alice Tibiriçá.

Palavras-chave: Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra. Assistência. Filantropia. Mulheres.

## ABSTRACT

ARRUDA, Luiz Maurício de Abreu. *'Charity? No! Solidarity'*: Alice Tibiriçá and the Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra (1925-1935). 2021. 203 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This thesis analyzes the philanthropic movement towards leprosy patients and their families, carried out by the Society for the Assistance to Lepers and Defense Against Leprosy of São Paulo. The Society was created in 1926 by Alice de Toledo Ribas Tibiriçá, a leader who brought together the charitable achievements field promoted by women in that city, and had a pioneering role in the development of a welfare model and actions to combat the disease in Brazil. The Society Against Leprosy became an organization model in this field and acted as a locus for dissemination of various initiatives, bringing people, ideas and actions into circulation, which led to the foundation of several similar institutions in different regions of the country. These actions had historicity and were defined by the medical/scientific knowledge available on leprosy in Brazil and worldwide, which proposed, among other measures, isolation in leper colonies as the main method for "protection" not only to the patient, but to Brazilian society. Thus, the philanthropic action of those "society ladies" was also guided by an ideal of building a "healthy", "civilized" and "prosperous" nation.

The chronological landmarks of this investigation are: 1925 – when Tibiriçá's actions to combat the disease began – and 1935, when she resigned from the position of vice-president of the Federation of Societies for the Assistance to Lepers and Defense Against Leprosy. In this analysis, the role of the Society and its leadership are scrutinized, in intend to understand the political articulations and the social place that allowed Alice Tibiriçá to accomplish those activities. The historical background contextualizes the Society's action, as well as the conflicts that led to Tibiriçá's departure from the role she occupied in the Federation. Alice's departure opened up the possibility for the protagonism of other women, especially Eunice Weaver, who established close relationships with the government, in the opposite direction taken by Alice Tibiriçá.

Keywords: Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a lepra. Philanthropy. Care. Women

## RÉSUMÉ

ARRUDA, Luiz Maurício de Abreu. *'Charité? Non! Solidarité'*: Alice Tibiriçá et la Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra (1925-1935). 2021. 212 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Cette thèse analyse le mouvement philanthropique en relation avec les malades de la lèpre et leurs familles, dirigé par la Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra, de São Paulo. Cette Société a été créée en 1926 à l'initiative d'Alice de Toledo Ribas Tibiriçá, une dirigeante qui a regroupé le domaine des actions caritatives promues par les femmes à São Paulo, et un rôle pionnier dans le développement d'un modèle de soins et d'actions pour lutter contre la lèpre au Brésil. La Sociedade de Defesa contra a Lepra est devenue un modèle d'organisation dans ce domaine et a influencé plusieurs initiatives avec la circulation des personnes, des idées et des actions, conduisant à la fondation de plusieurs institutions similaires dans différentes régions du pays. Ces actions avaient une historicité et étaient définies par les connaissances médico-scientifiques disponibles sur la lèpre au Brésil et dans le monde, qui proposaient, entre autres mesures, l'isolement dans les colonies de lépreux comme principale méthode de "protection" non seulement contre la maladie, mais contre la société brésilienne. Ainsi, l'action philanthropique de ces « dames de la société » était également guidée par un idéal de construction d'une nation « saine », « civilisée » et « prospère ». Les étapes chronologiques de la recherche sont: 1925 - la date des actions d'Alice Tibiriçá dans la lutte contre la maladie - et 1935, la date de sa démission du poste de vice-président de la Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra. Dans l'analyse, j'ai enquêté sur le rôle de la Sociedade et de ses dirigeants, cherchant à comprendre les articulations politiques et la place sociale qui ont permis à Alice Tibiriçá de mener ses activités. Le contexte historique présente les performances de la Société, ainsi que les conflits qui ont conduit au départ d'Alice Tibiriçá du poste qu'elle occupait dans la Fédération. Son départ a ouvert la possibilité au protagonisme d'autres femmes, notamment Eunice Weaver, qui a établi une relation étroite avec le gouvernement, dans le sens inverse de celui d'Alice Tibiriçá.

Mots clés: Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra. Philanthropie. Assistance. Femmes

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                     |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Emblema da Associação Protetora dos Morfeticos.....                                      | 67  |
| Figura 2 – Quadro de Alice Tibiriçá (1929).....                                                     | 77  |
| Figura 3 – Reprodução da ata de instalação da Sociedade de Assistência aos Lazaros.....             | 85  |
| Figura 4 – Ficha de cadastramento de sócios e patronos da Sociedade de Assistência aos Lazaros..... | 97  |
| Figura 5 – Capa da 1ª Edição do Boletim da Sociedade (30/04/1929).....                              | 104 |
| Figura 6 – Capa da 8ª Edição do Boletim da Sociedade (30/11/1929).....                              | 112 |
| Figura 7 – Cartaz utilizado na Campanha da Sociedade de Assistencia do Distrito Federal (RJ).....   | 113 |
| Figura 8 – Selo usado na campanha para levantamento de fundos em 1926.....                          | 122 |
| Figura 9 – Registro do desfile da Parada da Boa Vontade.....                                        | 158 |
| Figura 10 – Fotografia da Semana da Solidariedade no Recife, 1936.....                              | 164 |
| Figura 11 – Fotografia da Conferência para a Uniformização da Campanha (1933).....                  | 172 |
| Figura 12 – Lançamento da pedra fundamental da Granja “Menino Jesus”.....                           | 181 |
| Figura 13 – Fotografia da diretoria da Sociedade de Assistencia aos Lazaros de Juiz de Fora.....    | 183 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                                             |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 – Associações, Sociedades e Asilos paulistas (1900-1920).....                                                                                      | 61  |
| Tabela 2 – Questionário biográfico das mulheres ligadas à Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra (1925-1935) .....                    | 86  |
| Tabela 3 – Questionário funcional de participação das mulheres que atuaram na Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra (1925-1935)..... | 87  |
| Tabela 4 – Demonstrativo do modelo organizacional de arrecadação .....                                                                                      | 158 |
| Tabela 5 – Vencimentos anuais dos principais cargos existentes no quadro de funcionários dos asilos-colônia paulistas (1933).....                           | 171 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|       |   |                                                          |
|-------|---|----------------------------------------------------------|
| ACM   | - | Associação Cristã de Moços                               |
| APM   | - | Associação Protetora dos Morféticos                      |
| DNSP  | - | Departamento Nacional de Saúde Pública                   |
| DPL   | - | Departamento de Profilaxia da Lepra                      |
| DNS   | - | Departamento Nacional de Saúde Pública                   |
| FMB   | - | Federação de Mulheres do Brasil                          |
| FBPF  | - | Federação Brasileira pelo Progresso Feminino             |
| FIF   | - | Federação Internacional Feminina                         |
| IEUSP | - | Instituto de Educação da Universidade de São Paulo       |
| IHSP  | - | Instituto de Higiene de São Paulo                        |
| IPL   | - | Inspetoria de Profilaxia da Lepra                        |
| IPLDV | - | Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças das Venéreas |
| LDN   | - | Liga de Defesa Nacional                                  |
| MES   | - | Ministério da Educação e Saúde                           |
| MESP  | - | Ministério da Educação e Saúde Pública                   |
| OMS   | - | Organização Mundial da Saúde                             |
| OPAS  | - | Organização Pan-Americana da Saúde                       |
| PQT   | - | Poliquimioterapia                                        |
| PRP   | - | Partido Republicano Paulista                             |
| PSD   | - | Partido Social Democrático                               |
| SNL   | - | Serviço Nacional de Lepra                                |

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                                                          |            |
|----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
|          | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                                   | <b>15</b>  |
| <b>1</b> | <b>LEPRA: NUANCES DE SUA TRAJETÓRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS<br/>BRASIL.....</b>                                                             | <b>24</b>  |
| 1.1      | A trajetória da lepra no Brasil.....                                                                                                     | 30         |
| 1.2      | As políticas de saúde pública e as ações de controle<br>lepra.....                                                                       | 36         |
| 1.3      | O desmonte do modelo isolacionista.....                                                                                                  | 31         |
| <b>2</b> | <b>ASSISTÊNCIA À SAÚDE, FILANTROPIA E AÇÃO DE MULHERES:<br/>ASSOCIAÇÕES DE ASSISTENCIA AOS LAZAROS DE SÃO PAULO<br/>(1889-1930).....</b> | <b>51</b>  |
| 2.1      | A saúde pública em São Paulo durante a Primeira República<br>(1889-1930).....                                                            | 52         |
| 2.2      | As Sociedades de proteção ao Lázaro.....                                                                                                 | 56         |
| 2.3      | O protagonismo feminino na prática assistencial da campanha<br>anti-leprótica.....                                                       | 59         |
| 2.4      | Alice Tibiriçá: Apontamentos biográficos .....                                                                                           | 72         |
| <b>3</b> | <b>MULHERES EM AÇÃO: A SOCIEDADE DE ASSISTENCIA AOS<br/>LAZAROS E DEFESA CONTRA A LEPRA .....</b>                                        | <b>79</b>  |
| 3.1      | A fundação da Sociedade de Assistência aos Lazaros e Defesa contra a<br>Lepra.....                                                       | 80         |
| 3.2      | As vantagens de um “bom nome”.....                                                                                                       | 82         |
| 3.3      | Os princípios norteadores da Sociedade de Assistencia aos Lazaros.....                                                                   | 93         |
| 3.4      | O Boletim da Sociedade .....                                                                                                             | 99         |
| 3.5      | As congêneres da Sociedade de Assistencia aos Lazaros.....                                                                               | 111        |
| 3.6      | Os eventos e campanhas.....                                                                                                              | 117        |
| 3.6.1    | <u>A "Sociedade Dançante Paulista"</u> .....                                                                                             | 121        |
| 3.7      | A rede de apoio as Sociedades.....                                                                                                       | 121        |
| <b>4</b> | <b>A FEDERAÇÃO DAS SOCIEDADES DE ASSISTENCIA AOS LAZARO<br/>DEFESA CONTRA A LEPRA (1929 – 1935).....</b>                                 | <b>129</b> |

|       |                                                                                       |     |
|-------|---------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.1   | <b>A Liga Contra a Lepra .....</b>                                                    | 129 |
| 4.2   | <b>Os ventos da Revolução de 1930.....</b>                                            | 131 |
| 4.2.1 | <u>Os novos atores.....</u>                                                           | 132 |
| 4.2.2 | <u>A passagem de Souza-Araújo pela IPL de São Paulo.....</u>                          | 136 |
| 4.3   | <b>A fundação oficial da Federação das Sociedades de Assistencia<br/>Lazaros.....</b> | 141 |
| 4.4   | <b>As primeiras ações da Federação .....</b>                                          | 144 |
| 4.4.1 | <u>A tentativa de exoneração.....</u>                                                 | 144 |
| 4.4.2 | <u>A defesa pelos dispensários .....</u>                                              | 146 |
| 4.4.3 | <u>As granjas .....</u>                                                               | 148 |
| 4.5   | <b>“Semaine de la Bonté” e a oficialização do dia das mães.....</b>                   | 150 |
| 4.6   | <b>A Campanha da Solidariedade: “Um grande movimento solidarista” .....</b>           | 154 |
| 4.7   | <b>Tempos difíceis.....</b>                                                           | 160 |
| 4.7.1 | <u>A Campanha da Solidariedade no interior paulista.....</u>                          | 164 |
| 4.7.2 | <u>A Conferencia para a Uniformização da Campanha contra a Lepra (1933).....</u>      | 165 |
| 4.8   | <b>O confronto e o processo de judicialização.....</b>                                | 169 |
| 4.9   | <b>Sai Alice, entra Eunice .....</b>                                                  | 177 |
|       | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                      | 184 |
|       | <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                               | 189 |

## INTRODUÇÃO

O ano de 2020 será lembrado como o ano em que a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, precipitou uma ruptura no funcionamento das sociedades contemporâneas. Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi notificada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de *Hubei*, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada até então em seres humanos.

A situação começou a ganhar novos contornos na medida em que começaram a ser elaborados conhecimentos mais aprofundados sobre a doença e assim estabelecer medidas profiláticas capazes de conter o contágio, uma vez que não há, até a presente data, medicamentos com eficácia comprovada para combater o vírus, sendo depositada toda esperança nas vacinas.

Uma dessas principais medidas foi a adoção do distanciamento social. Experimentar o sentimento de prisão não é algo bom. Nele restam apenas as memórias. Essas são medidas que em nenhum momento da vida fomos preparados para isso. Porém, por mais difícil e questionável que essa política possa ser, basta verificar o saldo imenso de mortes, especialmente no Brasil, pelo seu não cumprimento. Só para se ter uma noção clara dessa catástrofe, o Brasil tem 2,7% da população do planeta e atualmente (16/07/2021) detém 12,9%<sup>1</sup> do total global de mortes pela doença.<sup>2</sup> O Brasil está às voltas com o controle da doença, com uma vacinação ainda em ritmo lento e alta média móvel de casos, devido à péssima gestão federal, que em nenhum momento assumiu a coordenação desse gravíssimo problema de saúde pública.

Definitivamente, essa tragédia poderia ter sido evitada! Mas afinal, por que iniciar esta tese falando da pandemia de Covid-19? Por duas razões. A primeira é que boa parte dessa pesquisa foi desenvolvida mediante esse terrível cenário, no qual tive a nítida impressão que o “normal” se desfazia em meio aos sentimentos de preocupação e medo. Essa pandemia nos impôs apenas três possibilidades – sucumbir, estagnar ou avançar. Fiquei com a última opção.

---

<sup>1</sup>Dados fornecidos pela Universidade Johns Hopkins (EUA). Disponível em: <<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>> Acesso em: 16 jul. 2021

<sup>2</sup>O Brasil atingiu em 19 de junho de 2021 a marca de 500 mil mortes por Covid-19.

Como segunda razão para o início desse texto falando do que estamos vivendo, destaco o fato de o objeto desta investigação estar inserida diretamente nas pesquisas em torno da história das doenças e da saúde pública.

O título desta tese tem origem em uma frase proferida pela principal personagem da pesquisa, Alice Tibiriçá. Em sua obra publicada em 1934, material que inclusive serviu como grande suporte para o conjunto de fontes primárias utilizadas na tese, pude constatar a expressão “*Caridade? não; Solidariedade*”, na qual a autora problematiza o uso da palavra caridade nas práticas assistenciais em torno da lepra durante a década de 1920. Segundo ela, esse emprego seria equivocado, pois nessa relação de “dar e receber”, quem realmente “dava” eram os doentes, que “deixavam” o conforto do lar, a convivência familiar e sua liberdade, para que a doença não se disseminasse para a população sadia. Alice afirma ainda que essa relação deveria ser sempre permeada pelo “sentimento de justiça”, com ênfase na solidariedade que nobilita, enquanto a caridade se associa à prática da esmola, que humilha aquele que a recebe.

“Lepra”<sup>3</sup>, caridade e fraternidade são conceitos que fazem parte do meu universo relacional, antes mesmo de iniciar a graduação em História em 2009. Essa aproximação ocorreu em virtude de minha atuação como tarefeiro<sup>4</sup> em uma Instituição Espírita no município onde resido. Periodicamente o grupo que integra esta agremiação realiza uma atividade regular denominada “visita fraterna” no Hospital Estadual Tavares de Macedo.<sup>5</sup> Assim que se iniciaram os primeiros contatos com os doentes e ao ouvir seus relatos, fui remetido a um passado que se conecta a memórias ligadas ao sofrimento, sendo de alguma forma arrastado a um período em certos momentos perturbador, provocando curiosidade para entender melhor o que havia se passado naquele espaço que mais se assemelhava a uma verdadeira cidade em miniatura. É um

---

<sup>3</sup> No Brasil, o termo “lepra” e seus derivados não são mais utilizados por carregarem um forte estigma do que representava a doença no passado. Em 1975, este termo foi substituído oficialmente por hanseníase, através do Decreto nº 76.078, de 04/08. Em 29 de março de 1995, é assinada a lei nº 9010, que determina que o termo lepra e suas derivações não poderão ser utilizados na linguagem empregada nos documentos oficiais da administração pública brasileira. Logo, esclareço que utilizo os termos lepra e seus derivados por tratar de produção de conhecimento histórico científico, onde serão citados e debatidos documentos de período anterior a nova terminologia empregada.

<sup>4</sup> Tarefeiro(a) é o nome que se emprega nas Instituições Espíritas para aqueles(as) que desempenham alguma atividade para seu funcionamento, de forma voluntária e sem qualquer tipo de remuneração.

<sup>5</sup> O Hospital Estadual Tavares de Macedo é o atual nome do antigo leprosário ou Colônia do Igua, localizado no município de Itaboraí. Faz atendimento à população pela prestação de serviços médicos e é especializado em Dermatologia; tem um grupo de pacientes internados, na sua maioria idosos e mutilados pelo avanço da hanseníase, alguns deles remanescentes do isolamento compulsório imposto aos doentes. Essa instituição foi tema de minha pesquisa para a dissertação de mestrado, intitulada “A nova Jericó maldita”: Um estudo sobre a Colônia do Igua em Itaboraí/RJ (1935-1953), defendida em 2015, na UERJ.

lugar repleto de memórias e como afirma Pierre Nora (1993, p. 25) “a memória pendura-se em lugares, assim como a história em acontecimentos”.

No cenário relativo às práticas assistenciais é comum as palavras caridade, filantropia, solidariedade e benemerência rondarem os discursos, como conceitos acompanhantes, menos ou mais alinhados da sua concepção e proposta de voluntariado. São práticas sociais com concepções diferenciadas que se referem ao exercício da assistência, ainda que possuam aspectos similares, principalmente em seu objetivo final, que é suprir a necessidade alheia. De forma geral, a assistência está sempre no campo de ação laica ou confessional voltada para mitigar a pobreza (Cf. CASTEL, 1998; GEREMEK, 1986).

A caridade é uma virtude essencialmente cristã (CASTEL, 1998), que remonta o período medieval relacionado a motivações de ordem espiritual na busca pela salvação através do auxílio ao próximo. Para a tradição cristã tal prática foi enunciada pelo próprio Cristo no célebre episódio durante o diálogo com os apóstolos, momentos antes de sua captura; “Dou-vos um novo mandamento; Amai-vos uns aos outros. Como eu vos tenho amado, assim também vós deveis amar-vos uns aos outros” (JOÃO 13:34, BÍBLIA SAGRADA)

Já no que se refere à filantropia, Kury (2003) indica ter se desenvolvido em toda a Europa cristã ocidental, mas fundamentalmente na França iluminista, articulada à ideia de progresso e civilização. É um neologismo surgido na língua francesa para designar uma virtude de natureza humana, que é o amor ao próximo. Nesse sentido, a filantropia surge como laicização do sentimento de caridade. Seguindo esse raciocínio, sinaliza Gisele Sanglard que “a filantropia seria uma virtude social e seu desenvolvimento estaria ligado ao papel desempenhado pelos filósofos das Luzes no final do Antigo Regime, enquanto a caridade seria entendida como uma virtude cristã” (SANGLARD, 2008, p.32-33). Sendo assim, a caridade se trata do amor por Deus que leva ao ato de fazer bem ao semelhante; já a filantropia diz respeito ao sentimento em torno da “humanidade” (cf. KURY, 2003).

Ambos os conceitos manejam um universo simbólico que justifica socialmente e dá sentido à existência de instituições e à ação de sujeitos sociais que, muitas vezes em termos reais, operam respondendo a funções muito diferentes daquelas com que se apresentam na sociedade. Mais especificamente na filantropia, as ações dos indivíduos em favor da sociedade são consideradas como um sentimento natural, pois a felicidade pessoal só pode ser assegurada quando reina a prosperidade social (QUIROGA, 2011).

No Brasil, desde o período colonial até o início da República, o modelo assistencial foi empreendido pela Santa Casa de Misericórdia, mantido pelas Irmandades da Misericórdia. A historiografia considera tal modelo como o principal mantenedor da prática caritativa e dos

compromissos espirituais em relação aos necessitados, tratando-se de uma experiência baseada na tradição portuguesa de assistência. Contudo, apesar do papel hegemônico da Santa Casa de Misericórdia no Brasil, não se pode esquecer que outras irmandades e ordens terceiras mantinham, tanto na metrópole quanto na colônia, hospitais e estabelecimentos que realizavam assistência médica e social aos órfãos, prisioneiros, doentes, loucos etc. (SANGLARD, 2006).

O enfrentamento à endemia leprosa se manteve como responsabilidade da iniciativa privada, com ênfase inclusive para as instituições católicas, através do papel das Irmandades da Misericórdia pelo Brasil. Nas primeiras décadas do século XX, São Paulo se constitui em um terreno fértil de ações organizativas no campo assistencial voltadas para os doentes de lepra e seus filhos. Ao mesmo tempo, ocorria um pioneirismo paulista em matéria de realizações no âmbito assistencial na saúde, destacando-se o cenário de ‘institucionalização’ das reformas na saúde pública, ocorridas no Estado que se iniciará, especialmente, no decorrer da Primeira República.

Uma série de instituições foram fundadas em sua maior parte ainda sob o manto da caridade e da piedade cristã para resolver a situação dos leprosos de cada região, arrecadando fundos e construindo asilos pelo interior do Estado de São Paulo.

De todas essas associações, a entidade que alcançou maior visibilidade foi a Sociedade de Assistência aos Lazaros<sup>6</sup> e Defesa contra a Lepra, instituição fundada oficialmente em São Paulo em 1926, a partir da liderança de Alice Tibiriçá. Essa Sociedade foi modelo de organização e atuou como *locus* irradiador, colocando em circulação pessoas, ideias e ações, desempenhando papel decisivo na elaboração de um projeto de formação que posteriormente se ampliou por todo país.

O protagonismo das mulheres nas ações filantrópicas e de caráter social possibilita um importante viés de pesquisa que não foi desconsiderado pela historiografia brasileira e tem produzido diversas análises, tornando o tema um campo frutífero de estudos. A representação de poder das mulheres é um objeto de investigação histórica e antropológica que proporciona abordagens diversificadas (PERROT, 2017, p. 177).

Apesar desta tese não ter como linha mestra uma abordagem de gênero, é impossível não registrar a importância deste conceito para entender o papel daquelas mulheres e outras lideranças femininas que colaboram com aquele movimento.

---

<sup>6</sup> Sendo fiel a grafia da palavra *lazaros* nas fontes consultadas, mantenho a mesma sem o acento agudo ao longo do texto.

É muito significativo o papel feminino como elemento aglutinador na busca por ações de caráter associativo, movido por atitudes de solidariedade aos atingidos pela doença. A proteção à maternidade e à infância constituiu o eixo privilegiado em torno do qual se desenvolveu a filantropia feminina no Brasil, a partir da República ainda que essa “emancipação” tenha ocorrido em áreas consideradas “femininas” (FREIRE, 2006, p. 102-103).

No que se refere ao papel desempenhado pela Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra através da liderança exercida por Alice Tibiriçá, suscitamos alguns questionamentos: Como a referida instituição foi capaz de ser modelo para inúmeras outras pelo país? Quais eram as bases que sustentavam seu projeto? Quais as personagens envolvidas? Quais motivos levaram a maior referência da assistência privada na luta contra a lepra no Brasil, a abdicar da liderança do próprio movimento por ela fundada?

Para cumprir o escopo da pesquisa, a tese está dividida em quatro capítulos, onde se apresentam análises de temáticas específicas dentro da cronologia estabelecida, embora eu possa recuar no tempo em determinados momentos, sempre que necessário. No primeiro capítulo, “Lepra: nuances de sua trajetória e políticas públicas no Brasil”, o objetivo foi apresentar ao leitor uma introdução à temática, com debate de alguns dos principais trabalhos presentes na historiografia, considerando principalmente o processo histórico no qual se inscreve a doença – a lepra – e o doente – o leproso, com destaque para as ações oficiais contra a lepra.

No segundo capítulo, “Assistência à saúde, filantropia e ação de mulheres: As associações de assistência aos lazarus na cidade de São Paulo (1889-1930)”, apresento um breve histórico das políticas de institucionalização da saúde pública em São Paulo ao longo da Primeira República (1889-1930), para mostrar como a lepra foi gradualmente adquirindo prioridade na agenda de realizações caritativo-filantrópicas, onde se destaca o papel da sociedade civil na assistência aos doentes e seus familiares. Compreender o papel das principais lideranças femininas na fundação e condução de associações voltadas para essa função no Brasil dos anos 1920, especificamente na cidade de São Paulo, torna-se essencial para entender como a ação das entidades privadas foi importante na reivindicação de uma maior atenção do governo federal e dos estados para a doença. Apresento apontamentos biográficos sobre Alice Tibiriçá, principal personagem que congregou de forma efetiva o campo das realizações de benemerência impulsionadas por mulheres, tendo papel precursor na elaboração de um modelo assistencial aos acometidos pela lepra e nas ações de combate à doença no Brasil.

O terceiro capítulo, “Mulheres em ação: A Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra”, tem como premissa inicial demonstrar como se constituiu a Sociedade

de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra de São Paulo, seu estatuto, organização, propaganda, além da dinâmica a partir da qual congregou e uniu mulheres em torno de um ideal na constituição de ações de assistência a partir da liderança de Alice Tibiriçá. Por último, proponho destacar a atuação da Sociedade através dos projetos mobilizados que, rapidamente, ganharam capilaridade por meio de parcerias com instituições nacionais e internacionais, acarretando a expansão deste modelo assistencial na fundação de congêneres em diferentes regiões do país.

A proposta do quarto e último capítulo, “A Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra (1929 – 1935)”, é demonstrar como se constituiu a Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra, a partir da liderança de Alice Tibiriçá. Durante sua gestão foram instituídas as Campanhas da Solidariedade, evento com imensa capacidade de arrecadação de donativos, além da realização da Conferência para a Uniformização da Campanha contra a Lepra, que teve por finalidade o estudo e o assentamento de providências com o caráter de uniformizar em todo o país a cura e a profilaxia da lepra. Além disso, apresento como sua gestão foi afetada por um contexto político centralizador e policialesco, que se intensificou a partir da derrota da Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo. Com apoio da imprensa paulista e através da ação direta de membros da Inspetoria de Profilaxia de Lepra, sob o comando de seu Inspetor-Chefe, Francisco de Salles Gomes Júnior, foi promovida uma sistemática campanha de acusações de desvio de finalidades quanto ao uso dos donativos arrecadados nas campanhas assistenciais lideradas por Alice Tibiriçá.

Em cada um dos capítulos utilizei um conjunto diversificado e extenso de fontes documentais, com buscas no acervo documental disponibilizado pela Hemeroteca Digital Brasileira, vinculada à Fundação Biblioteca Nacional, que oferece um portal de periódicos nacionais com amplo acesso para consulta. Através dessa plataforma digital foi possível buscar uma série de informações com o mapeamento dos principais jornais que circulavam na Capital Federal e no Estado de São Paulo. A busca não aconteceu de maneira fortuita, principalmente quando utilizamos a metodologia da prosopografia ou da biografia coletiva como instrumento de investigação.

Um dos primeiros passos a ser definido em um estudo prosopográfico é justamente delimitar o universo a ser estudado (CHARLE, 2006) e, neste caso, o grupo definido são as mulheres que participaram da fundação da Sociedade de Assistencia aos Lazaros de São Paulo e integraram a diretoria executiva, conselho consultivo e comissões. Além disso, incorporamos nesse conjunto, alguns nomes que atuaram ativamente na diretoria, ainda que não tenham

participado da fundação. As fontes documentais que recorremos são constituídas por livros, relatórios, jornais e outros periódicos, tais como *Revista A Cigarra*; *A Gazeta Artística*; *Correio da Manhã*; *O Jornal*; *O Imparcial* (RJ); *Correio Paulistano*; *Diário da Noite* (SP); *Diário Nacional: A Democracia em Marcha* (SP).

Ao lidarmos com a imprensa enquanto fonte de pesquisa para estudos históricos é capital sinalizar algumas considerações quanto ao uso desse tipo de documentação, como nos aponta Luca (2008). São questões acerca do material publicado, a escolha dos assuntos, diagramação e abordagem escrita e, sobretudo, o grupo responsável pela publicação, o que pode sinalizar os múltiplos interesses que envolvem a notícia. Dessa maneira, Luca (2008) enfatiza que, ao tomarmos os impressos enquanto fonte e objeto do olhar historiográfico é fundamental atuar, criticamente, contemplando as questões já destacadas.

Segundo Paul Thompson, os historiadores muitas vezes são menos cautelosos ao analisar jornais para se construir o passado, pois raramente tem condições de destrinchar as possíveis distorções em jornais antigos. Podemos até saber:

Quem era o proprietário do jornal e, talvez, identificar sua orientação política ou social; nunca, porém, se poderá conjecturar sobre o colaborador anônimo que redigiu determinada matéria partilhava daqueles vieses. (...) Ela é também selecionada, moldada e filtrada por um determinado viés, a respeito do qual, no entanto o historiador não está seguro (THOMPSON, 1992, p. 140)

Além da utilização de jornais, cito o levantamento realizado na *Revista de Combate à Lepra* e na *Revista Rotary Brasil*, criadas no Brasil durante a década de 1930, assim como artigos de periódicos científicos e uma série de livros sobre a lepra publicados, na primeira metade do século XX. Destes livros, destaco três obras produzidas por personagens que protagonizaram a luta contra a enfermidade. São elas: *Como eu vejo o problema da lepra: e como me vêem os que o querem “manter”*, de autoria de Alice Tibiriçá; *História da Lepra no Brasil – Período Monárquico e Republicano*, de Heráclides C. de Souza-Araújo e *História da lepra em São Paulo*, de Flávio Maurano. Esses trabalhos são fundamentais para os estudos sobre história da lepra, devido a riqueza de informações e reprodução de documentos, ainda que não tenham sofrido uma análise acurada por parte de seus autores.

Não poderia deixar de citar a consulta realizada no Arquivo Pessoal do médico Souza-Araújo, o leprologista mais conhecido do Instituto Oswaldo Cruz e iniciador dos estudos desta especialidade na instituição ainda na década de 1920. Esse arquivo está localizado no Departamento de Arquivo e Documentação, da Casa de Oswaldo Cruz. Nele consta uma série de documentos como: manuscritos, textos datilografados, folhetos, artigos, periódicos, recortes de jornais, correspondências, ofícios, fotografias etc. O grande volume de documentos

demonstra a preocupação de Souza-Araújo em guardar seus registros – um projeto em elaborar um arquivo autobiográfico que dessem conta de uma escrita de si (GOMES, 2004).

Ao longo do percurso fui percebendo que era necessário ir além ao que se refere a busca por outras documentações e informações acerca da atuação e funcionamento da primeira Sociedade de Assistencia aos Lazaros. Foi quando percebi a necessidade de me deslocar em certos momentos para a cidade de São Paulo, onde estabeleci diálogo com a administração da antiga Sociedade, atualmente Instituição Alice Tibiriçá de Solidariedade e Civismo, situada na rua Bom Pastor, 1914, Ipiranga, São Paulo – SP.

Ao chegar à Instituição fui bem recebido, porém para ter acesso aos documentos foi preciso paciência, esforço e muita negociação junto a atual administração. Assim, consegui acesso principalmente ao ‘arquivo morto’, ou documentação permanente da instituição, e pude constatar a presença de registros que atestavam os primórdios da entidade. O arquivo não estava organizado, contudo destaco o valor desta documentação e como foi imprescindível para a realização desta tese. Somente com essa consulta pude ter acesso e conhecer informações relevantes sobre o início de todo esse movimento. Trata-se de um acervo contendo Livros de Presenças, Livro de Atas de reuniões ordinárias e extraordinárias, artigos, cartas, livros, jornais, ofícios, manuscritos, relatórios, panfletos, cartazes, selos, fotos e vários exemplares do *Boletim da Sociedade* de Assistencia aos Lazaros, publicado pela instituição entre 1929 e 1936. Infelizmente esse conjunto de fontes tão valioso, inédito e muito pouco estudado por historiadores ou profissionais de qualquer outra formação, ainda não possui um inventário que reflita sua organização arquivística e descrição documental, que possam auxiliar o interessado ao efetuar sua pesquisa conforme seus objetivos. Assim, sua busca tem que ser minuciosa e muito bem direcionada sob pena de perder os elos possíveis entre o que busca e o que pode encontrar.

Nossa investigação foi muito voltada para este conjunto documental com ênfase nos Livros de Atas e os Boletins da Sociedade que, apesar das lacunas existentes em sua coleção, foi possível estabelecer uma visão de sua história quando confrontados com outras fontes, constituindo-se, assim, como uma peça-chave para compreensão de parte da trajetória de Alice Tibiriçá e sua atuação à frente da Sociedade de Assistencia aos Lazaros de São Paulo e da Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros, entidade dirigida por ela e fortemente marcada pelo trabalho voluntário feminino, cuja contribuição está associada à história da assistência aos doentes de lepra.

O recorte temporal da tese tem como cenário a Primeira República, mais especificamente a cidade de São Paulo no início do século XX, local onde teve início todo o

processo de organização, em 1925 e a fundação oficial da instituição em 1926. Como marco final, estabelecemos o ano de 1935, quando Alice Tibiriçá renúncia ao cargo de vice-presidente e rompe definitivamente com a Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros, abrindo caminho para o protagonismo de outras mulheres, especialmente de Eunice Weaver. Esta última, ao contrário da Alice Tibiriçá, irá se aproximar muito do Estado brasileiro, já àquela altura, sob as transformações derivadas da Revolução de 1930.

## 1 LEPROSA: NUANCES DE SUA TRAJETÓRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

A lepra é uma doença que remonta à Antiguidade, pois era conhecida há cerca de 3 a 4 mil anos na Índia, na China e no Japão. No Egito, foram encontrados relatos sobre sua existência em um papiro da época do faraó Ramsés II, desde 4300 anos a.C. (Brasil, 1960:40-50). A produção historiográfica contemporânea sobre o tema aponta que sua origem parece ter vindo da África Oriental e do Oriente Médio e se espalhou com as sucessivas migrações humanas, alcançando outros territórios. Para o grego Hipócrates (460-370 a.C.) a lepra era a “doença fenícia”, em referência aos navegadores fenícios que teriam sido os responsáveis por propagá-la pelo mediterrâneo (MONOT, 2005, p. 1040-2).

Quanto à sua chegada nas Américas, acredita-se que foi introduzida pelos europeus ou pelos norte-africanos. Contudo, são informações controversas, pois sabe-se também que, desde a Antiguidade, as formas de nomeá-la podem ter sofrido influência a partir da maneira como a doença surgiu e era relatada em escritos mais primitivos.

A lepra, no mundo antigo e durante boa parte da Idade Média, não era necessariamente uma doença, dentro da perspectiva da medicina atual, pois há um processo de sua construção. O conceito de lepra foi sendo construído pela medicina medieval por meio de uma tradição cultural complexa, em que a tradução de textos médicos e a dos textos da própria Bíblia provocaram uma série de distorções (CABRAL, 2013, p. 27). A palavra lepra está presente em vários momentos no decorrer dos textos bíblicos, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. De todos os nomes bíblicos associados à lepra, nenhum personagem se tornou mais simbólico e identificado com a lepra do que Lázaro (CURI, 2010, p. 51) <sup>7</sup>.

Os diferentes significados para o termo *lepra* contribuíram para equívocos em torno de uma identidade específica da enfermidade. O estigma, a discriminação com a doença e com quem sofre a ação desta em seu corpo, foram construídos pela associação do termo *lepra* às deformidades causadas ao paciente. Este processo cultural somado ao imaginário popular, praticamente sem fundamento científico algum, e aos religiosos, que eram carregados de piedade cristã, foram os responsáveis na construção de uma memória coletiva que ainda gera problemas psicossociais aos doentes até hoje (BRASIL, 1989 e OPRIMOLLA, 2000).

---

<sup>7</sup> No Brasil, seu nome figurava em importantes instituições como as Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra. O nome Lázaro está no imaginário popular ocidental extremamente associado à lepra.

Segundo Le Goff, a doença pertence à história, em primeiro lugar, porque não é mais que uma ideia [...] e porque as doenças são mortais (LE GOFF, 1997, p. 18-19). Uma compreensão da doença, enquanto objeto de conhecimento histórico, não passaria somente pela história dos progressos tecnológicos e científicos, mas também e, principalmente, pela história profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações e às mentalidades.

Desta forma, o fenômeno social que envolve a lepra não pode ser compreendido e trabalhado exclusivamente a partir de pressupostos biológicos. Talvez a análise mais apropriada seja a perspectiva de que se trata de uma enfermidade sociocultural, já que os sintomas e deformidades físicos ocasionados pela doença nunca estiveram, e ainda não estão desacompanhados de inúmeras representações e de um imaginário coletivo cultivado no mundo ocidental cristão. A exclusão do leproso operacionaliza-se, então, via cultura através do que se convencionou chamar de estigma (CLARO, 1995, p. 16-17 e CURI, 2010, p. 25-26).

A respeito das teses relacionadas ao imaginário medieval em torno da lepra, duas vertentes se consolidaram. A primeira delas aponta que essas representações em torno da lepra e do leproso transitaram durante os tempos modernos e atuais. Dentro de uma perspectiva de longa duração, as sociedades modificaram suas visões. Contudo, o medo e algumas concepções fortemente alicerçadas no imaginário coletivo, não desaparecem mesmo após a descoberta de uma terapêutica eficaz para a cura da doença (BRODY, 1974, p. 196-197 e MONTEIRO, 1995).

No entanto, é preciso considerar que esta análise acaba por reforçar a ideia de que a doença dos tempos bíblicos e medieval não sofreu mudança em sua identidade, cujo traço marcante seria a “permanência” das categorias que a envolvem, mesmo após a doença ser classificada como enfermidade, a partir dos avanços científicos conquistados no século XIX com a revolução pasteuriana. Ou seja, mesmo após esse período, a doença ainda trazia consigo a mesma carga simbólica de tempos remotos.

Em contrapartida, há aqueles que defendem a perspectiva de que o estigma associado à lepra presente até a atualidade é fruto da mentalidade colonialista do século XIX, quando se percebeu que parte das regiões cobiçadas pelas potências europeias eram regiões endêmicas da doença. Sendo assim, foi a partir desse período que a doença teria recebido a alcunha de “doença tropical”, típica enfermidade de povos inferiores e primitivos, segundo esta ótica colonialista europeia (TORRES, 2002, p. 120).

Com o advento da modernidade é comum encontrar alusões ao fim da lepra no cenário europeu. Entretanto, existe um conjunto de variáveis que, ao mesmo tempo, são conflitantes para explicar o suposto desaparecimento da lepra na Europa. As principais se resumiriam na

melhoria das condições de vida das populações, assim como a presença de outras doenças no cenário europeu. No que se refere às enfermidades, destaca-se, sobretudo aquelas de caráter dermatológico, como psoríase, pênfigo ou vitiligo, que passaram a ser objeto de estatística, diminuindo assim o número de casos de lepra propriamente, já que durante longo tempo foram a ela associada (MACIEL, 2007).

É importante destacar que o termo “lepra” e suas derivações para os momentos em que seu bacilo causador não havia ainda sido descoberto, será corrente para designar um conjunto de doenças ulcerosas de pele que, de forma genérica, foram assim denominadas. Trata-se de uma endemia que, na Europa, durou aproximadamente de 12 a 15 séculos, sendo que, entre os séculos XI e XII, temos uma multiplicação dos leprosários que, na realidade, revelam o desenvolvimento hospitalar. Somente na França foi assinalado o número de 2000 leprosários no século XIII, sendo que nos departamentos de Seine, Seine-et-Marne e Seine-et-Oise há registros da presença de 151 leprosários entre os séculos XII e XIV. No fim do período medieval, a lepra foi entrando em declínio e praticamente desapareceu da Europa. As leprosarias esvaziaram-se e a única restante, Gafaria de São Bartolomeu, foi abandonada (BOULLIAT, 1981 e ROSEN, 1994). Na Alemanha, houve casos esporádicos, assim como na Inglaterra e o papel das instituições utilizadas para o isolamento e internação dos leprosos foram, aos poucos, desaparecendo e perdendo sua função principal nesse contexto. Vemos, portanto, que não há uma explicação única, podendo ser apontado um conjunto de variáveis para compreensão desse acentuado declínio. Provavelmente, o desaparecimento da lepra na Europa deveu-se à crise demográfica, aliada à melhoria das condições de higiene e na alimentação que se deram no processo de urbanização que cresceu com a abertura do comércio de ultramar. Ao mesmo tempo, outros fatores também concorreram, como o acentuado declínio da população europeia causado pela epidemia de peste e pela fome no século XIV (BÉRIAC, 1985; FOUCAULT, 1972).

Michel Foucault destaca que a maior parte dos leprosários abandonados teve outro destino, sendo inclusive transformados em hospícios, uma vez que a partir do século XVII, a loucura adquiria um estatuto de *doença*, constituindo-se em uma patologia, cujo tratamento deveria ser realizado numa instituição apropriada (FOUCAULT, 1972).

O conhecimento médico sobre a lepra começa a ganhar novos contornos principalmente a partir da evolução intelectual experimentada pelo ocidente no período medieval, que levou à criação de universidades. Mesmo com o conhecimento herdado da antiguidade, novas formas no campo da observação empírica contribuíram na sistematização e produção do conhecimento. A

contribuição da medicina árabe também é importante nessa mudança de paradigma (ROUCHE, 1989).

Segundo Souza-Araújo<sup>8</sup>, no início do processo colonizador da América portuguesa, surgiram casos que teriam sido trazidos de países tão diversos como Holanda, França, Espanha ou Portugal. Em descrições antigas, não vemos presença de casos de lepra entre as populações indígenas: tanto dos religiosos que integravam as missões catequistas, quanto em relatos de navegadores (Cf. MAURANO, 1939; SOUZA-ARAÚJO, 1946)

Há certo consenso de que o elemento colonizador europeu seria o vetor responsável na disseminação dos primeiros casos de lepra em terras brasileiras, numa dinâmica natural, que Alfred Crosby descreve como processo de trocas e mudanças inevitáveis do ato de colonizar e subjugar, política e economicamente, uma população durante o processo de colonização (CROSBY, 1972).

No que se refere ao conhecimento científico sobre a lepra, é importante salientar o pioneirismo dos médicos noruegueses Daniel C. Danielssen e Carl W. Boeck, a partir da publicação da obra *Sobre a lepra* em 1847. Este livro foi considerado pelo patologista alemão Rudolf Virchow como o primeiro “verdadeiramente científico” na análise da doença. Danielssen e Boeck, que defendiam o aspecto hereditário da lepra, foram os responsáveis pela elaboração de uma sistematização que proporcionou a classificação da doença em lepromatosa (tipo maligno) e nervosa (ou tuberculóide, tipo benigno) que vigorou até 1948.<sup>9</sup>

As últimas décadas do século XIX marcaram um momento singular na história da lepra quando foi alcançado um novo entendimento sobre seu real agente patogênico. Esse novo viés deve-se principalmente às pesquisas e descobertas realizadas por cientistas como Rudolf Virchow, pioneiro na patologia celular e Robert Koch, descobridor do bacilo causador da tuberculose em 1884. A lepra foi uma das primeiras doenças infecciosas a ser ressignificada à luz da microbiologia, e novamente por um norueguês, Gerhard Armauer Hansen (1841- 1912), médico do hospital dos lazaros em Bergen. As pesquisas de Hansen determinaram o agente etiológico da lepra em 1873, que o batizou de *Mycobacterium leprae*. Nas células originárias

---

<sup>8</sup> Heráclides Cesar de Souza-Araújo, notadamente um dos grandes leprologistas brasileiros, trabalhava paralelamente com a clínica, ensino e pesquisa laboratorial no Instituto Oswaldo Cruz e no Centro Internacional de Leprologia, ambos no Rio de Janeiro. Sua obra, *História da lepra no Brasil* é composta por três volumes e foi publicada entre os anos de 1946 a 1956, abarca os períodos Colonial, Imperial e Republicano e é bastante utilizada devido à imensa quantidade de documentos reproduzidos em suas páginas.

<sup>9</sup> Atualmente, a Organização Mundial de Saúde classifica a doença para fins de tratamento como os tipos PB - paucibacilar (indeterminada e tuberculóide, com poucos bacilos) e MB - multibacilar (virchoviana e borderline ou dimorfa, com muitos bacilos, forma mais agressiva e contagiosa da doença). <<http://saude.gov.br/saude-de-a-z/hanseniose>>. Acesso em: 30 out. 2019.

de tubérculos cutâneos observou pequenos corpúsculos em forma de bastonete que denominou *Bacillus leprae*, confirmando que fossem a causa específica da doença em razão de sua presença constante nas lesões examinadas (TORRES, 2000, p. 258-162).

Através destas novas descobertas, o caminho estava aberto para afirmação da tese do contágio em detrimento da crença na hereditariedade da lepra. No entanto, isso demandou tempo, além de muitas divergências científicas, até porque a teoria bacilar não foi convertida de imediato como elemento causador da moléstia (CABRAL, 2013, p. 70-73; PANDYA, 2003, p. 162-177).

A descoberta do bacilo, sem dúvida, muda a história da doença. Esse novo paradigma que se consolida a partir da era bacteriológica, insere a lepra no quadro nosológico como uma moléstia que é resultado da invasão de micro-organismos no corpo. Por consequência, as doenças passaram a ser vistas na sua perspectiva biomédica, ou seja, enquanto processo químico que afeta o corpo individual.

A admissão da propagação da lepra por diversas formas continuava a ser sustentada. Alguns defendiam a hereditariedade como única causa, enquanto outros acreditavam no contato indireto, ou seja, aquele que se dava por intermédio de vetores (mosquito, por exemplo); e uma terceira interpretação defendia o contato direto, através das secreções eliminadas pelo doente, em suas múltiplas formas. Em todas essas possibilidades, as pesquisas consideravam o sucesso de determinada profilaxia em relação à outra doença (BENCHIMOL E ROMERO SÁ, 2003, p. 49-93).

No século XX, dois conjuntos antagônicos de entendimentos sobre o modo de transmissão da lepra irão se contrapor. Mesmo com a descoberta do bacilo, o aspecto infectocontagioso continuava a ser refutado por parte da comunidade médica, que insistia em variadas hipóteses para esclarecer a transmissibilidade da lepra. O potencial hereditário continuava a se manter firme, pois:

Faltava uma prova experimental do cultivo e inoculação do micro-organismo, como estabelecia os postulados de Koch, a verificação experimental era necessária para conexão entre bacilo e doença (...). Mais do que o bacilo foi o mundo colonial e o temor do ressurgimento da lepra na Europa que forneceram a sustentação à hipótese bacteriana, que o laboratório ainda não produzira (CABRAL, 2013, p. 59-60).

A base da profilaxia moderna para o combate à doença foi estabelecida no Primeiro Congresso Internacional da Lepra, ocorrido em outubro de 1897, em Berlim, Alemanha. O principal foco das discussões girou em torno de um consenso, que não foi alcançado, a respeito da etiologia da doença e sua profilaxia sendo aprovadas as resoluções baseadas na ideia do contágio, mesmo com controvérsias. As ações profiláticas de combate à doença baseadas no

isolamento/segregação dos doentes, que já vinham sendo aplicadas com sucesso por Hansen na Noruega, acabaram tornando-se a referência internacional para os demais países. Este protocolo sanitário buscava interferir na cadeia de transmissão da doença por meio da notificação obrigatória, vigilância dos comunicantes e isolamento compulsório dos doentes. Nesse contexto, trata-se de uma medida compreensível e necessária, dado o conhecimento disponível sobre a moléstia, somada à falta de uma terapêutica capaz de conter seu contágio e avanço (PANDYA, 2003, p. 170-174; MACIEL, 2007, p. 203-204).

Segundo Dilma Cabral, a contagiosidade é um fator crucial para se compreender os diferentes posicionamentos relacionados à política de combate à doença, principalmente no que tange o isolamento compulsório dos doentes. Entretanto, mesmo entre os contagionistas não havia consenso em torno de muitas questões. A Primeira Conferência Internacional da Lepra (1897), realizada em Berlim, não consolidou o fator de contagiosidade em detrimento da teoria hereditária, porém estabeleceu a prática do isolamento compulsório dos doentes como política ideal para seu controle (CABRAL, 2003, p. 66-69).

O impacto da descoberta do agente etiológico e a difusão dos pressupostos bacteriológicos no Brasil e no mundo não se consolidaram após a Primeira Conferência Internacional. No Brasil, esse foi um dos campos de maiores discussões no final do século XIX e início do XX, devido às dificuldades encontradas pela medicina em estabelecer as características biológicas da doença.

A Segunda Conferência Internacional realizada em 1909, em Bergen, Noruega, manteve as resoluções acordadas na anterior, incluindo alguns pontos importantes como: os países que tivessem casos de lepra procedessem ao seu isolamento frente aos exemplos da Alemanha, Islândia, Noruega e Suécia – onde se admitia tanto o isolamento domiciliar como o nosocomial; os doentes fossem retirados de suas profissões, pelo perigo da transmissão da lepra e que realizassem indispensavelmente o isolamento de todos os mendigos e indigentes (CUNHA, 2005, p. 46-47).

As resoluções apresentadas nesses congressos internacionais, incluindo a Terceira Conferência Internacional de Lepra, realizada em 1923, na cidade de Estrasburgo, França, tiveram um impacto significativo sobre a política de saúde pública no Brasil que, assim como em diferentes países do mundo, adotou a prática do isolamento compulsório como base das medidas de controle e profilaxia da doença. Contudo, apesar desta Conferência ter mantido boa parte das recomendações acordadas nas anteriores, o evento abriu caminho para novos entendimentos sobre a orientação isolacionista. Ao admitir a defesa do isolamento domiciliar, com exceção dos indigentes, nômades ou vagabundos, além das pessoas que não podiam ser

isoladas em domicílios, para que se recomendavam a segregação em hospitais, sanatórios ou colônias agrícolas, a Conferência abriu a discussão para a possibilidade de um isolamento domiciliar, desde que seguidas determinadas recomendações e regras (CABRAL, 2013, p. 250-251).

Mais adiante, retomaremos este aspecto relacionado à temática do isolamento.

### 1.1 A trajetória da lepra no Brasil

Apesar de a cura da lepra ter sido descoberta há mais de meio século, a doença continua presente em praticamente todo território nacional, deixando o Brasil ocupar a segunda posição no mundo em número de novos casos, ficando atrás apenas da Índia. Em 2018, o território brasileiro representou 11,6% do total global de novas ocorrências da doença.

Ao estudarmos a presença e o percurso da doença no Brasil é possível constatar que historicamente o país sempre se manteve como umas das regiões mais endêmicas do planeta, apesar de todos os avanços terapêuticos e de políticas públicas para combatê-la ao longo de algumas décadas.

Os dados estatísticos referentes aos números de leprosos durante o início do período colonial são escassos e mesmo desprovidos de rigor em seu levantamento. Sabe-se que, durante muito tempo, já no período colonial, os doentes viveram perambulando a partir da prática esmoleira pelas estradas, praças e vilas. Quando o número de casos foi aumentando, os primeiros dados começaram a surgir e isso se constata na documentação do período e evidencia a preocupação das autoridades da época com os leprosos (CURI, 2010:206-207).

Os primeiros estudos médicos produzidos sobre a lepra foram realizados somente no século XIX. Médicos como Joaquim Candido Soares de Meirelles (1797-1868), José Maurice Faivre (1795-1858) e Francisco de Paula Candido (1805-1864) foram precursores nessa produção científica. A primeira Tese defendida por um médico da corte, Joaquim Candido Soares de Meirelles, foi apresentada na Faculdade de Medicina em Paris, com o título *Dissertation sur l'histoire de l'éléphantiasis* (MEIRELES, 1831 *apud* SOUZA-ARAÚJO, 1956, p. 322)

Tais médicos partiam da convicção de que a doença representava um sério problema, delineando o quadro de patologias que norteavam as preocupações sanitárias do país, embora não fizesse parte de uma agenda oficial de políticas de saúde no Brasil. Logo, foi partir da primeira metade do século XIX, que a lepra foi sendo incorporada de forma paulatina à

literatura médico-científica brasileira, por meio da investigação e descrição da doença nos debates em associações científicas e publicações de trabalhos acadêmicos.

O fenômeno patológico estava condicionado a vários elementos inclusive ao fator clima, como parte das discussões científicas na primeira metade do século XIX. Foi no decorrer da construção desse conhecimento coletivo sobre a lepra que esteve circunscrito à especificidade dos hábitos culturais, à sexualidade e às condições ambientais do Brasil: o clima, quente e úmido, que funcionaria como o fator desencadeador da alteração da propriedade de vários elementos, tais como os temperamentos, as bebidas, o ar, os alimentos ou a habitação, produzindo causas excitantes ou predisponentes para o desenvolvimento da lepra. A tradição baseada na concepção neo hipocrática da patologia humoral, seria elemento norteador na compreensão do binômio saúde e doença, onde os mesmos eram estados que estariam relacionados ao equilíbrio do corpo com o ambiente, que poderia alterar-se por ação de causas externas ou internas (CABRAL, 2013, p. 81-82).

Já no final do século XIX, a medicina produzirá um discurso em que a lepra emergiu como um flagelo em expansão, alimentado pela incerteza de sua etiologia e forma de transmissão (CABRAL, 2013, p. 76-77).

No que se refere aos primeiros dados históricos referentes a presença da enfermidade em território brasileiro, cronistas e memorialistas a associam ao elemento colonizador, como já destacado anteriormente. Alguns autores atribuem aos africanos a responsabilidade pela introdução da doença em território brasileiro, como é o caso do médico brasileiro Nina Rodrigues, que atribuída à África a culpa pela presença da doença no estado da Bahia. Porém, não se pode deixar de considerar o papel do tráfico negreiro e a vinda de escravizados para o Brasil, provenientes de muitas das regiões endêmicas do continente africano (MAURANO, 1950, p. 10; SOUZA-ARAÚJO, 1956, p. 346-35).

Há referência a essa questão na documentação oficial, onde é destacada a presença de escravizados leprosos vinda da região de Angola presentes em Salvador, Bahia. Em correspondências trocadas com a Corte de Portugal, em 1763, o Conde de Cunha relata que:

Faz-se preciso que V. Ex. ponha na real presença de sua majestade o grande perigo que esta cidade se acha, causado pelo mal contagioso da mórfea (...) como se sucede na cidade da Bahia, se comunicou o contagio nela com tal excesso que já chegaram a perto de quatro mil os que haviam, no ano em que lá estive, vindo de Angola (MAGALHAES, 1882, p. 56-57)

No que se refere à assistência aos doentes, predominou um modelo que perdurou do período colonial até o início da República, que é o empreendido pela Santa Casa mantido pelas Irmandades da Misericórdia. A historiografia sobre esse tema considera tal modelo como o

principal mantenedor da prática caritativa e dos compromissos espirituais em relação aos necessitados, tratando-se de uma experiência baseada na tradição portuguesa de assistência. Contudo, apesar do papel hegemônico da Santa Casa de Misericórdia no Brasil, não se pode esquecer que outras irmandades e ordens terceiras mantinham, tanto na metrópole quanto na colônia, hospitais e estabelecimentos para a realização de assistência médica e social a órfãos, prisioneiros, doentes, loucos etc.<sup>10</sup>

Guilherme de Piso relata que na primeira metade do século XVII não há registros de outros médicos e nem notícias da existência de moléstias como sarna, lepra ou elefantíase na região hoje conhecida como o Nordeste brasileiro (LIMA, 1883, p. 122-126 *apud* SOUZA-ARAÚJO, 1956). Posteriormente, cidades como Recife e Salvador já apresentavam focos da doença, despertando a preocupação das autoridades coloniais, inclusive com ações que propiciaram o surgimento de asilos e hospitais destinados ao tratamento destes doentes (MONTEIRO, 1995, p. 63).

Esses primeiros asilos e hospitais foram fundados principalmente no século XVIII, embora tenhamos referências no final do seiscentos sobre o problema. Contudo, foi no século seguinte que a questão ganhou maior dimensão, tornando-se preocupação para as autoridades, potencializado naturalmente por todos os arquétipos milenares que envolvem a lepra e o leproso. Era preciso buscar uma solução para o “princípio do mal”, segundo alguns desses personagens. A edificação de leprosarias passou a ser a principal “solução” proposta para o problema. No Rio de Janeiro<sup>11</sup>, os primeiros casos de lepra foram descritos por volta de 1600; em 1737, os dados mostraram a existência de cerca de 300 doentes. Após muitos debates, finalmente em 1766 foi fundado no Rio de Janeiro o Hospital dos Lazaros, espaço destinado ao isolamento e tratamento de leprosos em conformidade com os padrões administrativos, médicos e religiosos de então (ANDRADE, 2005; REVISTA BRASILEIRA... 1960, p. 40-50)

---

<sup>10</sup> A Santa Casa de Misericórdia representou um grande modelo institucional econômico, social e de papel político preponderante no exercício da manutenção de dominação colonial no Brasil, evidenciando uma atuação muito mais ampla que a mera assistência à pobreza. Sobre o papel das Misericórdias no Brasil, verificar: FRANCO (2014); MELO (1997); RUSSEL-WOOD (1981); TOMASCHEWSKI (2014).

<sup>11</sup> No decorrer do tempo em que foi a capital do Brasil, e inclusive do Império português, a cidade do Rio de Janeiro estabeleceu diferentes formas de relação com a antiga capitania, província e depois estado do Rio. É importante evidenciarmos que se trata de duas realidades distintas, pois ainda que territorialmente estivessem muito próximos, durante longo período ocuparam diferentes papéis na realidade política do Brasil. Em 1834, graças à promulgação de um ato adicional, a cidade ganha o status de município neutro da corte, desvinculando-se da velha província do Rio de Janeiro, enquanto que esta passou a ter a mesma organização político-administrativa das demais províncias do país, só que agora com capital na Vila Real da Praia Grande, a qual, no ano seguinte, passou a se chamar Niterói, tendo, agora, autorização para organizar sua própria Assembleia Legislativa e seu Corpo Policial, o que ocorre em 1835.

O Hospital dos Lazaros do Rio de Janeiro, atualmente denominado Hospital Frei Antônio, está localizado no bairro de São Cristóvão, na zona norte da cidade e foi uma das primeiras instituições construídas no Brasil. Sob a responsabilidade da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, remonta à administração do governador-geral do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade (1685-1763) e foi um local importante para a produção de conhecimento e o atendimento aos doentes, sobretudo no período republicano. Era um espaço de pesquisas e a partir da segunda metade do século XIX, tornou-se um importante centro de experimento em torno da terapêutica e etiologia da lepra.

O Laboratório Bacteriológico tinha modernos equipamentos e foi inaugurado oficialmente em 1894; seu diretor, era José Jerônimo de Azevedo Lima, grande estudioso da doença, que integrou inclusive a comitiva brasileira na 1ª Conferência Internacional de Lepra. Apesar de ser uma instituição mantida principalmente por recursos privados, tinha algumas facilidades propiciadas pelo governo como, por exemplo, isenção no pagamento de taxas de importação para materiais utilizados em reformas, como a que realizou em 1890, mas mesmo no período imperial, obteve concessão de verba de loterias que eram repassadas pelo Estado. Com a separação entre a Igreja e o Estado com a nova constituição republicana, sofreu seu primeiro grande golpe orçamentário quando uma concessão foi vetada pelo prefeito municipal em abril de 1896. Suas despesas mais expressivas eram de responsabilidade da Irmandade da Candelária, visto que era uma instituição particular, como as demais existentes uma vez que não havia estabelecimentos públicos para o tratamento dos doentes e pesquisas sobre a doença (ARRUDA; MACIEL, 2019, p. 355-357; NAVA, 2003, p. 239-242).

As epidemias de febre amarela e cólera, que assolaram a capital do Império a partir de 1850, também contribuíram para as mudanças na relação entre o papel desempenhado pelo Hospital da Santa Casa de Misericórdia e as doenças. A necessidade de se criarem hospitais de isolamento para atender aos doentes considerados contagiosos obrigou o governo a assumir a construção e a administração de espaços capazes de atender essa crescente demanda que se tornou mais aguda após a ocorrência de episódios epidêmicos.

Durante os séculos XVIII e XIX, foram criadas instituições em outras cidades brasileiras, com o intuito de amparar os doentes. Contudo, é importante chamar a atenção de que o conhecimento científico e médico que se tinha sobre doenças em geral e a lepra, em particular, não a concebiam como uma doença tratável e passível de cura. Tais instituições tinham um caráter muito mais caritativo, de assistência e piedade aos doentes; o conceito de instituição curativa que é dado atualmente ao Hospital não existia naquele momento. Na Bahia, os atendimentos aos doentes de lepra ocorriam principalmente no Hospital de Caridade da Santa

Casa de Misericórdia. No ano de 1784, o então Governador e Capitão General, D. Rodrigo José de Menezes fundou o Hospital São Cristóvão dos Lazaros que se localizava na *Quinta dos Padres*, situado em região afastada da cidade, onde desde o século XVI pertencia a Companhia de Jesus, terreno doado pelo Governador Tomé de Souza (PINHEIRO E SANTOS, 2019, p. 223-224).

Nas Minas Gerais a introdução da lepra remonta o período histórico do *ciclo do ouro*, provavelmente fruto do grande fluxo de pessoas, sejam portugueses, bandeirantes, africanos e demais brasileiros que se deslocaram para a região em busca de ascensão social possibilitada pela exploração das minas auríferas. A primeira iniciativa institucional mineira referente à lepra foi em 1817, com a edificação de uma enfermaria na Santa Casa de Misericórdia de São João Del-Rei (SOUZA-ARAÚJO, 1956, p. 179).

O primeiro hospital da região norte foi o de Belém do Pará, inaugurado em 1815 no bairro Tucunduba, construído pela Santa Casa de Misericórdia do Pará. O hospital era mantido por donativos e à custa da venda de loterias e de pequena contribuição da Assembleia Provincial do Pará. Denominado de Hospício dos Lazaros do Tucunduba, estava situado a cerca de quatro quilômetros de Belém, onde recebia doentes de toda província, especialmente escravos leprosos, abandonados no hospital por seus proprietários, sem qualquer ajuda pecuniária (HENRIQUE, 2002, p. 153-177).

No Maranhão, assim como na maioria dos estados, a lepra só emergiu como necessitada de cuidados públicos nas primeiras décadas do século XX. Contudo, os registros apontam que em 1833, quando o provedor da Santa Casa de Misericórdia de São Luís, que também era Presidente da Província do Maranhão, instalou uma leprosaria em um terreno atrás do cemitério da Santa Casa, localizada na Rua do Passeio. Essas dependências foram mantidas até 1869, quando os doentes foram transferidos para o Asilo ou Hospital do Gavião, situado ao lado do cemitério municipal do Gavião, em São Luís (CESAR, 1870 *apud* SOUZA-ARAÚJO, 1956, p. 341; MAURANO, 1950, p. 86).

Em São Paulo, os primeiros hospitais para leprosos remontam ao início do século XIX.<sup>12</sup> Em 1802, o governo doou um terreno para a Santa Casa de Misericórdia, da capital, localizado nos arredores e ali teve início a construção do primeiro hospital destinado ao isolamento e tratamento de doentes de lepra; demorou praticamente duas décadas para ser finalizado. O estabelecimento ficou conhecido como o Hospital da Luz, tendo funcionado em condições precárias até 1904, quando foi fechado e seus pacientes transferidos para o Hospital do Guapira,

---

<sup>12</sup> O processo de institucionalização da saúde pública em São Paulo será retomado no capítulo seguinte.

construído justamente com essa finalidade. Em 1806, foi criado, também pela Santa Casa, o Hospital dos Morféticos; no ano seguinte, foi inaugurado em Itu aquele que se tornaria posteriormente Colônia de Pirapitingui (MONTEIRO, 1995, p. 84-88).

Em Mato Grosso, na capital Cuiabá, foi fundado, em 25 de abril de 1816, o Hospital São João dos Lazaros de Cuiabá, denominado inicialmente de *Casa Pia de São Lazaro*. Até a inauguração do Asilo-Colônia de São Julião em 1941, o Hospital São João do Lazaros representou o primeiro e único nosocômio destinado para o isolamento e tratamento de leprosos de Mato Grosso. Não diferentemente dos outros hospitais existentes no período, teve sua trajetória marcada por abandono das autoridades e péssimas condições de funcionamento (Cf. NASCIMENTO, 2001).

É importante salientar que nas freguesias, vilas e cidades do interior existiam estabelecimentos asilares para atendimento aos doentes que viviam principalmente perambulando por essas localidades, sobrevivendo por meio da mendicância. A maioria desses espaços era pequena e mantida em condições muito precárias; alguns foram construídos pelo próprio poder público. Porém, em sua grande maioria, foram iniciativas da sociedade civil, que atuaram através de organizações no campo assistencial voltadas para os doentes de lepra e seus filhos.

Em relação a este ponto, da atuação das sociedades civis, é importante destacar que até o final do século XX, praticamente todos os hospitais, asilos ou orfanatos existentes para assistência aos doentes de lepra e seus filhos, eram de manutenção particular, especialmente instituições católicas e tinham alguma subvenção do poder público, já que não havia uma política de saúde para este fim. Assim, durante o período colonial e imperial, o cuidado com o leproso não era visto como um dever de Estado e sim como objeto da caridade prioritariamente.

O papel da iniciativa privada em torno da assistência aos doentes foi determinante desde o período colonial, atuando como principal mantenedor nos cuidados físicos, além dos compromissos espirituais em relação aos pobres e doentes. A ausência do poder público na prestação desses serviços propiciou terreno favorável para atuação das associações protetoras que proliferaram principalmente durante a primeira república. Inúmeras instituições de perfil caritativo e filantrópico aos doentes de lepra e seus familiares tiveram na atuação de importantes lideranças femininas na fundação e condução destas associações voltadas para este fim, onde destacamos o estado de São Paulo. Em março de 1917, foi fundada a Associação Protetora dos Morféticos em São Paulo, porém a entidade de maior visibilidade foi a Sociedade de Assistência aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra, criada oficialmente em 1926, a partir da liderança de Alice de Toledo Ribas Tibiriçá congregando mulheres dos setores médios e da elite paulistana.

Esta entidade privada teve um papel precursor na elaboração de um modelo assistencial aos acometidos pela lepra e nas ações de combate à doença no Brasil.<sup>13</sup>

Uma das principais bandeiras defendidas por Alice Tibiriçá estando à frente das sociedades de benemerência representadas pela Federação das Sociedades de Assistência aos Lazários e Combate à Lepra era justamente uniformizar as políticas profiláticas de combate à doença. Um exemplo dessa atuação ocorreu em 1933, quando a Federação organizou um grande Congresso na Capital Federal, denominado de ‘Conferência para a Uniformização da Campanha contra a Lepra’. Nesse encontro, estavam presentes Delegados de todos os Estados que contribuíram com apresentação de trabalhos, sendo destacadas informações sobre epidemiologia, estatística e profilaxia da doença. Um dos resultados da Conferência foi a necessidade de participação efetiva do governo federal na construção de leprosários, permanecendo sua administração e manutenção como responsabilidade dos governos estaduais, além da criação de um Conselho Nacional de Profilaxia da Lepra, constituído por técnicos e que seria responsável por toda a campanha antileprosa a ser feita.<sup>14</sup>

## **1.2 As políticas de saúde pública e as ações de controle da lepra**

Com a proclamação da República no Brasil, foi promulgada uma nova Constituição Federal em 1891 que não apresentou mudanças significativas no que se refere às políticas públicas de saúde e saneamento. O federalismo da República deu poderes aos Estados, permitindo grande autonomia e fortalecimento das oligarquias em relação ao poder central. Desta forma, as questões relativas à saúde eram responsabilidade dos Estados e municípios. Entretanto, com a exceção de São Paulo – que criou uma organização sanitária estadual – na maioria dos estados tais ações não ultrapassavam as capitais. A impossibilidade de enfrentamento desses problemas sem o apoio do poder central contribuiu para que a República somente intervisse diretamente nos Estados em momentos epidêmicos, abrindo, inclusive, espaços para o estabelecimento de parcerias internacionais, como foi o caso dos convênios com a Fundação Rockefeller (CASTRO SANTOS, 2004, p. 249-293; HOCHMAN, 1998, p. 96-97).

---

<sup>13</sup> O surgimento destas sociedades de benemerência que se desenvolveram durante o período de liderança de Alice Tibiriçá será o principal objeto de análise desta tese.

<sup>14</sup> A Conferência para a Uniformização da Campanha contra a Lepra será analisada no quarto e último capítulo desta tese.

Na primeira República (1899-1930), o movimento sanitarista brasileiro ganhou força, a partir da década de 1910, tornando-se um dos principais meios do projeto de formação da nacionalidade brasileira, que compreendia a saúde e o saneamento rural e demandava ações centralizadas do Estado.

O desconhecimento da realidade vivenciada pelo homem rural e sua situação de saúde só ficou conhecida pelo grande público dos centros urbanos por meio dos relatórios das expedições científicas realizadas ao interior do país nas décadas de 1910 e 20. Tais relatórios evidenciaram a grave realidade das populações distantes dos centros urbanos e, portanto, abandonadas e doentes do poder central, mostrando uma realidade bem distante do aparato necessário e desejado para a saúde, que havia sido idealizado na Constituição de 1891. As expedições realizadas pelos médicos Belisário Penna (1868-1939) e Arthur Neiva (1880-1943) revelaram as mazelas que afligiam as populações do interior, especialmente o sertanejo que era *doente e não indolente* como se imaginou durante algum tempo. Era preciso que as autoridades públicas respondessem aos cidadãos e elevasse o país ao panteão da modernidade, oferecendo saúde pública, mesmo em localidades distantes dos grandes centros urbanos (Cf. CASTRO-SANTOS, 1985; LIMA, 1999).

A viagem de Neiva e Penna foi uma das que impulsionou a realização de campanhas em favor do saneamento. Em 1918, foi criada a Liga Pró-Saneamento do Brasil, sob grande influência dos artigos publicados por Belisário Penna, entre novembro de 1916 e janeiro de 1917, no jornal *Correio da Manhã*.

Na década de 1910, o debate em torno do saneamento foi se acentuando no Brasil, onde cada vez mais o movimento sanitarista empenhou-se no combate às endemias rurais. Com seu diagnóstico do “Brasil como um imenso hospital”<sup>15</sup>, o movimento sanitarista vai apontar uma alternativa para a modernização do país através da incorporação dos sertões e dos sertanejos ao conjunto da nação.

A integração dos sertões à civilização do litoral representava o grande desafio para o fortalecimento da nacionalidade, como destaca Castro-Santos: “população doente = raça fraca = nação sem futuro”. Entretanto, ainda que com pouco alcance e reduzida eficácia, a legislação e as políticas de saúde do período foram capazes de lançar as bases para as campanhas subsequentes e minar a resistência das oligarquias rurais (CASTRO SANTOS, 1985:10-11).

---

<sup>15</sup> Essa expressão foi proferida em um discurso realizado pelo médico e professor Miguel Pereira na Academia Nacional de Medicina em 1916, e teve grande repercussão na comunidade científica nacional e na imprensa, sendo considerado um divisor de águas no movimento sanitarista do Brasil.

As ações empreendidas pelo governo federal em relação à saúde pública e, principalmente, no que tange à profilaxia das doenças, estavam divididas entre as elaboradas e desenvolvidas para a capital federal e outras que deveriam ser executadas nos demais estados do país. A descentralização do poder, a partir do pacto federalista, representava autonomia aos estados para cuidar das questões de saúde. Entretanto, poucos puderam ou tiveram condições de atuar nessa esfera, excetuando-se os estados mais fortes tanto política quanto economicamente, como São Paulo (FARIA, 2003, p. 23).

O incremento da pesquisa básica laboratorial no Brasil, principalmente a partir da atuação da Fundação Rockefeller em 1917, que iniciou suas atividades no Brasil com a inauguração de alguns postos de saúde, ganhou impulso no Distrito Federal, Rio de Janeiro e no interior de São Paulo. Consolidou-se, assim, um novo paradigma em termos de institucionalização do saber médico baseado na escola norte-americana, contribuindo inclusive para a evolução do movimento sanitarista. Nesse contexto, o estado que mais se destacou foi São Paulo por meio da organização e montagem, junto com Instituto Pasteur e Butantan, de uma rede de pesquisa com apoio da Rockefeller (CASTRO SANTOS, 1985, p. 14-15; CUETO, 1996, p. 179-201)

No decorrer da década de 1920, enquanto alguns estados iniciavam seus primeiros passos na elaboração de políticas de saúde em relação à lepra, São Paulo já se destacava ao implantar de maneira independente sua estrutura de cuidado e atenção para tais pacientes. Interessante perceber que a rede de instituições criada e seu funcionamento foram a base para a implantação das ações federais na elaboração do Plano Nacional de Combate à Lepra em 1935.

O início dos anos 1920 é marcado, em termos de história da saúde no Brasil, por mudanças nas diretrizes da Saúde Pública com a Reforma da Saúde Pública (1919) levada a cabo por Carlos Chagas (1919-1926); pela criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e das dez Inspetorias sanitárias. É nesse período que o Estado passou a assumir a direção da questão da assistência hospitalar, até então centralizada pelas ações da Irmandade da Misericórdia. O descobridor da doença de Chagas foi um dos baluartes da medicina no início do século XX e em janeiro de 1920, participou como principal personagem da criação do DNSP, concretizado por meio do decreto nº 3987 (BRASIL, 1920; SOUZA-ARAÚJO, 1956, p. 263-264).

As primeiras ações no sentido de controlar o avanço da lepra no Brasil que por sua contagiosidade ocorria principalmente entre os familiares do doente (os comunicantes), foram implementadas na década de 1920. Precisamente em 1920 foi criada a Inspetoria de Profilaxia

da Lepra e Doenças Venéreas, um serviço específico para estas doenças, e elaborada uma legislação própria, que determinava o isolamento de todos os doentes de lepra existentes em território nacional. Nesse contexto, não existia um medicamento específico para tratamento e cura, sendo o isolamento dos doentes defendido como medida profilática essencial de combate e considerado o tratamento ideal (CUNHA, 2004, p. 4).

No que tange ao isolamento, não havia consenso na comunidade científica. Carlos Chagas, primeiro diretor do DNSP, acreditava que a adoção do isolamento compulsório irrestrito seria uma atitude imprudente, pois considerava um problema maior gerar uma prática profilática onde as pessoas contaminadas mais se escondessem do que fossem notificadas e, portanto, conhecidas e cuidadas. Outro eminente ator neste cenário, o médico Belisário Penna, que ocupou o cargo de diretor do Serviço de Profilaxia Rural, entre 1920 e 1922, tratou de dimensionar a doença dentro de suas perspectivas e propunha a criação de um município ao norte e outro ao sul para o isolamento dos doentes (BRASIL, 1920). Já os médicos Arthur Neiva e Heráclides Cesar de Souza Araújo defendiam o isolamento insular, seguindo um dos maiores nomes do sanitarismo do país, Oswaldo Cruz. Foi Cruz, um dos primeiros a se levantar como principal voz a indicar medidas urgentes para luta contra *“uma moléstia que está alastrando-se pela cidade”* (CRUZ, 1905 *apud* CUNHA, 2005, p. 65) e defender que o isolamento em hospitais era desaconselhado, visto a lepra ser uma doença crônica. Segundo o sanitarista, a medida mais eficaz era o sequestro dos doentes e seu internamento em colônias, onde pudessem trabalhar e receber o tratamento apropriado. Dessa forma, Oswaldo Cruz indicava o Lazareto da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, como local ideal para isolar os doentes da Capital Federal. Para os defensores do isolamento insular, a localização espacial de uma ilha facilitaria a vigilância, impedindo ou dificultando a possibilidade de fuga dos doentes (CUNHA, *op.cit.*, p. 65-66).

A ‘Reforma Carlos Chagas’ criou algumas inspetorias de profilaxia de doenças, dentre elas a Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas (IPLDV), órgão responsável pela condução da profilaxia da doença em todo território nacional, subordinada ao DNSP, igualmente criado em 1920. Seu primeiro diretor foi o leprologista e professor Eduardo Rabello que permaneceu no posto até 1926, quando foi substituído por Oscar da Silva Araújo, que a dirigiu até sua desativação, após uma reforma no Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) em 1934 (CUNHA, *op. cit.* p. 88-89).

A Inspetoria estabeleceu ações profiláticas de combate às doenças de sua responsabilidade, além de um código legislativo para legitimar os procedimentos para controle da lepra em caráter nacional. Era subordinada à Diretoria Geral do DNSP e suas atribuições

eram superintender e orientar o serviço de combate à lepra e às doenças venéreas em todo o território nacional e combater o câncer no Distrito Federal. Possuía uma equipe de saúde pública para o tratamento de pacientes que tinham condições de cumprir seu isolamento em domicílio. Além disso, e foram criados, através da Inspetoria, nos centros de saúde, os primeiros dispensários; que desempenhavam um importante papel na profilaxia da lepra, pois atuavam no controle dos comunicantes e identificação de novos casos. Estes dispensários eram bem menos dispendiosos que a construção e a manutenção de leprosários, especialmente porque a proposta do modelo colônia-agrícola demandava estrutura muito onerosa.<sup>16</sup>

O modelo hospitalar de isolamento dos leprosários constituía-se em criar, em um local caracterizado como uma cidade em miniatura, uma estrutura que reproduzia praticamente toda a estrutura social que fazia parte da lógica de funcionamento de uma cidade, como prefeitura, igreja, centro espírita, clube de futebol, escola, salão de baile e lazer (jogos, cinema, artesanato) etc. Enfim, o objetivo era tornar o doente isolado do contato com o mundo externo e, por conseguinte, manter o mundo dos sãos livre do contato com o leproso (ARRUDA, 2015, p. 105-106).

O regulamento sanitário de 1920 foi elaborado em seu conjunto por Carlos Chagas e recebeu críticas contundentes, além de despertar grandes polêmicas<sup>17</sup>. No caso específico da lepra, o regulamento era acusado de ser pouco rigoroso ao permitir o isolamento domiciliar para doentes que tivessem condições socioeconômicas para tal, indicando e pressupondo, inclusive, uma separação social entre eles. Essas críticas determinaram sua revisão e, em 1923, foi aprovado um novo regulamento que sobreviveu, inclusive, às reformas promovidas em 1934, pelo DNSP com a condução de Gustavo Capanema ao posto de Ministro da Educação e Saúde. Foi também um momento em que a sífilis acabou se transformando em uma doença cujo combate assumia proporções não vistas até então, passando a ser o verdadeiro ‘problema’ da

---

<sup>16</sup> O projeto que inspirou tais Colônias agrícolas surgiu no final da década de 1910 em São Paulo e foi denominado “Projeto da Leprosaria modelo nos campos de Santo Ângelo”. Seu planejamento evidencia como poderia ser feita a transição do discurso médico profilático para o campo da arquitetura, onde além da prerrogativa de humanizar os espaços destinados ao isolamento compulsório, apostava em fomentar a prática do trabalho aos que tivessem condições físicas para tal. A primeira colônia agrícola inaugurada no Brasil foi o Lazarópolis do Prata no Pará em 1924, que teve o projeto e as obras coordenados por Souza-Araújo (Cf. ARRUDA, 2015)

<sup>17</sup> É importante ressaltar que o discurso pelo isolamento compulsório em leprosários não era uníssono, havendo divergências e críticas a um modelo altamente intervencionista, separatista e cuja fundamentação científica era controversa (CUNHA, 2005 e CABRAL, 2013).

Inspetoria, virtualmente monopolizando a atuação de seus dirigentes, inspetores e visitadoras sanitárias<sup>18</sup> (Cf. CARRARA, 1996).

As iniciativas de combate à lepra não atenderam às expectativas em termos profiláticos e a Inspetoria perdeu sua força como órgão oficial de combate à doença. Após um período de regulamentações e de definições de metas, não houve sustentação política para a manutenção de suas propostas e serviços. Mesmo assim, foram feitas experiências com novas modalidades de hospitais, abrigando colônias agrícolas, asilo colônia e leprosário, e alguns estabelecimentos foram construídos em alguns estados. Contudo, este modelo foi insuficiente considerando a proposta isolacionista, que posteriormente seria aplicada com rigor.

Com a década de 1930, há uma grande mudança política no contexto brasileiro que foi a tomada de poder sob a liderança de Getúlio Vargas a partir do movimento desencadeado com a Revolução de 24 de outubro (Cf. DECCA, 1981; FAUSTO, 1997), que fechava um ciclo de políticas de saúde no país. A partir desta nova realidade política, um dos primeiros atos do Governo Provisório foi a criação do MESP, que procurou responder à pauta de reivindicações da sociedade e das categorias médica e política.<sup>19</sup> Nesse sentido, o governo Vargas foi extremamente significativo ao atender a uma determinada parcela da comunidade científica que defendia um conjunto de políticas de saúde em relação à lepra e igualmente em relação às políticas de saúde em geral, sobretudo sob a direção de Gustavo Capanema (1934-1945), cuja administração tratou de enfatizar a expansão das políticas de saúde, o que demandava uma centralização dessas ações, sob a égide do Ministério. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) buscou consolidar uma estrutura de serviços em todo o país, baseando-se nos princípios da ideologia sanitária da Primeira República, inaugurando assim, uma versão universalista. Embora tivesse o propósito de “educar e curar” o Brasil, não se efetivaram impactos significativos na política sanitária durante o Governo Provisório (FONSECA; HOCHMAN, 2000).

No que se refere às políticas de combate à lepra foi dada prioridade na uniformização das ações de combate, com ênfase na segregação compulsória dos leprosos e na expansão da rede de leprosários pelo país. As ditas ações “mais liberais” propostas pelo programa profilático da IPLDV foram abandonadas em nome de uma profilaxia que atendia os anseios isolacionistas, além de acenar aos interesses da sociedade sadia que não deseja conviver com o leproso.

---

<sup>18</sup> As atividades da Inspetoria foram mais direcionadas ao combate das doenças venéreas, sobretudo a sífilis como já dito, visto que temos um discurso bastante enfático em relação à constituição racial do brasileiro, com a defesa da eugenia inclusive como bandeira de algumas associações e sociedades médicas e educacionais.

<sup>19</sup> O Ministério ficou até este momento com alguma instabilidade política e de gestão, visto que teve a direção de três ministros neste curto intervalo de tempo, desde sua criação em 1930 até 1934.

No meio de todo esse processo desencadeado após a criação do MESP, o Estado de São Paulo já era uma exceção pelo pioneirismo que representava em ações de saúde pública. Enquanto o isolamento acontecia de forma seletiva em alguns estados brasileiros, em São Paulo implementava-se essa profilaxia de forma compulsória para todas as pessoas diagnosticadas com a lepra. Mesmo com as mudanças pretendidas a nível nacional após a revolução de 30, São Paulo manteve uma identidade peculiar que o diferenciava das demais unidades da federação, transformando-o posteriormente em uma referência no combate à lepra. O chamado “modelo paulista” de tratamento foi oficializado em 1917, após a realização de uma reforma sanitária em São Paulo, no qual seu programa profilático exigia a internação de todos os diagnosticados. Esse foi um dos principais motivos que levaram São Paulo a construir uma ampla rede de leprosários e aplicar o modelo de “internação em massa” após a Revolução de 1930.<sup>20</sup>

Em 1935, o ministro Capanema solicitou a Ernani Agrícola, Joaquim Motta e João de Barros Barreto que traçassem um plano de âmbito nacional para enfrentar o problema representado pela doença. O Plano Nacional de Combate à Lepra foi implantado naquele mesmo ano e ratificou o modelo de isolamento em leprosários; ele seria concretizado pelos Estados, abrangendo o nível nacional com seu modelo tripé (leprosário, dispensário e preventório).

O referido plano, que inicialmente foi denominado de “Plano de construções” não se resumia apenas em construir, manter ou ampliar instituições dessa natureza. Sua ação marcaria uma nova fase de profilaxia da lepra, já que pretendia também elaborar pesquisas, realizar censos, refazer a legislação existente e regular com a força da lei, além de padronizar a estrutura e a administração dos leprosários. O censo é apontado como um dos elementos primordiais neste planejamento, já que conhecer o tamanho do problema pode ser visto como parte da solução. Segundo Ernani Agrícola, o censo representava uma ferramenta indispensável para levantamento de dados confiáveis, possibilitando a confecção de boas estatísticas sobre o número de doentes por região (AGRÍCOLA, 1943, p. 45-50).

Devido à necessidade de se construir leprosários, apontados como a principal “solução” para o controle da endemia, o chamado “plano de construções” tornou-se elemento primordial para as políticas de eliminação da lepra. Apesar de sua orientação ser federal, ou seja, deveria ser cumprido em todo o território nacional, ele deveria ser concretizado em cooperação com os

---

<sup>20</sup> Segundo Yara Monteiro, a Inspetoria de Profilaxia da Lepra de São Paulo era muito bem organizada e tinha uma espécie de dossiê completo de cada caso de doente comprovado, além dos comunicantes que eram as pessoas “suspeitas” de estarem infectados. Todas as informações ficavam armazenadas em um único arquivo na cidade de São Paulo. (MONTEIRO, op. cit., p. 163-167).

estados, através de acordos com a União (CUNHA, op. cit., 91). Ficou definido que os investimentos federais nos estados não teriam sua verba somada diretamente ao orçamento estadual para evitar que fosse aplicada sem cumprir o acordado com o governo federal e para tal fim (BARRETO, 1938, p. 253-254).

O modelo tripé teve no isolamento compulsório sua grande marca e foi bastante agressivo e rigoroso, considerando o conhecimento médico sobre a doença, que via no isolamento a forma mais correta de tratá-la. Em relação ao doente, não eram consideradas as questões sociais e subjetivas derivadas desta política. Era uma prática já consolidada, que apesar de não ser unânime, tornou-se orientação sanitária internacional baseada no sucesso vivenciado na Noruega e a partir das resoluções da I Conferência Internacional de Lepra, em 1897.

Com a implantação do Plano Nacional de Combate à Lepra, em 1935, e como parte de seus objetivos, tivemos uma série de instituições criadas pelo governo federal nos Estados que pudessem atuar diretamente no controle e atenção dos pacientes com lepra. No caso do Rio de Janeiro, foi criada a Colônia de Iguaú, que atendia ao Estado do Rio de Janeiro uma vez que o Distrito Federal já contava com o Hospital dos Lazaros (o Frei Antonio) e a Colônia de Curupaiti.

Com a decretação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, a partir de um golpe de Estado, os representantes do poder buscaram legitimar o regime utilizando recursos de propaganda para arregimentar apoio dos setores mais amplos da sociedade, além da integração política das massas através de novas bases. Após o golpe, os partidos e o Parlamento foram abolidos, destituindo os interlocutores políticos. O governo federal passou a intervir nos estados mediante a nomeação dos interventores, assumindo o poder orientado por uma nova Constituição. Numa cerimônia cívica, Getúlio Vargas, através de um ato simbólico, realizou a queima das bandeiras estaduais para estabelecer a vitória do poder central sobre as unidades estaduais (CAPELATO, 2011, p. 116-117).

A condução da agenda de ações públicas de combate à lepra já apresentava um perfil centralizador e autoritário, que se consolidou ainda mais a partir da decretação do novo regime. Um volume enorme de recursos fora disponibilizado pela União para construção, manutenção e instalação de leprosários, apontados como elemento primordial (SANTOS, 2005, p. 99).

Em 1941, por iniciativa do Ministro Capanema, o Ministério foi reorganizado e foram criados os Serviços Nacionais, tendo inclusive o Serviço Nacional da Lepra (SNL). Foi um período de desenvolvimento desses Serviços, com orientação e desenvolvimento técnico especializado, coordenação e controle das atividades públicas e, também privadas. As Ações

do SNL se consolidaram entre as décadas de 1950 e 1960, e buscaram, principalmente, uniformizar as atividades em torno do combate à doença (MACIEL, 2007, p. 125-126).

A partir de meados da década de 1940, o tratamento da lepra e o questionamento sobre o isolamento compulsório ganha novos e importantes contornos no contexto do chamado “otimismo sanitário”<sup>21</sup>, com o avanço da descoberta de novas substâncias químicas, como sulfas e antibióticos. O único medicamento que sinalizava algum resultado até aquele momento era o óleo de chaulmoogra, comumente utilizado em compressas, cápsulas ou injeções, e era um derivado de plantas que não apresentava comprovadamente melhora para o paciente.

A respeito do tratamento à base de sulfas, também denominado de *sulfonoterapia*, sabe-se que foi iniciado em 1941, no Leprosário de Carville, EUA. A partir das experiências realizadas pelo médico Guy H. Faget (1891-1947) de forma pioneira descobriu o poder terapêutico do medicamento no tratamento da lepra. No Brasil passou a ser utilizada de maneira experimental em 1944, pelo médico leprologista Lauro de Souza Lima (1903-1973), no Sanatório Padre Bento, em São Paulo. Porém, foi apenas na década de 1950, que o tratamento à base das sulfas passou a ser utilizada em larga escala, graças aos resultados satisfatórios obtidos. Este foi um dos fatores que possibilitou o questionamento mais amplo sobre a eficácia da internação compulsória, uma vez que o doente deixava de contaminar outras pessoas com o tratamento e, portanto, não se justificava mais seu isolamento em hospitais colônias. Esse processo revolucionário no quadro medicamentoso propiciou gradativamente o colapso do modelo profilático baseado na segregação (CARVALHO, 2012, p. 125; CUNHA, 2005, p. 117; CURI, 2002, p. 203).

### 1.3 O desmonte do modelo isolacionista

O perspectiva de cura oferecida pela descoberta das sulfonas, contribuiu para o redimensionamento do discurso em torno do isolamento compulsório, principal ação profilática que envolve o controle da lepra. Internacionalmente, a comunidade científica caminhava em direção ao fim da prática do isolamento compulsório. No VI Congresso Internacional de Lepra, realizado em Madrid, em 1953, o isolamento compulsório passou a ser questionado. Defendeu-se que ele deveria acontecer somente em casos de tipos contagiantes, além de incluir medidas de propaganda e educação sanitária para conscientizar a população quanto ao contágio. Ainda

---

<sup>21</sup> O impacto da descoberta dos antibióticos e o sucesso extraordinário das campanhas de vacinação em massa, gerou na comunidade científica e médica um grande otimismo a ponto de alguns defenderem que as doenças seriam logo erradicadas do planeta (GARRET, 1995, p. 39-40).

em 1953, finalmente, a OMS (Organização Mundial de Saúde) reconheceu os resultados satisfatórios que foram obtidos com o tratamento através das sulfonas. Os reflexos dessa mudança ficaram expostos nos congressos internacionais que ocorreram posteriormente, onde foi ratificado o papel das sulfonas na cura da lepra e a proposição de solução para os problemas gerados ao longo do tempo pela manutenção do isolamento compulsório em leprosários (MANINI, 2019, p. 53).

No Brasil, o ano de 1953 é marcado pela criação do Ministério da Saúde. Em 1956, o SNL inicia a Campanha Nacional contra a Lepra, que buscou de forma pedagógica e através de estratégia epidemiológica atuar na conscientização da população. A campanha foi pensada para ser executada de forma local no Rio de Janeiro, capital federal à época, e posteriormente aplicada em nível nacional a partir de 1959. Constituía basicamente em medidas que visavam ensino, pesquisa, propaganda e educação sanitária, pontos fundamentais para a profilaxia da doença, marcando oficialmente o início do anti-isolacionismo e a tentativa de desestigmatização da lepra na sociedade (CUNHA, 2005, p. 91-92).

Foi dada ênfase no combate à doença e deveria ser dada ao diagnóstico precoce e a continuidade de tratamento, evitando-se ao máximo seu abandono. Contudo, na década de 1960 e, portanto, já decorrido um tempo razoável de sua execução, o que se observa, nos relatórios dos leprologistas do SNL, é que não houve continuidade das ações de campanha de maneira desejável, por diferentes razões. A falta de recursos para manutenção da campanha demonstrou ser um dos maiores desafios, pois era preciso que um grande contingente de profissionais se deslocasse para lugares distantes do país, o que nem sempre era possível diante das contenções orçamentárias e do tamanho do Brasil (FERREIRA; MACIEL, 2014, p. 19-40).

Com o VII Congresso Internacional de Lepra realizado em Tóquio, em 1958, o isolamento foi definido como medida anacrônica, sem nenhuma influência no tratamento e insuficiente como medida profilática no combate à doença.<sup>22</sup> Inaugurou-se uma nova fase na leprologia, uma vez que os avanços químicos e da indústria de medicamentos tornaram possível tratar e controlar a enfermidade como outras patologias que sequer necessitavam de internação (CUNHA, 2005, p. 117-118).

No Brasil, no final da década de 1950, existiam 36 leprosários, 102 dispensários e 31 preventórios em todo o país. Do total de dispensários, 46, ou seja, pouco menos da metade,

---

<sup>22</sup> Interessante pensar este dado, pois nesta cidade justamente o isolamento compulsório somente terminou em 1996, por pressão política internacional e dos grupos de saúde. O isolamento de leprosos no Japão teve em sua longa trajetória a aplicação da esterilização compulsória de todos os pacientes e foi um dos mais explicitamente violentos que se aplicou no mundo.

estavam localizados no Estado de São Paulo; do total de leprosários, Minas Gerais possuía 6 unidades. No Distrito Federal havia duas instituições de isolamento, que eram o Curupaiti e o Hospital dos Lazaros; no Estado do Rio de Janeiro havia a Colônia do Iguaú, localizado em Itaboraí. Em relação aos dispensários, na Capital Federal havia 6 e 7 em todo o Estado do Rio de Janeiro. Em relação aos preventórios, havia 2: os Educandários Vista Alegre e Santa Maria, localizados respectivamente em São Gonçalo e próximo à Colônia de Curupaiti (MANUAL DE LEPROLOGIA....1960, p. 24-29).

Em 7 de maio de 1962, foi aprovado pelo Ministério da Saúde o decreto nº 968, assinado por Tancredo Neves, que nesse momento ocupava o cargo de Primeiro Ministro, colocava o isolamento do doente como uma quebra de relações sociais e familiares, causando a dissolução de famílias e que, portanto, deveria ser suprimido.

Para além de todo aspecto social que envolvia a ruptura dos laços afetivos entre doentes e familiares, é notório destacar que durante o governo de JK o Brasil se industrializava e se modernizava dentro de seu plano de metas baseado no mote de sua campanha presidencial: ‘50 anos em 5’. Incluído nesse projeto a população produtiva deveria contribuir com o desenvolvimento do capitalismo ajudando a construir o patrimônio e as riquezas nacionais. Deste modo, certificava-se de que parte desta população estava impossibilitada de integrar este projeto nacional por questões de saúde (tuberculose é uma grande mácula igualmente) e mutilação (nos casos dos pacientes sequelados pela lepra ou poliomielite, por exemplo), sendo colocada à margem do mercado de trabalho, certamente a presença da lepra e outras mazelas potencialmente incapacitantes deveria ser revista (MACIEL, 2007, p. 271-273).

As críticas contrárias ao isolamento foram ficando cada vez mais intensas e contundentes no decorrer da década de 1960. Acusavam o modelo tripé profilático de ineficiente, estigmatizadora e onerosa.

Alguns estados como São Paulo, por exemplo, ignoraram o decreto federal e não cumpriram essa determinação. O Departamento de Profilaxia de Lepra (DPL) paulista seguia seu protocolo, dando continuidade às internações e mantendo seus doentes segregados. O fato de o isolacionismo ter sido oficialmente extinto não impedia que o DPL continuasse com sua política de atuação, mantendo a mesma estrutura de funcionamento e de poder, com apoio político para continuar com seu programa. Neste caso, o abandono do modelo isolacionista só foi possível a partir de 1967, com a mudança de governo em São Paulo. O novo governador eleito, Abreu Sodré, nomeou como secretário de saúde, Walter Leser, que buscou um representante significativo na área para assumir o DPL, o médico leprologista Abraão Rotberg. Uma vez nomeado, Dr. Rotberg rapidamente articulou em diferentes frentes o desmonte da

estrutura profilática paulista baseada no isolamento irrestrito de doentes (MONTEIRO, 1995, p. 416-418)

No mesmo ano, 1967, o isolamento compulsório chega ao fim em uma das maiores redes de leprosários do país.<sup>23</sup>

As campanhas educativas propostas por Rotberg foram fundamentais no processo de desestigmatização da doença em São Paulo, contribuindo também na mudança que vinha ocorrendo no restante do país. Outra resolução importante, e que também foi ele o responsável, passava pela mudança de terminologia da doença conhecida milenarmente como lepra e carregada de estigma e preconceito. Assim, como forma de diminuição ou término do estigma e forte preconceito, foi proposta uma nova designação para a doença que seria a hanseníase. A maior resistência estava presente no meio social, pois os ditos “sadios”<sup>24</sup> desde os tempos remotos viveram apartados dos leprosos, logo, a nova realidade de convívio mútuo, a partir da ideia de que a lepra era curável, causava estranhamento e desconfiança. O processo de conscientização da população foi importante como elemento de mudança cultural, embora se saiba que ainda hoje há preconceito e estigmatização em relação a estes pacientes.

Em 1976, o termo hanseníase substituiu oficialmente a denominação de lepra no Brasil, visando minorar o estigma do doente e propiciar sua integração à sociedade, conforme recomendação da Conferência Nacional para Avaliação da Política de Controle da Hanseníase, em Brasília, tendo como expoente Abraão Rotberg, um dos grandes incentivadores desta mudança. Em 1995, não mais através de decreto e sim com a lei federal nº 9010, ficou determinado que o termo lepra e suas derivações não poderiam mais ser utilizados na linguagem empregada nos documentos oficiais da administração pública brasileira.

O processo de abertura oficial dos asilos-colônias, também denominados de leprosários, ocorreu de forma lenta, cheio de retrocessos e surpresas, onde na sua grande maioria só aconteceu a partir da década de 1980. Os pacientes ex-internos e egressos desse sistema foram obrigados a ajustar-se a uma socialização fora dos muros daquela instituição. Na sua grande maioria, permaneceram no mesmo local, onde formaram família e laços de sociabilidade ou pela inexistência de vínculos sociais com o mundo exterior.

Analisar o isolamento sobre um novo foco, evita certo reducionismo muito presente nos trabalhos desenvolvidos principalmente por médicos-historiadores, que avaliam essa política

---

<sup>23</sup> A rede asilar paulista era composta por 5 hospitais-colônias, sanatórios e leprosários. A Colônia de Santo Ângelo foi inaugurada em 1928; o Asilo-Colônia de Pirapitingui, foi inaugurado em outubro de 1931; o Sanatório Padre Bento, inaugurado em junho de 1931; o Asilo-Colônia de Cocais foi inaugurado em abril de 1932 e o Asilo-Colônia Aimorés foi inaugurado em abril de 1933.

<sup>24</sup> Expressão comumente utilizada pelos ex-internos dos antigos leprosários.

pública como instrumento de punição e exclusão ao doente. A realidade dos internos e sua vida “*intramuros*” pressupunham o “isolamento total” e a falta de contato com seus familiares, fazendo com que muitos deles estabelecessem novas relações de parentesco e constituindo outra vida de fato. Havia casamentos e vida social entre os doentes que frequentavam o salão de jogos, o cinema, a banda de música e as escolas; todas estas atividades funcionavam dentro dos limites do Hospital, visto que as visitas eram permitidas para os familiares e, com o tempo, iam se escasseando até o rompimento dos laços, na maioria das vezes. É claro, que tudo isso acontecia de acordo com as regras impostas pela direção dos asilos-colônias. Contudo, a perspectiva de análise dos leprosários sob a ótica de uma “instituição total”<sup>25</sup> e que o paciente jamais transitava por outras áreas, ultimamente tem sido questionada.

Com os estudos específicos sobre a história da lepra que temos visto, percebemos que o isolamento total é uma ideia frágil e não uniforme, pois não funcionava de maneira rigorosa em todas as instituições de isolamento. A depender do local (instituição e unidade da federação) o isolamento nem sempre era inexorável e rigoroso, o que não significa dizer que era algo simplista ou menos traumático, mas havia certa liberdade para transitar por entre algumas colônias e até fora delas, com os pacientes participando da vida social nas cidades.<sup>26</sup>

Assim, percebemos que estas instituições possuíam uma dinâmica muito similar e podem-se comprovar alguns casos nos quais os doentes saíam e voltavam regularmente. A título de exemplificação, cito a Colônia de Iguá, único asilo-colônia construído no antigo estado do Rio de Janeiro. Nunca esteve cercada por muros, com uma extensão de aproximadamente 1,5 km<sup>2</sup> e apenas uma parte do perímetro com cerca de arame, as “idas e vindas” dos pacientes em busca principalmente de frutas, cigarros, bebidas alcóolicas e aventuras sexuais, aconteciam regularmente, mesmo sabendo que estavam sujeitos ao código disciplinar existente, podendo inclusive ser presos. O relato de um dos ex-internos dimensiona essa tensão:

Era proibido (sic) a nossa saída. Mas a gente sempre saía né, porque a Colônia nunca foi cercada por muros. Alguns iam pelo trilho, outros pelo mato. Eu ia com outros colegas, para passear, para beber. Mas eles não gostavam muito não, sabe. Tinha sadio que perguntava: Escutam aqui, vocês são doentes e ainda bebem? A gente botava o

---

<sup>25</sup> Instituição total é um conceito desenvolvido por Erving Goffman através de uma pesquisa etnográfica abordado em seu livro “*Manicômios, Asilos e Conventos*”. Goffman explorou o ‘controle’ que instituição exerce sobre os indivíduos e a construção da ‘cultura dos internados’, a partir da despersonalização e perda de identidade.

<sup>26</sup> Ver ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. *Nação, país moderno e povo saudável: Política de combate à lepra no Piauí*. Teresina: Edufpi, 2013; neste estudo a autora analisa a vida social dos acometidos pela lepra na década de 1930 e o funcionamento da Colônia do Carpina, em Teresina, inaugurada nesta década. Merece também atenção o trabalho de Keila Carvalho no qual analisa a Colônia de Santa Izabel em Betim, Minas Gerais, e igualmente a vida social dos internos e suas peculiaridades com o isolamento compulsório. CARVALHO, Keila Auxiliadora. *Colônia Santa Izabel – História e Memória do isolamento compulsório dos doentes de lepra*. Curitiba: Ed. Prisma, 2016.

dinheiro em cima do balcão, eles tinham um medo danado. Eles tinham um pedaço de pau no canto, que usavam para empurrar o dinheiro para dentro da gaveta, só para não por a mão.<sup>27</sup>

Os antigos asilo-colônias são espaços pródigos em memórias ligadas ao sofrimento, contudo, também guardam relatos de superação e reconstrução social a partir da ressignificação que buscaram aquelas pessoas ao serem internadas nesses locais. As redes de sociabilidades que foram formadas, impulsionadas por atividades como o futebol e o carnaval, por exemplo, formam um capítulo à parte na história desses atores, transformando esse espaço em múltiplas práticas. O carnaval organizado pelos doentes e a escola de samba *Anjos Inocentes* formada na década de 1970, chegou a vencer o desfile carnavalesco da cidade de Itaboraí por duas vezes, fora os três vice-campeonatos conquistados (Jornal *Folha de Itaboraí*, 1984).

Há décadas, sabemos que a doença hanseníase, enfermidade ressignificada por um conjunto de fatores ao longo do tempo, é uma doença curável. Alguns dos medicamentos iniciais que revolucionaram o tratamento são utilizados até os dias atuais. A partir de 1986, o Ministério da Saúde adotou a utilização da administração de um conjunto de medicamentos, a chamada PQT (poliquimioterapia), combinando *Dapsona*, *Clofazimina* e *Rifampicina*. O tratamento é feito apenas em postos de saúde do SUS (Sistema Único de Saúde) e a partir do momento que o paciente inicia o tratamento, automaticamente já deixa de ser transmissor do bacilo. Contudo, por estarem em uso há muitos anos, tais medicamentos têm se mostrado ineficazes para o combate real à doença, visto terem sido identificados vários casos de recidiva em pacientes já considerados curados.

Hoje já temos ciência que a doença é curável e que o tratamento é possível ser feito sem necessidade de internação e acompanhamento regular. Porém, o desfecho dessa enfermidade mal compreendida ao longo do tempo, ainda continua longe de solução, pois o país continua a ser o segundo no mundo em números de casos de hanseníase.

No Plano estratégico (2011-2015) de redução adicional de carga de Hanseníase organizado pela OMS e pela OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), além de outras instituições como o SUS, existe menção a uma série de dados epidemiológicos referentes a primeira década do século XX. Em 2006, havia 249.076 casos de hanseníase registrados para tratamento em todo o mundo, enquanto o número de casos novos notificados em 2006, só no Brasil foram 44.436, representando quase 18% do total (Estratégia Global... 2010, p. 7-8). Neste período, o Brasil ficou atrás apenas de Bangladesh e Angola. Entre 2012 e 2016, foram apontados 151.764 novos casos no Brasil. Nos dados coletados a partir das análises, observou-

---

<sup>27</sup>Entrevista concedida a Luiz Maurício de Abreu Arruda pelo ex-interno Daniel em 15 de junho de 2014.

se que a taxa de detecção no Brasil aponta para uma predominância de homens com baixa escolaridade (Boletim...2018, p. 1-11).

Assim, penso que a indústria química de medicamentos poderia exercer importante papel no sentido de novas pesquisas para descobrir outras drogas que sejam mais efetivas no tratamento, bem como aqueles que apresentam resistência. Contudo, é fato que a hanseníase é uma doença que, em seu maior número de casos, afeta populações que vivem em situação de pobreza, sem condições para a manutenção básica da vida e praticamente excluído do mercado de força de trabalho. Portanto, a solução desse problema social deveria ser uma estratégia de política de saúde pública, logo uma demanda do Estado. Porém, o que temos presenciado atualmente é um desprestígio de ações efetivas que atendam a tais populações, bem como uma grande diminuição dos fatores que poderiam deter o aumento de número de casos no Brasil. O incremento de aspectos como saneamento básico, acesso à saúde, igualdade social são fundamentais para diminuir a incidência de casos e o país não apresentar os índices atuais, cujas estatísticas mostram nos últimos quatro anos, uma série histórica com grande aumento de casos em populações mais suscetíveis, em especial nas regiões Centro- Oeste e Norte.

Neste capítulo procurei mostrar como se constituiu o problema da lepra no mundo e no Brasil, elaborando um percurso a partir de alguns dos principais trabalhos presentes na historiografia que consideraram a lepra e o modelo de assistência ao leproso como objeto de pesquisa. A escolha de temas dessa natureza está inserida na renovação do campo historiográfico, que possibilitou o desenvolvimento de várias tendências na área, tais como a história das doenças e da saúde pública. Esta situação, que vem ocorrendo desde a década de 1980, evidencia a ampliação de estudos que busca inclusive rever processos históricos.

## **2 ASSISTENCIA À SAÚDE, FILANTROPIA E AÇÃO DE MULHERES: AS ASSOCIAÇÕES DE ASSISTENCIA AOS LAZAROS DE SÃO PAULO (1889-1930)**

Neste capítulo apresento um breve histórico das políticas de institucionalização da saúde pública em São Paulo ao longo da Primeira República (1889-1930), para mostrar como a lepra foi gradualmente adquirindo prioridade na agenda de realizações caritativo-filantrópicas, onde se destaca o papel da sociedade civil na assistência aos doentes de lepra e seus familiares. Compreender o papel das principais lideranças femininas na fundação e condução de associações voltadas para essa função no Brasil dos anos 1920, especificamente na cidade de São Paulo, torna-se essencial para entender como a ação das entidades privadas foi importante na reivindicação de uma maior atenção do governo federal e dos estados para a doença. Apresento apontamentos biográficos sobre Alice Tibiriçá, principal personagem que congregou de forma efetiva o campo das realizações de benemerência impulsionadas por mulheres, tendo papel precursor na elaboração de um modelo assistencial aos acometidos pela lepra e nas ações de combate à doença no Brasil. A criação em 1926, da Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra em São Paulo, servirá de modelo de assistência para o surgimento de outras instituições congêneres, que posteriormente se espalharão por todo país.

No Brasil, como já destacado no capítulo anterior, o modelo assistencial predominante, que perdurou desde o período colonial até o início da República, foi o empreendido pela Santa Casa de Misericórdia mantido pelas Irmandades da Misericórdia. A historiografia considera tal modelo como o principal mantenedor da prática caritativa e dos compromissos espirituais em relação aos necessitados, tratando-se de uma experiência baseada na tradição portuguesa de assistência. (SANGLARD, 2006, p. 11-33).

De maneira geral, a atuação bem distinta entre a assistência pública e a saúde pública caracteriza as ações de saúde desde o surgimento dos primeiros hospitais, quando a assistência ficou a cargo da Igreja e/ou de leigos (corporações de ofício, caridade e filantropia), enquanto que a saúde era função dos Estados (Cf. SANGLARD, 2008). No Brasil, a proclamação da República e o surgimento da nova Constituição em 1891, foram eventos que reorganizaram as competências do poder central, dos Estados e municípios: o que, até então, cabia a poder central passou a ser exercido pela municipalidade.

No que se refere à análise histórica das ações mais efetivas de assistência aos doentes de lepra no Brasil é fundamental investigar a atuação destas irmandades e ordens, como já sinalizado.

## 2.1 A saúde pública em São Paulo durante a Primeira República (1889-1930)

Nas primeiras décadas do século XX, São Paulo se constitui em um terreno fértil de ações organizativas no campo assistencial voltadas para os doentes de lepra e seus filhos. No que tange o pioneirismo paulista em matéria de realizações no âmbito assistencial na saúde, destaca-se o cenário de ‘institucionalização’ das reformas na saúde pública ocorridas no estado, que se iniciará especialmente com o fim da monarquia e no decorrer da Primeira República. Tal momento é o de aglutinação pelos interesses da elite paulista do café, principal zona produtora do país. Essa próspera economia voltada para a exportação alicerçou o progresso do estado paulista, que favoreceu o desenvolvimento de um ambiente científico e intelectual no campo da saúde. A expansão cafeeira para o oeste paulista e, mais tarde, o fluxo de grandes levas de imigrantes oriundos de diferentes partes da Europa, especialmente italianos, marcaram profundamente a região. Nesse contexto, as principais mudanças ocorreram na cidade de São Paulo, que ganhava outros contornos, além de outros sotaques e nacionalidades. Foi nesse período que o sanitarismo e as práticas médicas tiveram forte atuação no processo de transformação da futura metrópole.<sup>28</sup>

Não era apenas São Paulo que passava por mudanças, mas também as principais cidades do país se transformavam. A Abolição foi efetivada em 1888 e a proclamação do novo regime em 1889, representou a descentralização administrativa que possibilitou ao estado de São Paulo uma autonomia importante para o projeto de modernização que suas elites tanto desejavam. E nesse bojo, a saúde pública foi uma das áreas em que este cenário de mudanças se tornou mais efetivo. Porém, o rápido aumento da população piorou as condições sanitárias nas principais cidades brasileiras agravadas por doenças epidêmicas como peste bubônica e febre amarela.

Segundo Edgard Carone, durante as duas primeiras décadas do século XX, o estado de São Paulo aumentou sua população em 101%, somando mais de 4 milhões de habitantes. Esse crescimento acelerado foi um fenômeno de caráter urbano e industrial. O número de estabelecimentos fabris em 1907 era de 326, empregando um total de 24.186 operários; em 1920, o quantitativo de fábricas foi de 4.145 com um total 83.998 operários (CARONE, 1975, p. 76).

A partir dessas alterações do espaço físico proporcionadas por reformas urbanas e sanitárias, algumas variáveis sustentavam os discursos higienistas como, por exemplo, os surtos

---

<sup>28</sup> Sobre esse tema, há uma vasta literatura que investiga a institucionalização da Saúde em São Paulo. Cf. MASCARENHAS (1973); MERHY (1990); CAMPOS (2002); ALMEIDA, (2003).

epidêmicos representavam um entrave ao desenvolvimento econômico e impediam o progresso da civilização e modernidade pretendidas no país. As ações de saúde pública em São Paulo no regime republicano tiveram originalmente ações de caráter descentralizado, pois desta forma a Constituição se orientava. A criação do Serviço Sanitário em 1892 é apontada como um marco para a implantação do governo republicano, pois a partir daí a resolução dos problemas relacionados à saúde e higiene geraram condição de transformação política, crescimento econômico e ordenamento social (FARIA, 1995, p. 109-129; TEIXEIRA; ALMEIDA, 2003, p. 475-498).

Importante situar que nesse período foram criadas várias instituições, como o Instituto Bacteriológico do Estado de São Paulo (1893)<sup>29</sup>; Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895); uma série de revistas médicas, como a Revista Médica de São Paulo (1889); o Instituto Butantan (1901); a Faculdade de Farmácia (1900) e o Instituto Pasteur (1903). Além disso, as instituições existentes desde o período colonial foram remodeladas, como é o caso do Hospital da Santa Casa de Misericórdia (TEIXEIRA; ALMEIDA, op. cit.)

Segundo Castro Santos, no decorrer da Primeira República a cidade de São Paulo recebeu incentivo considerável por representar uma rota possível de superação do atraso que caracterizava o país. Assim, percebemos que as políticas de imigração tanto alavancaram a substituição da mão de obra escravizada quanto ofereciam a modernização pelo “branqueamento” da população por meio do elemento europeu (CASTRO SANTOS, 1985, p. 193-210; 2003, p. 222). Gilberto Hochman (1998), por seu turno, destaca que a exceção do caso de São Paulo está atrelada ao processo de interdependência dos problemas sanitários, independentemente das classes sociais, e esse fato gerou uma resposta por parte das elites paulistas na reforma dos serviços sanitários. Hochman demonstra que não haveria solução individual e local para os problemas de saúde e saneamento. A *interdependência* demandou a constituição de uma autoridade capaz de implementar políticas em todo país, desconhecendo as fronteiras estaduais, restringindo, quando necessário, a liberdade individual e o direito de propriedade (HOCHMAN, 1998, p. 81-82).

É importante ressaltar que São Paulo teve particularidades na defesa da ‘raça’ ao se amparar na ideia do paulista branco e racialmente superior. Os afrodescendentes, considerados elementos degenerados e “raça inferior”, estariam ausentes na formação original do povo

---

<sup>29</sup> O Instituto Bacteriológico de São Paulo manteve esse nome até 1940, quando foi alterado para Instituto Adolpho Lutz, em homenagem ao seu eminente antigo diretor, aumentando inclusive consideravelmente seu campo de atuação. Verbete: “Instituto Adolpho Lutz”, Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde (1832-1930). Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/index.php>>

paulista, do mesmo modo que parte dos imigrantes, considerada a “escória degenerada e invasora”, deveria ser restringida pelo projeto branqueador e eugenista paulista. Tal discurso será incorporado ao pensamento sanitário do período. O termo (eugenia) foi introduzido no Brasil por Alexandre Tepedino, como título de uma tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Contudo, será sob a liderança de Renato Kehl<sup>30</sup> que as iniciativas baseadas nas concepções eugênicas se concretizariam com a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo em 25 de janeiro de 1918 (STEPAN, 2005, p. 48; MOTA; MARINHO, 2013, p. 201-218).

A Saúde Pública e a assistência tornaram-se itens prioritários na agenda governamental. Uma série de serviços foram implantados como, por exemplo, combate às endemias, produção de medicamentos, prestação de socorros médicos, assim como a internação de pacientes que deveriam ser isolados em hospitais criados para esse objetivo, como é o caso dos novos leprosários e dos espaços para alienados.<sup>31</sup> Foram adotadas novas práticas de saneamento, além da profissionalização do exercício de algumas atividades que envolviam a questão da cura ‘não-oficial’<sup>32</sup>, assim como a fiscalização de atividades que envolviam o universo da saúde de alguma forma, como as amas de leite. Vale salientar, que deste projeto de nação não deveriam fazer parte pessoas que tivessem quaisquer incapacidades ou doenças, pois na visão das elites médicas e intelectuais do período, não só nossa descendência estaria ameaçada bem como a ideia de construção da identidade nacional com um povo saudável que dele pudesse fazer parte.<sup>33</sup>

Grande parte dos pesquisadores que tratam do movimento sanitarista no Brasil, entre eles destaco Luiz Antonio de Castro Santos, Gilberto Hochman e Nísia Trindade Lima, abordam a questão do conceito de nação sob a perspectiva de interiorização da saúde pública no país. Os intelectuais ‘descobriram’ uma parcela do país que não existia e se propuseram a construir a nação que, para isso, teriam que recuperá-la e integrá-la, sob a bandeira da

---

<sup>30</sup> Renato Kehl formou-se farmacêutico em 1909 pela Escola de Farmácia de São Paulo. Em 1915, graduou-se médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. É considerado o maior divulgador da eugenia no Brasil e principal liderança na promoção dessa doutrina, que contou com vários simpatizantes e divulgadores, como Monteiro Lobato, Belisário Penna, Juliano Moreira, Vital Brazil e outros. Seu engajamento se deu com uma vida muito ativa intelectualmente, com a qual realizou uma profusão de atividades em forma de estudos, obras de divulgação (livros e artigos), criação de sociedades, institutos e organização de congressos. Maiores informações: Stepan, 2005.

<sup>31</sup> Os espaços destinados aos alienados começaram a ser construídos logo após a criação, em 1841, da primeira instituição assistencial destinado ao alienismo: o Hospício Pedro II. (VENANCIO, 2011, p. 35-52).

<sup>32</sup> Tânia Salgado Pimenta destaca a grande vinculação que a população possuía com os terapeutas não-oficiais e o papel que a Santa Casa de Misericórdia teve na consolidação do saber médico, tornando-se o principal espaço de mudança no exercício da medicina no decorrer do século XIX. (PIMENTA, 2004, p. 67-92).

<sup>33</sup> A esse respeito, há uma vasta literatura que analisa os aspectos que integram este projeto de nação. Verificar: Reis (1995); Castro Santos (1985); Santos (2008); Stepan (2005); Hochman e Armus (2004, p. 331-391).

nacionalidade, onde exortavam a autenticidade cultural brasileira, como já abordamos no capítulo anterior.

Segundo Castro Santos, o período posterior a 1915-20 foi um dos mais importantes na história da saúde no Brasil, pois revela os primeiros contornos de ideologias e ações civilizatórias, através de um impulso considerável em certas regiões do Brasil, especialmente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo que despontavam como exemplos a serem seguidos por outras regiões do país. Segundo o autor, o serviço sanitário só começa de fato a institucionalizar-se nos anos 1920, por obra das atividades de profilaxia rural, sob o patrocínio do governo federal e da Fundação Rockefeller.<sup>34</sup> Os reformadores de São Paulo, que mesmo com os erros e acertos em suas escolhas, estiveram mais próximos de atingir os objetivos estabelecidos pela reforma sanitária do que os sanitaristas de outras unidades da federação (CASTRO SANTOS, 2004, p. 249-293).

No que tange o sanitarismo em São Paulo, destaco o papel reformador de Emílio Ribas<sup>35</sup>, médico que ocupou papel preponderante quando esteve à frente no cargo de diretor do Serviço Sanitário de 1898 até 1917. Nesse período, atuou com rigidez e desenvolveu diversos trabalhos sobre diferentes temas, como febre amarela, varíola, tuberculose, lepra, entre outros, em grande parte incentivado pelos desafios enfrentados durante sua gestão. Em sua administração destacam-se a reorganização do hospital de isolamento e das diversas seções do Serviço Sanitário, tais como o Desinfectório central, o Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas e a Seção de Engenharia Sanitária, além da criação do Instituto Butantan, da seção de Proteção à primeira infância, da Inspeção Sanitária Escolar e do Serviço de Profilaxia e tratamento do Tracoma. Ao longo de sua gestão, São Paulo foi se transformando em um símbolo de eficiência sanitária para o País (Cf. ALMEIDA, 2003).

À frente do Serviço Sanitário, Emílio Ribas se incumbiu de realizar estudos sobre a lepra e um destes trabalhos é a elaboração de um plano profilático que foi apresentado por ele no I Congresso Médico Paulista, em 1916. Diante de suas afirmativas, era preciso considerar que o problema da lepra deveria ser enfrentado dentro de uma postura “liberal e científico”, e defender

---

<sup>34</sup> A Fundação Rockefeller é uma instituição filantrópica norte-americana beneficente, não governamental, que utilizava recursos próprios para financiar atividades de bem-estar social em vários países do mundo. A primeira comissão médica da Fundação chegou ao Brasil em 1916 e participou em parceria com médicos e sanitaristas brasileiros até os anos 1920 na consolidação da reforma sanitária (FARIA, 1995, p. 109-129).

<sup>35</sup> Emílio Ribas, nascido na cidade de Pindamonhangaba, interior de São Paulo foi médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde além ocupar outros cargos, chefiou o Serviço Sanitário de São Paulo entre 1898 e 1917. Durante estes anos, dirigiu com pulso forte a repartição e desenvolveu diversos trabalhos sobre variados temas, como febre amarela, varíola, tuberculose, lepra, entre outros, muito incentivado pelos desafios enfrentados durante sua gestão. Cf. ALMEIDA, 2003.

que o isolamento compulsório deveria ser realizado apenas com doentes contagiantes em espaços que oferecessem condições plenas de tratamento, em asilo-colônias, construídos a partir da parceria entre as esferas municipal, estadual e federal. Para os casos não contagiantes, mostrava-se favorável ao internamento domiciliar, desde que houvesse condições para sua realização. Essa postura evidencia que nem todos os leprólogos eram favoráveis ao isolamento compulsório dos doentes de forma irrestrita. Esse perfil profilático ‘liberal’, teve em Eduardo Rabello a principal referência (MONTEIRO, 1995, p. 140-141).

É importante destacar que a discussão médica sobre o isolamento irrestrito de doentes de lepra, em especial durante a Primeira República, nunca foi unanimidade. Segundo Dilma Cabral, os debates em torno da defesa dos direitos individuais dos leprosos estiveram sempre subordinados à necessidade de defender igualmente os direitos da população sã. Assim, aos especialistas não seria possível garantir a saúde da sociedade e ao mesmo tempo, a liberdade do doente (CABRAL, 2013, p. 256-257).

O aumento de aparato institucional na reforma sanitária evidencia o empenho do governo paulista em equipar a máquina estatal para melhor regular e promover os serviços prestados. As obras de infraestrutura urbana e territorial, que acabaram por se expandir por todo estado, buscavam o desenvolvimento econômico, sobretudo aquele ligado à produção de café.

Guiados pelo código sanitário, os diretores do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, incluindo Emílio Ribas, tiveram como papel transformar o meio em ambiente em local com salubridade, por meio de obras que levassem o conceito e a prática higiênicos para o campo e a cidade. Segundo Cristina de Campos, a mudança de mentalidade surgiu com a entrada do médico Geraldo Horácio de Paula e Souza na condução desse importante departamento estadual.<sup>36</sup>

Geraldo Paula e Souza foi diretor do Serviço Sanitário de 1922 até 1927, e é considerado um dos grandes nomes da reforma sanitária em São Paulo. Médico sanitarista, ex-bolsista da Fundação Rockefeller na *Johns Hopkins University*, em Baltimore, construiu um currículo invejável: foi professor de cadeira de Higiene, na Faculdade de Medicina e Cirurgia em São Paulo; diretor do Instituto de Higiene de São Paulo, diretor da Faculdade Pública, além de representar o Brasil na Organizações da Nações Unidas (ONU), onde apresentou proposta para a criação da Organização Mundial de Saúde (OMS). No período que dirigiu o Serviço Sanitário, implementou um arrojado programa sanitário que previa, entre outras medidas, educação

---

<sup>36</sup> Sobre aspectos biográficos e as propostas de Geraldo Horácio de Paula e Souza para São Paulo, verificar: CAMPOS (2002).

sanitária, criação de postos de saúde, formação de profissionais especializados em higiene para atuarem no programa de educação sanitária, combate às verminoses, às endemias locais e à mortalidade infantil. Paula Souza tinha como bandeira a pauta da profilaxia no lugar da cura para uma doença já instalada e, nesse sentido, o processo educativo era a base da atuação sanitária. Para esse intento, preconizava a substituição da coerção da polícia sanitária pelo trabalho educativo e transformador dos hábitos da população (CAMPOS, 2002, p. 3-11).

Será na gestão de Paula e Souza que o Instituto de Higiene de São Paulo (IHSP) será elevado a principal instituição sanitária com papel fundamental na formulação da política sanitária, adotada em especial a partir de 1925. Entusiasta da ideologia sanitarista e defensor da ideia de que o saneamento era a base do progresso, sua principal meta era investir na educação sanitária para consolidar a formação de um corpo técnico e uma “consciência sanitária” modificando hábitos e condutas, especialmente nas crianças. Assim, o IHSP foi configurado como um espaço de pesquisa e ensino, tornando São Paulo pioneiro na formação de educadores sanitários (ROCHA, 2003, p. 81-83).

Como já destacado no capítulo anterior, o alvo principal do sanitarismo foi o combate às endemias rurais e a inserção do sertanejo ao projeto de nação, projeto defendido pelos intelectuais da Liga Pró-Saneamento. Apesar dessa marca muito presente, outras endemias de caráter urbano, como tuberculose e sífilis, receberam atenção especial, que posteriormente se transformará na elaboração de uma série de políticas públicas, como é o caso da lepra.

Será nesse período, entre as décadas de 1910 e 1920, que um número variado de ligas, sociedades e cruzadas foram fundadas com o objetivo de atuar sob diferentes ordens. Sergio Carrara destaca essa tentativa de organização social, a partir do exemplo do combate à sífilis, onde essas organizações buscavam atender os doentes em dispensários, promover campanha sanitária através da difusão da educação antivenérea, pressionando inclusive o poder público a atuar através de uma política mais global e abrangente. Das instituições desse período que o autor mais destaca, estavam a Sociedade Brasileira de Profilaxia Sanitária e Moral (RJ) e a Liga Paulista de Profilaxia Moral e Sanitária (CARRARA, 1997, p. 391-408).

No item a seguir deste capítulo, demonstrarei como o contexto da Primeira República será um terreno fértil para atuação das associações protetoras que prestarão assistência por meio da criação de asilos para acolhimento de leprosos e familiares.

## 2.2 As sociedades de proteção ao Lázaro

Durante o período republicano existia grande variedade de sociedades civis organizadas na cidade de São Paulo. Uma boa parte delas era ligada a um princípio identitário e denominadas associações de auxílio mútuo, organizadas como cooperativas, onde os sócios contribuíam e recebiam benefícios estabelecidos em estatuto. Apesar de serem associações com estatuto organizado, não podem ser confundidas com irmandades leigas, corporações de ofício, sindicatos ou entidades caritativas e filantrópicas (Cf. LUCA, 1990). Embora essas últimas possam ter contribuído para a composição de uma cultura associativa, que veio a propiciar a criação de associações de socorro mútuos, não há comprovação empírica de que as organizações mutuais decorram das irmandades (VISCARDI; JESUS, 2007, p. 23-51).

No fim do século XIX, há registros de sociedades caritativas e filantrópicas, leigas e religiosas, de diferentes confissões (católicas, evangélicas, israelitas, espíritas, entre outras) organizadas, implementadas e administradas exclusivamente por mulheres. Essas entidades prestavam diversos serviços como cuidado e tratamento de diferentes enfermidades, tratando ou encaminhando os doentes para internação, além de algum tipo de auxílio aos familiares. Em 1894, por exemplo, foi fundada a Associação das Damas de Caridade, instituição essa formada por senhoras católicas, que sob a égide das regras sociedade São Vicente Paula, buscavam visitar os desvalidos e doentes, amparar a infância pobre e abandonada. Outro exemplo igualmente positivo foi o surgimento da Associação Protetora das Desamparadas de São Paulo também em 1894, que fundou a Maternidade de São Paulo, direcionando sua missão em acolher mulheres pobres em adiantado estado de gravidez, ampará-las durante o parto e prestar socorros aos recém-nascidos, gratuitamente (MOTT, 1999, p. 115-125; MOTT; FRANCISCO; ALVES; MAESTRINI; SILVA, 2011, p. 103-106).

As associações caritativas que congregavam mulheres leigas católicas tinham sempre a presença de um mentor religioso, responsável pelas propostas e pelo patrimônio. Em outras, há registro de mulheres, tanto casadas como solteiras ou viúvas, que podiam gerir as instituições, cuidando, inclusive, dos recursos financeiros derivados de donativos, mensalidade e trabalho das associadas.

Muitas dessas sociedades pela ação da filantropia foram criadas ou inspiradas por profissionais de saúde ou imigrantes, que embora tivessem como elemento norteador o atendimento de seus assistidos, patrocinavam ações sanitárias e de prevenção e educação em saúde, contribuindo em pesquisas, além de propor medidas sanitárias junto ao poder público (MOTT; FRANCISCO; ALVES; MAESTRINI; SILVA, Op. Cit.).

As associações criadas com intuito de assistir aos doentes de lepra e de tuberculose, bem como seus familiares, foram dominantes no estado de São Paulo durante a Primeira República, quando seu número se compara a outras doenças infectocontagiosas. Isso se deve pelo fato de a tísica (tuberculose) ser nesse período uma doença de alta letalidade e com maior índice de mortalidade no período em São Paulo.<sup>37</sup> No caso da lepra, justifica-se por todo apelo milenar que a doença traz consigo, altamente impregnada pelo medo do contágio e pelas categorias sociais que os leprosos estão inseridos, geralmente à margem social. Muitos doentes acabavam por circular pelos espaços urbanos esmolando e isso obviamente causava constrangimento social, estimulando assim o surgimento de movimentos organizados com a prerrogativa de assistir esses grupos.

Os doentes, que em muitos casos eram expulsos das cidades, se deslocavam em caravanas de uma localidade para a outra, buscando amparo e assistência. Daí a formação de agrupamentos de doentes, que viviam de forma seminômade, onde em certos momentos montavam acampamentos pelas estradas. Segundo Yara Monteiro, a presença de doentes perambulando pelos núcleos populacionais, juntamente com esses acampamentos, explicaria o surgimento de novas sociedades dedicadas em ‘benefício’ dos lazaros. E como a principal ação dessas associações era a criação de asilos, atenderia a principal demanda que era proteger a sociedade sadia do perigo representado pelos doentes (MAURANO, 1950, p. 49-50; MONTEIRO, 1995, p. 83).

Em 1895, foi criada a Confraria Nossa Senhora da Consolação, para o culto a Deus e à “mãe santíssima” e “promover por todos os meios ao seu alcance o melhoramento e a sorte dos morfeitos pobre de São Paulo, fundando desde que o possível um hospício regular, onde fossem recolhidos e tratados sistemática e metodicamente”. A Confraria pretendia amealhar patrimônio com doações, inclusive públicas (MOTT; FRANCISCO; ALVES, MAESTRINI; SILVA, Op. Cit., 106-107).

No campo assistencial voltado para os doentes de lepra, havia no Estado de São Paulo no final do século XIX, registro de asilos nas seguintes cidades<sup>38</sup>: na capital, em Itú, Campinas, Piracicaba e Jundiaí. Eram instituições que surgiram no final do século XIX e início do XX,

---

<sup>37</sup> Entre o final do século XIX e início do século XX, a doença era descrita como um flagelo e principal causa de morte em várias partes do mundo. Sobre a luta contra a Tísica em São Paulo, Cf.: BERTOLLI FILHO, 2001; ROSEMBERG, 2008; MACHADO, 2016.

<sup>38</sup> Asilos eram espaços físicos definidos como uma casa de assistência social onde eram recolhidas, para sustento ou também para educação, pessoas pobres e desamparadas, como mendigos, crianças abandonadas, órfãos e velhos, inválidos, além dos alienados. Na documentação é muito comum a referência a este termo, principalmente no século XIX, onde muitos espaços dessa natureza foram construídos pelo poder público e/ou pela sociedade civil.

com o objetivo de recolhimento e assistência aos doentes, além da solução da retirada daqueles mendicantes que viviam principalmente nos principais núcleos urbanos. Não eram espaços destinados necessariamente à “cura” ou melhoria das condições de saúde, e sim instituição de assistência aos leprosos, até porque o tratamento era ineficaz nesse período. Segundo o médico José Maria Gomes, entre as décadas de 1910 e 1920 existiam no estado de São Paulo 24 asilos destinados a assistência de doentes de lepra (GOMES, 1934, p. 339).

Na cidade de São Paulo no período colonial e imperial, os leprosos foram atendidos exclusivamente pela Santa Casa. Como já destacado em capítulo anterior, a Santa Casa da Irmandade da Misericórdia – ainda que se tratasse de instituição leiga de católicos – atuava como espaço público de atendimento e acolhimento, sendo a principal mantenedora da prática caritativa e dos compromissos espirituais aos necessitados. A primeira referência de espaço destinado exclusivamente para o atendimento de leprosos foi o Hospital da Luz, construído e mantido pela Santa Casa. Erguido em 1802, estava situado um terreno na região onde fica o Bairro da Luz, próximo aos rios Tietê e Tamanduateí. O hospital, também denominado de asilo, funcionou sempre de maneira muito precária sendo, inclusive, denunciado em 1831, devido às suas péssimas condições de funcionamento. A manutenção era responsabilidade da Santa Casa, que contava apenas com filantropia e caridade da sociedade civil. Seu funcionamento durou até 1904, sendo fechado justamente no momento que inaugurou o novo hospital dos Lazaros de Guapira, no bairro de Jaçanã, tendo como primeiro diretor Emílio Ribas. A Santa Casa de Misericórdia continuava a ser a administradora, pois foi a responsável por toda a construção (MONTEIRO, 1995, p. 85-89).

Após a conclusão das obras, os internos do hospital da Luz foram transferidos para o Guapira. O plano de profilaxia para o Guapira, que deveria ter operado nos moldes dos “hospitais modernos” não se concluiu. O hospital manteve o modelo de acolhimento aos leprosos, sem possibilitar ações terapêuticas e produção de conhecimento científico através de estudos e pesquisas. Um dos principais objetivos deve-se a superlotação, além da falta de recursos e itens básicos de subsistência como água potável, vestuário e medicamentos. O Guapira foi fechado logo após a inauguração do Asilo-Colônia Santo Ângelo em 1928 (Idem, 90).

Em periódicos como *A Gazeta* e o *Correio Paulistano* identificamos a existência de hospitais e asilos mantidos por associações e entidades análogas, ligadas ao socorro de leprosos e/ou familiares do estado de São Paulo. Na edição de 22 de dezembro de 1908, ao publicar ações do poder legislativo paulista, o *Correio Paulistano* cita várias instituições, inclusive aquelas ligadas à causa leprótica que recebiam subvenções do governo:

(...) Associação Protectora dos Morpheticos de Jundiahy; Hospital de Morpheticos de Ytú; Hospital de Morpheticos de Campinas; Hospital de Lazaros de Piracicaba; Hospital de Lazaros de Rio Claro; Sociedade Beneficente dos Morpheticos do Tatuhy (Jornal *Correio Paulistano*, 22/12/1908).

Para um melhor entendimento da expansão do movimento associativo de benemerência aos leprosos em São Paulo, a partir do início do século XX, apresentamos os seguintes dados:

Tabela 1- Associações, Sociedades e Asilos paulistas destinado aos leprosos (1900-1920)

| Associação/Sociedade                      | Cidade       | Ano de fundação | Asilo/Vila                  |
|-------------------------------------------|--------------|-----------------|-----------------------------|
| Sociedade dos Morphéticos de Tatuhy       | Tatuí        | 1900            | Asylo dos Lazaros de Tatuhy |
| Associação Philanthopica Sorocabana       | Sorocaba     | 1902            | Villa de São Lazaro         |
| Sociedade Beneficente S. Lazaro           | Itapetininga | 1905            | Asylo São Lazaro            |
| Sociedade de Amparo aos Lazaros           | Rio Claro    | 1905            | Hospital dos Lazaros        |
| Associação Protectora dos Lazaros         | São Carlos   | 1907            | Vila Hansen                 |
| Associação P. dos Invalidos e Morpheticos | Casa Branca  | 1909            | Asylo dos Morphéticos       |
| —                                         | Jaú          | 1911            | Hospital dos Morpheticos    |
| Sociedade Protectora dos Lazaros          | Itararé      | 1911            | —                           |
| Sociedade de Assistencia aos Morfeticos   | Botucatu     | 1911            | Asilo dos Lazaros           |
| Sociedade de Assistencia aos Lazaros      | Limeira      | 1911            | —                           |

Fonte: MAURANO, 1939; VALVERDE, 1915; Jornal *A Gazeta* (Período entre 1910-1920).

Além destas, havia outras associações nas seguintes cidades: Amparo (1915) com a Sociedade Beneficente; Angatuba (1915) com a Sociedade Beneficente que fundou o Asylo de São Lazaro; Espírito Santo do Pinhal (1916) com a Sociedade Beneficente dos Morphéticos; Descalvado (1916) com a Associação Beneficente dos Morphéticos que construiu a Villa de S. Lazaro; Bebedouro (1916) com a Associação Obreiros da Caridade; Jaboticabal (1917) com a Comissão dos Lazaros e em outras cidades, o que fez com que até 1930, existissem cerca de 30 associações voltadas para a causa anti-leprótica em São Paulo (MAURANO, 1939, p. 65-124; VALVERDE, 1915, p. 37-40).

Médicos, como José Lourenço de Magalhães, sugerem a criação de “sociedades de São Lazaro”<sup>39</sup> com o objetivo de arrecadar donativos para edificação de espaços “favoráveis” aos doentes. Segundo ele, era desejável que estes pudessem caminhar livres e tivessem acesso a uma estrutura de assistência com possibilidade de trabalho e ocupação, além de frisar a necessidade de construção de locais que cuidassem dos filhos de doentes de lepra.<sup>40</sup>

De fato, as décadas de 1910 e 1920, representam um marco importante neste aspecto uma vez que estas associações se multiplicaram e movimentaram recursos para prestar assistência aos doentes e seus familiares, uma vez que muitos deles perambulavam pelas cidades e dependiam de alguma ação solidária de populares. O principal objetivo destas associações ou comissões caritativo-filantrópicas era a construção e manutenção de asilos que representavam abrigo e alguma proteção aos doentes, na medida em que a maioria era impossibilitada de trabalhar e prover sua subsistência. Não se tratava essencialmente de espaços de assistência e tratamento médicos, visto que a presença de médicos era praticamente nula nestas instituições, com exceção do Hospital de Guapira situado na capital de São Paulo e mantido pela Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (MAURANO, 1939, p. 64; VALVERDE, 1915, p. 37). O médico José de Magalhães ao tratar do Hospital de Lazaros ou Asilo de Itu, construído em 1806, afirma que:

No asylo de Itu nunca houve serviço médico: os enfermos, cujo número atingiu a 26 em um ano, recolhiam-se confiadamente a sombra da caridade cristã, evitando assim a mendicidade pelas ruas e estradas. Como se tornassem muito escassos os recursos de subsistência, viram-se os morféuticos obrigados a pedir esmola as pessoas que transitavam pelas imediações do asylo(...) (MAGALHÃES, 1882, p. 72).

A ausência da figura do médico é comum nos asilos, uma vez que não funcionavam como espaço de medicalização <sup>41</sup>, ou seja, não eram concebidos para curar e sim para amenizar o sofrimento dos doentes. Não se tratava de uma instituição médica, pois naquele momento, não havia ainda sequer a identificação correta do que causava a doença e igualmente não havia esclarecimento médico nem pesquisa que propiciasse efetivamente a descoberta científica de

---

<sup>39</sup>De maneira geral esses espaços tinham estatuto e patrimônio constituído que variavam entre apólices, ações de estrada de ferro, alugueis de casas ou pastos, contribuições de sócios e as subvenções sociais, como já destacado. Cf. MAGALHÃES, 1882.

<sup>40</sup>Esses espaços destinados aos filhos sadios de leprosos, posteriormente recebeu a denominação de preventório e partir do final da década de 1930, se espalharam por todo Brasil. Retomaremos essa questão mais adiante.

<sup>41</sup>O processo de medicalização do hospital pode ser compreendido a partir do momento que a organização hospitalar passou por uma série de transformações que o levaram a buscar como objetivo principal a perspectiva terapêutica de suas ações e práticas. Os avanços da medicina através da bacteriologia, com Pasteur e Koch por volta do final do século XIX. A teoria microbiana criou uma nova fonte autoridade científica para a medicina, contribuindo para que o hospital fosse um lugar de ensino, pesquisa e cura. Para maiores informações: MARQUES (1994).

um medicamento que pudesse tratar a doença. Em função deste aspecto, que se refere ao tempo do qual estamos falando, estas instituições não carregam sobre si a tarefa de curar, de tratar clinicamente, mas sim representam um espaço de recolhimento e assistência de leprosos pobres, que ratificava ainda mais a separação destes da sociedade em geral e gerava uma exclusão imensa.

É importante destacar o caráter psicossocial que envolve a lepra e a discriminação com os que sofrem a ação desta doença em seu corpo, daí a necessidade permanente de isolar o doente do meio social, por conta do medo e estigma associados à lepra, desde a antiguidade. O fato de se constituir em uma doença com evolução crônica e lenta, de baixa letalidade, favoreceu que esses espaços tivessem um modelo arquitetônico com semelhanças ao hospital medieval, descrito por Michel Foucault como “morredouro” (FOUCAULT, 1984, p. 101-102). Era bastante comum, inclusive, estes espaços terem uma carência crônica evidenciando sua precariedade e demonstrando o papel quase nulo do poder público na manutenção dessas instituições.<sup>42</sup>

Havia cerca de 24 asilos em todo Estado de São Paulo na década de 1920. A ausência de equipe médica e de uma estrutura terapêutica para atendimento dos doentes é relatada pelo médico José Maria Gomes, após percorrer todo o Estado de São Paulo entre as décadas de 1920 e 1930, registrando estas impressões em relatório publicado sobre a Lepra:

Durante mais de um século a população de São Paulo procurou defender-se da lepra fundando asilos, onde algumas centenas de leprosos são mantidos pela caridade pública. Nestes estabelecimentos não havia organização técnica, e mesmo depois da criação da Inspetoria de Profilaxia de Lepra, o serviço oficial não tinha qualquer controle sobre eles (GOMES, 1934, p. 339).

É importante destacar que esse relatório foi publicado em 1934, por um representante do Instituto de Higiene de São Paulo que ocupou inclusive o cargo de direção no Serviço de Profilaxia da Lepra daquele estado, durante um período na gestão de Paula e Souza na década de 1920. Além de ser uma “voz autorizada” do poder público, uma vez que é deste lugar que ele fala, da estrutura do Estado, trata-se de um novo contexto de políticas de combate a lepra no Brasil, no qual São Paulo se destacava com identidade peculiar se comparado a outros Estados. Em 1934, havia construído uma ampla rede de asilos-colônias para ‘internação em

---

<sup>42</sup> Há um campo de estudos profícuo sobre a arquitetura característica dos espaços hospitalares e de sua efetividade para o tratamento eficaz aos doentes. Ela pode ser excludente ou inclusiva e este fato atenuar ou aprofundar o isolamento social que determinadas doenças podem ter. A esse respeito, verificar: AMORA (2019, p. 59-75); COSTA; CASASSOLA (2015, p. 59-92).

massa' e implantado o chamado 'modelo paulista'<sup>43</sup> que veio a influenciar profundamente as políticas nacionais de combate à doença, especialmente após Gustavo Capanema assumir a pasta do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP).

Desta rede de asilos em São Paulo, construídos e mantidos pelas sociedades filantrópicas, alguns foram fechados pela precariedade e ausência de recursos em sua maior parte. Muitos deles encerraram suas atividades e transferiram seus pacientes para os novos asilos-colônias na medida em que estes foram inaugurados pelo poder público. É o caso, por exemplo, do Asilo em São Carlos do Pinhal, denominado de Vila de Hansen, que havia sido fundado em 1908 e foi fechado em 1933, após a inauguração do Asilo Colônia Aimorés, em Bauru. O Asilo de Morféticos de Casa Branca, fundado em 1912, teve todos os doentes transferidos para o Asilo Colônia Cocais, inaugurado em 1932, situado na mesma cidade (SOUZA-ARAÚJO, 1956, p. 28-32).

Alguns trabalhos que analisam a temática do assistencialismo particular aos doentes de lepra e seus familiares (GOMIDE, 1991; CURI, 2002; SANTOS, 2006), enfatizam o pioneirismo do movimento associativo atrelado às instituições surgidas na capital paulista. Porém, como foi possível verificar, ainda que não tenham ultrapassado o limite das necessidades locais, os asilos erguidos em cidades do interior para assistir os doentes de lepra, não foram uma primazia da capital paulista, onde esse movimento de perfil caritativo e filantrópico se multiplicou, principalmente no final do século XIX e início do século XX (MAGALHÃES, 1882, p. 72).

Outra importante referência regularmente presente na historiografia sobre a assistência aos leprosos na Primeira República é a Associação Protetora dos Morféticos (APM), da cidade de São Paulo, fundada em 1917, pelo casal José Carlos de Macedo Soares<sup>44</sup> e Mathilde da Fonseca Macedo Soares<sup>45</sup>, juntamente com um grupo de mulheres católicas que contou

---

<sup>43</sup> O “modelo paulista” é como ficou conhecido a política de combate a lepra realizada em São Paulo, caracterizado pela construção de uma rede de leprosários e exclusão de todos os doentes de lepra, independente da forma clínica ou estágio da doença. Cf. MONTEIRO(1995); CUNHA (2005); MACIEL (2007).

<sup>44</sup> José Carlos de Macedo Soares nasceu em São Paulo em 6 de novembro de 1883, filho de José Eduardo de Macedo Soares e Cândida Azevedo Sodré de Macedo Soares. Além de jurista, foi personagem de significativa atuação política no Estado de São Paulo chegando a ocupar o cargo de Mordomo da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo por muitos anos. No setor industrial dirigiu diversas empresas. Na revolução de 1930, apoiou os revolucionários, participando do secretariado do primeiro interventor do estado de São Paulo, ocupando vários cargos no primeiro escalão durante a Era Vargas. Em 1937 foi eleito para a cadeira nº 12 da Academia Brasileira de Letras, presidindo a instituição entre 1942 a 1948. Fundo BR SPAPESP JCMS - José Carlos de Macedo Soares, disponível em: <<http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/jose-carlos-de-macedo-soares-2;isad>> Acesso em: 2 abr. 2019

<sup>45</sup> Mathilde Melchert da Fonseca nasceu 1 de agosto de 1873, em São Paulo; filha única de abastados proprietários rurais, ligados às mais tradicionais famílias paulistas e herdou imensa fortuna. Casou-se em 1908, com o Embaixador José Carlos de Macedo Soares e faleceu no dia 7 de setembro de 1963, na cidade do Rio de

novamente com a iniciativa do Arcebispo de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva.<sup>46</sup> A APM era uma instituição leiga, criada com fins assistenciais para a causa leprotica e foi impulsionada por sua primeira presidente empossada, justamente Mathilde Macedo Soares, personagem fundamental que capitaneou outras mulheres em torno desse projeto.

Foi uma instituição que contou com o apoio da mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia, por proposta do médico Arnaldo Vieira de Carvalho, que aprovou apoio à Associação, dando apoio ao trabalho já realizado pela Santa Casa (PUPO, 1926, p. 31-32; SOARES, 1926, p. 28-29)

Figura 1- Emblema da Associação Protetora dos Morféticos



Fonte: MAURANO, 1939, p. 143.

Como se pode ver no emblema acima, a mulher representa uma natureza abnegada e amorosa na ação de cuidar do doente que se encontra nos arredores da cidade e impossibilitado de caminhar, por ter as pernas enfaixadas à espera da caridade dos semelhantes para sua sobrevivência, pois se encontra desamparado da coletividade e muito provavelmente apartado

---

Janeiro, então Estado da Guanabara. No decorrer da vida teve uma trajetória voltada para a caridade e filantropia.

<sup>45</sup> É inegável a iniciativa da Arquidiocese de São Paulo através do papel desempenhado por Dom Duarte Leopoldo e Silva em apoiar a fundação destas associações leigas de amparo aos leprosos na Capital paulista durante a Primeira República

<sup>46</sup> É inegável a iniciativa da Arquidiocese de São Paulo através do papel desempenhado por Dom Duarte Leopoldo e Silva em apoiar a fundação destas associações leigas de amparo aos leprosos na Capital paulista durante a Primeira República.

da convivência familiar. A imagem demonstra que a doação do alimento ou da água aos doentes é virtude que deve ser continuada, um exemplo a ser seguido pelos que comungam dos ideais da APM.

Expor, exhibir, evidenciar, tornando visíveis a ação da benemerência no ato de mitigar o desvalido, fazia parte das ações dessas Sociedades, que dependiam das doações particulares para manter os asilos de portas abertas.

Um dos principais objetivos da sociedade era a melhoria das condições gerais oferecidas pelo Hospital de Guapira, único espaço existente na capital destinado ao isolamento e tratamento dos leprosos. Com o apoio de setores importantes da sociedade paulistana, especialmente da imprensa, foi ganhando forma a possibilidade de uma ‘solução’ para o problema da lepra na capital paulista com a construção de um ‘leprosário moderno’<sup>47</sup> que atendesse aos anseios ‘higienistas e assépticos’ preconizados pela profilaxia de lepra. Os objetivos assistenciais da APM e sua relação direta com a Santa Casa ficam mais claros a partir da apreciação de alguns artigos de seu estatuto:

Art.1º-(...) §1º - Socorrer os morpheticos asylados ou não, que reclamarem a sua assistência; (...)§6º - Congregar e methodizar os esforços da caridade christan em beneficio; (...)§9º - Auxiliar, quanto possível, e por medida que for desejada, a administração da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, na assistência material e espiritual dos morpheticos por ella hospitalizados (Estatuto da Associação...1918).

Quando as obras para a construção do futuro leprosário de Santo Ângelo<sup>48</sup> estavam próximas de se iniciarem, o poder público estadual, através da lei nº1582, de 20 de dezembro de 1917, assumiu a responsabilidade de construção de leprosários regionais e assinou um acordo com a Santa Casa assumindo a atribuição de realizar a profilaxia da lepra. Isso gerou descontentamento dos membros da APM que, inesperadamente, encerrou suas atividades, entregou todas as plantas relacionadas a ‘leprosaria modelo’ ao serviço sanitário e repassou

---

47 A importância principal dessa Associação, que funcionou apenas por dois anos, se deve pela elaboração do projeto Leprosaria modelo nos campos de Santo Ângelo, para o qual foi convidado o arquiteto Adelardo Soares Caiuby. O Santo Ângelo posteriormente se transformou numa espécie de modelo asilar para construção da rede de leprosários em São Paulo e posteriormente em todo Brasil. Motivo de orgulho para os sanitaristas e higienistas desse período, evidencia em seu projeto como poderia ser feita a transição do discurso médico profilático e sua concretização na arquitetura. Diferente de espaços anteriores destinados ao tratamento de doentes de lepra, esse projeto apresenta características de um hospital ‘moderno’ e privilegiava os processos de assepsia e higiene, com funcionamento eficaz de assistência médica. A grosso modo, era um espaço de cura racionalmente projetado para internação de um grande quantitativo de doentes, ancorado em uma profilaxia que se consolidava nesse período: o isolamento compulsório (SOARES, 1926, p. 28-30)

<sup>48</sup> Atualmente chama-se Hospital Arnaldo Pezutti Cavalcante e promove atendimento especializado para hanseníase; pertence ao Sistema Único de Saúde e possui, ainda hoje, pacientes remanescentes da época do isolamento compulsório.

todo seu patrimônio para a Santa Casa que administrou o leprosário até 1933 (SOARES, 1926, p. 28-30).

Esse fato demonstra que a parceria entre o poder público e o privado é permeada de conflitos e tensões, com as relações de poder sendo mediadas a atender interesses os mais diversos. O Asilo de Santo Angelo, localizado em Mogi das Cruzes, foi finalmente inaugurado em 3 de maio de 1928, mas os primeiros pacientes transferidos do Hospital Guapira chegaram apenas em agosto do mesmo ano. Sua inauguração marca uma ‘vitória’ da saúde pública daquele Estado e foi considerada como um ‘feito notável que honra a administração de Julio Prestes’ (*Jornal Correio Paulistano*, 3/05/1928).

### **2.3 O protagonismo feminino na prática assistencial da campanha anti-leprótica**

Como mencionei no item anterior, São Paulo se destacou no desenvolvimento de projetos assistenciais pioneiros, fazendo com que se tornasse uma referência em filantropia no combate à lepra no Brasil. Da mesma forma, ficou igualmente marcado o protagonismo feminino por meio da figura de Mathilde da Fonseca Macedo Soares.

As campanhas publicitárias em torno do ‘terrível perigo’ que a lepra oferecia e o discurso higiênico relacionado à ‘defesa da raça’, impulsionaram a adesão da sociedade civil para o engajamento em inúmeras campanhas de cunho assistencial. Ainda que nesse contexto, especialmente como agentes de Estado, os homens tenham protagonizado ações voltadas para políticas públicas e privadas no campo assistencial, destaca-se o papel importante no que se refere às ações desencadeadas por mulheres de classe média e alta, que ganharam reconhecimento no espaço público, abrindo caminho para atuação em um ambiente que comportava praticamente apenas as ações protagonizadas pelos homens.

A filantropia ao longo de seu processo histórico não é exclusividade do gênero feminino. Muitos homens participaram ativamente em ações de benemerência, evidenciando que a iniciativa privada teve papel significativo no combate ao problema da lepra. Um dos maiores exemplos que ilustra essa questão foi Guilherme Guinle, filantropo que empregou vultosas doações em auxílio de várias instituições do Brasil, como para as Santas Casas de Misericórdias do Rio de Janeiro e de Santos e a Cruz Vermelha, empregou recursos também na Campanha Brasileira da Educação, apoiou a Associação Cristã de Moços, além das faculdades católicas, como a Pontifícia Universidade Católica, do Rio de Janeiro e a Universidade Católica de Petrópolis.

Contudo, foi no incentivo à ciência que ocorreu seu maior aporte financeiro. Apoiou o Instituto do Câncer, a Fundação Gaffrée e Guinle, o Centro de Pesquisas da Leishmaniose Visceral, os irmãos Álvaro e Miguel Ozório de Almeida, o Instituto Nacional de Pesquisa, o Instituto de Biofísica, as pesquisas de Evandro Chagas e Walter Oswaldo Cruz, o Instituto de Microbiologia da Universidade do Brasil e o Centro Internacional de Leprologia (Sanglard, 2008:81-99). Este Centro foi um empreendimento que trouxe contribuições importantes à pesquisa laboratorial em leprologia no Brasil, sendo criado pelo governo brasileiro com apoio da Liga das Nações e auxílio financeiro de Guilherme Guinle.<sup>49</sup> Destaca-se, ainda, uma doação realizada por ele para a criação de um leprosário no Rio de Janeiro, anunciada em 1927, e que seria gerido e mantido pelo governo federal. Apesar de muito noticiado pelos meios de comunicação da capital federal, a projeto não seguiu adiante (SOUZA-ARAÚJO, 1956, p. 510-516)

O protagonismo das chamadas “damas da caridade” nas ações filantrópicas e de caráter social, possibilita um interessante viés de pesquisa que não foi desconsiderado pela historiografia brasileira que tem produzido muitas análises, tornando-a um campo frutífero de estudos. A representação de poder das mulheres é um tema de investigação histórica e antropológica que proporciona diferentes abordagens e como afirma Michelle Perrot, trata-se de um tema ambíguo e atual, e investigar seu poder no âmbito público e/ou privado tem se mostrado fundamental para compreender seu papel como sujeito da História (PERROT, 2017).

Segundo Anne-Emanuelle Birn, o conhecimento científico e o ideário em torno das práticas de saúde no contexto internacional, são extremamente úteis para compreensão desse novo momento em que se constituirão as políticas públicas voltadas para o campo da assistência à saúde e à infância no Brasil. Os relatórios e documentos produzidos nos vários congressos sobre infância e assistência, realizados nas primeiras décadas do século XX, eram oportunidades singulares para médicos e filantropos (BIRN, 2006, p. 675-708). Esses novos atores das ações privadas mantiveram contato com o estado, requerendo deste a subvenção às obras de caridade até a assistência.

É muito significativo o papel das mulheres como elemento aglutinador na busca por ações de caráter associativo, movido por atitudes de solidariedade aos atingidos pela doença. Zelar pela família e a vida doméstica não deixou de ser o dever que regulava e definia as condições dessas mulheres. São representações naturalizadas a partir de práticas sociais que nesse contexto ainda eram pouco contestadas. Porém, na virada do século XIX para o XX,

---

<sup>49</sup> Para maiores informações sobre o Centro Internacional de Leprologia, verificar: CUNHA (2011).

inúmeras transformações culturais, políticas e econômicas fomentaram mudanças com desdobramentos sociais, assim como propagaram diferentes perspectivas de atuação histórica para homens e mulheres.

A proteção à maternidade e à infância constituiu o eixo privilegiado em torno do qual se desenvolveu a filantropia feminina no Brasil a partir da República, ainda que essa “emancipação” tenha ocorrido em áreas consideradas “femininas”. Com intuito de ilustrar tal protagonismo em torno de associações voltadas à benemerência, citamos o serviço de assistência mantido por mulheres, “Damas da Assistência à Infância”, uma associação vinculada ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância, no Rio de Janeiro, fundada pelo médico Moncorvo Filho em março de 1880 (FREIRE, 2006, p. 102-103).

No início da República, a infância era uma área que se afirmava em bases modernas. Os debates em torno da infância abandonada geram atenção e mobilização, fazendo desse período um grande laboratório de projetos, cuja maioria será capitaneada principalmente pela iniciativa privada. A liderança de algumas mulheres que se dedicaram à causa leprotica, pode ser exemplificada a partir do exemplo exercido por Mathilde da Fonseca Macedo Soares junto à Associação Protetora dos Morféticos.

É através dessas iniciativas e movimentos para formar uma rede assistencial de amparo aos doentes e familiares que começará a ganhar força a ideia de assistência às chamadas ‘crianças lazaras’ com a construção de asilos infantis, posteriormente denominados de preventórios. É o início da ‘narrativa preventorial’ como espaço ideal para os cuidados dos filhos sadios<sup>50</sup>. Assim como os pais, que eram doentes segregados em espaços de confinamento, o mesmo ocorreu com seus filhos que também foram atingidos, mesmo sem nunca terem portado a doença. É o que Yara Monteiro denominou de ‘estigma congênito’, que os acompanharia por toda vida, diminuindo as possibilidades de promoção social devido à sua ascendência com a lepra (MONTEIRO, 1995, p. 337).

Importante destacar que o modelo preventorial deriva dos orfanatos religiosos que foram criados ao longo da história do cristianismo. A principal alegação não perpassava pelos discursos médicos de valorização da infância e da educação, que será pauta de intensos debates

---

<sup>50</sup> Os preventórios foram instituições que se constituíram como base importante do modelo profilático isolacionista com a função de prestar assistência médica e social aos filhos dos leprosos indenes a doença. Durante a década de 1930, quando o modelo tripé (leprosário, dispensário e preventório) se consolidou, os leprólogos tinham o entendimento de que era imprescindível separar as crianças dos pais para evitar o contágio. Os preventórios recebiam os filhos de leprosos nascidos em leprosários ou como consequência da internação de seus pais, que os deixavam desamparados, sem lar e sem família.

no início do século XX. A educação e a infância foram objetos dos discursos higiênicos, eugênicos e educacionais (CURI, 2010, p. 282-283).

A Associação Therezinha do Menino Jesus<sup>51</sup>, fundada em 1914, formou-se após o Congresso Eucarístico, graças a liderança de Margarida Galvão junto a um grupo de mulheres católicas, com apoio do Arcebispo de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva. Logo após sua criação, as atividades se resumiam em dar assistência aos doentes internados no Hospital Guapira, porém pouco tempo depois iniciou uma campanha para arrecadar fundos para a construção de um espaço asilar infantil. Assim, foi responsável pela construção do Asilo Santa Terezinha, entidade pioneira no amparo aos filhos dos leprosos pobres (MAURANO, 1939, p; 61-62; SILVA, 2009, p. 87-88).

Uma vez adquirido o terreno em 1922, o processo de construção levou cerca de cinco anos, sendo inaugurado em 1927. A campanha de arrecadação de fundos contou com apoio de boa parte da imprensa paulista, especialmente do jornal *Estado de São Paulo*. A campanha pelas doações para a construção foi batizada de “Movimento confortador” e com o apoio do poder público, chegou a angariar 1100 contos de reis, o suficiente para conclusão das obras. Situado em Carapicuíba, distante 26 km da capital, a instituição possuía inicialmente uma lotação de 150 leitos e já em sua inauguração oficial contava com 132 crianças internadas (Boletim da Sociedade, 1929, p. 11-15; Relatório do departamento... 1935, p. 527-529; SILVA, 2009, p. 89-94).

Com uma estrutura inicial de quatro pavilhões e denominado de “asilo-escola” foi inaugurado em 8 de setembro de 1927, sendo desde o início administrado por Margarida Galvão, cuja trajetória esteve intimamente ligada ao trabalho assistencial realizado pela instituição. Quase três anos após sua inauguração, foi realizada a campanha “Semana dos filhos dos lazaros”, entre 27 de abril a 8 de maio de 1930, e arrecadados fundos para aquisição de um grande terreno vizinho a instituição para construção de um “pavilhão de observações”<sup>52</sup>, batizado de “Pavilhão Ritinha C. Rangel Pestana” (SILVEIRA, 1941, p. 12-13).

Os custos para a manutenção mensal desta creche eram obtidos por meio de parceria entre a iniciativa privada e pública, onde os governos estadual e municipal pagavam uma subvenção mensal, e o restante custeado pela Associação. Isso já sinaliza que mesmo antes da iniciativa de Alice Tibiriçá, na formulação de seu projeto de assistência com a fundação da

---

<sup>51</sup> Therezinha do Menino Jesus foi uma freira carmelita francesa canonizada em 1925.

<sup>52</sup> A existência de um local (edifício ou pavilhão) destinado à observação de doentes acometidos por doenças infectocontagiosas era algo presente nos leprosários ‘modernos’, em consonância com o modelo arquitetônico hospitalar para o internamento de filhos de doentes leprosos (BOLETIM DA SOCIEDADE, 1929, p. 11-15).

Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Combate à Lepra em 1926, que abordaremos no próximo capítulo, já existiam projetos na Primeira República, em que a parceria entre o público e privado eram realidade. Nesse caso, já sistematizando um local para internação dos filhos dos doentes internados (Boletim da Sociedade, 1929, p. 8).

Durante a década de 1920, uma série de organizações foram criadas, porém o objetivo que mais aglutinou a ação de mulheres no espectro político girou em torno da reivindicação do direito ao voto feminino. Bertha Lutz<sup>53</sup> registrou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a FBPF, em 1922, substituindo a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher e a Liga pelo Progresso Feminino. A escritora e advogada Mietta Santiago criou a Liga das Eleitoras Mineiras. Em 1931, Natércia Silveira Pinto da Rocha fundou a Aliança Nacional de Mulheres, entre outras (Cf. SCHUMAHER; CEVA, 2015)

Berta Lutz será uma das principais lideranças da FBPF, fundada em 1922, inspirada no modelo feminista estadunidense. Conhecedora do movimento sufragista americano e inglês, irá filiar a FBPF à Aliança Internacional pelo Voto Feminino, incorporando a luta pela outorga dos direitos políticos e jurídicos à mulher, assim como pela sua inserção nos espaços da intelectualidade e de atividades econômicas (HAHNER, 1981, p. 106).

Entretanto, a integração dessas lideranças de modo associativo, em torno da reivindicação pela participação das mulheres na sociedade, não questionava de forma direta as relações de poder que estabeleceram historicamente essas hierarquias e lugares sociais. A própria Bertha Lutz, como uma dessas principais lideranças, ressaltava a importância de valorizar a maternidade e a família, conjugando esses princípios à emancipação das mulheres (HAHNER, Idem. p. 114).

Algumas análises, como a de Hahner, avaliam que a luta pelo sufrágio feminino no Brasil foi particularmente um movimento de classe média em prol de uma mudança judicial para garantir o voto daquelas mulheres que haviam alcançado a mesma qualificação que os homens, não uma tentativa de revolucionar o papel da mulher na sociedade, nem a própria

---

<sup>53</sup> Berta Maria Júlia Lutz (1894-1976) nasceu em São Paulo. Era filha de pai suíço-brasileiro, Adolfo Lutz, um pioneiro da medicina tropical no Brasil e de mãe inglesa, Anny Fowler. Em 1918, Bertha Lutz concluiu sua licenciatura em Ciências na Sorbonne, tornando-se zoóloga de profissão. No ano seguinte, tornou-se secretária do Museu Nacional do Rio de Janeiro. O fato teve grande repercussão, considerando-se que na época o acesso ao funcionalismo público ainda era vedado às mulheres. Mais tarde, tornou-se naturalista na seção de botânica da mesma instituição. Posteriormente, diplomou-se em Direito no Rio de Janeiro. Em 1918, Bertha Lutz publicou um artigo jornalístico sobre o feminismo, que apontado como um marco no lançamento do movimento sufragista no Brasil. Em 1936, assumiu uma cadeira no Congresso como deputada, atividade que foi suspensa no ano seguinte, por conta da decretação do Estado Novo. Mesmo após a conquista do voto feminino e o enfraquecimento político da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, durante o período Vargas, Bertha Lutz continuou sua luta em diversas frentes de bandeira feminista (SOIHET, 2000, p. 97-117)

sociedade em si, ainda que o movimento tenha a inclusão de defesa do trabalho feminino e promoção social (HAHNER, 2003, p. 31).

Segundo Mott, alguns trabalhos associam grupos de mulheres que se congregaram pelas práticas de interesses comuns (sufrágio, educação, assistência social aos filhos de doentes etc.), serem de classes média e alta urbanas e não terem questionado as estruturas sociais e o papel das mulheres enquanto mães e donas de casa. Este fato teria levado a historiografia a associar tais temas a um perfil “conservador” e “reacionário”. Alguns estudos já analisaram as precursoras feministas que, à margem de um movimento organizado, teriam já na década de 1920, questionado o papel das mulheres na família, a realização profissional em espaços que não o doméstico, os limites da liberdade sexual e os direitos reprodutivos, estando, portanto, mais alinhadas com o movimento feminista das décadas de 1970 a 1990 (Mott, 2001:199-234; Martins, 2015:13-28).

#### 2.4 Alice Tibiriçá: apontamentos biográficos

Alice de Toledo Ribas, posteriormente acrescido de Tibiriçá, pelo casamento, nasceu em 9 de janeiro de 1886, em Ouro Preto, Minas Gerais. Eram seus pais: Maria Augusta Rangel Ribas e o general do Exército José Florêncio de Toledo Ribas. Residia no Rio de Janeiro e aos 13 anos de idade, já órfã, foi morar com outros membros da família em São Paulo.<sup>54</sup> Em 1912, casou-se com o engenheiro João Tibiriçá Neto, pertencente à rica família tradicional paulistana, formada por fazendeiros e políticos. O pai de seu marido, de nome Jorge Tibiriçá Piratininga, nasceu e foi educado na França e herdou herança significativa, além do capital social da família, o que propiciou seu engajamento na política paulistana. Durante a Primeira República, período de sua atuação, foi: governador de São Paulo (1904-1908); senador da República; além de outros cargos ligados ao poder executivo estadual paulista. Falecer em 1929. (Correio Paulistano, 30/09/1928; Verbete Jorge Tibiriçá, Abreu, Beloch, Lamarão, Lattman-Weltman, 2001).

Em São Paulo Alice Tibiriçá realizou seus estudos com professores particulares e, em 1927, já casada e com dois filhos, concluiu sua formação em música no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, especializando-se em piano, onde posteriormente exerceu o magistério (Miranda, 2005:16). É importante contextualizar que a educação feminina nesse

---

<sup>54</sup> Sua família era de tradição militar, tendo pai e avô generais do exército. Isso deixou marcas importantes para ela, algo que muito a orgulhava, onde exaltava que essa ascendência justificava sua “coragem de nunca recuar diante dos perigos e sacrifícios que o dever impõe.” (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 189-190).

período ganhou muita importância nas famílias da elite brasileira por sua associação à exposição em espaços públicos. Segundo June Hahner, as mulheres não estavam “(...) mais limitadas a somente parir bebês e gerenciar a casa, as mulheres da elite adquiriram então papéis relevantes na manutenção de redes sociais e das alianças estabelecidas entre as famílias” (HAHNER, 2012, p. 56). Isso evidencia a busca por uma educação esmerada para as filhas de membros da elite brasileira. Era bastante comum que aprendessem francês, regras de elegância e etiqueta, além de tocar piano.

O período entre 1925 e 1927, foi um momento importante na vida de Alice Tibiriçá, que inclusive, irá definir boa parte de sua trajetória pública. Em 1925, já começa ativamente a participar de eventos beneficentes em prol dos leprosos e seus familiares que estavam internados no Hospital dos Lazaros do Guapira. Essa convivência a aproximou da realidade da pobreza e do abandono dos doentes internados no hospital. Ficava particularmente chocada com o descaso público com os grupos de doentes que perambulavam na mendicância pela capital de São Paulo. (Relatório da Sociedade...1927, p. 4).

É a partir desse momento que seu humanismo se materializa por meio da elaboração de um projeto, que arregimentaria um grupo de pessoas da elite paulistana para a fundação em 1926, da Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra.<sup>55</sup> Trata-se de uma entidade assistencial de caráter privado e filantrópico, que se tornaria um dos maiores movimentos assistenciais do Brasil na primeira metade do século XX. É preciso lembrar a origem social de Alice Tibiriçá, que integrava uma família tradicional paulistana, e contava com o prestígio de seu sogro, detentor de enorme capital social, e com uma trajetória política que o qualificava como um dos caciques do Partido Republicano Paulista (TIBIRIÇÁ, 1936, p. 13-22).

Ainda em 1927, mesmo ano que concluiu os estudos no Conservatório de Música, Alice fundou o Instituto de Ciências e Artes “Santa Augusta”, um educandário que oferecia jardim de infância, ginásio e ensino secundário, além do preparatório para as provas de admissão e cursos profissionalizantes. Em um anexo do prédio também havia um espaço para um Pensionato Escola, com cursos voltados para atividades relacionadas à agricultura e pecuária, no qual os alunos aprendiam: produção de laticínios, avicultura, apicultura e sericultura.

O Pensionato Escola pretendia funcionar com o apoio técnico da prefeitura e do parque de Indústria Animal, recebendo principalmente moças pobres do interior com bolsas de estudos

---

<sup>55</sup>A Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra será objeto de análise do próximo capítulo desta tese.

custeadas pelo poder público. Entretanto, as fontes consultadas nos levam a inferir que Alice Tibiriçá nunca conseguiu levar adiante esse projeto do Pensionato ligado a Escola profissional, pois quando reuniu investidores da iniciativa privada para dar início ao projeto (1934) foi justamente o período de maior embate com o poder público paulista, algo que gerou considerável prejuízo à sua imagem. No último capítulo desta tese, retomarei essa discussão. (MIRANDA, 1980, p. 34-36; BOLETIM DA SOCIEDADE, 1929, p. 14; TIBIRIÇÁ, 1934, p. 189).

A agricultura tinha um papel central nos projetos que Alice Tibiriçá idealizava junto ao seu Instituto de Ciências e Arte, pois segundo ela, era fundamental para o desenvolvimento da economia do estado e do país. Para isso, era fundamental que a mão de obra feminina fosse utilizada na lavoura de forma técnica, o que seria possível através de um programa educacional. Citava algumas experiências europeias, a exemplo da Bélgica, que após a 1ª Guerra Mundial venceu uma grave crise econômica com a incorporação de mão de obra feminina de forma racional na atividade agrícola (TIBIRIÇÁ, 1936, p. 13-22).

Nas primeiras décadas do século XX, São Paulo já despontava como um dos principais centros urbanos do país. As mulheres da classe média e alta – além de participarem e organizarem uma série de atividades culturais – reivindicavam igualdade de oportunidades no campo profissional, historicamente dominado por homens. Nas décadas de 1910 e 1920, ocorreram debates muito fecundos sobre a condição das mulheres na sociedade. Os principais espaços de discussão eram sindicatos, comícios, veículos de imprensa e organizações culturais.

No Instituto de Ciências e Arte “Santa Augusta”, dirigido por ela e onde também lecionava com outras professoras, o “ensino deveria ser alegre e atrativo para as crianças”. Para isto, ela criou o Clube Infantil cuja formação seria de “cunho fidalgo de gente fina, que se inicia na vida social, obedecendo às regras de bom tom, a delicadeza no trato”, porém não poderia faltar diversão e alegria para as crianças através do “riso que tanto eleva e apura alma que se desabrocha” (Jornal *A Gazeta*, 09/09/1927).

O Instituto possuía reconhecimento estadual e recebeu subvenções dos poderes públicos de São Paulo até o final de 1930. O fim dessa parceria ocorreu justamente devido a Revolução de 1930, onde foram destituídos os atores políticos do PRP, que agraciavam diversas instituições com subvenções governamentais, especialmente aquelas com lideranças próximas de figuras ilustres da elite política.

No Boletim da Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra, fundada em abril de 1929, há registros regulares de divulgação do Instituto de Alice Tibiriçá. Desde o

primeiro exemplar, existem informações detalhadas das atividades oferecidas, constando inclusive os valores dos cursos.

Figura 2 - Fotografia de Alice Tibiriçá (1929)



Fonte: Arquivo da Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade

A participação de Alice Tibiriçá como educadora em seu Instituto e a proposta da escola profissional feminina enaltecia a importância da mulher na agricultura, e esse viés estará presente em ações posteriores, mesmo após seu engajamento na militância por frentes variadas pela causa feminina. Há registros de palestras, entrevistas, conferências, artigos sobre o tema, nos quais valoriza a ideia de uma “mentalidade agrícola”, na qual a educação profissional das mulheres deveria privilegiar a agricultura e pecuária.<sup>56</sup> Alice criticava a vida doméstica rural tradicional, apostando na inserção da mulher através desta atividade, que ela considerava “emancipatória”:

Iluminado por tão alto pensamento o feminismo começou a triunfar do norte a sul. E nesse anseio de agora, traduz a justa aspiração da criatura que sente capaz e não quer

---

<sup>56</sup> A busca pela otimização do trabalho no campo será defendida por intelectuais e seguidores da elite brasileira, inclusive, com a fundação das graduações em “economia doméstica”. O principal foco eram as mulheres e assim prepará-las para a melhor administração de seus lares, o que compreendia a administração de recursos familiares, a decoração e asseio da casa, a conservação e confecção do vestuário, o cuidado e educação familiar e a prática de higiene, conservação e preparo dos alimentos.

mais tutelas vexatórias. Antigamente, para a manutenção de uma casa bastava o trabalho do chefe. E esse homem se tornava realmente o senhor da família, pois que todos viviam do seu esforço. (...) Patrícias, esse é um mal que devemos corrigir. As nossas vistas devem voltar-se para a agricultura (TIBIRIÇÁ, 1931).

Manifestação semelhante a esta é possível encontrar em outros registros. Através da tribuna e principalmente nas ações de sua vida pública, Alice Tibiriçá reforçava a questão “emancipatória” feminina não só pelo viés da participação na agricultura e pecuária.

Em muitas de suas apresentações convocava a ação feminina na campanha de combate à lepra. É possível encontrar uma série de artigos ligados à causa feminina publicados no Boletim da Sociedade paulista de Combate a Lepra. Em muitas ocasiões, Alice Tibiriçá faz menção à liderança exercida por Berta Lutz:

A capital da república, terra generosa onde as ideias puras e bonitas encontram sempre acolhedor albergamento, não cabe em si de contente porque se fez a antena poderosa onde se reativaram as ondas de um movimento magnífico vindo da força irradiadora do coração e da inteligência de Berta Lutz (BOLETIM DA SOCIEDADE, 1930, p. 8).

Segundo Alice Tibiriçá, a imprensa “tem sido e continua ser um dos mais poderosos esteios do feminismo em nosso Paiz”. Não à toa, a partir de 1930, o Boletim aumenta a regularidade de textos sobre o tema, com publicação de artigos, campanhas, regulamentos e divulgações de realizações de encontros e congressos feministas:

Segundo Congresso Feminista  
Promovido pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que Berta Lutz, incansável trabalhadora, é a principal figura, realiza-se de 19 a 30 de Junho o 2º Congresso Feminista, que tem alcançado um notável número de adesões (BOLETIM DA SOCIEDADE, 1931, p. 26).

Neste Congresso, estiveram presentes representantes das principais associações internacionais, assim como delegadas de vários países. Alice Tibiriçá participou como delegada de São Paulo e apresentou a comunicação “A cooperação feminina no combate à lepra”. No final do evento, as principais lideranças como Berta Lutz, a escritora Júlia Lopes de Almeida e Maria Eugênia Celso, formaram uma comissão para uma audiência com Getúlio Vargas, onde apresentaram as principais resoluções do Congresso (BOLETIM DA SOCIEDADE, 1931, p. 11-17).

No que se refere seu papel diante da causa de luta contra a lepra<sup>57</sup>, é importante ressaltarmos sua reconhecida liderança. Dando início às atividades da Sociedade de Assistência

---

<sup>57</sup> Segundo Maria Augusta Tibiriçá Miranda, o envolvimento de sua mãe na luta pela causa da lepra ocorreu após ter presenciado uma romaria de leprosos pedindo esmolas, onde as pessoas atiravam de longe as doações para não terem qualquer contato com os doentes. Isso a teria impactado, despertando seu interesse na luta pela causa. Esse

aos Lazaros (1926) e a fim de promover a capilaridade de suas ações por todo o país, uma de suas primeiras ações foi emitir uma convocação às mulheres de outros estados e territórios nacionais para engrossarem o corpo da instituição e divulgarem suas ações, sensibilizando a população para a causa.

O seu envolvimento com a questão da lepra ocorre paralelamente ao momento que começa a se filiar aos grupos de mulheres com reivindicações feministas, que já vinham se organizando no Brasil, desde a segunda metade do século XIX.<sup>58</sup> Alice possuía contatos com a Federação Internacional Feminina (FIF), entidade que promoveu em 1925, em colaboração com um grupo de senhoras paulistas, a realização de uma quermesse para arrecadação de donativos em prol dos leprosos internados no Hospital de Guapira (Jornal *A Gazeta*, 03/09/1925).

Alice Tibiriçá teve uma longa trajetória como mulher pública, através de um ativismo social que não ficou marcado somente pelo envolvimento na causa feminista e luta contra a endemia leprosa. Atuou em outras importantes causas: participou da fundação da Federação das Associações de Combate à Tuberculose; da Sociedade de Amparo aos Psicopatas; além de envolver-se em campanhas em prol da “cultura e da paz”, além de outras “causas sociais”. Deixou importante contribuição na área do Serviço Social, a partir da fundação na Capital Federal do Instituto Carlos Chagas em 1938, que trouxe desdobramentos em outras instituições como o Instituto de Serviços Sociais, através de apoio da Universidade do Brasil. Neste setor, contribuiu para sugerir novos rumos para o programa de ensino<sup>59</sup> na área da assistência social e da higiene (ALICE TIBIRIÇÁ: TRAÇOS BIOGRÁFICOS, 1960, s.p.; O SERVIÇO SOCIAL... 1940, p. 8-13; SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 42-43).

Teve profícua atuação diante da causa feminina onde transitou junto a instituições como a FBPF; Aliança Cívica das Brasileiras; Instituto Feminino de Serviço Construtivo, além de outras associações femininas, conseguindo consolidar sua liderança. Ao lado de outras proficientes mulheres brasileiras como: Nuta Bartlet James; Arcelina Mochel Goto; Lydia da Cunha; e Ana Montenegro, fundou em 1949, a Federação de Mulheres do Brasil (FMB), entidade que unificou as atividades das diversas organizações femininas do país. Alice foi sendo

---

fato ocorreu na década de 1910, quando a família teve rápida passagem na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, por conta de necessidades profissionais de seu pai (MIRANDA, 2005, p. 14)

<sup>58</sup> A grafia “feminista” está presente de forma ampla nas fontes consultadas e nos artigos e discursos realizados por Alice Tibiriçá. Atuou nesse movimento, que em linhas gerais, pode ser caracterizado principalmente pela luta sufragista. Era um movimento de cunho conservador no que se refere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas.

<sup>59</sup> Instituto de Serviços Sociais oferecia um curso básico de 2 anos e um de especialização com duração de 6 meses para monitor de saúde e assistente social (O Serviço Social...1940, p.13).

aclamada presidente da FMB, cargo que ocupou até a sua morte em 1950 (MIRANDA, 1980, p. 177-181; MACEDO, 2001, p. 144-146).

Alice Tibiriçá dedicou boa parte de sua vida a organizar associações filantrópicas para assistência aos hansenianos, aos cegos, aos tuberculosos, aos psicopatas, dedicando-se a todas as entidades que fundou e presidiu ao longo de toda sua trajetória. Poucas pessoas conhecem sua história, assim como de outras devotadas mulheres que tiveram papel destacado na fundação, organização e administração de entidades assistenciais no Brasil, como Maria Rennotte (1852-1942); Pérola Byngton (1879-1963); Anália Franco (1853-1919), dentre outras.

Nesse capítulo, apresentei uma breve análise da institucionalização da saúde pública em São Paulo, evidenciando como a lepra foi ganhando prioridade na agenda pública ao longo da Primeira República. Contudo, demonstrei que as realizações principais de assistência aos doentes foram fruto da mobilização da sociedade civil. O papel exercido por algumas lideranças femininas no bojo destas realizações em torno da questão da lepra é algo fundamental e destaco as seguintes personagens: Mathilde Macedo Soares, Margarida Galvão e Alice Tibiriçá. Compreender a atuação da Sociedade de Assistência aos Lazários e Combate a Lepra em São Paulo, através da capilaridade que esse modelo filantrópico terá sob a liderança de Alice Tibiriçá é o tema do próximo capítulo desta tese.

### 3 MULHERES EM AÇÃO: A SOCIEDADE DE ASSISTENCIA AOS LAZAROS E DEFESA CONTRA A LEPROSA

A proposta deste capítulo tem como premissa um duplo movimento analítico: no primeiro momento é demonstrar como se constitui a Sociedade de Assistência aos Lazares e Defesa contra a Lepra de São Paulo, seu estatuto e organização, a dinâmica a partir do qual congregou e cooptou mulheres em torno de um ideal na constituição de ações de benemerência e de assistência a partir da liderança de Alice Tibiriçá; no segundo, destacar a atuação da Sociedade através dos projetos mobilizados que rapidamente ganharam capilaridade por meio de parcerias com instituições nacionais e internacionais, acarretando a expansão deste modelo assistencial na fundação de congêneres em diferentes regiões do país.

Como foi possível observar no capítulo anterior, as primeiras décadas do século XX evidenciaram em São Paulo o surgimento de inúmeras associações com viés caritativo e filantrópico. A questão do tema da lepra se tornou, então, terreno oportuno para atuação de associações de assistência, cuja principal finalidade era oferecer ‘proteção aos doentes’ e seus familiares, além de abrigo e instrução a seus filhos. A maioria dessas associações era dirigida por personagens, especialmente as mulheres, estava ligada às elites e classes médias paulistas que possuíam laços de proximidade com o poder público.

A uniformização dos discursos por meio da atuação de médicos, imprensa e iniciativa privada, conseguiu despertar a atenção da opinião pública, conferindo visibilidade a doença como uma ‘endemia nacional’. *Pari passu* a esses acontecimentos e a falta de uma política pública efetiva que atendesse às necessidades de assistência aos doentes, fizeram com que as instituições privadas confessionais ou laicas formularam seus próprios modelos de assistência que conjugaram a participação do poder público e privado, como já citado.

Também neste momento ficou claro que as principais sociedades de benemerência associadas à campanha anti-leprosa, começaram se direcionar a assistência infantil. Nesse sentido, vê-se o papel de parte da elite médica como agentes de mudança social a desempenhar papel preponderante no projeto de construção de nação, ao dirigir instituições públicas e filantrópicas voltadas para a assistência às crianças pobres no processo de institucionalização da pediatria, como prática médica e área de atuação estratégica para o país.<sup>60</sup> A doença passava

---

<sup>60</sup> Essa agenda que reverberava no Brasil era um reflexo do ideário das práticas de saúde no contexto internacional. O principal exemplo vinha do movimento de proteção à infância no Uruguai, pioneiro em iniciativas voltadas para a saúde infantil. Um dos principais exemplos foi o médico Joaquin de Salterain (1856-1926), cuja trajetória explica o significado dos avanços uruguaios no que se refere à saúde (BIRN et al, 2003 e GUY, 1998, p. 449-469)

a ser vista como uma ameaça à nacionalidade forte e a mortalidade infantil, representando sério entrave ao desenvolvimento da nação (Cf. Monteiro, 1998).

### 3.1 A Fundação da Sociedade de Assistencia aos Lazaros de Defesa Contra a Lepra

Foi em 1926, que a entidade ligada à causa anti-leprotica de maior notoriedade em São Paulo foi fundada tendo como principal expoente Alice Tibiriçá. A Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra passou a ser modelo institucional para uma rede de associações que se disseminou posteriormente por todo país. Com discurso praticamente uníssono e um conjunto variado de ações, seu programa reforçava o papel da medicina e todo seu conjunto de práticas em torno do enfrentamento da doença, contribuindo significativamente para uma maior visibilidade da doença no país.

Alice Tibiriçá era ligada à educação e engajada em campanhas assistenciais. Mantinha contatos com a Federação Internacional Feminina (FIF) onde, inclusive, promoveu em 1925, junto de outras mulheres pertencentes à elite paulistana a realização de uma quermesse em prol dos lazaros. (*Gazeta de São Paulo*, 1925:7). A causa em torno da lepra será um campo de atuação estratégico para sua inserção no debate público, onde acabou também por imprimir esforços pessoais atuando ativamente em associações femininas.

Em 1926, um grupo de pessoas da alta sociedade paulistana reuniu-se na residência de Jorge Tibiriçá, sogro de Alice de Toledo Ribas Tibiriçá. Foi feita uma reunião, liderada por Alice Tibiriçá, para fundar oficialmente a entidade que posteriormente se tornaria a principal associação privada de assistência aos leprosos e luta contra a lepra. Inicialmente chamada “Sociedade de Assistencia às Creanças Lazaras”, conforme ata registrada em 19/2/1926, a instituição trazia como principal objetivo em seu estatuto: “o tratamento das crianças acometidas pela lepra”, se comprometendo ainda a “proteger os morpheticos e impedir a expansão da lepra”. Um dado interessante a ser observado é o fato de constar no frontispício do livro da primeira assembleia geral, a referência à data de 19 de novembro de 1925, com a observação “Termo de abertura” e registro do estatuto da Associação “Leprosaria infantil”<sup>61</sup>, sinalizando a causa prioritária em torno da infância. (Ata de Fundação, 1926, p. 1-4; Relatório da Sociedade... 1926-1927, p. 4-5)

---

61 No relatório da assembleia de fundação da Sociedade em fevereiro de 1926, consta um fundo de assistência no valor de 30 contos de reis, referentes a campanhas anteriores realizadas no ano de 1925.

Como já sinalizado em capítulo anterior no programa inicial desta associação há traços de modelos de assistência à infância que já vinham sendo implementados. Um dos principais exemplos foi o Instituto de Proteção à Infância, dirigido por Moncorvo Filho, no Rio de Janeiro, assim como no cenário regional, as ideias que circulavam em São Paulo através da atuação do médico sanitariaista Geraldo de Paula e Souza. A liderança de Margarida Galvão junto à Associação Therezinha do Menino Jesus (1914) e a posterior construção do primeiro espaço asilar em São Paulo, destinado ao amparo de filhos dos leprosos pobres também serviu de inspiração para o enfoque na infância direcionado pela Sociedade liderada por Alice Tibiriçá.

Apesar da data de 21 de fevereiro de 1926, constar como data oficial da inauguração da Sociedade, é importante destacar que desde o segundo semestre de 1925, o grupo já vinha se reunindo e realizando ações no âmbito da atenção e cuidado aos doentes de lepra por meio de campanhas de arrecadação de recursos em diversos setores da sociedade paulistana. Precisamente de novembro à dezembro de 1925, se deu uma série destas ações, tal como “O dia da música”, evento organizado pelo Conservatório Dramático e Musical, realizado no Teatro Municipal; a Festa automobilística; o Clube Esperia que promoveu um festival esportivo; a doação da renda de partidas de futebol realizadas pelos clubes Corinthians, Palestra Itália (atual Sociedade Esportiva Palmeiras), Sírio e Santos; e uma grande doação de caixas de fósforos do comércio de São Paulo para serem vendidas e a verba revertida para a causa. Todas estas ações tiveram como destino a assistência às “crianças lazaros” (Relatório da Sociedade... 1926-1927, p. 3-4).

A substituição do nome “Sociedade de Assistência as Creanças Lazaros” por “Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra”, foi registrada pela primeira vez na própria assembleia de fundação oficial, sendo tal sugestão de mudança partido de Antonietta Souza Queiróz Amaral, integrante da diretoria. Os participantes Potyguar de Medeiros e Pires do Rio, médico e figura política respectivamente, também destacaram a pouca abrangência do primeiro nome e argumentaram que a segunda designação era de fato mais ampla e, portanto, mais apropriada para uma atuação em favor da causa. A mudança se deu em março de 1926, quando o Estatuto foi publicado e oficializado tendo a premissa da “defesa social contra a lepra, proteção e tratamento dos morpheticos e assistência as crianças lazaros”. (Relatório da Sociedade...1926-1927:3-4 e Sociedade de Assistência.... 1927:35-36)

A participação de mulheres foi preponderante, mas também houve colaboração de homens na sua maioria: políticos, médicos, funcionários públicos e profissionais liberais (Ata de Fundação, 1926-1927, p. 3-6).

No livro de ata desta assembleia, consta a participação de uma série de personagens ilustres, demonstrando o capital político que a família Tibiriçá possuía. Vale ressaltar a presença do então senador Washington Luiz Pereira de Souza, que alguns meses depois seria eleito presidente do Brasil, além de sua esposa, a futura primeira-dama, Sophia de Barros Pereira de Souza, aclamada como presidente de honra da Sociedade. João Tibiriçá Neto, esposo de Alice e grande incentivador do movimento pró-lazaros, esteve envolvido diretamente numa série de ações, assim como vários membros da família Tibiriçá, cuja influência, sobretudo feminina, veremos adiante. Em um trecho do Livro de presença (Livro de presenças, 1926:5), que registra a primeira assembleia de fundação da Sociedade, é possível identificar a assinatura de Washington Luís, Alice Tibiriçá e outros personagens, como se vê na imagem abaixo:

Figura 3 - Reprodução da ata de instalação da Sociedade de Assistencia aos Lazaros, São Paulo, 1926

Gu Victoria Gotching Speers, servindo de se-  
cretaria a confins e subscris. Maria Victoria Gotching Speers.  
São Paulo, 21 de Fevereiro de 1926.

Anna de Lucioz Galles Tibiriçá  
Maria Lydia de S. Campos  
Washington Luiz P. de Souza  
Alice de Tolear Tibiriçá  
Maria Victoria Gotching Speers.  
Erminda da Veiga Arzêdo  
Santa Melillo  
José Pires do Rio  
Eduarda de Santa Thactado Cardoso

Fonte: Arquivo da Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade

Ainda no campo político, destacam-se as presenças de José Pires do Rio, prefeito da cidade de São Paulo; Carlos de Campos, Presidente do Estado de São Paulo, além de Orlando de Almeida Prado, Deputado Estadual. Além destes, vimos a participação de Thomaz Percival Speers e Maria Victoria da Fonseca Cotching Speers, que secretariou a ata e foi indicada para o cargo de vice-presidente da Sociedade, evidenciando o comparecimento e apoio de

personagens da alta sociedade paulistana. Entre os personagens da área médica ligada à leprologia, destaca-se a presença do médico João de Aguiar Pupo, que no ano seguinte tornou-se Inspetor-chefe da Inspetoria de Profilaxia da Lepra (IPL), no Estado de São Paulo (Livro de presenças, 1926, p. 5).<sup>62</sup>

A presença de algumas das principais lideranças do Partido Republicano Paulista (PRP)<sup>63</sup>, assim como de outras personagens ligadas às elites paulistas, é fruto do prestígio da família Tibiriçá, especialmente em virtude do apadrinhamento da Sociedade por Jorge Tibiriçá, um dos personagens políticos mais proeminentes na política paulista da Primeira República.

O evento de posse da nova Diretoria ocorreu com uma grande solenidade realizada em 27 de fevereiro de 1926, no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, festividade marcada pela oratória de diversos participantes, onde se destaca a Conferência sobre *A Lepra no Brasil* realizada por Aguiar Pupo. Nesse mesmo evento, Alice Tibiriçá subiu à tribuna apresentando um discurso com retórica marcada pelo sentimento humanitário e de grande apelo aos valores religiosos e patrióticos, tendo como objetivo a mobilização da opinião pública para que se filiassem à nova associação (Sociedade de Assistencia... 1926,p. 3-28).

A entidade não possuía sede fixa, os primeiros encontros ocorreram em diferentes lugares, tais como a casa do sogro de Alice Tibiriçá ou em sua própria residência, bem como no salão do Conservatório Musical de São Paulo. Alguns meses depois, se estabeleceram em uma das salas do prédio da Cruz Vermelha de São Paulo, através de cessão oferecida pela direção da Cruz Vermelha.<sup>64</sup>

### 3.2 As vantagens de um “bom nome”

A agremiação liderada por Alice Tibiriçá, através da fundação da Sociedade de Assistencia aos Lazaros, foi sem dúvida um movimento de mulheres, com participação de “homens ilustres” das classes dirigentes, numa linha auxiliar de intervenção. Nas diversas campanhas realizadas é notório o número expressivo de mulheres presentes nas variadas ações promovidas pela Sociedade.

---

<sup>62</sup> O sucesso inicial do movimento liderado por Alice Tibiriçá é dado pelo seu status social e também por participações masculinas ligadas às elites política e médica de São Paulo.

<sup>63</sup> O Partido Republicano Paulista (PRP) foi um partido muito sólido e dominante durante toda Primeira República e principal elo entre o Governo e a oligarquia paulista. O grande capital cafeeiro se fez representar de forma muito consistente, conseguindo reproduzir politicamente a posição de domínio, que detinha em relação à lavoura no nível econômico (LOVE, 1982, p. 215-25; PERISSINOTTO, 1991:165-190).

<sup>64</sup> Adiante, no item 3.7 deste capítulo, será analisado o papel das instituições nacionais e internacionais que apoiaram as Sociedades de Assistência aos Lazaros.

Ressalta-se aqui a constatação de um variado grupo de nomes presentes na ata de fundação. Entretanto, algumas dessas mulheres só aparecendo em momentos específicos; e por fim, há aquelas que participaram exclusivamente da inauguração. Diante do grande número de nomes femininos, surgiram alguns questionamentos, tais como: quem são essas mulheres? Quais suas origens? Quem foram seus cônjuges? Quais funções desempenharam nesta agremiação? Por quanto tempo permaneceram?

Para responder estas perguntas, foi preciso investigar a coletividade que buscou o associativismo em torno de um propósito, a fim de entender as motivações que aproximaram tais personagens. Para isso, utilizamos o método da prosopografia com o intuito de observar as ações dessas mulheres, atentando para as dinâmicas internas e seus relacionamentos com outros grupos, dentro de uma dinâmica de poder no qual estavam inseridas ou buscando se inserir socialmente.

A prosopografia, ou biografia coletiva, tanto na história como na sociologia, é muito oportuna como instrumento de investigação de grupos dominantes e elites. Ela se apresenta como uma interessante possibilidade na compreensão de redes e configurações, e não pode ser observada apenas como um instrumento de pesquisa, mas também como um método associado a um constructo teórico de apreensão do mundo social (Monteiro, 2014:11-21).

A técnica possui uma metodologia combinada em duas etapas, onde cabe destacar as palavras de Christophe Charle, “definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica” (CHARLE, 2006, p. 41-53).

Um dos primeiros passos a ser definido em um estudo prosopográfico é justamente delimitar o universo a ser estudado e, neste caso, o grupo definido são as mulheres que participaram da fundação da Sociedade e integraram a diretoria executiva, conselho consultivo e comissões. Além disso, incorporamos nesse conjunto, alguns nomes que atuaram ativamente na diretoria, ainda que não tenham participado da fundação.

Para compreender o papel desempenhado por essas personagens, especialmente aquelas envolvidas diretamente na fundação e manutenção da instituição, realizamos, com o auxílio da prosopografia, o levantamento das atuações destas mulheres por meio da análise de documentos da Instituição. As fontes documentais que recorremos são constituídas por livros, relatórios, jornais e outros periódicos, tais como *Revista A Cigarra*; *A Gazeta Artística*; *Correio da Manhã*; *O Jornal*; *O Imparcial* (RJ); *Correio Paulistano*; *Diário da Noite* (SP); *Diário Nacional: A Democracia em Marcha* (SP); os Estatutos e o Livro de Atas da Sociedade de Assistência aos Lazeros, além do Boletim da Sociedade, que passou a circular em abril de 1926.

A digitalização dos Livros de Atas de reuniões ordinárias e extraordinárias, além dos Livros de presença foram fundamentais para definição do grupo a ser estudado. Essas fontes foram copiadas a partir de seu original que se encontram na sede da antiga Sociedade de Assistência aos Lazáros e Defesa Contra a Lepra de São Paulo, atualmente, Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade. Vale destacar que encontramos uma série de dados sobre algumas de nossas personagens em jornais e periódicos que circularam na cidade de São Paulo e Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e primeira metade do século XX. Também consultamos o Fundo Pessoal de Heráclides César de Souza Araújo, depositado na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, e o 3º volume de sua principal obra *História da Lepra no Brasil - Período Republicano (1890-1952)*. Além destes, utilizamos o *Dicionário Histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)* e o *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro (1930-1983)*, ambos organizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o *Dicionário de mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*, organizado por Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil.

Um dos principais problemas recorrentes na investigação dos jornais foram as datas discordantes, nomes e sobrenomes incompletos e outras informações específicas de cada indivíduo, além da questão dos homônimos. É importante destacar que as trajetórias de pessoas ligadas às elites e classes médias, são constituídas e documentadas por pessoas que ocupam estes mesmos espaços na sociedade, ou seja, muitas vezes, o proprietário, o editor e o jornalista são personagens desses grupos de poder. As pesquisas com enfoque metodológico apoiado pela prosopografia utilizam largamente os jornais e periódicos que circulavam no espaço geográfico e histórico que é objeto de estudo (CHAIA, 1996, p. 75-82).

Ainda sobre os jornais analisados nessa pesquisa, destaco que estes devem ser entendidos como espaços que acolhiam as visões de mundo dos segmentos sociais hegemônicos. As opiniões e publicações sobre atuação feminina refletem essas visões ao mesmo tempo em que funcionaram como espaço de disputas, já que eram igualmente utilizados como locais de atuação política e social de muitas dessas mulheres ligadas aos setores médios e às elites.

Definido o grupo a ser investigado, a pesquisa prosseguiu com a construção do questionário sobre as mulheres que participaram da fundação da Sociedade e que ocuparam cargos na direção da instituição em seus primeiros anos de funcionamento. Na construção deste questionário, buscaram-se as seguintes informações: nome, filiação, cônjuge, profissão, cargo/função, período de atuação e participação em outra(s) entidade(s).

Tabela 2 - Questionário biográfico das mulheres ligadas à Sociedade de Assistência aos Lazáros e Defesa contra a Lepra (1925-1935)

| <b>Nome</b>                           | <b>Filiação</b>                                                      | <b>Cônjuge</b>                              | <b>Profissão do Cônjuge</b>                            |
|---------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| 1. Adelaide Macedo Rodrigues          | Urbano Augusto de Macedo e Eugenia de Macedo                         | Oscar Rodrigues                             | Comerciante                                            |
| 2. Alice Tibiriçá Miranda             | José Florêncio de Toledo Ribas e Maria Augusta Rangel Ribas          | João Tibiriçá Neto                          | Engenheiro                                             |
| 3. Anna de Queiróz Telles Tibiriçá    | Antonio de Queiroz Telles e Rita M. Tibiriçá Miranda                 | Jorge Tibiriçá Piratininga                  | Fazendeiro e político                                  |
| 4. Anita Ferraz de Campos Vergueiro   | João Pereira Ferraz e Marieta Martins Fernandes                      | Luiz Pereira de Campos Vergueiro            | Jurista e político                                     |
| 5. Anitta Tibiriçá                    | Jorge Tibiriçá Piratininga e Anna de Queiróz Telles Tibiriçá         | x                                           | x                                                      |
| 6. Antonietta Souza Queiroz do Amaral | Antônio de Souza Queiroz e Vitalina Pompeo Camargo                   | Carlos Alberto do Amaral                    | Fazendeiro                                             |
| 7. Branca de Canto Mello              | Pedro de Canto e Mello e Anézia Giraudon                             | x                                           | x                                                      |
| 8. Carolina Philippi Ribeiro          | João Luiz Philippi e Margarida Schimdt Philippi                      | Cesário Ribeiro                             | Advogado                                               |
| 9. Eponina da Veiga Azevedo           | José de Salles Leme e Winifrida Dauntre Salles                       | Arioste do Amaral                           | Fazendeiro                                             |
| 10. Elvira de Paula Machado Cardoso   | Linneu de Paula Machado e Sebastiana de Paula Machado                | João Pedro Cardoso                          | Funcionário Público                                    |
| 11. Georgina Tibiriçá Paes de Barros  | Georgina Tibiriçá e Gustavo Paes de Barros                           | Mario Antunes Maciel Ramos                  | Proprietário e redator-chefe de Agência de comunicação |
| 12. Felicidade Perpetua de Macedo     | Urbano Augusto de Macedo e Eugenia de Macedo                         | x                                           | x                                                      |
| 13. Isabel de Azevedo Von Ihering     | Luís Gonzaga de Azevedo e Maria da Glória Azevedo Cruz               | Rodolpho Theodor Wilhelm Gaspar Von Ihering | Zoólogo e Biólogo                                      |
| 14. Maria Nascimento Rangel Pestana   | Domingos Rodrigues do Nascimento e Maria Flora Redondo do Nascimento | Nestor Rangel Pestana                       | Jornalista, Diretor do Jornal Estado de SP             |
| 15. Maria de Campos Mesquita          | Ignacio Xavier de Almeida Campos e Maria Dias Ferraz                 | Luiz Antonio de Campos Mesquita             | Promotor, embaixador                                   |
| 16. Noemia Nascimento Amaral Gama     | Domingos Rodrigues do Nascimento e Maria Flora Redondo do Nascimento | Hugo do Amaral Gama                         | Funcionário Público                                    |

|                              |                                                           |                               |                        |
|------------------------------|-----------------------------------------------------------|-------------------------------|------------------------|
| 17. Santa Melillo            | Vicente Melillo e Regina Morato Melillo                   | Frederico Carlos de Magalhães | Ferroviário            |
| 18. Noemy Silveira Rudolfer  | -                                                         | Bruno Rudolfer                | Engenheiro             |
| 19. Sophia Pereira de Souza  | Rafael Paes de Barros e Maria Joaquina de Melo e Oliveira | Washington Luís               | Político               |
| 20. Victoria Cotching Speers | Guilherme Cotching e Gertrudes da Fonseca Cotching        | Thomaz Percival Speers        | Banqueiro e Industrial |

Tabela 3 - Questionário funcional de participação das mulheres que atuaram na Sociedade de Assistência aos Lazaros e Defesa contra a Lepra (1925-1935) e em outras entidades

| <b>Nome</b>                           | <b>Cargo/função</b>                | <b>Período de atuação</b> | <b>Participação em outra(s) entidade(s)</b>                                                               |
|---------------------------------------|------------------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Adelaide Macedo Rodrigues          | Conselho Consultivo                | 1926-1928                 | Associação Feminista Anália Franco, Sociedade Paulista                                                    |
| 2. Alice Tibiriçá Miranda             | Presidente                         | 1925-1950                 | Cruzada Pró-Infância                                                                                      |
| 3. Anna de Queiróz Telles Tibiriçá    | Vice-Presidente Honorária          | 1925-                     | Cruz Vermelha, Pensionato Católico de Moços, Associação Vicentina aos Mendigos, Maternidade de São Paulo  |
| 4. Anita Ferraz de Campos Vergueiro   | Propaganda                         | 1926-1927                 | Sociedade Paulista, Sociedade Hygienopolis                                                                |
| 5. Anitta Tibiriçá                    | Comissão Artística                 | 1926                      | Associação Vestiário dos Tuberculosos, Assistência Vicentina aos Mendigos                                 |
| 6. Antonietta Souza Queiroz do Amaral | Vice-presidente                    | 1925-1930                 | Rádio Sociedade do RJ, Sanatório Santa Cruz                                                               |
| 7. Branca de Canto Mello              | Secretaria                         | 1926-1933                 | FPPF, Sociedade Paulista, Sociedade de Educação de SP, Instituto dos Cegos "Padre Chico"                  |
| 8. Carolina Philipi Ribeiro           | Propaganda                         | 1925-1936                 | -                                                                                                         |
| 9. Eponina da Veiga Azevedo           | 2ª Secretária/ Conselho Consultivo | 1925-1931                 | Cruz Vermelha de SP                                                                                       |
| 10. Elvira de Paula Machado Cardoso   | Conselho Consultivo                | 1925-1928                 | Cruzada Pró-Infância, Sociedade Harmonia de Dança e Sociedade Harmonia de Tênis                           |
| 11. Felicidade Perpetua de Macedo     | Tesoureira/Vice-Presidente         | 1925-1935                 | Associação Feminista Anália Franco, Cruz Vermelha de SP, Sociedade Paulista, Pensionato Católico de Moços |
| 12. Georgina Tibiriçá Paes de Barros  | Conselho Consultivo                | 1925-1928                 | Associação Vestiário dos Tuberculosos                                                                     |

|                                     |                                      |           |                                                                                                           |
|-------------------------------------|--------------------------------------|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 13. Isabel de Azevedo Von Ihering   | Conselho Consultivo                  | 1926      | Liga Pró saneamento e Instrução, Associação educativa - A tarde da criança                                |
| 15. Maria Nascimento Rangel Pestana | Comissão Artística                   | 1926      | Cruzada Pró-Infância                                                                                      |
| 14. Maria de Campos Mesquita        | Conselho Consultivo                  | 1926      | Associação Cívica Femina                                                                                  |
| 16. Noemia Nascimento Amaral Gama   | Comissão Artística/<br>1ª Secretária | 1925-1926 | Associação Cívica Feminina, Sociedade de Educação de São Paulo                                            |
| 17. Noemy Silveira                  | Conselho consultivo                  | 1926-1931 | Sociedade de Educação de São Paulo, Associação Feminina                                                   |
| 18. Santa Melillo                   | 1ª Secretária                        | 1925-1926 | União Católica Santo Agostinho                                                                            |
| 19. Sophia Pereira de Souza         | Presidente honorária                 | 1926-     | Cruz Vermelha Brasileira, Sociedade de Assistência aos Lazáros e Defesa contra a Lepra da Capital Federal |
| 20. Victoria Cotching Speers        | Vice-presidente                      | 1925-1932 | Sociedade Paulista                                                                                        |

Notas: Ao realizar o levantamento, optou-se pelo recuo no tempo, buscando a atuação destas mulheres em outras sociedades, associações, ligas e afins. É possível que tenham participado, direta ou indiretamente, de outras entidades considerando seu engajamento com atividades de benemerência, ainda que seus nomes não estejam presentes nas fontes consultadas. Privilegiamos os nomes registrados na documentação, sendo que alguns se modificaram posteriormente devido à mudança do estado civil. Não foram citadas as respectivas profissões das mulheres, algo que será destacado no decorrer deste capítulo.

No Quadro 2, os campos sinalizados com X indicam que as mulheres biografadas não foram casadas. As profissões exercidas por algumas dessas mulheres estão citadas no corpo do texto.

Não estão inseridos nos quadros os nomes de todas as mulheres vinculadas à primeira diretoria oficial da Sociedade; na ata de fundação, constam como membros (as) efetivos (as) da primeira diretoria 37 mulheres, além de 54 homens.

Observando a composição do quadro a partir dos dados levantados, depreende-se que as mulheres listadas pertenciam à elite e setores médios da sociedade paulistana, com graus de parentesco direto e indireto umas com as outras. Algumas dessas mulheres, independentemente do casamento que realizaram, eram membros das chamadas “famílias quatrocentonas” e de elevado nível cultural. Além disso, ainda que não esteja sinalizado no quadro, observou-se que além das profissões listadas como político, jornalista, engenheiro, banqueiro, industrial, promotor, fazendeiro ou funcionários públicos, eram também ligadas a um movimentado comércio de compra e venda de imóveis.

Michele Perrot destaca que os homens são indivíduos; pessoas e trazem sobrenomes que são transmitidos. Alguns são "grandes", "grandes homens". As mulheres em geral não têm

sobrenome, têm apenas um nome. São pouco vistas e pouco se fala delas (PERROT, 2007, p. 16). Em muitos momentos da pesquisa, especialmente a realizada nos jornais, tornou-se um desafio encontrar registros da atuação de algumas delas, pois em certos casos só passaram a “existir” com o casamento; em outros, deixaram de “existir” após se casarem. Do grupo selecionado, nem todas casaram como é o caso de Annita Tibiriçá, Branca de Canto Mello e Felicidade Perpetua de Macedo, sendo possível perceber a atuação de todas elas em associações de diversos matizes. Inclusive em certas ocasiões, atuação conjunta em atividades assistenciais além da exercida na Sociedade de Assistencia aos Lazaros.

É importante refletir nas relações de sociabilidade e projeção social que algumas mulheres integrantes da família Tibiriçá possuíam antes do casamento entre Alice e Jorge Tibiriçá, ocorrido em 1912. Por exemplo, a sogra de Alice, Anna de Queiroz Tibiriçá, participou de forma atuante em causas assistenciais voltadas ao público infantil e juventude desassistida. Foram encontrados registros de sua participação em comissões organizadoras de festas e ações beneficentes direcionadas a idosos, viúvas e enfermos. Uma de suas principais atuações se deu na fundação da Cruz Vermelha de São Paulo, em 1912, instituição que teve como principal liderança a médica e professora Maria Rennotte<sup>65</sup>. Anna Tibiriçá chegou a ocupar o cargo de vice-presidente durante a década de 1910 (*Correio Paulistano*, 1914, p. 7) e na Sociedade de Assistencia aos Lazaros, sempre ocupou o cargo de vice-presidente honorária, presente de forma ativa na Sociedade em seus primeiros anos, prestigiando os eventos e reuniões de diretoria até 1928. Mesmo após esse período, quando esteve ausente das atividades da Sociedade, foi aclamada como honorária na eleição da 2ª Diretoria (1931-1936). Na década de 1930, sua atenção se voltou para a Maternidade de São Paulo, onde ocupou o posto de vice-provedora.

Suas filhas, Annita Tibiriçá e Georgina Tibiriçá Paes de Barros, também foram bem ativas no engajamento de atividades de benemerência, inclusive de forma independente de sua mãe, buscando seus próprios espaços de inserção. Dentro desta perspectiva, quem merece maior destaque é Annita Tibiriçá, cuja inserção em comissões e associações deste gênero, se deu de forma bem dinâmica. Esteve presente em festivais no Teatro Municipal e juntamente com sua

---

<sup>65</sup> Marie Rennotte foi uma professora e médica belga radicada no Brasil, ex-diretora da Maternidade São Paulo, que teve papel fundamental na organização da Cruz Vermelha de São Paulo. Em viagem pela França e Alemanha, conheceu a organização e fez um relatório à Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, recomendando a sua criação. Por meio de seus escritos e prática social, lutou pelos direitos das mulheres a terem uma melhor educação, ao acesso a diferentes tipos de trabalho, à obtenção de um corpo mais saudável, à cidadania política. (MOTT, 2005, p. 41-67)

irmã Georgina Tibiriçá e Antônia Penteado da Silva Prado<sup>66</sup>, foi uma das primeiras organizadoras da Quermesse no Jardim da Luz, em 1908. Este evento era um festival com grande presença de público que ocorria aos sábados e domingos; o intuito era arrecadar recursos para o Instituto de Assistencia a Infância de São Paulo, que atendia a crianças e adolescentes desamparados, além de posteriormente ajudar também o Hospital dos Tuberculosos (*Correio Paulistano*, 1908;1912; *Vida Paulista*, 1908).

Annita Tibiriçá e Noêmia Barbosa Bueno participaram da fundação em 1908, na capital paulista, da Associação dos Vestiários dos Tuberculosos, onde um grupo de mulheres costurava e oferecia roupas e enxovais para os filhos dos atendidos pelo dispensário Clemente Ferreira, vinculados a Liga Paulista contra a Tuberculose (MACHADO, 2016, p. 91). Annita Tibiriçá, assim como sua mãe, esteve presente na fundação da Cruz Vermelha de São Paulo e integrou a Assistencia Vicentina aos Mendigos, o Instituto Eduardo Prado, fundado igualmente em 1908, que prestava instrução gratuita aos menores vendedores de jornais; além disso, participava de campanhas financeiras em prol da Cruzada Nacional de Educação. Mais tarde, formou-se em Farmácia, dedicou-se à profissão e participou da Sociedade de Farmácia e Química de São Paulo (*Correio Paulistano*, 1928).

É importante salientar que a cidade de São Paulo, dos anos 1910 e 1920, passava pelo processo de urbanização e aconteciam vários eventos públicos direcionados às causas assistenciais, que eram excelentes oportunidades para a manifestação dos hábitos que proporcionavam projeção social. Mesmo os eventos que agregassem pessoas das camadas médias e mais empobrecidas, serviam para demarcar lugares e comportamentos distintos e, conseqüentemente, reforçarem as representações nesses espaços de visibilidade. Schpun destaca que as transformações urbanas foram responsáveis por desenhar papéis específicos para homens e mulheres, a partir de referenciais considerados próprios aos universos masculino e feminino (cf. SCHUPUN,1999).

A importância do capital político e cultural da família Tibiriçá explica o grande apoio que Alice recebeu na fundação da Sociedade de Assistencia aos Lazaros e ela, inclusive nunca omitiu tal fato. Isso fica bem evidente na carta enviada pela Sociedade à Anna de Queiroz Tibiriçá, e publicada no *Correio Paulistano* por conta da morte de seu esposo, o político Jorge Tibiriçá:

Exma. Sra. D. Anna de Queiróz Telles Tibiriçá, d.d. presidente honorária da Sociedade de Assistencia aos Lazaros.

---

<sup>66</sup> Antônia Penteado da Silva Prado foi uma participante ativa do movimento de mulheres de São Paulo, apoiou a Revolução Constitucionalista de 1932, liderando um manifesto público assinado por cerca de 300 outras mulheres.

No vosso carinhoso lar, tão cheio de amor à Pátria e aos humildes, como sejam nossos patrícios atacados do mal de Hansen, foi onde nasceu a Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra.

Hoje, as suas portas foram cerradas pela dor e pela saudade do grande vulto que foi (...) Dr. Jorge Tibiriçá uma das grandes colunas de nosso conselho consultivo (*Correio Paulistano*, 1928).

Com base nos dados coletados, verificou-se que menos de 30% das mulheres que fizeram parte da primeira diretoria da Sociedade de Assistencia aos Lazaros tornaram-se membros efetivas, enquanto a maior parte apenas emprestou seus nomes. Nos três primeiros anos da instituição, além da acentuada dedicação de Alice Tibiriçá, destacam-se os nomes de Adelaide Macedo Rodrigues, Anna de Queiroz Tibiriçá, Carolina Philippi Ribeiro, Eponina da Veiga Azevedo, Elvira de Paula Machado Cardoso, Felicidade Perpetua de Macedo, Georgina Tibiriçá Paes de Barros, Santa Melillo e VÍctoria Cotching Speers.<sup>67</sup> Essa última, foi uma das principais aliadas de Alice Tibiriçá na condução da Sociedade, ocupando o cargo de vice-presidente até janeiro de 1932, quando faleceu.

Outro ponto que merece ser considerado foi o grande número de educadoras na fundação e na posterior condução das ações da Sociedade.<sup>68</sup> Os principais espaços de atuação profissional delas foram a Escola Normal da Praça da República, o Grupo Escolar Maria José e o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, esse último por conta da presença de jovens e senhoras recebendo ou ministrando aulas de canto e solo, teclados, violinos e pianos, em períodos curtos e longos.<sup>69</sup> A presença de muitas mulheres lecionando na Escola de Música, pode ser pensada como uma exceção em certa restrição na educação de nível superior. Um dos exemplos foi Noemia do Nascimento do Amaral Gama, que além de poetisa e membra da Sociedade de Educação de São Paulo, era professora de canto e solo no Conservatório.

Entre o fim do século XIX e o início da segunda década do século XX, a cidade de São Paulo alcançou um aumento considerável em seus índices de matrícula na instrução primária. A instrução pública é assumida como bandeira do progresso pelas classes dirigentes paulistas,

---

<sup>67</sup> Maria Victoria da Fonseca Cotching Speers foi uma das maiores incentivadoras e aliadas de Alice Tibiriçá na direção da Sociedade de Assistencia aos Lazaros. Era descendente da família tradicional Almeida Prado de Indaiatuba e casada com Thomaz Percival Speers, de origem inglesa que atuou no Brasil como grande empreendedor. Alguns exemplos desses empreendimentos foram a instalação do Bank of London, a Light and Power Company e a São Paulo Railway. JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. Os Almeida Prado em Indaiatuba, parte II. In: *Jornal Tribunal de Indaiá* (versão online), publicado em 12/05/2016. Disponível em: <[http://www.tribunadeindaia.com.br/\\_conteudo/2016/05/entretenimento/4822-os-almeida-prado-em-indaiatuba--parte-ii.html](http://www.tribunadeindaia.com.br/_conteudo/2016/05/entretenimento/4822-os-almeida-prado-em-indaiatuba--parte-ii.html)> Acesso em: 5 jul. 2019.

<sup>68</sup> O magistério primário e a enfermagem eram neste período os dois campos de atração e atuação socialmente consentido para a maioria das mulheres, por serem considerados compatíveis com a “natureza” feminina (MARQUES, 2004, p. 149-169).

<sup>69</sup> Muitos membros da família Tibiriçá estudaram no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo durante a infância e juventude.

que procuraram investir no sistema público de ensino através de uma renovação da Escola Normal e dos grupos escolares modelo. (Cf. Carvalho, 1989).

Durante esse período se ampliou a quantidade de mulheres envolvidas com o magistério e com outras modalidades de aprendizagem. Novas ocupações ligadas ao comércio e aos serviços, como caixa, datilógrafa e estenógrafa, somaram-se ao magistério e a enfermagem (FREIRE, 2006, p. 152). A partir dos dados analisados, foi possível constatar que cerca de 40% das mulheres biografadas foram educadoras e todas tiveram atuação em causas femininas. Participaram ou representaram algumas das maiores associações filantrópicas de São Paulo, como a Cruz Vermelha, Liga do Professorado Católico, Cruzada Pró-Infância, Liga Paulista contra a Tuberculose, além da própria Sociedade de Assistência aos Lazáros.

Noemy Silveira foi um desses exemplos no campo da educação. Foi referência importante na primeira metade do século XX no cenário brasileiro por seus estudos dialogarem com o que havia de mais moderno no cenário internacional em psicologia educacional. Em 1928, viajou com um grupo de educadores aos Estados Unidos com subsídios custeados pela Associação Brasileira de Educação (ABE) e do *International Institute of Education of New York*. O objetivo dessa visita era conhecer e estudar a educação dos EUA. Posteriormente retornou ao país, em 1930, para aprofundar seus conhecimentos em psicologia no *Teacher's College* da Universidade de Colúmbia, Nova York, frequentando aulas de Dewey, Kilpatrick, Thorndike, Gates e outros. Foi professora da cadeira de Psicologia Educacional, no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (IEUSP) na direção de Fernando de Azevedo, permanecendo até 1938. Com a extinção do IEUSP, foi transferida para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), da Universidade de São Paulo, onde atuou até sua aposentadoria em 1954 (Moraes, 2012:485-497). Noemy Silveira possuía grande admiração por Alice Tibiriçá e atuou, inclusive, como representante internacional da Sociedade, quando esteve nos EUA; chegou a participar de palestras realizadas pelo *Mission to Lepers* em 1930, em Nova York.<sup>70</sup>

Outra personagem importante e de grande parceria junto a Alice Tibiriçá, foi Felicidade Perpetua de Macedo. No período que esteve presente, ocupou os cargos de tesoureira e vice-presidente da Sociedade (1925-1935), sendo a única personagem remanescente da primeira diretoria (1926-1931) que completou uma década de serviços prestados na entidade. Durante

---

<sup>70</sup> As cartas estão registradas nas páginas 95 e 96, do Livro de Ata da Sociedade. A participação de Noemy Silveira na Conferência *Mission to Lepers* rendeu o artigo “*A ação da Sociedade de Assistência aos Lazáros se reflete na América do Norte*”, publicado na edição de novembro e dezembro de 1930, números 20 e 21, do Boletim da Sociedade.

longo período, atuou como professora catedrática na tradicional Escola Normal da Praça da República, completando 47 anos de docência.

Algumas dessas mulheres não conseguiram escapar à invisibilidade atuando no terreno social, mesmo depois de fazer parte da fundação da Sociedade. Um desses exemplos foi Antonietta Souza Queiroz do Amaral, que mesmo sendo muito participativa durante os quatro anos que esteve na Sociedade (1926-1930), constam apenas alguns registros de sua atuação. O período de sua participação foi de muito engajamento e isso só foi possível verificar graças ao acesso aos livros de atas da instituição.<sup>71</sup>

### 3.3 OS princípios norteadores da sociedade de assistencia aos lazaros

A Sociedade de Assistencia aos Lazaros foi um movimento que rapidamente demonstrou organicidade a partir de sua fundação oficial em 1926. Suas ações seguiram o caminho trilhado por outras sociedades, associações, fundações, ligas e federações, que, baseados em conceitos da ciência moderna, que justificavam suas ações no âmbito da assistência privada a partir do enfrentamento das questões sociais, pautados na higiene e em rígidos preceitos sanitários.

Seu programa inicialmente ficou centralizado nas ações de assistência às crianças vitimadas pela lepra, porém foi ressignificado a partir de seus primeiros atos. No bojo da reconfiguração de seus objetivos, destaco quatro itens do 2º Artigo:

- a- Promover, por todos os meios, a defesa social contra a lepra
- b- Proteção e tratamento dos morféuticos, criando hospitais e institutos modelares aconselhados pela leprologia moderna
- c- Dar conforto e carinho as crianças lazaros, criando institutos próprios de profilaxia e educação da infância moderna
- f- Propagar, por todos os meios de publicidade, a educação popular em favor do combate a lepra (ESTATUTO, 1926, p. 35-36).

O programa da Sociedade defendia a construção de leprosários para o isolamento dos doentes, assim como a construção de espaços destinados ao internamento e educação das crianças. Este programa se alinhou à medicina, defendendo medidas de controle da doença e apoio às principais medidas profiláticas para enfrentamento da doença. A busca exaustiva em tornar a lepra conhecida, chamando atenção de forma exponencial sua gravidade, se dava

---

<sup>71</sup> Em carta datada de 14/02/1928, Antonietta Souza Queiroz do Amaral pede exoneração de seu cargo de vice-presidente, porém ainda continua a colaborar em alguns eventos promovidos pela Sociedade.

através de a publicação de artigos em jornais, conferências radiofônicas, palestras em escolas e institutos, que tinham o intuito de se alcançar a “consciência nacional” (Curi, 2002:96).

O programa da Sociedade tinha como uma de suas prioridades a educação sanitária, atuando ativamente em campanhas de conscientização, além do amparo aos doentes situados na capital paulista, que careciam, muitas vezes, de itens básicos para manutenção de suas próprias vidas. Paralelamente a esse objetivo, eram promovidas constantemente as campanhas para arrecadação de doações e arregimentação de novos sócios, com intuito de aumentar cada vez mais o quadro de mantenedores da entidade (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 28).

Figura 4 - Ficha de cadastramento de sócios e patronos da Sociedade de Assistencia aos Lazaros de São Paulo.

**Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra**  
**Assistencia às Creanças Lazaras**

de: RUA LIBERO BADARÓ, 10  
 Caixa Postal, 2884  
 Telephone, 2-4708  
 SÃO PAULO

*A “SOCIEDADE DE ASSISTENCIA AOS LAZAROS E DEFESA CONTRA A LEPROA”, pede a V. Excia. inscrever o seu nome, abaixo, como patrono ou socio contribuinte mensal ou annual d'esta Sociedade, e enviar resposta á Caixa Postal 2884.*

*Além de ser uma caridade, visto garantir mais depressa para os morpheticos o asylo conveniente, representa tambem uma defesa pessoal, pois, diminuidos os focos transmissores da molestia, esta declinará, como aconteceu na Noruega, evitando-se assim o perigo do contagio.*

Patrono : **100\$000.**

Socio contribuinte mensal \_\_\_\_\_ \$ \_\_\_\_\_ ou annual \_\_\_\_\_ \$ \_\_\_\_\_

Nome : \_\_\_\_\_

Endereço : \_\_\_\_\_

Cidade ou Villa : \_\_\_\_\_ Estado : \_\_\_\_\_

Queira assignar a contribuição de sua escolha e estipular a importancia mensal ou annual.

Fonte: Arquivo da Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariiedade

Fichas iguais a retratada acima, eram disponibilizadas em eventos promovidos pela Sociedade e anexadas aos Boletins,<sup>72</sup> publicados mensalmente pela instituição. Mesmo após quatro anos da fundação, o termo “assistencia às creanças lazaras” continuava a ser explorado, pois tratava-se de um período em que a educação e a infância estavam em constantes debates desde o início da República, constituindo uma área que se afirmava em bases modernas. Os

<sup>72</sup> O Boletim da Sociedade de Assistencia aos Lazaros será pauta do próximo item.

debates em torno da infância abandonada geram atenção e mobilização, fazendo desse momento um grande laboratório de projetos, cuja maioria será capitaneada principalmente pela iniciativa privada (KUHLMAN JÚNIOR, 1991; FREITAS, 2001; FREIRE, 2006)

Na ficha retratada, há espaço destinado para o preenchimento de dados do doador e vemos a constante retórica de “*ameaça do contágio*”, que reiteradamente foi reproduzido nos materiais de divulgação produzidos pela Sociedade. Fundamentavam-se numa concepção contagionista, que inclusive justificava o isolamento do paciente por entender que este representava uma ‘ameaça’ que poderia contaminar a coletividade (MACIEL, 2007, p. 63).

Percebemos, ainda, a menção à importância do leprosário e o significado do isolamento dos doentes, cuja contribuição garantiria de forma acelerada “*para os morpheticos o asylo conveniente*” e, logo em seguida, a referência à Noruega. Os defensores do isolamento compulsório dos leprosos, continuamente se ancoravam no modelo norueguês, que internacionalmente se tornou célebre como “solução” em termos de política pública contra a lepra, até o advento, na década de 1950, das sulfas e antibióticos.<sup>73</sup>

Ainda a respeito deste documento, verifica-se a manutenção do apelo em torno da “*assistencia às creanças lazarar*”, porém, não foi identificado nas fontes consultadas, grande interesse por parte da Sociedade paulista em destinar recursos para construção de espaços destinados à causa infantil. Em muitos momentos há essa preocupação e a valorização desses espaços, pois condenavam a presença de “crianças sadias em comunhão com doentes de vários graus de enfermidades (Livro de Atas...1930, p. 77)”. Nas campanhas divulgadas pela imprensa, especialmente no Correio Paulistano, não há registros de ações ou projetos direcionados efetivamente à infância. As ações da Sociedade no campo da assistência no decorrer de seus quatro primeiros anos foram direcionadas aos doentes internados e seus familiares, atuando também junto aqueles sem assistência do Estado, pautando suas ações na doação de gêneros alimentícios, roupas, medicamentos e cotas mensais de dinheiro para pagamentos de aluguéis a algumas famílias.

Essas ações possuíam alguma regularidade, registradas principalmente nos livros de atas da instituição, voltadas mais aos doentes internados no Hospital do Guapira. Com a inauguração do Leprosário de Santo Ângelo, em maio de 1928, e a remoção dos doentes para essas novas instalações, houve certo recrudescimento nessas necessidades e um aumento considerável das ações de assistência por parte da Sociedade. Com o fechamento definitivo do antigo Hospital

---

<sup>73</sup> Sobre o modelo norueguês e os debates no Brasil a respeito do isolamento compulsório, Cf. MONTEIRO (1995); CURI (2002); CUNHA (2005); CABRAL (2013).

do Guapira em 11 de setembro de 1928, muitos doentes se fixaram nas redondezas, alimentando a esperança da reativação da unidade, provocando grande afluxo de doentes para a região (MONTEIRO, 1995:113-114). Havia também os que fugiam de Santo Angelo para retornar ao local de antes. Durante esse período, identificamos que a Sociedade aumentou suas ações e proveu itens de primeira necessidade à cerca de 42 doentes e 52 familiares, que também se mantinham através de pedidos de esmolas<sup>74</sup>, fato gerou problemas e confrontos com a segurança pública com presença policial nas estradas (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 8-9; Livro de Atas...1930, p. 77). No primeiro número do Boletim da Sociedade, temos este registro, além de reclamações da população local devido à presença dos doentes, algo que gerou, inclusive, dificuldades para que a Sociedade continuasse a assistir os doentes. Entretanto, logo em seguida, foi garantida a retomada de envio dos donativos por intermédio do Inspetoria de Profilaxia da Lepra (Boletim da Sociedade, 1929, p. 16).

O impasse na questão envolvendo os doentes do Guapira gerou críticas ao poder público pela sua apatia frente à ameaça sanitária representada pelos doentes que circulavam sem internação. A principal cobrança era pela retomada das obras dos leprosários de Cocais e Aimorés. Não era comum essa postura, visto que a Sociedade evitava publicamente ser crítica aos poderes instituídos em seus primeiros anos de existência. Os doentes sem internação, que circulavam esmolando pela capital paulista, especialmente os de Santana, recebiam apoio material, porém eram identificados pela instituição como “uma mancha na civilização paulista” (Livro de Atas...1930:82). Posteriormente, esse problema foi ‘solucionado’ com a inauguração do Leprosário Padre Bento em junho de 1931, e esses doentes foram removidos para lá, durante a curta passagem de Souza-Araújo pela Inspetoria de Profilaxia Lepra de São Paulo (Boletim da Sociedade, 1931, p. 25).

A fim de normatizar os critérios que regulamentariam o funcionamento da Sociedade, assim como reger a atuação das associações filiadas, o Estatuto da *Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra*, aprovado em 27 de Fevereiro de 1926, foi redigido em cinco capítulos: Capítulo I – Da Sociedade, seus fins, sede e funcionamento; Capítulo II – Da sua organização; Capítulo III – Dos sócios; Capítulo IV- Da Administração; Capítulo V - Da

---

<sup>74</sup> Essa era uma condição social comum no processo de exclusão vivido pelos doentes de lepra, antes da construção da rede de leprosários no Estado. Os doentes formavam pequenas comunidades regidas pela marginalidade e regras próprias; não era um aspecto exclusivo da Capital, pois também ocorriam no interior do Estado de São Paulo. Indico a leitura do item 3. “A Romaria dos desgraçados” e o item 3.1. “Nomadismo e Mendicância”. In: MONTEIRO, Yara Nogueira. Da maldição divina à exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

assembleia geral; Capítulo VI – Do conselho consultivo, das comissões e dos patronos sociais e Capítulo VII – Do Patrimônio social e Capítulo VIII – Das disposições gerais.

Dentre os vários artigos que compõem o Estatuto, o Artigo 1, presente no Capítulo IV- Da Administração, tinha como premissa “*A associação será administrada por uma diretoria feminina.*” Esse artigo apresenta evidente delimitação de papéis de gênero na direção da organização, onde os homens só poderiam fazer parte do conselho consultivo e das comissões. Essa característica peculiar do estatuto pode ser refletida em virtude da militância de Alice Tibiriçá, assim como de outras integrantes engajadas em causas femininas, onde participaram ativamente em associações desse gênero como é o caso da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e da Federação Mulheres do Brasil (FMB).<sup>75</sup>

O Estatuto da Sociedade foi pensado para não reproduzir hierarquia de gênero tão comum nas associações, sociedades e federações de matizes variados no qual as mulheres não tinham, em grande parte, preponderância na vida profissional ou em postos de gestão e direção de instituições, caritativas ou não. A ideia foi romper esta prática e mesmo assim, cabe salientar que essa cláusula não será cumprida como um parâmetro universal em outras instituições congêneres e nesse sentido, vemos o papel importante desta Sociedade que privilegiou a atuação destas mulheres. A partir do surgimento de outras filiais da Sociedade, verificamos a inversão desse princípio, não só no interior de São Paulo, mas em outros estados onde houve diretorias executivas formadas somente por homens. Os principais exemplos foram as cidades paulistas de São José do Rio Pardo, Casa Branca, São João da Boa Vista, Redenção, Atibaia, Espírito Santo do Pinhal, São Simão e Mococa, além de Recife (Pernambuco), Parnaíba (Piauí) e Minas Gerais. A fundação da Sociedade na cidade de São José do Rio Pardo teve a liderança do prefeito Luiz Gonçalves Júnior, que foi aclamado como primeiro Presidente da Sociedade. Os demais diretores eram homens da “mais alta representação no seio de São José do Rio Pardo”. A maior parte destas instituições foi fundada com a participação direta de Alice Tibiriçá (Estatuto..., 1926 e Boletim da Sociedade, 1932:9).

Em seu Artigo XI, no capítulo IV, constam as diretrizes relacionadas à administração da Sociedade. “A diretoria seria eleita por 5 anos, em assembleia geral, da filial e obrigada a prestar contas anualmente de sua gestão e dos bens da associação à sociedade matriz”. Na prática essa questão que compete a filial não aconteceu, ficando sem efetiva concretização mesmo constando no documento (Estatuto.... 1926, p. 5)

---

<sup>75</sup> Alice Tibiriçá foi uma das fundadoras e primeira presidente da FMB (Estatuto....1926, p. 35-48; MACEDO, 2001, p. 166).

O Estatuto estabelecia uma hierarquia em sua organização, na qual os sócios eram classificados de acordo com a posição social que ocupavam ou pelas doações em dinheiro que realizavam. Essa classificação seguia a seguinte estrutura: fundadores, contribuintes, remidos, benfeitores e honorários. Os benfeitores representavam os últimos níveis dessa cadeia hierárquica, por “serviços prestados” ou doações que ultrapassassem o patamar de três contos de reis. Honorários era uma espécie de condecoração, entregue na forma de diplomas concedidos publicamente a personagens geralmente ligados ao campo político e à alta sociedade paulistana. O título de honorário era utilizado como estratégia para garantir a presença dos “bons nomes” aos quadros da instituição e autoridades da saúde pública, gerais, assim como políticos de diferentes esferas eram agraciados com a honraria. O Presidente Washington Luís e a primeira-dama, Sophia Pereira de Souza, o Presidente do Estado de São Paulo, Carlos de Campos, assim como o médico Aguiar Pupo, Chefe da Inspetoria de Lepre e o General Eduardo Socrates foram alguns dos honorários da Sociedade. (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 28 e Estatuto.... 1926, p. 35-48.)

Os títulos de sócios beneméritos continuaram a ser distribuídos, mesmo após a inauguração e, como já dito, o agraciado o recebia de acordo com a posição social que ocupava e a categoria de benefício que poderia oferecer para a instituição. Um desses exemplos foi Nestor de Macedo, vereador pela cidade de São Paulo, que em 1927, entrou com um projeto na Câmara municipal para que a Sociedade ganhasse uma subvenção mensal de 10 contos de reis para suas ações no combate à lepra. Logo em seguida, recebeu por reconhecimento o título de sócio Benemérito (Livro de Atas, 1927, p. 45).

A administração da Sociedade ficou a cargo de uma Diretoria apoiada por um Conselho Consultivo, composto por 11 membros, além das Comissões: Artística, Propaganda, Técnica, Finanças, Expansão e Publicidade. No edital não fica claro as atribuições de cada uma destas comissões. No mesmo ano da fundação oficial (1926), houve mudanças no estatuto em relação ao cargo de vice-presidente, que passou a ser duplo, bem como foi aumentado o número de membros no conselho consultivo. Essas modificações refletem o interesse de se incorporar um número maior número de colaboradores (as), a fim de aumentar seu prestígio social. A Comissão Técnica contava com a presença de arquitetos, juristas, sanitaristas e médicos leprologistas.

Esse dispositivo estatutário que determinava a existência de um conselho consultivo, também pode ser verificado em outras instituições dessa natureza, como na Liga Brasileira contra a Tuberculose, cuja administração era composta por uma diretoria, apoiada por um conselho consultivo, com presença de médicos e engenheiros, responsável principalmente pelas questões técnicas da entidade (NASCIMENTO, 2002, p. 32).

O projeto ambicionava dimensões nacionais e demonstra que um de seus principais objetivos era a criação de sociedades por todo o país. O programa proposto pela Sociedade de Assistencia aos Lazaros defendia a unificação das ações por parte do poder público, através de um plano unificado de profilaxia capaz de eliminar a doença em território nacional.

A elaboração dos Estatutos da Sociedade teve a assessoria do advogado Fausto Ferraz<sup>76</sup>, e refletia o conjunto de normas jurídicas da instituição. Os Estatutos normatizam, de forma mais ampla, o funcionamento da instituição, enquanto que os Regimentos especificam mais minuciosamente alguns pontos dos Estatutos. O primeiro Estatuto da Sociedade possuía características meramente formais, com o objetivo de criar uma rede de filiais que teriam independência, mas que seguissem as diretrizes de enfrentamento à lepra e assistência aos doentes elaborados neste documento.

### 3.4 O boletim da sociedade

A virada do século XIX para o XX evidencia que a imprensa periódica se transforma numa tendência, sendo elevada ao principal produto da cultura impressa, e o periodismo revela-se como um importante espaço de renovação da cultura letrada. No ambiente de metrópole em formação, a imprensa periódica na capital paulista apresenta-se como foco fundamental de formulação, discussão e articulação de hábitos, processos e práticas culturais e de difusão de produtos e ideias (CRUZ, 2013, p. 51).

É nesse contexto de agitação cultural que nasce em abril de 1929, o Boletim da Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra. Sua produção será feita na mesma sede provisória da Instituição, localizada na Rua Libero Badaró, coração da Pauliceia. Foi uma iniciativa particular e editado entre 1929 a 1936<sup>77</sup>, sob a direção de Alice Tibiriçá. Sua

---

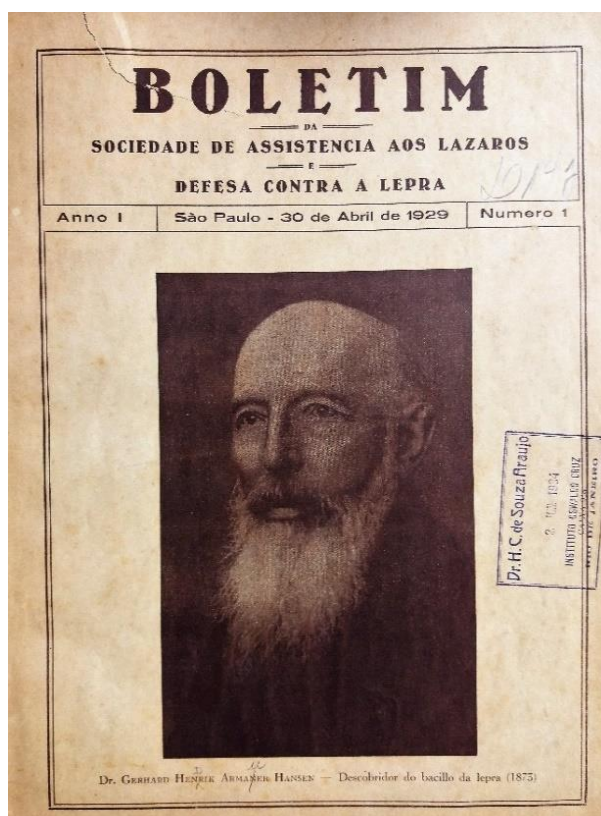
<sup>76</sup> Fausto Dias Ferraz foi um dos principais colaboradores da Sociedade e muito próximo da família de Alice Tibiriçá. Advogado foi deputado federal por Minas Gerais (1915-1920) e ocupou uma série de cargos na administração pública, sendo nomeado em 1920, como embaixador do Brasil na Conferência Mundial do Trabalho, em Washington. Foi cônsul do Brasil na Itália e faleceu em São Paulo no dia 30 de abril de 1960. Cf. SOUZA, Ionei de Piffano Brion de. Verbete FERRAZ, Fausto Dias. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República 1889-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FERRAZ,%20Fausto%20Dias.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2021.

<sup>77</sup> Segundo Maria Augusta Tibiriçá Miranda, o Boletim foi publicado até o ano de 1936 e tivemos acesso até a edição de fevereiro de 1935. Recebemos por doação, quase toda a coleção em uma das visitas realizadas à sede da 'Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade', situada na rua Bom Pastor, 1914, no bairro de Ypiranga, São Paulo. Todo esse material será doado para a Biblioteca de Manguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz.

periodicidade era mensal, contudo, em alguns momentos ocorreram publicações de dois a quatro números compilados em uma única edição.

O número máximo alcançado de tiragens foi de seis mil exemplares. Suas edições possuíam uma média de 25 a 40 páginas, com alguns números alcançando um total de 74 páginas, em virtude da compilação de mais de um número numa mesma publicação. Publicado inicialmente em preto e branco, a cor foi sendo incorporada gradualmente às ilustrações e à publicidade do Boletim, que iniciou esse processo de colorização a partir de sua 7ª edição, datada de outubro de 1929.

Figura 5 - Capa da 1ª Edição do Boletim da Sociedade (30/04/1929), com a estampa do médico norueguês Gerhard Amauer Hansen, descobridor do bacilo causador da lepra.



Fonte: Biblioteca de Manguinhos – Fiocruz

No primeiro ano de sua circulação, a distribuição era gratuita. Porém, a partir da 12ª edição, de março de 1930, passou a ser cobrado um valor simbólico por cada exemplar. Segundo Alice Tibiriçá, o periódico foi criado como órgão de propaganda para promover a educação do público em geral, assim como os próprios doentes, divulgando que era uma doença para a qual existia “tratamento e cura”. Contudo, há um entendimento de que a publicação do Boletim teria

ocorrido por conta da “ordem de silêncio”, imposta aos jornais da capital paulista por ordem de Júlio Prestes, impedindo-os de noticiar artigos e matérias relativas à lepra. Segundo Alice Tibiriçá, esse “silenciamento” teria ocorrido pouco tempo depois do governo paulista inaugurar o Asilo Colônia Santo Angelo, em maio de 1928 (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 4).

Maria Augusta Tibiriçá Miranda, filha de Alice Tibiriçá que produziu uma obra biográfica sobre a mãe, menciona essa “ordem de silêncio”, através da qual inclusive os recursos, foram cortados da IPL, assim como a paralisação das obras dos leprosários regionais. Sem mencionar a data exata do episódio, narra um encontro entre sua mãe e Victória Speers, com Júlio Prestes, no Palácio do Governo do Estado, no qual o presidente do Estado de São Paulo teria dito que a campanha patrocinada pela Sociedade estaria ‘causando problemas’; seria necessário paralisar as ações, pois isso contribuía na divulgação da imagem do Brasil como um “país da lepra”, prejudicando especialmente São Paulo devido seu projeto relativo à imigração (MIRANDA, 2005, p. 47-48). Essa celeuma que atingia os planos da Sociedade teria levado Alice a fundar o Boletim mensal.<sup>78</sup>

É importante contextualizar esse período e sinalizar os debates que ocorriam na Academia Nacional de Medicina sobre a doença e a consequente produção de dados sobre ela, tendo como referência sua frequência e distribuição no território brasileiro. Não havia consenso sobre esses dados, gerando discussões e acusações entre a comunidade de especialistas sobre a doença. Alguns afirmavam que a maior parte destas estatísticas eram fantasiosas. Dilma Cabral destaca a acusação feita por Oscar Silva Araújo de que essas estatísticas exageradas eram publicadas, traduzidas e impressas em jornais internacionais e em centros de imigração, “(...) *com evidente detrimento para nós e inconveniente para o país*”. Ou seja, existia uma política alarmista e uma tensão nesse período entre os principais leprólogos que faziam parte da Academia Nacional de Medicina (CABRAL, 2013, p. 21).

Civilidade e progresso são bases fundamentais de uma sociedade moderna que tinha em seu horizonte a necessidade de erradicar, eliminar e controlar as doenças para consolidar uma nova ordem urbana, que levaria o Brasil ao panteão das nações civilizadas. O nacionalismo e o império do discurso científico somado à preservação da coletividade vão se materializar no discurso higiênico e na reorganização do espaço urbano. A lepra será elevada a um patamar além de sua realidade. Diana Obregón conceitua essa narrativa como a “retórica do exagero”, ao analisar as políticas de combate à lepra na Colômbia, onde parte da elite médica teria

---

<sup>78</sup> Esse fato narrado por Maria Augusta Tibiriçá Miranda também está presente nos trabalhos de MONTEIRO, (1995); CURI (2002); SANTOS (2004); PEREIRA (2016).

utilizado essa estratégia entre o final do século XIX e início do XX, como forma de ‘sensibilizar’ o poder público e a sociedade civil para realização de políticas públicas em torno da luta contra a doença e o processo de profissionalização da medicina no país (TORRES, 2002, p. 180-184).

Fundado o PRP em 1854, o jornal *Correio Paulistano* passou a atuar como veículo de comunicação do partido, apoiando os governos liderado por Washington Luís e Júlio Prestes durante o período final da Primeira República. Segundo Maria Augusta Tibiriçá, o jornal foi proibido de publicar qualquer assunto relacionado à lepra. Ela ainda informa que inclusive sua mãe chegou a perder uma coluna neste periódico em virtude das campanhas de esclarecimento sobre o ‘problema da lepra’, onde solicitava o apoio de autoridades dos poderes públicos e da sociedade civil.

Esse “silenciamento” sobre notícias relativas à lepra e campanhas promovidas pela Sociedade precisa ser ponderado, ainda que os próprios números de publicações evidenciem que a instituição liderada por Alice Tibiriçá foi perdendo certo espaço no jornal, a partir do final de 1928. Nos anos de 1926 e 1927, foram publicadas com certa regularidade, colunas no *Correio Paulistano*, enfatizando o trabalho desempenhado pela Sociedade. O grande volume de publicações não era sobre ações relativas à assistência aos doentes, educação sanitária e/ou profilaxia da lepra, mas sim sobre eventos para arrecadação de fundos como os chás-dançantes, Festival literário, Sarau, Festa automobilística etc. A maior parte desses eventos sociais eram noticiados várias vezes antes da data prevista para sua realização e uma boa parte deles era promovida por outras instituições em benefício da Sociedade. A partir de 1928, houve uma diminuição gradativa de eventos realizados pela própria Sociedade, somando-se ainda a estes fatos, a fundação da Sociedade da Capital Federal (1928), tema que retomaremos mais adiante.

Após levantamento realizado no *Jornal Correio Paulistano*, utilizando os nomes “Alice Tibiriçá” e “Sociedade de Assistencia aos Lazaros” verificou-se alguma regularidade em publicações entre os anos de 1926 a 1929. Foram constatados durante esse período, um total de 143 ocorrências, com 43 em 1926, 42 em 1927, 39 em 1928 e 18 em 1929. Entre 1928 e 1929, houve importante redução das ocorrências, com maior pico em 1926, ano de fundação da Sociedade.

No dia 9 de maio de 1929, poucos dias depois da publicação do primeiro número do Boletim da Sociedade de Assistencia aos Lazaros, o próprio *Correio Paulistano* noticia seu surgimento na coluna Folhetos e Revistas, apresentando todo os artigos propostos nesta primeira edição (*Correio Paulistano*, 1920-1929).

Outros jornais de São Paulo, como o jornal *Diário Nacional*, fundado em 1927, como instrumento de ação do Partido Democrático, ou seja, oposição à Washington Luís e Júlio Prestes, também publicou temas relacionados a Sociedade de Assistência aos Lazáros. Entre 1927 e 1930, o nome de Alice Tibiriçá foi citado cerca de 20 vezes naquele jornal, sendo que 11 destas anotações ocorrem em 1929.

No segundo número do Boletim da Sociedade, publicado em maio de 1929, há um texto assinado por Alice Tibiriçá que comemora o aniversário de um ano da inauguração do Asilo Santo Angelo. Ela relembra o dia da inauguração (03/05/1928), cita a importância daquele acontecimento e a emoção de Júlio Prestes. Destacamos a forma como Alice narra o episódio, um ano depois do acontecido:

A simplicidade do ato comoveu-me. Pensei enternecida: Feliz do povo que tem a governá-lo um homem assim. Insensivelmente analisei-o. Alto. Movimentos decididos. Palavras breves. Olhar incisivo. De água. Penetrante. Autoritário mesmo (...). Mas, lá no fundo o encanto da alma brasileira - toda feita de bondade (Boletim da Sociedade, 1929, p. 3).

No mesmo artigo, que enaltece de forma efusiva a inauguração do Santo Angelo e não poupa elogios ao governante Júlio Prestes, Alice realiza cobranças ao governo em relação a inauguração dos próximos leprosários, evidenciando inclusive seu apoio à política isolacionista da Inspetoria de Profilaxia de Lepra de São Paulo, comandada por Dr. Aguiar Pupo:

Quando teremos outra inauguração igual a que a nossa admiração ainda recorda em seus mínimos detalhes?  
Quando ficarão prontos os leprosários regionais? Quando eles se inaugurarem, os enfermos não mais esmolarão pelo interior do Estado. E assim teremos a quase solução do problema da lepra em São Paulo (Idem).

É necessário contextualizar o período e situá-lo, uma vez que o ano de 1929 foi palco de intenso acirramento político e de questionamentos entre as oligarquias estaduais, por conta da candidatura de Júlio Prestes, por São Paulo. Na tradição da política oligárquica da Primeira República, o paulista Washington Luís deveria ser sucedido por um político mineiro. Júlio Prestes venceu as eleições de 1930 com grande margem, e diante da vitória situacionista, setores do tenentismo impulsionaram os grupos mais jovens das oligarquias dissidentes e optou pela luta armada, que levou ao fim da Primeira República. Esta mudança restringiu o poder dos Estados através de um ímpeto centralizador que marcou esse processo durante o Governo Provisório (1930-1934) (FAUSTO, 1995, p. 133-144). Alice Tibiriçá, que fazia parte de uma família tradicional paulista com grande legado no PRP, não escondia sua admiração por esses

principais personagens ligados ao Partido. E buscou atrair esses quadros, tendo como principal exemplo o próprio movimento em torno da fundação da Sociedade. Um desses principais personagens era o próprio Presidente Washington Luís, honorário da Sociedade. É evidente que havia o desejo pelo protagonismo e ampliação da campanha contra a lepra. Sua preferência pela vitória de Júlio Prestes no pleito de 1930 ficou ainda mais evidente quando da utilização de seu próprio veículo oficial de comunicação (Boletim) para sinalizar aos seus leitores que a Sociedade o apoiava:

Um Homem para solucionar um grande problema

Agita-se o país, impulsionado pelas correntes que se formam para a próxima luta eleitoral. O Boletim da Sociedade de Assistencia ao Lazaros faz votos para que o povo encontre solução vitoriosa sem violências nem atos que desabonem os partidos(...) A Sociedade de Assistencia aos Lazaros não se prende a nenhum partido político. Todavia, como o problema da lepra, para ser solucionado, depende, em grande parte, do interesse do Catete, não podemos deixar de nos manifestar neste instante. (...) Assim, pois na candidatura de agora não é a política que nos interessa. É o valor de quem, acima de todos os partidos, procurou o interesse dos mais humildes de seus concidadãos (Boletim da Sociedade, 1929, p. 1)

Apesar de afirmar algumas vezes em seus discursos, artigos publicados e nas atas das assembleias, além do próprio Boletim, que a Sociedade não tinha “cor política”, ficou evidenciado que **havia alinhamento e engajamento nas disputas** políticas.<sup>79</sup> Essa é a percepção também destacada por Gomide (1991), que ao analisar os Boletins da Sociedade, destaca que a neutralidade defendida por Alice Tibiriçá ficava somente no discurso, como pode ser verificado em determinadas situações, sinalizadas de forma bem clara nas citações anteriores.

Retomando a questão do lançamento do Boletim, destaco a reunião registrada no livro de Ata das Reuniões Ordinárias, quando o secretário cita, em abril de 1929, o início de sua publicação e os motivos que inspiraram tal decisão:

Ficou resolvido a publicação do Boletim Mensal da Soc. Assistencia aos Lazaros e D.c.L, seu fim é trazer ao conhecimento público tudo que se vem fazendo em prol dos lazarus e a necessidade do trabalho conjunto em beneficio mesmo da pureza da raça. (Livro de Assembleia... 1929, p. 61)

---

<sup>79</sup> Esse tema será retomado no próximo capítulo.

Emerge novamente o discurso eugênico de “pureza da raça” e a mensagem de que o periódico seria a ferramenta de conhecimento público de “tudo que se está fazendo aos lazarus”. Retomando a questão do “silenciamento”, nada foi encontrado nas atas que pudesse ser definido como conflito de interesses, mantendo-se a ausência de qualquer animosidade com a imprensa ou com os poderes públicos. Com exceção do fato já mencionado referente à questão dos doentes próximos ao antigo Hospital do Guapira, que teria sido intermediado e resolvido por Aguiar Pupo, Inspetor-Chefe da IPL. Em poucos momentos a Sociedade levantou sua voz para acusar a negligência governamental frente à moléstia.

É importante ressaltar que as atas de registro de reuniões ordinárias ou extraordinárias da Sociedade, se limitavam apenas às decisões e fatos ocorridos no período anterior à reunião. Contudo, todo início de ano era registrado neste mesmo livro um sumário detalhado das realizações ocorridas em cada mês do ano que se encerrava. Inclusive algumas dessas atas eram publicadas no próprio Boletim.

Na comemoração de aniversário de um ano do Boletim, Alice Tibiriçá assina um artigo que fala da importância desse canal de comunicação para a Sociedade, reafirmando a retórica de enfrentamento ao “terrível inimigo” (lepra)

O “Boletim”, qual um clarim de guerra, soou e ressoou pelos vales, sertões, montanhas e cidades, e de um extremo a outro, anunciou o toque de reunir para a destruição de um inimigo invisível. (...) Esperamos agora que o povo de nossa terra auxilie, agora que lhe abrimos os olhos, essa cruzada, e que, de um ponto a outro do paiz, a Sociedade de Assistencia aos Lazarus e Defesa contra a Lepra estabeleça sua tenda e forge, com boa tempera, o ferro destinado a ferir e para sempre aniquilar a hydra que os antigos apelidaram flagelo de Deus e que outra coisa não é senão a demonstração dos tormentos contidos no reino demoníaco (...) (Boletim...1930, p. 1-2)

Destaca-se o discurso de engajamento com a ideia de “salvação nacional”, apelando não somente para sentimentos piedosos, mas principalmente patrióticos. A “cruzada” messiânica liderada pela Sociedade e a manutenção da retórica bíblica em que a lepra incorpora o maligno e antigas alegorias cristãs de “moléstia sagrada” e “punição divina”, são figuras de linguagem presentes nos textos e discursos produzidos pela Sociedade em seus primeiros anos.

A Sociedade entendia que, de imediato, sua principal missão era despertar na opinião pública “a gravidade do mal a combater”. Com esta finalidade, explorou de forma eficiente a capacidade de alcance de seu periódico e da imprensa, difundindo suas ideias e angariando novos sócios e simpatizantes para suas campanhas.

Insisto no papel pedagógico, pois era regular e abrangente a publicação de notícias sobre a campanha anti-leprosa e esclarecimentos à população acerca dos aspectos médicos e científicos relativos à doença. Nesse sentido, o Boletim exercia um papel importante na educação sanitária de seus leitores esclarecendo aspectos profiláticos, além da sensibilização

da população para a necessidade de um envolvimento, reafirmando sempre tratar de uma “ação cívica em proteger a raça e consolar os lazarus”, ou seja, uma ação de previdência. Já no primeiro texto são apresentadas as “credenciais da Sociedade aos Lazaros”, dirigido aos seus leitores,

É necessário, pois, que a exemplo do que se faz em outros paizes, haja aqui uma campanha completa; combate sem interrupção, sem modificação, numa ação conjunta e uniforme, tendo como base os preceitos modernos de higiene, e, como finalidade, assistência aos leprosos em seu longo calvário, e conjuntamente, defesa dos sãos quanto ao perigo do contágio (Boletim da Sociedade, 1929, p. 4-5).

O discurso de caráter sanitarista, eugênico, religioso, filantrópico e nacionalista é reproduzido com frequência nos artigos publicados no Boletim, especialmente nos textos e conferências realizados por Alice Tibiriçá. O “calvário dos lazarus” é típico do dogma cristão de salvação pelo sofrimento no qual para a sociedade caberia o papel de amenizar sua situação através de uma assistência apiedada.

Era comum a veiculação de artigos científicos, educativos, notícias nacionais e estrangeiras sobre a doença, além de poesias e contos, que dão um caráter diversificado e lúdico à publicação. Contudo, o ponto que mais merece destaque é a exaltação constante do trabalho realizado pela Sociedade e os feitos de Alice Tibiriçá, enaltecida como principal expoente na campanha a favor dos lazarus, além de elogios a personagens ligados ao poder público, especialmente aos “amigos da Sociedade”, como no caso dos políticos Washington Luís, Júlio Prestes, Juvenal Lamartine e Fernando Costa, além dos médicos, Aguiar Pupo, Belisário Penna, Oscar da Silva Araújo e Heráclides de Souza-Araújo. (Boletim da Sociedade, 1929 e 1930).

O Boletim não era um periódico dirigido preferencialmente ao “público feminino”, porém era escrita por mulheres. E nesse caso, mulheres como Alice Tibiriçá e Branca de Canto e Melo dotadas de sensibilidade ao tratar de discussões que refletiam o papel social da mulher nesse período, ainda que impregnado de ideais tradicionalistas e moralistas. Encontramos a presença de textos assinados por Berta Lutz, Rachel Prado e Iveta Ribeiro, além do espaço destinado à divulgação de Congressos e Encontros Femininos no Brasil e no exterior.

A exaltação da influência das mulheres nos destinos dos leprosos é um traço presente em algumas publicações, ao mesmo tempo em que não poderia faltar a narrativa de exploração do caráter degenerativo da lepra:

(...) não devemos poupar esforços em colaborar, no que for possível, ao lado dessas denodadas heroínas que se esforçam, santamente, para atenuar as angustias dessas deformadas criaturas que perambulam como cadáveres impulsionados por vida artificial (Boletim da Sociedade, 1929, p. 11-12).

O periódico mantinha espaço destinado a quadros publicitários e anúncios de empresas como: Antártica, Casa Alemã, Empresa Luz, Casa Mappin<sup>80</sup>, Chocolates Lacta, *Falchi*, Ford, Instituto Científico São Jorge, medicamentos, livros, além de um guia médico, entre outros. Essa era uma forma de gerar renda e custear as despesas de publicação do Boletim, que durante a maior parte de sua existência, manteve periodicidade mensal.

As campanhas eram permanentes e centradas numa retórica de ‘civismo e humanismo’ e na ‘autodefesa da raça’, reiterando conceitos incorporados pela ‘ciência moderna’ e também para dimensionar o problema da lepra e suas vítimas como símbolos maiores da dor e do sofrimento. Os assinantes e leitores do periódico eram seguidamente conclamados a se tornarem sócios mantenedores da Sociedade e fazerem doações em dinheiro para as campanhas. As propagandas da Sociedade e as campanhas por novos sócios ocorriam de forma sistemática e eram amplamente utilizadas, seja através de discursos, palestras, jornais, programas de rádio, periódicos e outros meios. Houve pedidos regulares de requerimento por parte da instituição ao poder público municipal de São Paulo para instalação de anúncios luminosos em logradouros e viadutos públicos (*Correio Paulistano*, 1927-1929).

Para além do discurso higienista e o compromisso com os preceitos científicos, também havia a exploração do imaginário social em torno da representação cultural que envolvia a doença.

A lepra é uma enfermidade que, se não tratada, causa uma série de alterações no corpo, como insensibilidade das extremidades, afecções cutâneas, corrosão da cartilagem e comprometimento da voz. Essas incapacidades e deformidades interferem na imagem corporal do paciente, mas esse é um quadro em geral de maior evolução da doença. A representação social utilizada em determinadas campanhas, mesmo sem intenção de fazê-lo, reproduzia o estigma<sup>81</sup>, visto que de forma reconhecida a Sociedade buscou em diferentes momentos “vencer o sentimento de piedade e o temor infundado que por todos os lados cercavam os enfermos.” (Campanhas da Solidariedade, Fundo Souza- Araujo, p. 29)

Ao se tratar da lepra, recordamos que as representações abstratas no imaginário coletivo permitem, por exemplo, que uma pessoa que nunca viu um leproso associe à esta palavra, a imagem de alguém com deformidades de caráter repulsivo e ameaçador, como se a simples

---

<sup>80</sup> A Casa Mappin era uma loja de artigos de luxo, que se tornou pioneira no comércio varejista de grande escala no Brasil. Foi um dos espaços de realização de chá beneficentes em favor da Sociedade de Assistência aos Lazários de São Paulo.

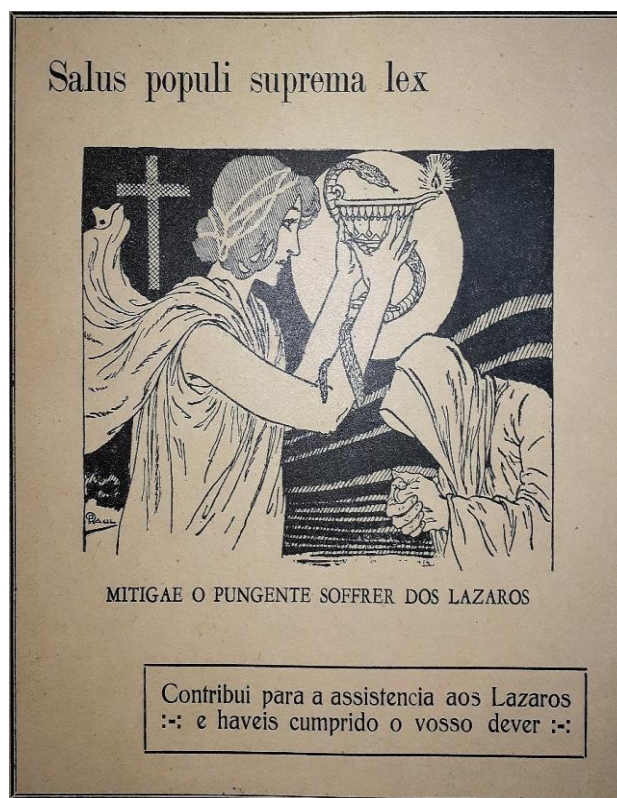
<sup>81</sup> A palavra estigma é de origem grega (*lepein*) e tinha a conotação de “impureza e desonra” com a finalidade de sinalizar que a pessoa portadora de estigma era um indivíduo marcado fisicamente, evidenciando algo de extraordinário ou mal sobre o *status* moral de quem os apresentava. (cf. GOFFMAN, 1980)

proximidade dele, pudesse ser automaticamente infectado. Esses signos são uma marca presente no pensamento judaico-cristão, no qual o leproso era um ser à parte, verdadeiro estigma de impureza aos seres humanos (MATTOS; FORNAZARI, 2005, p. 45-57; BÉNIAC, 1997, p. 127-145)

A presença dessas representações pode ser encontrada em alguns Boletins, assim como em selos, cartazes, opúsculos e folhetins. A Sociedade soube explorar essa representação imputada aos leprosos, pois isso sensibilizava o grande público quanto ao seu papel diante da “causa dos lazarus” e da preservação do coletivo, baseada nos princípios eugênicos de povo forte e saudável.

A título de exemplo, destaco duas imagens que refletem essa perspectiva: a primeira foi utilizada duas vezes em seu Boletim e a segunda, como material gráfico de uma campanha realizada na cidade do Rio de Janeiro, pela Sociedade de Assistência aos Lazaros do Distrito Federal:

Figura 6 - Imagem utilizada na capa da 8ª Edição do Boletim da Sociedade (30/11/1929) e contracapa da 25ª edição, em 30/04/1931.



Fonte: Biblioteca de Manguinhos – Fiocruz.

Na imagem há uma série de símbolos associados à cultura ocidental, tal como a referência à cultura grega, representada pela Deusa *Hígia*, filha de *Asclépio*, Deus da Medicina. Segundo a tradição grega, *Hígia* (em grego, saudável) era a responsável por preservar a saúde, evitando (até mesmo) o surgimento de doenças. O cálice com uma serpente é um símbolo associado a farmacêuticos em todo o mundo. Há na imagem a cruz, principal símbolo do cristianismo que evoca o sentimento de piedade e caridade, se conectando na sequência com a legenda “mitigae o pungente sofrer dos lazaros”, ou seja, é necessário atenuar a “via crúcis dos lazaros”. O leproso representado na imagem está encoberto por uma capa, “traje típico” do leproso que busca omitir suas deformidades que têm caráter repulsivo e ameaçador.

Mesmo depois de três anos de fundação da instituição e de avanços consideráveis nas atividades assistenciais e educativas, tendo conquistado considerável apoio dos jornais e de emissoras de rádio<sup>82</sup>, manteve-se presente nas campanhas a exploração das representações milenares e do caráter degenerativo da moléstia.

Na próxima imagem, o uso dessa representação fica mais evidente:

Figura 7 - Cartaz utilizado na Campanha da Sociedade de Assistencia aos lazaros do Distrito Federal (RJ) em 1929



Fonte: Arquivo da Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade.

<sup>82</sup> A rádio educadora paulista concedeu a Sociedade um tempo semanal em sua programação em 1929 e 1930, para realização de palestras sobre a campanha contra a lepra. (Livro de Assembleia...1929, p. 74)

O cartaz em destaque inspira um quadro de martírio e rejeição. Era a reprodução da lógica geral em que o leproso vivia sem qualquer amparo institucional, contando apenas com a sorte ou com a solidariedade da sociedade civil. Foi obra do artista Carlos Chambelland e vencedor de um concurso realizado pela Sociedade de Assistencia aos Lazaros do Distrito Federal (RJ), em janeiro de 1929. O concurso teve uma comissão avaliadora constituída pelos principais leprologistas da Capital Federal; tanto o cartaz vencedor como os outros finalistas estiveram expostos durante um mês em exposição realizada pelo Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (Livro de Assembleia...1929, p. 64 e Boletim da Sociedade, 1931, p. 9-12).

Os símbolos exercem papel fundamental na construção da memória coletiva e também são utilizados para forjar representações ao longo do tempo. Estes podem ser legitimados tanto pela religião quanto pela política, pois suas imagens possibilitam representar a perspectiva de mundo de determinados grupos. Tais representações são também a manifestação de algo idealizado. Exemplos destas construções simbólicas foram descritas por José Murilo de Carvalho, em *A Formação das Almas*, destacando que a construção simbólica é reproduzida no cotidiano e em variadas esferas de poder, seja através dos monumentos, das bandeiras, hinos e das mais diversas expressões artísticas. Assim, o símbolo serve para legitimar a atuação e as práticas de determinados personagens históricos. Nestas alegorias aproveitam-se ao máximo os mitos e as lendas, a fim de construir uma imagem social comum à sociedade que o símbolo pretende representar (cf. CARVALHO, 1990).

Mesmo explorando essa representação simbólica do temor à enfermidade que se desdobrava na rejeição aos leprosos, encontramos em discursos, artigos e documentos da Sociedade de São Paulo uma idéia pedagógica de que era preciso combater o horror público contra o leproso. Como exemplo, cito um dos artigos do primeiro estatuto do projeto da Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra:

#### ARTIGO 2

e) procurar destruir no espírito público o horror injusto que o hanseniano causa, e, por meio de grande publicidade, apelar para os seus sentimentos de fraternidade para que todos os brasileiros se congreguem, não mais repelir os seus irmãos lazarus, e sim, para recebe-los em amplas colônias que o seu interesse pelos mesmos aja criado (Boletim da Sociedade, 1932, p. 19);

Em suas páginas, o Boletim reverberava a conscientização em torno da “ameaça leprosa”, com constante divulgação de suas ações, além das campanhas permanentes por novos sócios, as campanhas de arrecadação de fundos e o resultado delas. As contribuições exerciam um papel de estar “além do exercício da caridade, [mas] representa uma defesa pessoal”, ou

seja, uma proteção necessária quando se dá alguma aproximação do homem saudável com a doença e o sujeito doente.

O Boletim serviu como importante estratégia de ação e juntamente com a realização de conferências, palestras, comunicações aos jornais, circulares, distribuição de folhetos explicativos, propagandas em espaços públicos, envio de ofícios e utilização dos meios de seu alcance para disseminar em especial, dois princípios, quais sejam, a lepra era uma “ameaça” e passível de solução.

### 3.5 As congêneres da sociedade de assistência aos leprosy

A Sociedade teve uma atuação profícua além dos limites geográficos da cidade de São Paulo, e a liderança exercida por Alice Tibiriçá teve papel decisivo na fundação de novas filiais da Sociedade de mesmo aspecto. Alice era uma cidadã nacionalista em um período de espírito nacionalista e de grande valorização da ideia de Progresso. O Estatuto da Sociedade possuía claros contornos de dimensão nacional, até porque a doença atingia a todos os entes federados. As bases da Sociedade foram lançadas na capital paulista, porém o projeto era de expandir o modelo institucional aos municípios e estados, com o firme propósito de fundar filiais. O objetivo era de posteriormente consolidar essa rede através de uma Federação que fosse capaz de unificar as ações de caráter civil no enfrentamento à lepra de “norte a Sul”, como dizia o Estatuto, mas que resguardasse e garantisse a manutenção da autonomia e personalidade jurídica.

Alguns meses após a fundação da Sociedade, uma delegação comandada por Alice Tibiriçá e apoiada por um grupo de senhoras da cidade de Amparo, interior do estado de São Paulo, funda a primeira filial paulista da instituição. Assim, nasce em novembro de 1926, a Sociedade de Assistência aos Leprosos e Combate a Lepra de Amparo, utilizando-se da mesma dinâmica empregada na criação da matriz paulista, ou seja, a procura de apoio direcionada aos principais personagens de “prestígio social” ligados aos setores médios e às elites locais. Uma série de cartas, ofícios, folhetos e circulares foi enviada a políticos, delegados de polícia, magistrados, religiosos, comerciantes e industriais, formando a rede de apoio com os “personagens ilustres” da cidade. O prefeito da cidade de Amparo Virgílio de Araújo foi um dos principais articuladores, além do Deputado Amadeu Gomes de Souza e sua esposa, Bertholina Gomes de Souza, que inclusive assumiu a presidência da instituição (*Correio Paulistano*, 1926, p. 3).

Foram concedidos títulos de sócios de honra e beneméritos locais da nova Sociedade, pois assim como foi feito pela matriz, tais ações eram imperativas para o fortalecimento e consolidação da Instituição. O lançamento do projeto foi marcado por um evento literato-musical no teatro da cidade, ocasião em que Alice Tibiriçá realizou uma exposição sobre a vida do compositor alemão *Ludwig Van Beethoven*, constando ainda outras apresentações artísticas e musicais. (Livro da Assembleia...1926, p. 23)

Em julho de 1928, um passo de grande importância foi dado com a fundação da Sociedade de Assistencia aos Lazaros da Capital Federal (RJ). Apesar de um início bem tímido, foi peça fundamental no crescimento das Sociedades e na posterior fundação da Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros. A capital republicana era o principal centro político e administrativo do país estando, portanto, sob domínio maior do Estado do que as outras cidades brasileiras. A cidade do Rio de Janeiro simbolizava o centro aglutinador e repetidor de uma vivência cada vez mais impactada por ideologias e modelos de comportamentos europeus, em sintonia com a “marcha da Civilização e do Progresso” (NEEDELL, 1993, p. 78).

Com a fundação da Sociedade na Capital Federal aumentou progressivamente a capilaridade do projeto idealizado por Alice Tibiriçá, uma vez que o Rio de Janeiro dispunha do aparato necessário à comunicação com demais cidades e estados brasileiros, com maior visibilidade para outros países e organismos nacionais e internacionais. Um dos principais impulsos para esse movimento ao centro político do Brasil ocorreu durante a realização das Jornadas Médicas em julho de 1928, ocasião em que Alice sugeriu a inclusão do tema da profilaxia da lepra no programa do evento. A proposta foi acolhida e Alice foi inclusive convidada pelo médico Belmiro Valverde a participar como conferencista e apresentou a palestra “O Feminismo e o combate à lepra”. Sua comunicação teve participação de um bom público e contou com a presença de algumas mulheres de destaque da sociedade carioca e Alice enfatizou o quanto seria importante para a causa, a fundação de uma Sociedade de Assistencia aos Lazaros no Distrito Federal. Nesta mesma viagem, participou de alguns encontros e visitações locais, como o Hospital dos Lazaros no Rio de Janeiro; mencionou a difícil situação de outro espaço destinado para acolhimento de leprosos situados na Praia do Caju e relatou as péssimas condições de salubridade e higiene nas quais os doentes viviam naquele local (Livro da Atas... 1929, p. 64; SOUZA-ARAÚJO, 1956, p. 488-490).

A fundação da Sociedade da Capital Federal se deu sob orientação de Alice Tibiriçá e foi empregado o mesmo *modus operandi*: reunir mulheres capazes de formar redes de influências construídas através desta posição, pois a maioria delas fazia parte de famílias aristocráticas cariocas (Boletim da Sociedade, 1930, p. 15-18). O envio de cartas e ofícios a

autoridades do campo político e social, imprensa, além do acionamento de membros da comunidade científica nacional, especialmente os ligados a leprologia era uma marca registrada e nesse momento não poderia de ser diferente. Para conquistar apoios e estreitar laços com leprologistas renomados, Alice envia uma carta ao leprologista Souza-Araújo pedindo sua cooperação:

Distinto Patrício

Venho hoje pedir a sua valiosa cooperação na formação da Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra que pretendemos estabelecer aqui no Rio. (...) O Rio de Janeiro se movimenta para as Jornadas Medicas. Não poderia, nessa ocasião, ser ventilada a questão da lepra? (...) Esta quase certo a nossa ida para formação da Sociedade que tanto desejamos ver presidida pelas inteligentes e esforçadas patricias cariocas (Carta enviada ao médico Souza-Araújo em 25/06/1928. Fundo Pessoal Souza-Araújo)

A Cruz Vermelha Brasileira cedeu seu salão nobre para a realização das reuniões e neste local, a nova Sociedade carioca permaneceu por quase um ano, até que em março de 1929, alugaram uma sala em um prédio comercial localizado na Rua São José, centro da cidade do Rio de Janeiro.<sup>83</sup>

A primeira diretoria foi composta por Anna Eulalia Monteiro de Barros, Presidente; 1ª vice-presidente, Laurinda Santos Lobo; 2ª Vice-presidente, Ivetta Ribeiro; 1ª Secretaria, Elisa de Abreu; 2ª Secretaria, Zita Coelho Neto e Tesoureira, Nair Ribeiro Cunha.<sup>84</sup> A primeira presidente e vice-presidente de honra foram justamente Sophia Pereira de Souza, esposa do então Presidente do Brasil, Washington Luiz Pereira de Souza, assim como Eglantina Penteado Prado, primeira dama da Capital Federal. Lembrando que Sophia Pereira de Souza acumulava o mesmo cargo na Sociedade de São Paulo.

É possível que logo nos primeiros meses tenha ocorrido algum desentendimento entre a diretoria, pois há menção no livro de atas da Sociedade paulista, de uma certa “dificuldade” na

---

<sup>83</sup> Ainda em 1929, a Sociedade do Distrito Federal se transferiu para uma ampla sala do prédio da Liga de Defesa Nacional, que neste período tinha como presidente o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edmundo Muniz Barreto.

<sup>84</sup> **Anna Eulalia Monteiro de Barros** era ligada a alta sociedade carioca, reconhecida intelectual, escritora e tradutora. Filha do Almirante Monteiro de Barros e irmã de Braz de Saldanha Monteiro de Barros, presidente da *Brasil Trade Company*. **Laurinda Santos Lobo** foi uma promotora cultural e feminista, dona de imensa fortuna, considerada referência de elegância das mulheres da *Belle Époque* carioca. Fez parte da diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e soube utilizar de seu prestígio social em prol da causa feminista. **Ivetta Ribeiro** foi escritora, pintora, poetisa, dramaturga, radialista e representante da cultura feminina do Brasil em Portugal, mostrando o prestígio da mulher brasileira promovendo o intercâmbio cultural e artístico entre as duas nações; representou o Brasil como delegada à Confederação Feminina de La Paz Americana, na Argentina. **Zita Coelho Neto** é filha do escritor Coelho Neto, que foi grande incentivador da Sociedade de Assistência aos Lazaros da Capital Federal; foi escritora, poetisa e declamadora. **Elisa Teixeira de Abreu** natural de São Paulo, diplomou-se em 1890, pela Escola Normal Secundária de São Paulo; exerceu o magistério público e colaborou em várias revistas e jornais da Capital Federal; poetisa e romancista, é autora do romance *A Viúva Barros*, publicado em 1900. **Nair Ribeiro Cunha** era casada com o professor e funcionário público Oscar Cunha, colaborador e grande incentivador da Sociedade da Capital federal.

condução das atividades e a necessidade do envolvimento pessoal de Alice para “auxiliar a solução de um caso delicado, isto é, a eleição da nova diretoria”. Não fica claro o que ocorreu nas fontes analisadas, porém, a hipótese é que havia divisões internas na diretoria da Sociedade da Capital Federal. Alice requisita apoio de Oscar da Silva Araújo<sup>85</sup>, além de importantes personagens da elite carioca, como o escritor Coelho Neto e o Ministro do STF, Edmundo Muniz Barreto, além de alguns dos principais nomes da medicina, como Belmiro Valverde, Joaquim Motta, Eduardo Rabello e Souza-Araújo. Essa aproximação impulsionou a Sociedade carioca na reorganização de suas ações e campanhas, se firmando a partir daí como braço efetivo na Capital Federal para o projeto nacional pretendido pela matriz paulista. Esse novo momento fez a entidade rapidamente alcançar 319 sócios contribuintes em seus quadros, saltando para mais de 1000 associados antes de completar um ano de existência. (Livro da Assembleia Geral, 1929, p. 64; SOUZA-ARAUJO, 1956, p. 488-491; Boletim da Sociedade, 1929, p. 17)

Um fato importante merece destaque. A sociedade fundada na capital federal seguiu o modelo da matriz, contudo desde seus primeiros passos, sempre foi defendido que um de seus principais objetivos era o de fundar um Asilo Escola destinado aos filhos de doentes acometidos pela lepra na capital federal. Posteriormente, esses espaços foram nomeados como preventórios<sup>86</sup> (Boletim da Sociedade, 1929, p. 27).

Cerca de um mês depois, em 28 de agosto, logo após a criação da filial na capital federal, foi a vez da cidade de Santos ter igualmente uma representação da Sociedade que foi inaugurada tendo novamente a participação de Alice Tibiriçá. Santos era cidade que ocupava uma região estratégica para o desenvolvimento da economia paulista por conta das atividades portuárias, e ficava a 80 quilômetros de distância da capital paulista. Possuía grande fluxo de pessoas causado pelo transporte ferroviário e também pela grande entrada de imigrantes por meio de seu porto. Não é à toa que a cidade vinha recebendo intervenções sanitárias desde o final do século XIX, ocupando um papel prioritário de grande importância por parte do poder estadual (TELAROLLI, 1996, p.137- 144).

Como tentativa de demonstrar sua importância e promover visibilidade pública, foi realizado um grande evento para a fundação da Sociedade santista no Teatro Guarany, com

---

<sup>85</sup> Oscar da Silva Araújo era filho do também médico Antônio José Pereira da Silva Araújo, um dos precursores da medicina bacteriológica no Brasil. Em 1926, Silva Araújo substituiria Eduardo Rabelo na chefia da Inspeção de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas e, depois, em 1940, por ocasião de sua morte, na presidência da Sociedade Brasileira de Dermatologia (CABRAL, 2013, p. 265).

<sup>86</sup> Por iniciativa de Eunice Weaver, a partir de 1944, as instituições preventórias passaram a ser denominadas educandários.

presença da maior parte de representantes das classes dirigentes e elite santista. Na ocasião estiveram presentes os líderes do legislativo e executivo municipais, o cônsul da França, de Portugal e do México, assim como vários sacerdotes católicos, profissionais liberais e considerável número de representantes comerciais das docas santistas. Um dos principais articuladores para a fundação da Sociedade em Santos foi Marcus de Souza Dantas, presidente do Rotary Club de Santos (1927-1928). (*A Tribuna de Santos*: 1928 *apud* TIBIRIÇÁ, 1934, p. 285-287)

Poucas mulheres são citadas no evento de inauguração e é notória a ausência de informações sobre uma participação mais ativa das chamadas “damas da caridade” neste ato. Numa das cartas enviadas a Alice Tibiriçá, o Presidente do Rotary Club, Marcus de Souza Dantas, deixa bem clara a admiração pelo trabalho desenvolvido pela Sociedade, requisitando seu apoio, porém, como já sinalizado, o processo de organização da nova entidade foi basicamente liderado por homens, até pelo perfil exclusivamente masculino do Rotary Club. A composição dos estatutos seguiu o modelo da matriz, com pequenas adequações, segundo ofício enviado a Alice Tibiriçá. O Conselho deliberativo foi composto por 12 mulheres e 24 homens, com a incumbência de eleger a primeira diretoria, que teve os principais cargos ocupados por mulheres, acompanhando o perfil de gênero implementado por São Paulo e seguido pelo Rio de Janeiro. Há presença de vários rotarianos nesse conselho, ocupando cargos no Conselho Técnico e Fiscal, como Ismael Coelho de Souza, Achille F. Israel e F.H. Fairchild. (*Boletim da Sociedade*, 1929, p. 17-19; *Revista Rotary Brasil*, 1928, p. 43)

A Sociedade santista cresceu rapidamente em número de associados e colaboradores e isso propiciou realizações importantes que lhe renderam muitos elogios, tanto por parte de Alice Tibiriçá quanto da imprensa. Uma das principais pautas do programa de ação da Sociedade santista era a construção de um leprosário. Porém, foi deliberado financiamento para a construção de um pavilhão com capacidade para 200 leitos no Leprosário de Santo Angelo, para abrigar os doentes que fossem fichados em Santos. Para Alice, os santistas eram “o povo mais filantrópico do Brasil”, considerando o resultado financeiro obtido por meio do grande número de sócios da Sociedade e do rápido volume de doações que angariou (*Boletim da Sociedade*, 1929, p. 23).

Ainda em 1929, foi a vez de a Sociedade avançar para o município paulista de Caieiras, pois era fundamental consolidar o projeto principalmente no interior paulista. Em Caieiras, a Sociedade foi fundada através do patrocínio do casal Walther e Bertha Weizzflog, proprietários da empresa Companhia Melhoramentos de São Paulo, seguindo um caminho diferente das outras filiais. A diretoria da fundação também adotou o perfil feminino com Presidente, Alice

Ehlert; Vice-presidente, Bertha de M. Weizzflog; Secretaria, Aurea Teixeira e Tesoureira, Luizinha de Moraes (Livro de Assembleia...1929, p. 65).

Algumas instituições em outros Estados, que já realizavam trabalho assistencial voltado para os doentes de lepra, também acabaram aderindo ao movimento. Um desses exemplos foi o Comitê Pró-Lazaro de Recife, que mudou seus estatutos e passou a se chamar Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra de Pernambuco (Idem, 1930, p. 78).

O ano de 1929 foi um momento de avanços importantes para a Sociedade na busca de sua afirmação como centro de referência privada nas campanhas contra a lepra. Considero esse período como um importante processo de amadurecimento de seu projeto cujo objetivo era claramente o de difusão nacional. O protagonismo de Alice Tibiriçá ao longo dos anos foi se tornando cada vez mais hegemônico. Contudo, já surgia nesse horizonte, outras mulheres com grande capacidade intelectual e cultural, em especial as que estavam na direção da Sociedade da Capital Federal. O apoio de instituições nacionais e internacionais abriu caminho para o início das tratativas no avanço da constituição de um órgão máximo, apto a estabelecer diretrizes, congregar as Sociedades e estimular a expansão do programa por Estados e Municípios.

No final de 1931, apenas em São Paulo já existiam representações da Sociedade em Santos, Itapetininga, Atibaia, Espírito Santo do Pinhal, Itu, São João da Boa Vista, Casa Branca, São José do Rio Pardo, Sertãozinho, São Simão, Mococa, São Carlos, Capão Bonito, Bauru, Redenção e Caieiras (Boletim da Sociedade, 1932).

Em Minas Gerais, foi fundada em 1931 a Sociedade Mineira de Assistencia aos Lazaros, com participação decisiva do Rotary Club de Belo Horizonte, do Arcebispo de Belo Horizonte, e dos principais líderes políticos do Estado, com destaque para Olegário Maciel, Gustavo Capanema<sup>87</sup> e o médico Ernani Agrícola, diretor de Saúde Pública. Alice Tibiriçá esteve na solenidade que durou três dias, com realização de festas e visitas a entidades e espaços públicos.<sup>88</sup> Nessa mesma viagem, Alice já se deslocou para Juiz de Fora, onde apoiou o movimento liderado pelo Rotary local, nos ajustes para criação da Sociedade nesta cidade. É importante ressaltar que um dos principais responsáveis por esse arranjo e articulação política

---

<sup>87</sup> O advogado Gustavo Capanema e o médico leprologista Ernani Agrícola são personagens marcantes na história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil. O protagonismo desses dois atores se dará especialmente após 1935, quando ocuparam cargos de grande importância: Capanema na direção do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) e Ernani Agrícola à frente do Divisão de Saúde Pública do DNS e posteriormente do Serviço Nacional da Lepra (SNL).

<sup>88</sup> Em dezembro deste mesmo ano foi inaugurada a Colônia Santa Izabel, constituindo-se, pois, como um marco fundador da campanha contra a lepra em Minas Gerais (cf. CARVALHO, 2012)

para fundação das Sociedades de Belo Horizonte e Juiz de Fora foi o casal Charles Anderson Weaver e Eunice Weaver. Esse episódio já marca a liderança e o capital político de Eunice Weaver que, posteriormente, assumiria a Federação das Sociedades de Assistência aos Lazaros, com a saída de Alice Tibiriçá em 1935 (Boletim da Sociedade, 1931, p. 11-19).

Em 1932, sob a liderança de Alice Tibiriçá e apoio, principalmente da Sociedade do Rio de Janeiro, além de outras instituições nacionais e internacionais, oficialmente foi fundada a Federação das Sociedades, consolidando um programa lançado em 1929, e batizado inicialmente como Liga de Combate à Lepra - Federação das Sociedades de Assistência aos Lazaros, porém só oficializado em 1932. Esse tema será debatido no próximo capítulo.

### 3.6 Os eventos e campanhas

As campanhas organizadas pelas Sociedades foram construídas em torno de objetivos e condições bem similares. Podemos inferir através destas campanhas organizadas geralmente, conforme já mencionado, uma permanente orientação e cuidados por meio de atividades públicas de divulgação sobre a profilaxia da doença. Essas ações eram quase sempre acompanhadas de eventos para arrecadação de fundos destinados à manutenção da instituição; assistência aos doentes internados ou não, além de atender também seus familiares; a construção de pavilhões e espaços de lazer e trabalho (em leprosários) e instituições destinadas a abrigar os filhos dos doentes internados.

Assim como a matriz, as Sociedades fundadas congregavam em seus quadros representantes das classes médias e elites locais das cidades onde estavam instaladas, onde se dava boa parte desses eventos e festivais em grandes espaços públicos e privados como Clubes, Hotéis, Escolas, Teatro Municipal, Sociedade de Música, Associação Comercial etc. Estabelecimentos comerciais em muitos momentos doavam prêmios para realização de eventos como bingos, loterias e sorteios, com verba revertida para a causa:

“(...) atendendo ao apelo de numerosos grupos de senhoras e senhoritas que se constituíram em comissões esforçadas, deram para os sorteios (...) inúmeros e valiosos objetos, alguns de alto valor e de beleza admirável: Casas Veneza, Sloper, Formosinho, Joalheria A Nacional, Café Tinoco (...)” (Boletim da Sociedade, 1929, p. 5).

No que se refere mais especificamente a matriz paulista, destacamos que o papel da imprensa foi vital nessa engrenagem, que se encarregou de anunciar os apelos favoráveis às campanhas realizadas pelas Sociedades, publicando inúmeros eventos festivos. As campanhas para angariar fundos foram uma presença constante na trajetória da Sociedade. Vale destacar

que nas primeiras ações, mesmo com a mudança do nome da entidade, a infância continuava a ser um importante mote dessas campanhas, como é possível verificar com o ‘Obulo da caridade – Assistência às crianças lazarar’, evidenciado pelo selo de 1926, lançado no mesmo ano da fundação da Sociedade.

Figura 8 - Selo no valor de 200 réis usado na campanha para levantamento de fundos em 1926.



Fonte: Arquivo da Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade.

Nesta estampa vemos a exortação ao sentimento de piedade em relação ao enfermo de lepra que necessita de amparo solidário, pois é acometido por uma doença com grande estigma social, cuja construção data dos tempos bíblicos. No Brasil dos anos 1920, padecer de lepra sugeria a existência de um medo silencioso e potencializava o imaginário coletivo que a envolve. Há um forte apelo emocional no movimento de ‘dar assistência aos enfermos’.<sup>89</sup> O chamamento à existência de valores morais religiosos nos potenciais alvos das campanhas de assistência é muito presente nos primeiros anos de seu funcionamento.

O selo foi uma encomenda de considerado custo junto à Companhia Lithographica Ypiranga, com tiragem de 500 mil unidades que o doou para a Sociedade. Os selos foram encaminhados para serem vendidos em lojas comerciais por 200 réis aos clientes para angariar fundos; os cartazes informavam à população que todos os valores arrecadados seriam em

<sup>89</sup> Trata-se de uma das premissas das sete obras corporais da Misericórdia. As demais são: “dar de comer aos famintos, de beber a quem tivesse sede, vestir os nus, oferecer pousada aos peregrinos e pobres, reunir os cativos e visitar aos presos, além do enterramento aos mortos” (SÁ, 1998, p. 42-50).

benefício de “nossa seguridade, asilando os leprosos, mas, com um benefício para os mesmos, que não mais mendigarão pelas estradas” (Relatório da Sociedade...1927, p. 33). Essa retórica de internação dos leprosos pode ser verificada em momentos diferentes das campanhas, como se a Sociedade paulista tivesse em seus objetivos construir leprosários ou destinar parte de seus recursos para esse fim, algo que nunca ocorreu.

O apelo a solidariedade em prol dos lazarus estava sempre em consonância com a ideia de preservação da coletividade e de “salvação pública”. Trata-se de uma narrativa quase litúrgica encontrada na documentação que faz parte dos textos oficiais publicados pela instituição, assim como nas palestras e entrevistas promovidas por Alice Tibiriçá e apoiadores.

A Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra, vem solicitar vosso precioso auxílio na campanha contra a invasão da morfeia em nosso país. O mal se estende, aumentando de forma assustadora a cifra de doentes em todo o Brasil, ameaçando vossa classe(...) A luta é grande o perigo aumenta dia a dia e não permite mais delongas; combatam essa marcha, entravadora do progresso do país impedindo sua prosperidade (Boletim da Sociedade, 1929, p. 34).

O sentido humanitário presente na narrativa fez da assistência social não mais um simples ato de beneficência, mas uma ação na verdade de previdência, um movimento de interesse social dado a “ameaça” que a doença representava nesses discursos. (GOMIDE, 1991, p. 111).

A Sociedade em seus dois primeiros anos de atividade esteve envolvida direta e indiretamente em muitos acontecimentos sociais na Capital Paulista. Foi possível identificar um número expressivo de eventos realizados em benefício da instituição e de suas campanhas, sendo muitos deles realizados em espaços de sociabilidade concorridos pelas elites paulistanas, como o Teatro Municipal, o Parque Trianon e os clubes (*Correio Paulistano*, 1926, 1927 e 1928). O Clube São Paulo Tênis, por exemplo, promoveu diferentes bailes entre 1926 e 1927, em benefício da Sociedade, assim como o Centro Acadêmico da Faculdade de Direito, que realizou bailes da fantasia além de outras instituições que propiciaram festivais esportivos, gincanas automobilísticas, concertos e outros (*Correio Paulistano*, 1926, 1927 e 1928 e Relatório da Sociedade... 1926-1927, p. 10-22).

Importante destacar que nas duas primeiras décadas do século XX, ocorreu na capital paulista um “boom” cultural e esportivo. A cidade possuía uma população que aumentava vertiginosamente, saltando de 23.820 pessoas em 1900 para 579.033 em 1920 (SCHUPUN,1999, p. 17). A vida social fechada nas fazendas e restrita às missas era substituída pela busca cada vez mais constante das ruas e praças, dos passeios e encontros na esfera pública, da vida em sociedade que se constituía referenciada pelos padrões do mundo dito civilizado

(RAGO, 2004, p. 392). Nesse momento, destacamos a inserção do esporte moderno no país, fruto da influência da comunidade inglesa envolvida no processo de urbanização da cidade, quando o movimento esportivo ganha grande impulso com o surgimento de Associações, Sociedades e Clubes esportivos por toda parte e envolvendo os diferentes espaços e grupos sociais. (SEVCENKO, 1992, p. 33) Tal argumento explica a presença da prática esportiva em diversos eventos e ações promovidos para apoio das causas da Sociedade de Assistencia aos Lazaros, diante de uma crença de que a filosofia da prática esportiva concentraria a realização do destino humano. Competições esportivas de natação, remo e ciclismo, promovidas pelos clubes privados passavam a ser valorizados, como formas de libertação do corpo e como meios pelos quais a sociedade podia identificar-se como moderna (RAGO, 2004, p. 392).

### **3.6.1 A “Sociedade Dançante Paulista”**

Em diversos momentos deste capítulo utilizo a expressão “Sociedade paulista” para me referir a Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra de São Paulo, objeto principal desta pesquisa. Essa sinalização é necessária, pois alguns meses depois de sua fundação, a Comissão de Festejos e Bailes criou uma associação denominada “Sociedade Dançante Paulista” que funcionou como braço da Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra, com a incumbência de realizar regularmente bailes e jantares dançantes para aumentar a arrecadação de recursos com intuito de viabilizar mais rapidamente os projetos da Instituição.

Esta associação nasceu a partir da iniciativa de uma parcela da diretoria, envolvida diretamente com a referida comissão, sob a liderança de Elvira de Paula Machado Cardoso, que também ocupava o cargo de diretora da Sociedade Harmonia de Dança<sup>90</sup>, localizada na cidade de São Paulo (Relatório da Sociedade... 1927, p. 18-19).

A “Sociedade Dançante Paulista” foi criada oficialmente em 29 de novembro de 1926, com uma reunião na mansão da Família Speers, que elegeu uma diretoria e elaborou um estatuto para orientar essa iniciativa para promover festas e bailes de forma regular para captar doações para a instituição. Ficou instituído que em todo terceiro sábado de cada mês, haveria um festival dançante beneficente nos Salões do Trianon (Livro Assembleia..., 1926, p. 47). Esses eventos

---

<sup>90</sup> O Clube Athletico Paulistano ficava no Velódromo Paulista, situado no bairro da Consolação, e era dirigido por um segmento social restrito e influente. (GAMBETA, 2013, p. 17). Em 1930, a Sociedade Harmonia de Dança se fundiu ao Clube, gerando a Sociedade Harmonia de Tênis, um dos clubes paulistanos mais tradicionais, localizado no bairro Jardim América, Zona Oeste da cidade de São Paulo.

contribuíram para a construção da identidade da Sociedade de Assistencia aos Lazaros na Capital Paulista, pois teve grande cobertura da imprensa local e noticiado inclusive por jornais da capital Federal. Este projeto se manteve ativo até 1928, quando fica notório certo arrefecimento nos eventos promovidos pela Sociedade, se comparado aos seus dois primeiros anos. Algumas hipóteses que poderiam explicar essa diminuição seriam por conta da fundação da Sociedade na Capital Federal, algo desejado e estratégico, o que levou Alice Tibiriçá e o restante da diretoria, a investir parte de seu tempo em ações no Rio de Janeiro, apostando na formação de redes de sociabilidades com essas personagens presentes na capital. A saída de personagens que movimentavam esses eventos também deve ser considerada, como é o caso da própria Elvira de Paula Machado Cardoso.

De forma geral, analisando os eventos e campanhas promovidos no período de atuação de Alice Tibiriçá, destaco a *Campanha da solidariedade*, por ter provocado grande impacto junto à opinião pública, chamando a atenção sua organização, capilaridade e capacidade de captação de doações. A condução dessa campanha apresentou proposta bem diferente de todos os eventos ocorridos até aquele momento, tanto pela metodologia empregada, como em seu resultado final. Contudo, como esse fato se iniciou em 1932, no início oficial da Federação da Sociedades de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra, retomarei esse debate no capítulo seguinte.

### 3.7 A rede de apoio as sociedades

A partir do momento que a Sociedade de São Paulo foi fundada oficialmente em 1926, o grupo liderado por Alice Tibiriçá buscou formar uma rede de apoio que lhe proporcionasse suporte financeiro, além de prestígio político e social. Isso já ficou evidenciado no momento de inauguração e tomada de posse da diretoria, marcado pela presença de personagens de peso da elite política paulistana. Essa presença garantiu certo prestígio, além de uma posterior projeção.

Um braço importante de apoio no desenvolvimento da Sociedade foi sem dúvida a imprensa. Podemos caracterizar essa relação como muito benéfica à Sociedade em seus cinco primeiros anos, com participação regular de Alice Tibiriçá em entrevistas, além de veiculação das ações da Sociedade em artigos, programas de rádio e outros meios. Vários jornais e periódicos que circulavam em São Paulo e na Capital Federal, noticiam eventos e campanhas promovidas pelas Sociedades. No caso de São Paulo, destacamos o *Correio Paulistano*, apontado como um dos jornais de maior circulação na capital paulista, que noticiava regularmente eventos e campanhas promovidas pela instituição. Essa relação se deu até 1930,

momento em que o *Correio Paulistano* deixa de circular e foi desapropriado devido à Revolução de 1930, tendo todo seu maquinário e oficinas anexados à Imprensa Oficial (CAPELATO, 1989, p. 26).

Os grandes eventos foram responsáveis pela captação de recursos e pela formação de uma rede de sociabilidades capaz de mobilizar o grande público e as instituições em torno da causa da lepra, e isso também se mostrou vital para a manutenção de uma estrutura baseada no engajamento da sociedade civil, onde se buscava a adesão de novos associados e doações. Desde a fundação, é possível encontrar a Sociedade direcionando suas ações com o envio de cartas e ofícios para os políticos, reunindo-se com pessoas de destaque na sociedade e elaborando palestras com o intuito de marcar território em espaços diversificados (acadêmicos, filantrópicos, religiosos, mulheres, imprensa...).

Com o apoio da imprensa paulista, Alice e a direção da Sociedade buscaram passar uma imagem de que a campanha contra a lepra era uma grande obra, a representação da benemerência, mas que era dever de “todos” a obrigação de aderir e mantê-la.

A boa relação com alguns jornais paulistas será estremecida principalmente após 1933, quando se acirra o confronto de Alice Tibiriçá e o poder público paulista, representado naquele período por alguns dos principais nomes da leprologia paulista, como o médico Salles Gomes Júnior, diretor do Departamento de Profilaxia de Lepra de São Paulo. Sobre essa relação conflituosa fomentada por uma campanha de descrédito contra Alice junto à opinião pública, retomarei no próximo capítulo.

A primeira instituição a se engajar nessa rede de apoio em torno da Sociedade de Assistencia aos Lazaros foi a Cruz Vermelha de São Paulo. Como já dito, foi em suas dependências que a Sociedade estabeleceu seu escritório permanecendo neste local até 1933, quando se transferiu para sua sede própria em imóvel doado pela família do engenheiro Luiz da Rocha Miranda, colaborador e incentivador da Sociedade. Como já sinalizado no item 3.2 deste capítulo, várias personagens que integraram a diretoria da instituição eram envolvidas com a direção da Cruz Vermelha de São Paulo, como Anna de Queiróz Telles Tibiriçá que participou da fundação, inclusive integrando sua diretoria. (Livro Assembleia..., 1934, p. 136)

Ao longo dos primeiros anos, paulatinamente a Sociedade foi se estruturando e angariando apoios institucionais importantes na capital paulista, a exemplo do *Mackenzie College*<sup>91</sup>, através de sua Escola de Engenharia. Essa relação era favorecida pelos vínculos profissionais que o esposo de Alice Tibiriçá possuía com a instituição. Os alunos e alunas

---

<sup>91</sup> Trata-se atualmente da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

promoveram eventos beneficentes, tendo a ocorrência de palestras realizadas por Alice Tibiriçá. Outros apoios foram surgindo, principalmente devido ao capital político de alguns associados (as) e diretoras, que transitavam em diferentes espaços favorecendo o intercâmbio entre as instituições.

Havia presença de Associações, Ligas, Sociedades e Federações que gravitavam em torno das campanhas da Sociedade, em virtude da proximidade de suas integrantes em obras assistenciais prestadas por essas entidades beneficentes. A própria Alice Tibiriçá contribuiu em diversas ações voltadas para diferentes finalidades participando de eventos e campanhas e estando ao lado de Pérola Byington na fundação da Cruzada Pró-Infância em 1930. Contudo, apesar dos laços de proximidade entre elas, não se constatou a realização de atividades conjuntas que tenham gerado benefícios para a Sociedade (MOTT; BYINGTON; E ALVES, 2005, p. 43-45). Apesar disso, considero como alvo de atenção as instituições que efetivamente apoiaram os projetos desenvolvidos pela agremiação. Dentro dessa perspectiva, podemos citar a Loja Maçônica “Amizade”, Rádio Educadora Paulista, Sociedade Harmonia de Tênis, Movimento Escoteiro de São Paulo, Associação Cristã de Moços (ACM)<sup>92</sup>, Liga de Defesa Nacional e o Rotary Club. Essas duas últimas tiveram papel fundamental na consolidação da Sociedade como representação nacional privada de assistência aos doentes e luta contra a lepra. (*Correio Paulistano*, 1931)

Dentre estas instituições de caráter internacional com sede no Brasil, destaco o papel do Rotary Club<sup>93</sup> cuja participação estabeleceu destacada parceria com a Sociedade celebrada de maneira efusiva por sua direção. Essa aproximação teve seus primeiros passos com a fundação da Sociedade de Santos em 1928. A partir do momento em que o Rotary santista apoiou incondicionalmente a causa da lepra, esse apoio tornou-se decisivo para criação da Sociedade.

A importância desse momento pode ser dimensionada pelo editorial publicado na página inicial do Boletim da Sociedade, de outubro de 1929. A cooperação que ora se celebrava, entre a Sociedade de Assistência aos Lázarus de São Paulo e o Rotary Club de Santos, a partir de reunião realizada em 4 de outubro de 1929, era saudada como uma forte sensibilização do Rotary com o significado da luta da Sociedade contra a lepra. Um dos principais personagens

---

<sup>92</sup> Associação Cristã de Moços em países de língua inglesa é conhecido como YMCA - *Young Men's Christian Association*, uma associação voltada às concepções cristãs protestantes e à prática esportiva como forma de manutenção e melhoria da saúde. No Brasil, a cidade do Rio de Janeiro foi pioneira em receber uma ACM, em 1893, implantada pelo missionário norte-americano Myron Augusto Clark. (Cf. BAÍIA, 2012)

<sup>93</sup> O Rotary Club é uma associação internacional de clubes de serviços cujo objetivo é formar um espaço de socialização política e cívica, onde seus associados implementam a cidadania prestando serviços humanitários, promovendo valores éticos e a paz a nível internacional. Atualmente existem mais de 34 mil clubes Rotary no mundo, com cerca de 1,3 milhões de membros, denominados rotarianos. (Cf. FERREIRA, 2010).

a ser destacado neste processo foi o médico Edmundo de Carvalho<sup>94</sup>, que buscou a adesão de outros Clubes, em prol das campanhas contra a lepra, a exemplo da “Semana da Prophylaxia da Lepra”, realizada entre 26 e 27 de outubro de 1929, no Rio de Janeiro. (*Revista Rotary Brasil*, 1929:9)

Com o editorial ‘A campanha contra a lepra, ganhando novos elementos, vae intensificar-se’, o periódico saúda a inclusão do Rotary Club como um agente cooperante na luta em benefício de seus ideais humanitários em atenção aos pacientes. A estrutura institucional que rapidamente passou a ter representações municipais em diferentes regiões do país foi considerada estratégica para os objetivos da Sociedade paulista, que neste momento ganhava capilaridade a partir da fundação de outras sucursais. (*Boletim da Sociedade*, 1929:1)

Embora tenha uma narrativa que enfoca a participação de uma sociedade eminentemente masculina, a liderança e o trabalho promovidos por Alice de Toledo Tibiriçá eram reconhecidos e ratificados como elemento chave para esta parceria:

Todos os jornais paulistanos registraram (...) o êxito que se constituiu, pelo seu fim, a pequena oração com que a presidente da Sociedade de Assistencia aos Lazaros de São Paulo. (...)Tal apelo, fácil é de ver-se, foi dirigido aos rotarianos no sentido desse galhardo grupo de homens de ideias alevantadas inscrever no seu já vasto programa de assistência aos atacados do mal de Hansen e o combate cerrado à morphéa. (...) É o apelo feito ao nosso patriotismo e à nossa generosidade deve ser ouvido com o maior interesse e com o máximo apoio, para que possamos, daqui a meio século, banir de nosso solo o antigo mal dos hebreus (*Boletim da Sociedade*, 1929, p. 4-5).

A aproximação com os outros clubes ocorreu de forma progressiva devido ao apoio de pessoas próximas, inclusive ligadas a leprologia, como é o caso do médico Oscar Silva Araújo<sup>95</sup>, que além de ser fundador e colaborador da Sociedade dos Lazaros carioca, era também rotariano pelo Clube do Rio de Janeiro. O Rotary Club do Rio de Janeiro (1922) foi o primeiro a ser fundado no Brasil, seguido do Rotary Club de São Paulo (1924) e o de Santos (1927) na sequência como os mais antigos. (*Revista Rotary Brasil*, 1929, p. 21)

A parceria com o Rotary Club era um antigo desejo da Sociedade, pois tinham conhecimento de que esse estreitamento poderia ser um potencial apoio às Sociedades existentes e na fundação de novas congêneres pelo país. Em 20 de outubro de 1929, foi publicado no *Boletim*, um texto comemorando a palestra de Alice realizada no Rotary Club de São Paulo, enaltecendo a cobertura da imprensa paulista (*Boletim da Sociedade*, 1929, p. 1).

Segundo Uhle (1991), o Rotary Club possui uma estrutura de poder que se baseia no culto à hierarquia e no controle exercido pela organização sobre os associados, especialmente

---

<sup>94</sup>Edmundo de Carvalho foi governador do distrito rotariano brasileiro entre 1929 e 1930.

<sup>95</sup>Henriqueta Lavigne da Silva Araújo era esposa de Oscar da Silva Araújo e ocupou a presidência da Sociedade de Assistencia aos Lazaros do Rio de Janeiro (1929-1934).

expresso pela forma de seleção dos novos membros e pela tutela praticada pelos padrinhos dos novos rotarianos, fazendo uso do velho sistema de compadrio. O mapeamento e organização dos clubes em forma de rede garantem o alcance maior da organização quanto aos indivíduos visados.

Desde a década de 1920, o Rotary da Capital paulista buscou parcerias com os poderes públicos voltados para a educação, mantendo relação harmônica com os poderes instituídos por se tratar de recomendação do Rotary internacional. Apesar de alguns convites feitos para Alice expor dados e explicações sobre o problema da lepra em eventos realizados pelo Rotary da capital paulista, acredito que a promessa de “apoio oficial” dado à Sociedade só tenha ocorrido no final de 1929, após aproximação de outros distritos por intermédio de Edmundo de Carvalho, governador do Rotary brasileiro (Boletim da Sociedade, 1929, p. 17).

É possível que essa demora em apoiar a Sociedade tenha ocorrido por conta de um conservadorismo pela posição que o Rotary Club paulista detinha no movimento rotário brasileiro, ocupando grande liderança devido ao poder aquisitivo e político de seus membros participantes. Inclusive mesmo sendo fundado depois do Rotary da Capital Federal, era considerado o ponto mais forte de referência para o rotarismo brasileiro (UHLE, 1991, p. 123).

Em Minas Gerais, a direção rotariana de Belo Horizonte (1927), atuou de forma muito presente em campanha pelas cidades mineiras junto aos prefeitos, associações e instituições, sensibilizando a população quanto ao problema da lepra e a importância de se criar associações femininas aos moldes da Sociedade de Assistencia aos Lazaros. Inclusive a Sociedade Mineira de Assistencia aos Lazaros, fundada em 1931, foi fruto de um arranjo de muitas forças, com participação decisiva do Rotary Club de Belo Horizonte. (Boletim da Sociedade, 1931, p. 26)

O papel do Rotary Club através de seus distritos presentes nas cidades citadas, funcionou como instâncias de apoio às Sociedades, possibilitando as trocas de experiências dos trabalhos que contribuíam para a consolidação destas instituições, assim como foi possível pensar na ampliação de outras associações para outras regiões do Brasil. Uma década depois de iniciada essa parceria (1939), já existiam 75 Sociedades de Assistencia aos Lazaros (SANTOS, 2010, p. 253-274). Investigar o papel do Rotary Club nesse expressivo aumento do número de Sociedades existentes pode ser um estudo interessante e necessário para melhor compreender os tentáculos de poder e influência exercidos por Alice Tibiriçá e a Sociedade.

Outra base de apoio importante construída pela Sociedade de Assistencia aos Lazaros de São Paulo e da Capital Federal foi um estreito relacionamento com a Liga de Defesa Nacional (LDN). A LDN é uma associação civil, fundada em 1916, no Rio de Janeiro, por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto, entre outros personagens, com o objetivo de

“congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes, difundindo a educação cívica, o amor à justiça e o culto ao patriotismo”. Historicamente trabalharam favoravelmente em causas como a instrução primária e erradicação do analfabetismo, tendo como uma de suas principais bandeiras, a defesa do serviço militar obrigatório. Realizavam assistência e apoio em uma série de instituições, tais como a Caixa das famílias dos marinheiros, Sociedade de Assistencia aos Lazaros, União dos Escoteiros do Brasil, Escola de Instrutores e Junta de Alistamentos. (cf. OLIVEIRA, 2012)

A aproximação da LDN aos projetos da Sociedade de Assistencia aos Lazaros se deu entre 1928 e 1929, após a fundação da Sociedade na Capital Federal. Alguns dos personagens citados anteriormente, como o escritor Coelho Neto e o médico Oscar da Silva Araujo, transitavam em associações que reverberavam ações direcionadas aos problemas ligados à realidade brasileira, principalmente nos campos da educação, da higiene e sanitário da população. Esses intelectuais, assim como muitos outros, estavam inseridos em redes de sociabilidade que lhes conferiram prestígio e respeitabilidade, no qual construíram carreiras de sucesso, tornando-se personalidades de grande projeção nos meios acadêmicos e políticos. Esses dois personagens foram membros da Liga, Coelho Neto chegou a ser secretário-geral da LDN.

A circulação de ideias, projetos e ações voltadas para a compreensão e a intervenção sobre a realidade nacional marcou sobremaneira a atuação das inúmeras federações, sociedades, associações e ligas, criadas nas primeiras décadas do século XX, em meio à disseminação e ao aprofundamento dos debates intelectuais voltados para a (re) construção da nação, colocando em xeque a afirmação de uma rígida separação entre sanitaristas e eugenistas, por exemplo. Um dos alvos de embates propostos pela LDN era, por exemplo, o alcoolismo, que também se constituía uma das bandeiras da luta encaminhada pela Liga Brasileira de Higiene Mental (ENGEL, 2012, p. 1-30).

A participação da LDN na campanha contra a lepra ao lado da Sociedade vai gerar um importante impulso com a adesão de Edmundo Muniz Barreto 96, presidente de honra da LDN. Essa aproximação se dará a partir de 1929, com o aniversário de um ano da Sociedade de Assistencia da Capital Federal. Como já destacado, a filial do Rio de Janeiro formou uma

---

96 Edmundo Muniz Barreto (1864-1934) era natural do Rio de Janeiro e esteve à frente de uma série de cargos públicos ligados à área da Segurança Pública e Magistratura. Em abril de 1904, participou da fundação da Associação dos Funcionários Públicos Civis, sendo o primeiro a presidi-la. Em 1910, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), cargo que exerceu até 1931, quando logo após a Revolução de 1930, foi aposentado discricionariamente, junto com outros cinco ministros do STF, por decreto do Governo Provisório de Getúlio Vargas, datado de fevereiro de 1931. (LAGO, 2001, p. 246-247)

importante rede de sociabilidades, atraindo personagens importantes que contribuíram para tornar Alice Tibiriçá ainda mais influente socialmente por conta de sua liderança. Essas ações de apoio contribuíram para que a campanha contra a lepra no âmbito particular, liderado pela Sociedade, não ficasse restrita a São Paulo e Rio de Janeiro, mas sim em todo território nacional.

A adesão e apoio do Ministro Muniz Barreto e da LDN aos projetos da Sociedade, ficaram bem claros quando a sucursal do Rio comemorou seu primeiro aniversário. O evento ocorreu no salão da LDN onde foi anunciada sua adesão à campanha, deixando claro seu espírito militar e ideologia nacionalista, além da narrativa eugênica do ‘povo sadio e forte’:

Senhoras, eu vos trago a adesão da Liga da Defesa Nacional. Todos nós, como um só soldado, a um aceno vosso, entraremos em luta. E, encontrareis combatentes prontos a servir à causa que, além de humanitária é também cívica, pois garante à Pátria um povo sadio e forte! (Boletim da Sociedade, 1929, p. 6)

Uma das primeiras ações promovidas pela LDN, apoiadas por Edmundo Muniz Barreto, foi a realização da Semana da Lepra, no Rio de Janeiro, que aconteceu de 20 a 27 de outubro de 1929. O evento foi organizado pela LDN em colaboração com a Sociedade de Assistência aos Lazáros da Capital Federal e convidados vários nomes ligados à leprologia. Vários ofícios foram redigidos e assinados por Muniz Barreto, em nome da LDN, e enviados aos principais leprólogos que atuavam no Brasil, além da própria Alice Tibiriçá. A conferência teve a realização de exposições e palestras de variados temas ligados a profilaxia da lepra, além de campanhas de arrecadação de fundos como a “flor do pecegueiro” e visita a espaços públicos, especialmente aos leprosários existentes na Capital. Na palestra realizada por Alice, ocorrida no Palace Hotel, discursou sobre a campanha contra a lepra promovida pela Sociedade, destacando a importância do apoio de instituições como o Rotary Club, além de pedir que os rotarianos apoiassem a Sociedade carioca na construção do espaço para os filhos dos lazáros. (SOUZA-ARAÚJO, 1956, p. 488-491 e Boletim da Sociedade, 1929, p. 4)

Em artigo publicado no Boletim de agosto de 1929, encontramos menção aos preparativos para esse evento e Alice enfatiza que a Semana da Lepra era fruto da ‘tríplice aliança’ entre a Sociedade de Assistência aos Lazáros, a LDN e a IPLDV (Boletim, 1929, p. 19). A LDN patrocinou ativamente discursos e eventos que atraíssem a cobertura da imprensa e debates editoriais (OLIVEIRA, 2012, p. 94) e a “Semana da Lepra”, também nomeada de “Semana pró Lazáros”, teve ampla cobertura e refletiu com clareza que a Sociedade se firmava como vanguarda da “mais nobre campanha em que o Brasil deve se empenhar” (Diário Nacional, 1929, p. 9), demonstrando crescimento e projeção nacional da entidade.

A “Semana da Lepra” teve como tônica dar visibilidade ao “problema da lepra” e arrecadar fundos para a construção de um espaço destinado aos filhos de leprosos internados

nos leprosários existentes na Capital Federal. Esse evento refletiu com clareza que a Sociedade evidenciava um nítido crescimento e projeção nacional. No encerramento do evento, ocorreu o anúncio do maior desejo de Alice Tibiriçá, a criação de uma Federativa, denominada de Liga de Combate a Lepra – Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros (Boletim da Sociedade, 1929, p. 17).

A edição do Boletim de novembro de 1929 demonstra o entusiasmo da direção da Sociedade com quase toda a edição destinada à cobertura do evento, sinalizado no título como “a época de ouro” de sua atuação devido à repercussão e os avanços conquistados. Em sua primeira página é destacado um trecho que resume bem seu resultado:

Uma semana. Pouco sonho. Grandes ideias generosas. Muitas moedas cariocas. Planos inteligentes. Vozes autorizadas do saber. E culminando tudo, como a benção final, a criação da Liga Contra a Lepra(...). Movimentando-se neste enorme cenário(...) figura cuja atuação ficará inolvidável, marco que está sendo da grande campanha: é o Ministro Muniz Barreto. (Idem, p.1)

De acordo com a documentação analisada, pode-se perceber a liderança exercida por Alice Tibiriçá na fundação da Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra em São Paulo, atraindo apoio de mulheres brasileiras das classes média e alta urbanas na década de 1920 e 1930. Neste sentido, mobilizaram uma série de eventos e ações em torno do ideal de que assistir aos leprosos e seus familiares era proteger a população sã do contágio a lepra.

Por meio de parcerias com instituições nacionais e internacionais como a Cruz Vermelha, Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas, Rotary Club, Associação Cristã de Moços e Liga de Defesa Nacional, a Sociedade de Assistencia aos Lazaros expandiu seu modelo de organização fundando outras congêneres em todo o país, como a Sociedade de Santos e do Distrito Federal, ambas criadas em 1928.

No próximo capítulo, retomaremos o debate em torno da criação da Federação das Sociedades em 1929, procurando compreender o hiato existente até sua fundação oficial (1932), além dos embates que levaram Alice Tibiriçá a deixar a Presidência desta entidade.

## **4 A FEDERAÇÃO DAS SOCIEDADES DE ASSISTENCIA AOS LAZAROS E DEFESA CONTRA A LEpra (1929 – 1935)**

Neste capítulo abordaremos a constituição da Federação das Sociedades de Assistência aos Lazaros e Defesa contra a Lepra, a partir da liderança de Alice Tibiriçá. Durante sua gestão foram instituídas as Campanhas da Solidariedade, evento de grande capacidade de arrecadação de donativos, além da realização da Conferência para a Uniformização da Campanha contra a Lepra, que teve por finalidade o estudo e o assentamento de providências com o caráter de uniformizar em todo o país a profilaxia da lepra.

Além disso, analisaremos também o período da gestão de Alice Tibiriçá e suas divergências ao enfrentar um contexto político centralizador e intolerante, que se intensificou após o fim da Revolução Constitucionalista de 1932. Com apoio da imprensa paulista e através da ação direta de membros da Inspetoria de Profilaxia de Lepra, sob o comando de seu Inspetor-Chefe, Francisco de Salles Gomes Júnior, foi promovida uma sistemática campanha de críticas e acusações de desvio de finalidades quanto ao uso dos donativos arrecadados nas campanhas assistenciais lideradas por Alice Tibiriçá.

Iniciou-se uma batalha judicial pelo fechamento da Sociedade de Assistência aos Lazaros de São Paulo e, conseqüentemente, da Federação. Esse processo gerou sérios problemas para as duas entidades e levou à perda de prestígio de sua idealizadora. Com a saída de Alice Tibiriçá em 1935, Eunice Weaver assumiu a presidência, estabelecendo um novo arranjo político com os poderes públicos, transformando a Federação em parte constituinte da política governamental de combate à enfermidade.

### **4.1 A liga contra a lepra**

Como foi possível observar no capítulo anterior, item 3.7, a formação de uma rede de apoio capitaneada por Alice Tibiriçá foi estratégica para os objetivos da Sociedade de Assistência aos Lazaros na afirmação de sua identidade em âmbito nacional. Através da parceria com instituições nacionais e internacionais, as campanhas ganharam ainda mais visibilidade possibilitando a expansão deste modelo assistencial para outros Estados do país. Associadas a este projeto, constavam entidades privadas e públicas, com destaque para a Cruz Vermelha, o Rotary Club, a Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas (IPLDV) e a Liga de Defesa Nacional (LDN). A tônica dos discursos de algumas dessas entidades apoiadoras

reproduzia a narrativa da lepra como um “grande problema” para o Brasil e que as Sociedades deveriam ser responsáveis por uma “grande obra”, uma verdadeira benesse, mas que competia, portanto, a “todos” os brasileiros a obrigação de mantê-la enquanto entidade.

O ano de 1929 representou um período de grande entusiasmo por parte da direção das Sociedades pela dimensão que o projeto estava alcançando. Alice Tibiriçá chegou a denominar de “a época de ouro”, o período logo após a realização do evento “Semana da Lepra”, ocorrido na Cidade do Rio de Janeiro, em outubro de 1929. A conferência foi promovida graças a iniciativa da LDN em parceria com a Sociedade de Assistencia aos Lazaros do Distrito Federal e a IPLDV. O evento teve duração de uma semana e em seu encerramento foi anunciada a criação da Liga contra a Lepra – Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra.

A formação da Liga contra a Lepra começou a ganhar concretude em função do apoio de personagens como o médico Oscar da Silva Araújo e do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edmundo Muniz Barreto, que mobilizaram seus pares a respeito da necessidade de se criar um órgão central específico para combater a lepra no país. Foram convidados para integrar a Liga, membros da comunidade científica nacional e filantropos, tendo como integrantes a seguinte comissão: Alice Tibiriçá, Edmundo Muniz Barreto, Clementino Fraga, Eduardo Rabello, Edmundo de Carvalho, Arrojado Lisboa, Milciades Maria de Sá Freire, Guilherme Guinle<sup>97</sup>, Oscar da Silva Araújo, Oscar Wainschencke, além de Heráclides C. de Souza-Araujo (Boletim da Sociedade, 1929, p. 17).

Nas décadas iniciais do século XX, as ligas e federações eram espaços de atuação de intelectuais que formularam diagnósticos e prognósticos para o Brasil, defendendo propostas de variados espectros do campo científico. Não é à toa que o projeto capitaneado por Alice Tibiriçá em torno da lepra, será apoiado por lideranças políticas, intelectuais e por agentes do Estado.

Logo após o anúncio de criação da Federação, Alice modificou o título do periódico da Sociedade de São Paulo, passando a ser denominado Boletim da Federação das Sociedades de

---

<sup>97</sup> Guilherme Guinle (1882-1960) foi um empresário bem-sucedido e filantropo, que neste momento era considerado um dos homens mais influentes do Brasil e atuou em espaços das mais variadas instâncias da sociedade civil. Sua filantropia teve um conjunto de ações no combate à lepra, especificamente, com a Liga das Nações, para a formação do Centro Internacional de Leprologia, sediado no Instituto Oswaldo Cruz. Os recursos oferecidos por Guilherme Guinle foram cruciais para que o projeto de criação de um centro de estudos da lepra fosse viabilizado. A filantropia de Guilherme Guinle foi muito além do financiamento voltado para a saúde. Além de suas doações às Santas Casas de Misericórdia do Rio de Janeiro e de Santos e a Cruz Vermelha Brasileira, também empregou seus recursos na Campanha Brasileira da Educação, na Associação Cristã de Moços, além das faculdades católicas, como as atuais Pontifícia Universidade Católica, do Rio de Janeiro e a Universidade Católica de Petrópolis (Cf. SANGLARD, 2008; CUNHA, 2011)

Assistencia aos Lazaros e defesa contra a Lepra (Liga contra a Lepra). Essa alteração, iniciada na edição de 9 de novembro de 1929, só permaneceu por 4 edições, voltando ao nome original em março de 1930. Não há qualquer menção a essa mudança no periódico, mantendo-se a mesma diagramação e linha editorial seguidas até aquele momento.

#### 4.2 Os ventos da revolução de 1930

Em 1930, o Brasil assistiu uma crise que resultou na ruptura da hegemonia oligárquica paulista e mineira no processo de tomada das decisões relativas ao Estado brasileiro. Derrotado nas urnas pelo candidato Júlio Prestes, Getúlio Vargas, representando a Aliança Liberal, liderou um movimento armado que depôs o então presidente Washington Luiz. A ruptura política e o processo, que culminaria na Revolução de 1930, provocaram mudanças significativas no que concerne à organização sanitária do Estado brasileiro. A principal delas, ocorrida como um dos primeiros atos do novo Governo foi justamente a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) evidenciando como esse tema era algo prioritário na agenda nacional.<sup>98</sup>

A instalação de Getúlio Vargas no comando federal selou o encerramento de um período que o liberalismo de Estado ortodoxo buscou adequar-se à tradição liberal europeia e aos princípios do federalismo, rompendo principalmente com a dominação das elites cafeicultoras de São Paulo. O decreto que instituiu o Governo Provisório também confirmou a dissolução do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas na esfera Estadual e das Câmaras Municipais. Os tradicionais vínculos com a política local possuíam relação com a figura dos “coronéis”, que capitaneavam votos para perpetuação de políticos locais. Após a Revolução de 1930, Vargas buscou interferir numa estrutura política, consolidada durante toda a Primeira República, buscando assegurar maior controle na esfera municipal. A principal medida foi a nomeação dos prefeitos pelos interventores estaduais, podendo inclusive exonerá-los ou anular seus atos, e a criação do Departamento das Municipalidades, já na fase constituinte. O papel dos interventores no pós-1930 é fundamental, pois designavam os executivos locais, reconfigurando a rede de poder (LEAL, 1997, p. 159-160; FONSECA, 2007, p. 104-108).

A instabilidade política nos primeiros anos do MESP, mais especificamente de 1930 até 1934, se manteve durante todo período do Governo Provisório. No período inicial do Governo Vargas, o novo Ministério foi

---

<sup>98</sup> Sobre a Revolução de 1930, Cf. DECCA, 1981; FAUSTO, 1995.

ocupado por quatro titulares: Francisco Campos (1930–1931), Belisário Penna (set. 1931 a dez. 1931), novamente Francisco Campos (jan. a set. de 1932) e Washington Pires (set. 1932 a jul. 1934), conferindo uma alternância que reflete a oscilação em conformidade com a indefinição política que caracterizou o panorama nacional. Porém, não se deve esquecer que este momento pode ser visto como um espaço de acomodação de uma geração de sanitaristas dos anos 1910 e 1920 nos espaços de poder (FONSECA, 2007, p. 109–114).

#### 4.2.1 Os novos atores

Apesar de Alice Tibiriçá afirmar que “não havia cor política ou credo na Sociedade de Assistencia aos Lazaros”, na prática as ações ocorriam de forma bem distante dessa realidade. No capítulo anterior foi demonstrado o quanto era importante para a diretoria da Sociedade, que Julio Prestes vencesse o pleito de 1930, pois garantiria a manutenção das estruturas personalistas em São Paulo. Inclusive a diretoria da matriz paulista apoiou, através de seu Boletim, o então candidato, Julio Prestes, utilizando este espaço como propaganda política:

Neste Estado, onde sua brilhante personalidade tem atuado em tudo pelo bem público, com grande desvelo e alto descortino, S. Excia. lançou as primeiras medidas para solucionar o problema da extinção da lepra. (...) É destes homens, possuidores das máximas qualidades de estadistas e que, ao mesmo tempo, são dotados de sentimentos de solidariedade humana, que a nação brasileira precisa para seus dirigentes. A Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra, cumprindo um dever (...) fazendo votos para que no Catete, J. Prestes seja feliz, muito feliz (...) (Boletim da Sociedade... 1930, p. 3)

Outra questão importante a ser garantida, nesse aspecto, é o financiamento público por meio das subvenções. Por mais que a Sociedade não tenha recebido regularmente subvenções públicas para sua manutenção, há registros de pagamento por parte dos poderes executivo e legislativo da cidade de São Paulo e do legislativo estadual em benefício da Sociedade paulista (*Correio Paulistano*: 1928 e 1929 e Livro de Atas...1930, p. 78). No campo da esfera privada e do governo federal, a continuidade do PRP em São Paulo e a vitória de Júlio Prestes, respectivamente, eram a garantia da manutenção de subvenções públicas regularmente pagas ao Instituto de Educação de Alice Tibiriçá que, em contrapartida, recebia alguns estudantes carentes. A grave crise financeira no Instituto de Educação ocorreu justamente após a Revolução de 1930, com a suspensão desses pagamentos (Livro de Atas....1931:115 e Boletim da Sociedade: 1931, p. 26-27).

Com o contexto político derivado da Revolução de 1930, não havia mais volta. Os dois principais atores políticos representantes da oligarquia paulista, Washington Luis e Julio Prestes, foram destituídos de seus cargos e buscaram exílio na Europa. Outros políticos paulistas muito próximos à Sociedade de Combate a Lepra, foram igualmente destituídos de suas funções, como é o caso de José Pires do Rio, prefeito da Cidade de São Paulo (1926-1930) e um dos fundadores da Sociedade da capital paulista.

Inicialmente a diretoria da Sociedade silenciou, evitando demonstrar qualquer posição quanto a mudança política gerada pela Revolução de 30. A edição do Boletim, de outubro de 1930, é bastante reveladora, pois confirma tal clima de incertezas políticas. Nesta tiragem que teve reduzido número de páginas, constam apenas dois artigos, como primeiro noticiando o passamento de Eugenia Pereira de Macedo, sócia honorária da instituição e mãe de Felicidade P. de Macedo, diretora da Sociedade. O segundo, foi um artigo sobre o problema da lepra na Argentina, a partir de uma Conferência ocorrida em Buenos Aires há cerca de três anos (Boletim da Sociedade, 1930, p. 1-15)

Com a Revolução de 1930, acentuaram-se as disputas em torno das políticas públicas da saúde em São Paulo o que já ocorria no decorrer dada década de 1920. O período foi marcado por conflitos políticos e perda de prestígio dos paulistas no cenário nacional e tão logo Vargas assumiu o executivo nacional, deu-se a nomeação de interventores estaduais em São Paulo. Os dois primeiros, José Maria Whitaker e Plínio Barreto, ficaram apenas alguns dias. Em novembro de 1930, Plínio Barreto foi substituído pelo João Alberto Lins de Barros, que permaneceu no cargo durante oito meses. Para o setor da saúde pública, Artur Neiva foi indicado como Secretário do Interior, e Francisco Salles Gomes Jr., diretor do Serviço Sanitário (FARIA, 2002, p. 561-590).

O contexto político não favorecia a diretoria da Sociedade. Entretanto, mas no mês seguinte este cenário se modificou. Através de seu Boletim, a Sociedade informou aos seus sócios e leitores, que a diretoria da Sociedade havia feito contato como o governo e a estratégia inicial foi estabelecer laços com os novos atores sanitários na busca por um rearranjo, já que o novo governo estava redefinindo seu papel na administração sanitária. Alguns desses atores já eram conhecidos. Foi enviado ofício primeiramente ao médico Belisário Pena<sup>99</sup>, nomeado como

---

<sup>99</sup> Os sanitaristas Belisário Penna e Artur Neiva se notabilizaram principalmente após realizarem em 1912, viagens ao interior do país. Estas expedições geraram relatórios e um dos principais, publicado em 1916, é apontado como um ponto de inflexão para o chamado 'movimento sanitarista'. Grandes defensores do saneamento buscaram dar visibilidade a precariedade das condições de salubridade, evidenciando o abandono a que estava submetida boa parte da população brasileira (LIMA; HOCHMAN, 1996, p. 23-40).

diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP)<sup>100</sup>. No ofício, Alice Tibiriçá o felicita em nome da Sociedade, demonstrando grande afabilidade

Em nome da Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a lepra de São Paulo venho lhe trazer felicitações pela brilhante vitória de seus ideais em prol de um Brasil melhor”. A escolha de seu nome para a Diretoria do Departamento Nacional de Saúde Pública garante-nos esse Brasil melhor. (Boletim da Sociedade, 1930, p. 2).

Em anexo à carta, havia uma cópia do Plano para Extinção da Lepra no Brasil, proposto pela Sociedade de Assistencia aos Lazaros de São Paulo. No documento há referência direta à Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros (Liga contra a Lepra), órgão central de toda esta estrutura mesmo que não oficializada. Algo que merece destaque é o item “Assistencia as Famílias: a) Quando possível, junto ao leprosário, abrigo destinado as famílias dos enfermos. Fazendas onde possam trabalhar”. Esse item relativo ao cuidado com as famílias dos doentes será um tópico de mobilização e preocupação por parte de Alice Tibiriçá, posteriormente batizado de “Granjas” (Idem...1930, p. 33). Mais adiante retomaremos essa questão.

Assim que João Alberto assumiu a interventoria de São Paulo, nomeou o médico Arthur Neiva para a Secretaria do Interior. Da mesma forma que Belisário Penna, Neiva era detentor de grande prestígio junto à comunidade científica nacional. Esteve na direção do Serviço Sanitário de São Paulo (1917-1920), sendo figura reconhecida na saúde pública, considerado como um “missionário da civilização” (CARVALHO, 2001, p. 82).

No caso de Neiva, Alice Tibiriçá optou em conversar pessoalmente, por conta de o mesmo estar em São Paulo. O contato foi de ordem política, pois toda essa mudança poderia comprometer os avanços alcançados pela instituição. Outro fator a ser destacado, é que o novo governo poderia ser um agente efetivo na concessão de subvenções às Sociedades, atuando como um promotor do bem-estar e de políticas sociais, algo que não se efetivou durante a Primeira República.

As cartas trocadas entre Alice Tibiriçá e Belisario Penna, assim como o encontro com Arthur Neiva, são citadas no mesmo Boletim de dezembro de 1930, além de apontar os resultados dessa aproximação. Uma delas ocorre de imediato quando Neiva envia carta ao novo diretor do Serviço Sanitário de São Paulo, o médico Salles Gomes Jr., elogiando o grande trabalho de filantropia realizado por Alice Tibiriçá à frente das Sociedades de Assistencia as Lazaros, que “mesmo diante de grandes dificuldades financeiras” vinha lutando contra a lepra. (Boletim da Sociedade, 1930, p.2-3)

---

<sup>100</sup> Departamento de maior importância na área da saúde, antes da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública.

A Correspondência enviada por Neiva ao novo diretor Sanitário era uma espécie de “apresentação” de Alice e da Sociedade para pavimentar o caminho para uma conversa entre ambos. Contudo, Alice era demasiadamente conhecida por políticos e membros da elite médica paulistana, inclusive pelo próprio Salles Gomes Jr. Apesar das lacunas nas fontes de pesquisa, podemos especular que esse pedido de um encontro tenha sido feito pela própria Alice Tibiriçá, talvez por alguma animosidade já existente entre eles, e também para pavimentar o caminho da Sociedade de Assistencia aos Lazaros junto aos novos atores públicos do Serviço Sanitário paulista. Não houve retorno de Salles Gomes Jr.

A direção da Sociedade utilizou o Boletim para cativar os novos gestores, como consta em artigo descrevendo a atuação do médico Salles Gomes Jr., conhecido pelos doentes como “bondoso cirurgião” quando atuou no Hospital de Guapira. Ali realizou cirurgias faciais nos doentes para reparar-lhes principalmente a “desfiguração do nariz” causada pelo desabamento nasal procurando, assim, resgatar-lhes a autoestima (Boletim da Sociedade, 1930:3). Na mesma edição, consta a publicação de um longo artigo de Belisário Penna, com várias homenagens dedicadas ao médico Salles Gomes Jr. em prol da “solução do mais grave problema sanitário do Brasil”. Inclusive no Boletim de janeiro de 1931, Alice cita o projeto de Belisário Penna de construir um “município dos lazarus”<sup>101</sup>, demonstrando ser muito simpática ao mesmo.

O nosso prezado amigo Dr. Belisario Penna (...) procura tornar realidade o seu antigo sonho de um município para os leprosos, com administração e demais serviços feitos pelos próprios doentes. Uma linda cidade com vida própria onde a hediondez da enfermidade desapareça, uma vez em que todos estão tocados pelo mal. Encontrará elementos para execução do seu projeto? Oxalá assim seja, para termos a alegria de termos em segurança e felizes os parias que a dor e a miséria afastaram dos centros da vida (Boletim da Sociedade, 1931, p. 3).

Alice Tibiriçá buscava apoio da administração pública para dar continuidade ao programa das Sociedades de Assistencia aos Lazaros, se alinhando a determinados projetos como o isolamento de todos os leprosos num único espaço. Como sempre foi defensora de medidas coercitivas relacionada aos doentes, esse projeto atendia amplamente sua concepção contagionista, que justificava o isolamento do paciente por entender que este representava uma “ameaça” de contaminação à coletividade. Este projeto idealizado por Penna teve alguns adeptos, porém não ganhou espaço nas ações governamentais, mesmo no período em que ele próprio ocupou o DNSP ou até mesmo o MESP (CUNHA, 2005, p. 61;74)

---

<sup>101</sup>Esse projeto gravitou durante as décadas de 1910 e 1920, e tinha como premissa internar num único espaço todos enfermos do país, semelhante à Leprosaria de *Carville*, localizado entre *Baton Rouge* e *New Orleans* (Luisiana, EUA), que isolou doentes numa única instituição central. No Brasil, os defensores desse projeto apontavam a Ilha Grande, no Rio de Janeiro, como local de destino já indicado por Oswaldo Cruz, um dos principais defensores desse plano. Maiores informações, ver: WHITE (2003);(CUNHA (2005); COSTA (2008).

Desde a década de 1920, havia debates acalorados na Academia Nacional de Medicina em torno da profilaxia da lepra, com ênfase nas estatísticas relacionadas a doença e a questão do isolamento compulsório. Esses debates colocaram inclusive em lados opostos o próprio Belisário Penna contra outros especialistas no tema, como foi o caso de Oscar da Silva Araújo e Eduardo Rabello, que neste período comandavam a Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas.<sup>102</sup>

Com a Revolução de 1930, o grupo defensor do isolamento compulsório de leprosos em São Paulo, obteria as condições necessárias para a segregação em larga escala em leprosários, baseados no modelo de colônia-agrícola (MONTEIRO, 1995, p. 166-167). A nova conjuntura política que se desenha no pós-30, também produziria mudanças na organização dos serviços sanitários federais, reestruturando sob novos parâmetros a atuação da IPLDV, o que significaria o abandono de medidas liberais na profilaxia da lepra, defendidas principalmente por Eduardo Rabello e Oscar da Silva Araújo (CABRAL, 2013, p. 295).

É importante destacar que em São Paulo, desde a gestão de Aguiar Pupo (1927-1931) na Inspetoria de Profilaxia da Lepra (IPL), já estava presente o desejo de internação em massa da população leprosa do Estado. Inclusive o leprosário modelo de Santo Angelo foi inaugurado durante sua gestão e a maioria dos leprosários inaugurados pós-1930, teve o início de sua construção sob sua coordenação em parceria com as municipalidades.

#### 4.2.2 A passagem de souza-araujo pela ipl de são paulo

Passados os impactos iniciais de 1930, a Sociedade de Assistencia aos Lazaros de São Paulo começou a retomar suas ações de assistência, especialmente o trabalho junto aos doentes que viviam de esmolas, no qual se concentravam principalmente no Bairro de Santana.<sup>103</sup> No campo da comunicação, a edição do Boletim de janeiro de 1931, buscou enfatizar as ações realizadas pelas congêneres, com ênfase para os “5 anos de muita luta e sacrificio” da matriz paulista. Foi apresentado um histórico de suas realizações desde a fundação, com fotos, por exemplo, do financiamento do Gabinete de Rádio e da Oficina de Carpintaria construídos no Leprosário de Santo Angelo. Foi destaque, ainda, as realizações mais relevantes promovidas pelas principais filiais, destacando-se a Sociedade de Santos, que construiu um pavilhão com

---

<sup>102</sup> Sobre esses debates, Cf. CUNHA, 2005, p. 58-74 e CABRAL, 2013, p. 208-222.

<sup>103</sup> Segundo Monteiro, o grande número de doentes registrados em Santana pode ser atribuído à própria história do bairro, posto que em suas imediações estava localizado o Hospital de Guapira, fechado em 1928 (MONTEIRO, 1994, p. 113)

capacidade de 100 leitos no Leprosário de Santo Angelo, assim como a Sociedade da Capital Federal, que estava construindo um pavilhão para as mulheres no Leprosário de Curupaiti, localizado em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. (Boletim da Sociedade, 1931, p. 111).

A situação dos doentes que não estavam internados no Santo Angelo e peregrinavam pela capital paulista, continuava a ser a principal preocupação da Sociedade paulista. Como os leprosários regionais ainda não haviam sido inaugurados, com obras paradas e morosas em sua execução, a Sociedade volta a denunciar essa questão por meio dos Boletins de janeiro, fevereiro e março de 1931. Alice narra que neste impasse, a Sociedade chegou a pensar na compra de um prédio para internamento desses doentes que circulavam pela cidade, porém a proposta não foi levada adiante. Em fevereiro de 1931, Alice Tibiriçá buscou audiência com o Interventor de São Paulo, João Alberto, em um movimento importante de aproximação da Sociedade ao novo chefe do executivo paulista. Foi justamente nesse momento que surgiu o convite ao leprologista Souza-Araújo para assumir a IPL, cargo que estava sendo ocupado de forma interina por Salles Gomes Jr. desde a saída do médico Aguiar Pupo (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 8-9; 292-293).

Aguiar Pupo era sócio honorário da Sociedade de Assistencia aos Lazaros e sua demissão, sem dúvidas, significava uma grande baixa, porém Souza-Araújo era alguém muito próximo de Alice e grande admirador de seu trabalho à frente das Sociedades. A notícia causou certa euforia na diretoria, pois com a presença de Souza-Araújo na IPL, o programa de isolamento dos doentes em asilos-colônias poderia, enfim, ser colocado em prática, além da possibilidade de parceria com o poder público paulista (Boletim da Sociedade, 1931:1).

Souza-Araújo assumiu a Inspetoria em maio de 1931, após chegar de sua viagem à Europa, onde procurou rapidamente colocar em prática seu plano profilático, uma vez que além de pesquisador reconhecido internacionalmente<sup>104</sup>, também acumulava experiência na esfera pública: por quase três anos permaneceu no Paraná e, em 1921, transferiu-se para o Pará, onde chefiou o Serviço de Saneamento Rural; atuando por mais de três anos, inaugurando em 1924 a Lazarópolis do Prata (MACIEL, 2007, p. 50-54).

Souza-Araújo tão logo assumiu a Inspetoria, implementou um conjunto de ações, empregando um denso programa profilático de enfrentamento à doença, com amplo apoio da Sociedade de Assistencia aos Lazaros. Dentre as medidas presentes nesse planejamento, constava a prioridade em inaugurar os leprosários regionais que estavam com obras em atraso

---

<sup>104</sup> Souza-Araujo percorreu 40 países entre os anos de 1924 e 1927, publicando um livro como resultado de suas pesquisas em relação à lepra pelo mundo. SOUZA-ARAUJO, Heráclides Cesar de. *A lepra. Estudos realizados em 40 países. 1924-1927*. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Oswaldo Cruz, 1929.

ou paradas; criação de um Instituto de Leprologia; prioridade na inauguração de dispensários; serviços de visitadoras especializadas e criação de albergues temporários para acabar com a circulação de doentes nas cidades (Boletim da Sociedade, 1931, p. 22-24). Esse primeiro albergue seria instalado na capital com nome de “Albergue São Lazaro”, com intuito de hospedar os doentes que residiam nas ruas. A construção e manutenção ficaria sob a responsabilidade da Sociedade de Assistencia aos Lazaros e, pela primeira vez, a Sociedade atuaria de forma efetiva ao lado do poder público paulista no combate à lepra e assistencia aos lazarus (Carta enviada a Alice Tibiriçá... 1931)

No mesmo mês em que Souza-Araújo tomou posse na Inspetoria, ocorreu a assembleia geral para realização de renovação de mandato da direção e conselho consultivo<sup>105</sup> para o quinquênio 1931-1936. Uma porcentagem bem pequena dos participantes da primeira reunião de fundação da Sociedade em 1926 estava presente nesta assembleia. Souza-Araújo compareceu, assim como Quartim Barbosa, diretor da Liga de São Lazaro, além de personagens como o médico José Maria Gomes, ex-inspetor do IPL de São Paulo, o médico Geraldo de Paula e Souza e Pérola Byngton, fundadora da Cruzada Pró-Infância. Alice Tibiriçá foi aclamada e fez um longo discurso sobre os anos que esteve à frente da Sociedade, destacando as campanhas e ações promovidas para o enfrentamento da lepra e assistências aos doentes. Nesta assembleia, Alice destaca que independente de cor política, o objetivo principal era combater a lepra e apela para a parceria do público e o privado (Livro de Atas... 1931, p. 103-111).

Para esse combate formar frente única, quer sejas do PRP, do Partido Democrático ou Revolucionário. O maior inimigo de São Paulo, no momento é a lepra. Combatei-a! (...) Estrangeiros ou nacionais, trabalhai todos nós inspirados tão somente pelo credo do amor ao próximo no ensinamento do catecismo da piedade (Idem, 106).

A Sociedade de Assistencia aos Lazaros foi fundada na residência de um dos maiores representantes políticos do PRP, Jorge Tibiriçá, sogro de Alice. Com a Revolução de 1930, o PRP foi alijado de todas as esferas de poder e essa “ausência” de cor política destacada por Alice em seu discurso é algo providencial por força das circunstâncias e, como já citado anteriormente, a Sociedade atuou politicamente em favor de Júlio Prestes nas eleições de 1930. Os ventos da Revolução de 1930, mesmo alijando os principais atores que apoiavam a Sociedade em São Paulo, não foi capaz de inviabilizar a continuidade de seus projetos.

---

<sup>105</sup> Não houve eleição e sim renovação do mandato da direção e conselho consultivo conforme registro de ata da assembleia de 22/05/1931.

Com uma gestão que durou cerca de 60 dias, Souza-Araújo realizou ações importantes, inserindo inclusive a Sociedade nas ações da Inspetoria no enfrentamento à doença em São Paulo. Em pouco tempo, atendeu a antiga reivindicação da Sociedade relativa aos doentes sem internação que residiam no bairro do Guapira e que desde 1929, eram mantidos pela Sociedade. Existia o compromisso moral com os doentes, porém sua circulação era encarada como uma ameaça à saúde da coletividade. Essa solução veio com a compra de um antigo Hospital psiquiátrico (Sanatório São Paulo), localizado em Gopoúva a 17 quilômetros da capital, no município de Guarulhos, grande São Paulo (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 9). Em 5 de junho de 1931, foi inaugurado o Sanatório Padre Bento<sup>106</sup>, para onde os doentes foram levados que residiam no Guapira, utilizando as instalações já existentes. Posteriormente o espaço foi alvo de uma série de intervenções a fim de se enquadrar nos planos de construções das colônias agrícolas (NEIVA, 1940, p. 34-40; MONTEIRO, 1995, p. 207-208).

Em julho de 1931, em palestra realizada na Academia Nacional de Medicina, Souza-Araújo explica aos pares os motivos que o levaram a decidir deixar a chefia da IPL de São Paulo. Segundo ele, houve desentendimentos com Teodoro Augusto Ramos, secretário de Educação e Saúde Pública de São Paulo, devido à suspensão de um edital de concorrência para a construção de um leprosário modelo do tipo colônia agrícola. Souza-Araújo, um dos principais defensores de medidas coercitivas de isolamento, deixava claro que faltou autonomia e apoio político para implementação de seu plano profilático, algo que inviabilizava uma de suas principais metas, que era internação dos leprosos do Estado<sup>107</sup>. (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 11; MAURANO, 1939, p. 171; Boletim da Sociedade, 1931, p. 22-24).

Após esse episódio, a Sociedade resolveu abandonar o projeto de construção do albergue. O médico Salles Gomes Jr. assumiu a Inspetoria em 1931, e rapidamente colocou em prática muitas das ações idealizadas por seu antecessor, reunindo, então, as condições necessárias para a segregação dos doentes em larga escala na rede asilar paulista. Retomarei esta questão nos próximos itens deste capítulo.

Nesse período começaram os movimentos em torno da retomada das ações na Capital Federal para fundar oficialmente a Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros, uma vez que na capital paulista o movimento ficou enfraquecido. Porém, o olhar de Alice continuava

---

<sup>106</sup> Segundo Flavio Maurano, quando os moradores da região souberam que o Sanatório havia sido adquirido pelo governo do estado com objetivo de transformar o local em leprosário, houve uma série de protestos com ameaças até de incêndio (MAURANO, 1939, p. 169-170).

<sup>107</sup> Esse episódio foi publicado na íntegra pelo Boletim da Sociedade na edição de junho/julho de 1931. A meu ver, esse foi o primeiro ponto de cisão dos novos atores do poder público paulista com Alice Tibiriçá, pois essa publicação evidenciou toda contrariedade com a saída de Souza-Araújo.

voltado para São Paulo, pois mesmo com a saída de Souza-Araújo e o retrocesso diante da possibilidade de atuação com o poder público paulista, boas notícias chegavam das regiões fora da capital, demonstrando que a Sociedade avançava em sua agenda. Em março do mesmo ano, havia sido fundada a Liga São Lazaro de Bauru<sup>108</sup>, dirigida pelo médico Francisco Quartim Barbosa; seu estatuto tem aspectos similares ao estatuto da Sociedade de Assistencia aos Lazaros (Boletim da Sociedade, 1931, p. 2).

Alguns meses depois, em setembro de 1931, foi fundada oficialmente a Liga Padre Bento de Itú, com a participação direta de Alice Tibiriçá. Seus estatutos foram inspirados no da matriz paulista, e estabeleceu, em seu primeiro artigo, a obrigatoriedade em caso de dissolução da Liga, que todo seu patrimônio seria revertido para a Sociedade de Assistencia aos Lazaros de São Paulo. Um dos seus principais objetivos era de promover campanhas de arrecadação para amparar os doentes que seriam internados no Asilo Colônia de Pirapitingui, que estava em construção (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 15-16).

Essas duas instituições, filiadas à Sociedade de Assistencia aos Lazaros, vão formar uma frente importante da iniciativa privada em São Paulo, no avanço em ações de assistência voltada para os doentes e familiares e que irão entrar em colisão direta com a administração Salles Gomes.

Esse mesmo período também registra um ponto de inflexão, quando as publicações dos boletins passaram a registrar novamente menções a importância da unidade no combate a lepra, além de um aumento considerável de publicações dedicadas a temas relacionados a causa feminina. Anteriormente, as publicações sobre esse tema eram mais pontuais, o que muda a partir da edição de junho/julho (27-28). Desde a capa pode-se perceber essa alteração, com uma foto da comissão de damas de Liga de São Lazaro em São Paulo e a primeira página com o título evidenciando uma postura de maior enfrentamento: “com, sem ou contra os governos”. Há publicações, ainda, referindo-se à presença da chefe da Polícia Feminina de Londres, além de uma série de notícias referentes ao 2º Congresso Internacional feminista<sup>109</sup>,

---

<sup>108</sup> A construção do Leprosário de Aimorés se iniciou sob a tutela da Comissão Pró-Leprosos de Bauru, com representação de 64 municípios, onde posteriormente foi passada para a Liga São Lazaro de Bauru. Os principais objetivos da Liga eram amparar os leprosos do Noroeste, Alta Paulista e parte da região sorocabana, além de angariar recursos através de campanhas e cobrar dos poderes públicos, por terem deixado de contribuir em função da crise econômica do Café. As obras estavam paradas há mais de um ano quando foram confiadas à Liga (Boletim da Sociedade, 1931, p. 25, 27 e 28 e MAURANO, 1939, p. 171)

<sup>109</sup> A Sociedade de Assistência aos Lazaros de São Paulo aderiu como associação representativa ao 2º Congresso Internacional feminista (*O Jornal*, 10/06/1931)

como a questão do voto feminino e o discurso de abertura realizado pela escritora Julia Lopes de Almeida, uma das mulheres de maior prestígio cultural em todo país naquele período.<sup>110</sup>

Em setembro de 1931, ao falar da cooperação feminina e do papel da educação em um de seus artigos, Alice chama a atenção para a grande missão que as mulheres possuíam para o progresso e a civilização do país. Com o um autêntico discurso nacionalista afirma que a mulher deveria exercer seu real papel como criadora e educadora para que os problemas sociais pudessem desaparecer, pois os indivíduos cresceriam conscientes e bons, cumpridores das leis do civismo. Além disso, não deixa de criticar uma educação que inferiorizava completamente as mulheres, fazendo delas seres indecisos e dependentes da proteção de alguém. Não à toa, sua defesa constante por uma educação técnica voltada para a agricultura, com a mulher sendo coparticipante do processo, onde deixaria de ser um peso para a coletividade (Boletim, 1931, p. 29-30). Contudo, essa perspectiva ainda se mantinha atrelada a um certo enaltecimento de uma visão idealizada em que o lugar da mulher estaria vinculado ao lar e a família.

#### 4.3 A fundação oficial da federação das sociedades de assistencia aos lazaros

A Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros, anunciada no final de 1929, demorou quase três anos para ser fundada oficialmente. Em 1930, Alice Tibiriçá voltou sua atenção para a Sociedade paulista, além dos desafios que envolviam sua vida pessoal. Além das responsabilidades familiares, continuava como diretora de seu Instituto de Ciências e Artes Santa Augusta, que enfrentava grave crise financeira.<sup>111</sup>

Em 1º julho de 1931, Alice viaja ao Rio de Janeiro para retomada do projeto e fundação oficial da Federação com uma reunião na sede da congênere da Capital Federal. Neste encontro, constavam toda diretoria da sucursal carioca, além de alguns dos principais nomes da leprologia no Brasil, tais como: Souza-Araújo, Eduardo Rabello, Theophilo de Almeida<sup>112</sup> e Oscar da Silva Araújo. Também marcaram presença nesse encontro, nomes respeitados da comunidade científica internacional, como o médico Adolpho Lutz<sup>113</sup>, além de importantes lideranças

---

<sup>110</sup> Júlia Lopes de Almeida foi escritora, jornalista e feminista de grande atuação. Participou dos principais movimentos políticos de seu período, colaborando com jornais paulistas e cariocas, como o *Jornal do Commercio*. Era integrante da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (SOIHET, 2006, p. 373-397)

<sup>111</sup> Em Assembleia Extraordinária pela Sociedade paulista em julho de 1931, Alice chegou anunciar a possibilidade de deixar a presidência da entidade em função da crise financeira que o Instituto se encontrava, declarando que a solução seria uma maior dedicação.

<sup>112</sup> Theophilo de Almeida era diretor do Leprosário de Curupaiti nesse período.

<sup>113</sup> Adolpho Lutz se notabilizou como importante autoridade científica, onde se destacam as investigações sobre bacteriologia e a morfologia de germes relacionados a diversas doenças, dentre elas a lepra. Sendo um dos quadros tecnicamente mais qualificados entre os bacteriologistas brasileiros, com maior bagagem de experiência, trabalhos

femininas, como Berta Lutz, Rachel Haddock Lobo, Mercedes Dantas e Maria Amália de Faria. Foram discutidos os objetivos e o estatuto da Federação, com a proposta de que todos os médicos citados, além de Belisário Penna, seriam responsáveis pelo conselho técnico da Federação (Livro de Atas... 1931, p. 113-114 e Boletim, 1931, p. 6-7).

A presença de membros da elite científica de renome nacional e internacional nos quadros da Federação se configurava como importante ação estratégica, seguindo um padrão adotado pela primeira Sociedade nascida em São Paulo. Souza-Araújo, por exemplo, era um desses cientistas que, em missão do Governo Brasileiro e da Fundação Rockefeller, percorreu o mundo com finalidade de estudar a lepra. Como resultado deste trabalho, percorreu 40 países durante a década de 1920, reunindo em livro seus apontamentos, observações, fotografias e impressões, a partir do contato com as principais orientações internacionais no combate à doença (Cf. SOUZA-ARAÚJO, 1929).

O projeto da Federação foi retomado para atender uma das principais premissas do movimento liderado por Alice em 1926, de que o enfrentamento à doença só poderia ser resolvido através da unidade de ações. A Federação, enfim, seria a vanguarda de um programa nacional a ser efetivado em todos os Estados, tornando assim a campanha da lepra um movimento coeso e uniforme.

Nesse encontro surgiram alterações e inclusões na proposta de estatuto. Alice fez a proposição de um imposto de 10% do patrimônio de cada Sociedade como condição para ser filiada, além de uma mensalidade regular em torno de 10% dos donativos arrecadados. Segundo ela, isso possibilitaria a Federação “desenvolver sua ação coletiva, através do auxílio das sociedades já existentes” e não haveria quadro de sócios para manutenção de suas atividades, seguindo modelo diferente das Sociedades se tornando apta a receber doações de todas as instituições nacionais e internacionais. As Sociedades de cada estado teriam a missão de fomentar a criação das Sociedades municipais (Boletim da Sociedade, 1931, p. 6-7).

Houve um impasse quanto a pontos relativos aos Estatutos e principalmente quanto a localização da Federação. Era desejo de Alice que a sede ficasse localizada na Capital Federal, pois era o centro político do Brasil e local ideal para centralizar as decisões de unificação pretendido pela Federação. Contudo, esta proposta não teve o apoio necessário e foi desconsiderada diante do desencontro de ideias dos membros presentes. Eduardo Rabello e Adolpho Lutz votaram pela localização em São Paulo, destacando que o estado paulista melhor

---

publicados e relações com a comunidade científica internacional. Foi um dos principais pesquisadores sobre a lepra no Brasil, defendendo sua transmissão por mosquitos desde a última década do século XIX até a década de 1940 (BENCHIMOL, 2003, p. 13-83)

desempenhava a campanha contra a lepra no país. Outro grande apoiador de Alice, que nesse momento também se manifestou contrário à sua decisão, foi Oscar da Silva Araújo, alegando que a sede da Federação deveria ter sua sede no mesmo local onde surgiu a primeira Sociedade.<sup>114</sup>

O encontro deixou em suspenso a fundação oficial da Federação. O impasse maior era a localização da sede, uma vez que Alice continuou a manter sua posição, mesmo sem contar com apoio dos demais. É muito provável que essa insistência pela localização na Capital Federal, estivesse ancorada nas dificuldades de trato pessoal e político já reveladas, quando Alice manifestou sua dificuldade em assumir o cargo de futura presidente da Federação devido aos percalços financeiros que enfrentava com seu Instituto de Educação. Os sócios e demais integrantes da diretoria buscaram demover Alice de sua decisão (Boletim, 1931, p. 26-27; TIBIRIÇÁ, 1934, p. 35 e Livros de Atas... 1931, p. 114-115).

Cerca de um mês depois, a Liga de Defesa Nacional e a Sociedade da Capital Federal enviaram cartas endereçadas a Sociedade paulista, informando que os membros da Federação, em reunião extraordinária ocorrida em 6 de julho na cidade do Rio de Janeiro, aclamaram com unanimidade Alice Tibiriçá como sua presidente, em função dos grandes serviços prestados em prol da causa dos lazarus de todo o Brasil (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 298-299). Contudo, oficialmente a Federação continuava sem existência legal.

Alguns meses depois, em reunião realizada na sede da Sociedade paulista, finalmente ocorreu a aprovação definitiva dos estatutos. Assim, foi fundada oficialmente em 27 de fevereiro de 1932, a Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra. Sua localização ficou na própria sede da Sociedade de Assistencia aos Lazaros de São Paulo, tendo Alice Tibiriçá como presidente; Eunice Weaver<sup>115</sup>, vice-presidente; Noemy Silveira, secretaria, e Felicidade Perpetua de Macedo, a Tesoureira. Com exceção de Eunice

---

<sup>114</sup> Henriqueta da Silva Araújo era esposa de Oscar Silva Araújo e presidente da Sociedade de Assistencia aos Lazaros da Capital Federal. Era desejo de Alice que a diretoria da congênere assumisse maior protagonismo na condução da Federação, pois já vinha sinalizando seu possível afastamento para cuidar de seu Instituto e de sua vida financeira. A forte oposição por parte de Silva Araújo talvez tenha um componente que extrapole a questão técnica e se aproxime do foro pessoal.

<sup>115</sup> Eunice de Souza Gabbi é natural de São Manoel (SP), nascida no dia 19 de setembro de 1904. Casou-se com o norte-americano Charles Anderson Weaver que, logo após o casamento, foi enviado para dirigir um projeto na Universidade de Nova York, pelo qual os alunos visitariam 42 países, em processo de formação continuada acadêmica. Com isso, Eunice teve contato com diversas culturas e centros urbanos, proporcionando-lhe uma visão mais cosmopolita. Teve inclusive a oportunidade de entrevistar Mahatma Gandhi e conhecer leprosários existentes na África e na Ásia. Ao retornar aos EUA, cursou Serviço Social na Universidade da Carolina do Norte e posteriormente passou a residir em Juiz de Fora com o esposo dedicando-se à assistência social aos leprosos (SANTOS, 2011, p. 258 e SCHUMACHER, BRASIL, 2000).

Weaver, todas eram antigas correligionárias de Alice Tibiriçá e fundadoras da Sociedade paulista.

No Boletim de março de 1932, encontramos o registro de 25 Sociedades de Assistencia aos Lazaros em todo o Brasil, além de instituições paulistas como a Liga São Lazaro, em Bauru e a Liga Padre Bento, em Itú que eram alinhadas à liderança de Alice Tibiriçá.

Representantes das Sociedades de Assistencia aos Lazaros marcaram presença, assim como lideranças das instituições, que já apoiavam o movimento liderado por Alice, a exemplo da Associação Cristã de Moços (ACM), Colégio Mackenzie e Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), a Liga de Defesa Nacional (LDN) e o Rotary Club (Boletim da Sociedade, 1932, p. 19)

Não houve cerimônia nesta ocasião, bem diferente das concorridas inaugurações das Sociedades que sempre estiveram marcadas de grande prestígio social e político das autoridades públicas, de articulistas de jornais e da Igreja Católica.

#### **4.4 As primeiras ações da federação**

A diretoria da Federação desejava estabelecer ações de parceria com a esfera governamental essa perspectiva sempre foi vista por Alice Tibiriçá como uma das principais soluções para o problema da lepra.

O ano de 1932 foi bastante movimentado para Alice Tibiriçá na condução administrativa das duas instituições, porém suas principais ações se concentraram no Estado de São Paulo. A Federação começava de forma ainda tímida a dar seus primeiros passos na busca por sua identidade, mas havia uma simbiose com a Sociedade paulista, uma vez que compartilhavam do mesmo espaço e personagens. No entanto, Alice Tibiriçá sabia da necessidade de fortalecer a Federação para que as Sociedades filiadas pudessem atuar de forma unificada em prol da causa leprotica. No primeiro ano, as principais ações continuavam a girar em torno da Capital Paulista, ocorrendo uma expansão em direção ao interior de São Paulo. Porém, nesse mesmo período Alice Tibiriçá enfrentou problemas de ordem pessoal que geraram algumas mudanças na condução desse planejamento.

##### **4.4.1 A tentativa de exoneração**

Pouco tempo depois da fundação oficial da Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros, Alice Tibiriçá anuncia em assembleia geral ordinária da Sociedade paulista,

realizada em março de 1932, que estava deixando a presidência da instituição por questões financeiras. Em seu discurso, afirma que esse não era seu desejo, principalmente num momento em que a campanha se tornava cada vez mais unificada, principal objetivo inclusive da Federação.

Na documentação consultada não há menção a outros problemas de ordem pessoal que poderiam estar afetando Alice Tibiriçá naquele momento. A sinalização fica sempre em torno da crise financeira que se abateu sobre sua principal fonte de renda, o Instituto de Ciências e Artes Santa Augusta.<sup>116</sup>

A conjuntura de mudanças na esfera política do país levou a perda das subvenções públicas regularmente pagas ao Instituto de Alice Tibiriçá. Uma fração das elites paulistas e camadas médias ligadas ao grupo político (PRP) que foi destituído, não conseguiram se acomodar no novo governo. Seria preciso captar novos alunos e alunas para manter seu funcionamento e dele retirar seu sustento, porém isso demandava tempo e dedicação.

É necessário analisarmos o impacto do pedido de exoneração feito por Alice Tibiriçá e a reação gerada entre seus pares. De imediato, o pedido é recusado. Em reunião reservada (sem sua presença) foi sugerido por um dos sócios que a Sociedade de São Paulo deveria lhe conceder algum tipo de “representação” pelo cargo ocupado. No entanto, os estatutos teriam que ser modificados, visto ser vedado qualquer pagamento de *pró-labore* aos colaboradores e membros da diretoria das Sociedades de Assistência. Quando informada sobre a decisão, Alice agradece a oferta e o reconhecimento, porém recusa. Destaca que não haveria prejuízos com sua saída, pois a Federação já havia sido fundada e que o trabalho desempenhado pela Sociedade de São Paulo já estava consolidado e contava com um quadro de excelência para continuidade da campanha contra o mal de Hansen (Livro de Atas da Sociedade... 1931:123-124).

Insistiu sobre a questão financeira e a necessidade de se dedicar ao Instituto. A diretoria buscou demover sua decisão, destacando que o recebimento do *pró-labore* seria a melhor forma “de continuar a exercer sua nobre missão”. A solução veio com a criação do cargo de diretor do Boletim de Assistência aos Lazeros, no qual Alice já atuava como redatora e principal responsável. (Livro de Atas da Sociedade...1931, p. 123-128). Essa opção evitou mudança nos estatutos, que era a referência para todas as Sociedades congêneres.

Apesar dessa informação não ter sido omitida no Boletim da Sociedade e nem em seu livro (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 21-22), nunca foram revelados os valores desses pagamentos, algo

---

<sup>116</sup> Além de proprietária, Alice Tibiriçá também era a diretora do Instituto. Seu colégio oferecia jardim de infância, curso primário e curso secundário. Em anexo, ainda funcionava a Escola Profissional Feminina dirigida a moças. Maiores informações, verificar item 2.4 do 2º capítulo.

que inclusive será motivo de celeuma no embate com o poder público paulista, entre os anos de 1933 e 1935, conforme analisaremos mais adiante.

#### 4.4.2 A defesa pelos dispensários

A partir de 1931, é possível perceber mudanças na narrativa defendida pela Sociedade de Assistência de São Paulo em relação à profilaxia para a doença. A presença de determinados personagens mais próximos à Alice Tibiriçá, apoiando a criação da Federação, explica em certa parte essa mudança de rota no que se refere a uma defesa mais enfática por determinadas medidas. A principal delas foi a criação de Dispensários, identificados como prioridade no programa da Federação e eixo central da assistência no enfrentamento à lepra.

O dispensário é uma pequena unidade ambulatorial utilizada para tratamento de doenças como a tísica, lepra, sífilis e outras doenças venéreas. No caso da sífilis e doenças venéreas, Hochman destaca que havia no início da década de 1920, vinte e sete unidades espalhadas pelos Estados, a partir de acordo de cooperação assinados com o Governo Federal (HOCHMAN, 1998, p. 188).

A adoção do Dispensário como medida profilática no enfrentamento à lepra não era novidade: já haviam experiências promovidas no império colonial inglês e francês, que colocavam em segundo plano a ideia dos hospitais de isolamento, mantendo assim os doentes em convívio social. Inclusive um dos principais padrões de tratamento era a modalidade de tratamento misto, tendo como referência os médicos britânicos Leonard Rogers e Ernest Muir, na Índia. Nesse modelo os doentes que possuíam lepra na forma não contagiosa, também denominada de “lepra fechada”, eram tratados em dispensários, com isolamento apenas dos casos contagiantes ou em reativação da doença. Essa perspectiva inclusive consolidou uma experiência que seria utilizada em outros países (MONTEIRO, 1995, p. 127-128)

Na edição do Boletim da Sociedade, de dezembro de 1932, é publicado um artigo de Ernest Muir<sup>117</sup> que analisa o papel do dispensário como armamento profilático, destacando o trabalho desempenhado pelo médico; afirma que essa medida viabilizava de forma segura e rápida o levantamento de novos casos da doença, possibilitando inclusive tratamento precoce.

---

<sup>117</sup> Ernest Muir foi um importante médico britânico e um dos maiores especialistas internacionais em lepra. Atuou principalmente na coordenação das pesquisas sobre lepra na Escola de Medicina Tropical e de Higiene de Calcutá, Índia. (SOUZA-ARAUJO, 1956, p. 519).

Os principais defensores desse modelo profilático de caráter liberal estarão ainda mais próximos de Alice Tibiriçá, a partir da retomada do projeto de criação da Federação, como é o caso de Oscar da Silva Araújo e Eduardo Rabello. A Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas (1920-1934) esteve sob a responsabilidade desses dois personagens que defendiam um programa de ação no qual os dispensários possuíam papel central como política pública, permitindo o tratamento do doente com menor despesa, além de possibilitar a detecção de novos casos e o exame clínico periódico nos comunicantes (Cabral, 2013:288).

Outros nomes importantes, que haviam implementado ações profiláticas nessa mesma vertente, foram Geraldo de Paula Souza e José Maria Gomes, quando estavam à frente do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Em seu plano de ações no enfrentamento à lepra durante a década de 1920, não se mostravam contrários ao isolamento compulsório, apontando a necessidade de criação dos leprosários regionais, porém defendiam o isolamento domiciliar, quando possível, e a montagem dos postos de investigação ou dispensário sem pontos estratégicos do Estado (GOMES, 1934, p. 324-327).

O médico Souza-Araújo, que era muito próximo de Alice Tibiriçá, mesmo sendo um dos principais defensores do isolamento compulsório e da construção de leprosários, sempre apostou na importância do papel dos dispensários nas ações de enfrentamento à lepra.<sup>118</sup> Sua influência junto a Sociedade de São Paulo e do Distrito Federal era considerável e acredito ter sido uma das principais referências para essa mudança profilática a partir de 1931. Foi durante sua curta passagem pela IPL paulista, que as publicações nos Boletins da Sociedade mudaram o tom pela defesa da importância dos dispensários. Importante salientar que essa mudança não a fez deixar de defender a construção de leprosários e, por consequência, o isolamento compulsório dos doentes como base da profilaxia da lepra.

Um dos exemplos dessa mudança de postura veio com decisão aprovada pela assembleia geral ordinária da Sociedade em abril de 1932, no qual estava autorizada a concessão de um crédito de 50 contos de reis para a abertura de um dispensário na capital paulista, com financiamento total da instituição. Quem assumiu a direção foi o médico José Maria Gomes, experiente na condução de serviços públicos voltados para o enfrentamento da lepra, demonstrando uma postura profilática oposta aos gestores que haviam assumido a Inspetoria Paulista sob a liderança de Salles Gomes Júnior.

---

<sup>118</sup> Sob sua direção, foi criado no Pará em 1921, o primeiro dispensário de lepra do país (SOUZA ARAÚJO, 1956, p. 21).

#### 4.4.3 As granjas

Esse foi um programa de assistência idealizado principalmente pela própria Alice Tibiriçá, e se destinava a assistir e promover a família dos doentes de lepra com intuito de evitar o rompimento dos vínculos familiares. Ao ficar doente e ser internado nos leprosários, o paciente deixava de prover sua família. Para as entidades civis que prestavam assistência aos doentes de lepra, esse era um dos maiores dilemas sociais gerados pelo internamento compulsório. Essa questão também representava motivação para os doentes fugirem do internamento nos leprosários, além de outros como: a saudade da convivência familiar e serem arrimo da família; apontados como as principais razões para a fuga dos internos nos leprosários. São também destacados como motivos: os “negócios a resolver”, “questões sexuais” do doente, profissões liberais, condição social, repulsa da sociedade à família dos leprosos, situação dos egressos, além de outras indefinidas. (SALOMÃO, 1940, p. 18-28).

O principal objetivo das granjas era de possibilitar a assistência e sustento através do trabalho com a terra em virtude do confinamento dos chefes de família em leprosários, mantendo assim os vínculos familiares. Com ênfase nas atividades agrícolas e/ou agropecuárias voltadas para a infância e as mulheres, as granjas eram uma grande aposta de assistência social às famílias dos leprosos, onde teriam acesso a atendimento médico, escolas profissionais, creche, residência, além de lotes de terra para trabalharem e produzirem seu próprio sustento (Boletim da Sociedade, 1932, p. 5-4).

A primeira referência a este programa assistencial, mesmo sem a menção do termo “granjas”, foi feita pela Sociedade de Santos, que sugeriu a possibilidade de comprar uma fazenda e nela construir uma espécie de “colônia agrícola”, não exatamente aos moldes dos modernos leprosários, mas tendo uma estrutura capaz de atender as necessidades das famílias dos internos do Santo Angelo, oriundos da cidade de Santos (Boletim da Sociedade, 1930:7-8). Essa proposta acabou por inspirar Alice Tibiriçá, que passou a defender o projeto como pauta prioritária para as Sociedades de Assistência aos Lazaros.

Destaco três fatores que explicam a defesa enfática de Alice Tibiriçá pelo programa das Granjas. O primeiro está diretamente ligado as suas convicções em torno do papel da educação e da agricultura como instrumento de independência econômica e de melhoria social na emancipação feminina.<sup>119</sup> O segundo se dá pela questão humanitária, pois reduziria o impacto

---

<sup>119</sup> A Federação Brasileira pelo Progresso, na qual Alice Tibiriçá foi membra possuía como uma de suas premissas: “Proteger as mães e a infância; promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina, ou mesmo, orientar a mulher na escolha de uma profissão” (Soihet, 1974:3). A perspectiva de defesa pela educação como

do isolamento compulsório sobre os doentes, uma vez que esse projeto possibilitava sustento à prole e evitava a dissolução do núcleo familiar. Já o último fator, está diretamente relacionado à questão sanitária. Inclusive esse foi um dos principais argumentos utilizados por ela para convencer a diretoria da Federação e da Sociedade de São Paulo a apoiá-la:

Representa a granja um ponto de grande importância não só em relação à assistência moral do leproso, como na parte concernente a profilaxia, pois que, nessas colônias agrícolas serão alojados os circunstantes do leproso. Assim, no caso de eclosão de um novo foco será esse identificado e de pronto atendido. Agora que estamos em assembleia, peço a vossa aprovação para que esse trabalho de real valia possa garantir o trabalho e o sustento às famílias (Livro de Atas...1932, p. 128)

Por mais que o projeto buscasse diminuir os efeitos colaterais da separação de pais e filhos por conta da internação de um ou mais membros da família nos leprosários, a família do doente ficaria submetida a regras determinadas de convivência, disciplina e constante vigilância. Continuavam sendo considerados “comunicantes” e, portanto, potenciais disseminadores da doença. As granjas deveriam estar distantes dos centros urbanos (Livro de Atas...1932, p. 83-84).

Esse projeto não encontrou ressonância dentre as correligionárias que atuavam nas Sociedades de Assistência aos Lazaros. Entre os que apoiavam, destacam-se: Conceição Delamare, presidente da Sociedade Santista; Eunice Weaver, presidente da Sociedade de Juiz de Fora e vice-presidente da Federação; além de Quartim Barbosa, presidente da Liga São Lazaro de Bauru (Livro de Atas...1932, p. 128-129).

As Granjas era uma alternativa aos Preventórios, que nesse momento já iniciava sua expansão, sendo apontados como peça fundamental para as ações de profilaxia contra a lepra. Posteriormente, a partir de 1935, a expansão da rede preventorial se converteu como elemento fundamental do tripé profilático (Dispensário, Leprosário e Preventório). O programa das Granjas era um projeto dispendioso e criticado por especialistas, que terminou por não ser implementado pela iniciativa privada ou pelo poder público. Sua memória resistiu em algumas pessoas, como o médico Floriano Lemos, que era um grande admirador do trabalho realizado por Alice Tibiriçá e destacava que o projeto visava três aspectos: afetivo, profilático e econômico.<sup>120</sup>

---

carro-chefe das reivindicações era principal pauta das primeiras defensoras da emancipação feminina (HAHNER: 2003, p. 27 e 31)

<sup>120</sup> Na 1ª Conferência Nacional de Assistência Social aos Lazaros ocorrida em 1939, Floriano Lemos foi o único a tratar do tema a partir da comunicação: “A granja como meio de assistência as famílias dos hansenianos”. In: *Primeira Conferência Nacional de Assistência Social aos Lazaros*. Organizado pela Federação das Sociedades de Assistência as Lazaros e Defesa Contra a Lepra, Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1941.

Curi (2002) afirma que Alice Tibiriçá e Floriano Lemos eram contrários aos Preventórios, porém, há divergência nesta análise. Floriano Lemos era, de fato, claramente defensor de uma política de combate à lepra de caráter liberal, se colocando contrário também a rede preventorial, como já sinalizado. No caso de Alice Tibiriçá, seu apoio aos preventórios sempre esteve presente, ainda que o projeto de assistência familiar das granjas tenha assumido grande espaço em sua militância na causa leprótica.

O projeto da própria Sociedade de São Paulo, matriz das Sociedades dos Lazaros, é iniciado com objetivo de amparar a infância leprosa. Nutria profunda admiração por Margarida Galvão, primeiro nome de destaque a se preocupar e a liderar uma grande campanha de construção do primeiro preventório para acolher os filhos dos leprosos em São Paulo (Curi, 2002:166). Mesmo apontando as granjas como solução ideal para assistir toda a família dos doentes internados, continuou dando apoio a grandes eventos, como a Semana Humanitária e a Campanha da Solidariedade<sup>121</sup>, promovidos com objetivo de construir preventórios e pavilhões em leprosários. O caso do Preventório São Tarcísio, em Belo Horizonte (MG) e do preventório em São Gonçalo (RJ) evidencia essa questão (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 150-151). Esse tema, será retomado adiante, neste capítulo.

#### 4.5 “*Semaine de la bonté*” e a oficialização do dia das mães

Alice Tibiriçá e as demais integrantes da Federação das Sociedades já haviam percebido que seria necessário realizar ações para dar visibilidade pública a nova representação. A Federação necessitava de uma identidade, pois sua existência continuava eclipsada pela Sociedade de São Paulo e o desejo era torná-la conhecida como símbolo mais significativo na luta contra a lepra.

Nada como a realização de eventos e ações que gerassem repercussão e pudessem movimentar a opinião pública em torno de questões que pudessem inclusive sobrepujar o tema da lepra. A construção de uma identidade coletiva é o elemento unificador necessário para que as pessoas se agreguem em torno de uma luta comum (CARVALHO, 1998).

Foi através desse espírito que surgiu a ideia de se realizar a “A Semana de Bondade”, evento ocorrido em São Paulo entre 14 e 22 de maio de 1932. O evento promoveu um conjunto de ações de diferentes atividades socioculturais e políticas, voltadas para o grande público com

---

<sup>121</sup> A Campanha da Solidariedade foi a maior ação de arrecadação de fundos e bens promovida pela Federação das Sociedades de Assistência aos Lazaros. Falarei mais adiante sobre esse tema.

objetivo de atrair principalmente a atenção dos veículos de comunicação para atividades solidárias que deveriam ser feitas durante todo ano, além do papel exercido pela Federação das Sociedades na luta contra a lepra (Miranda,1980:99). Foram realizadas reuniões de preparação e enviados ofícios a pessoas de representatividade política e cultural, além de instituições como Associação Brasileira de Imprensa (ABI), órgãos variados de imprensa, canais radiofônicos, grupos escolares, centros acadêmicos, além de associações feministas e filantrópicas. A iniciativa do evento teve como inspiração a “*Semaine de la Bonté*”<sup>122</sup>, realizada em Paris, que igualmente impulsionou eventos dessa natureza na Europa e na América, com objetivo de estabelecer um movimento de consagração dos valores da nacionalidade e da confraternização internacional (*Correio da Manhã*, 1932; *Correio Paulistano*, 1932-1933 e *A Gazeta* (SP), 1932).

Com apoio da Federação Feminina pelo Progresso Feminino (FFPF), a Semana da Bondade promoveu uma série de ações divididas em palestras, discursos na Rádio Educadora Paulista, caminhadas, paradas nas ruas da Capital Paulista, além de visita aos encarcerados, festa para crianças etc. A FBPF aderiu à campanha promovida pela Federação em comemoração à data consagrada à mulher, 17 de maio, na programação da Semana da Bondade (*Correio da Manhã*,17/05/1932, p. 3)

Houve ampla divulgação na imprensa paulista e da Capital Federal, além de canais radiofônicos e cinemas. Em São Paulo, o jornal *A Gazeta* (SP), foi quem mais promoveu publicações em seus editoriais, com grande regularidade entre os meses de abril e maio. Em diferentes momentos, a imprensa destacou a importância da atuação das mulheres paulistanas identificadas com as causas do progresso e desenvolvimento.

O evento teve duração de nove dias e cada um deles era destinado a uma ação específica. O primeiro dia foi voltado para homenagens a imprensa, com visita aos túmulos dos grandes vultos do jornalismo paulistano. Nos outros dias a programação promoveu: o dia das mães; o dia dos enfermos e encarcerados; o dia da Federação das Sociedades de Assistência aos Lazários; o dia da mulher brasileira; o dia da criança; o dia do estudante; dia da Terra e o dia da paz. Houve participação e apoio de instituições ligadas às causas citadas, como: da ABI, da FBPF,

---

<sup>122</sup> “*Semaine de la Bonté*”, ou Semana da Bondade, foi uma ação de iniciativa da francesa Isabelle Mallet ocorrida pela primeira vez em 1927, que mesmo possuindo deficiência física colocou parte de sua fortuna e de sua energia na criação de uma associação pioneira de assistência social que serviu de referência internacional a muitas outras. Todo ano é realizada no período de abril uma grande ação em prol dos programas da associação, mobilizando a imprensa e convidando inúmeras personalidades para integrarem a comissão honorária patrocinadora do evento. Seu lema era “os franceses dão aos franceses”. Disponível em: <<https://www.semainedelabonte.fr/qui-sommes-nous/>>. Acesso em: 10 maio 2021.

ACM, Centro do Professorado Paulista e da Cruzada Pró-Infância (Boletim da Sociedade, 1932:1-6 e MIRANDA, 1980, p. 103-104).

O evento foi bastante positivo e benéfico para a imagem da Federação, além de ter possibilitado a inserção das mulheres de elite no espaço público em atividades de benemerência. Era um grupo “distinto e elegante” que buscou consolidar a imagem de influência e elevado nível cultural dos organizadores e convidados. Para a imprensa, o sucesso das festas era medido pela presença dessas personagens e por um ambiente que denotasse “higiene, organização, bom gosto e requinte” (ARAÚJO, 1993, p. 275-276).

Em um dos discursos realizados por Alice Tibiriçá e transmitidos pela Rádio Educadora durante a Semana da Bondade, destaca-se a urgência em torno do problema da lepra, ratificando a retórica que salienta ser a enfermidade um ‘terrível flagelo’ e a grave ameaça para o processo civilizatório da nação.

(...) a lepra, ceifadora de vidas, destruidora de beleza física, a fonte de todos os males e tragédias que se desenrolam sob os tetos onde o sol de todas venturas jamais pode brilhar, a lepra, como o gênio do mal, sem peias, com seus bacilos, exércitos de demônios (...) Esse mal é uma afronta ao nosso orgulho de povo civilizado! (Boletim da Sociedade... 1932, p. 3-4)

Como já sinalizado nos capítulos anteriores, a hegemonia deste discurso que potencializa a doença como terrível ameaça para as condições sanitárias do país, foi sendo paulatinamente construído, como apontou Cabral (2017), principalmente ao longo das duas primeiras décadas do século XX, período em que os leprólogos mobilizaram grandes esforços para definir o lugar da lepra entre as endemias nacionais, o que significou torná-la uma doença conhecida. Para as Sociedades de Assistencia aos Lazaros essa estratégia da “retórica do exagero”<sup>123</sup> era vital para sua própria existência, pois abria cada vez mais espaço para a conquista de novos associados que efetivariam pagamentos de mensalidades e promoção de doações. Na Semana da Bondade foram catalogados em torno de 100 novos associados aos quadros da Sociedade de Assistencia de São Paulo (Boletim da Sociedade... 1932, p. 1-12 e Livro de Atas da Sociedade, 1932, p. 134)

---

<sup>123</sup> Cf. item 3.4 do Capítulo 3 desta Tese.

Figura 9 - Desfile da Parada da Boa Vontade



Registro do desfile da Parada da Boa Vontade, ocorrida na Semana da Bondade. No evento estiveram presentes principalmente estudantes, escoteiros, representações das forças de segurança pública e de Bandas Musicais. Fonte: Arquivo da Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade

Um dos objetivos da criação da Semana da Bondade era seguir os passos da associação francesa: todos os anos ocorreriam dessa natureza de forma simultânea em todos os Estados do Brasil. Em 1933, o evento foi realizado novamente, porém com ações conjuntas em São Paulo, Distrito Federal, Bahia, Juiz de Fora (MG) e Niterói (RJ) (*Correio da Manhã*, 19/05/1933, p. 6 e *Correio de São Paulo*: 17/05/1933, p. 2).

Outro acontecimento importante da Semana da Boa Vontade foi a oficialização da data do Dia das Mães, algo que teve pioneirismo nos EUA. Segundo Maria Augusta Tibiriçá, as primeiras ações desse movimento liderado por sua mãe ocorreram em virtude de uma palestra realizada em 1931, na ACM de São Paulo. O próximo passo foi uma moção apresentada no II Congresso Internacional Feminista (1931), ocasião em que sugeriu o 2º domingo de maio como data a ser comemorada para “o maior fator de nosso aperfeiçoamento moral”. Houve amplo apoio de associações femininas como a FBPF e Aliança Cívica das Brasileiras para a oficialização da data. Getúlio Vargas, então chefe do governo provisório, assinou o decreto em 5 de maio de 1932, alguns dias antes do início da Semana da Boa Vontade (MIRANDA, 1980, p. 96-97; p. 99-100). Para além das comemorações em torno da data, o Dia das Mães posteriormente representou para vários órgãos de imprensa, uma ocasião propícia para valorizar práticas públicas e particulares, tendo em vista a prevenção de doenças infantis e combate à

mortalidade infantil<sup>124</sup>. Segundo Macedo (2001), o apoio de associações femininas às datas significativas como esta, também se justifica pelo fato de ser dinamizadoras para processos de mobilização mais amplos e orgânicos na luta por direitos individuais.

Assim, a Semana da Bondade foi uma ação importante na construção da imagem da Federação, a partir da liderança de Alice Tibiriçá. Houve ampla cobertura dos órgãos de imprensa ao evento, difundindo uma imagem bem positiva de seus propósitos, conquistando simpatizantes e conclamando a participação da população em todo o Estado de São Paulo e na Capital Federal. O sucesso do evento abriu um caminho importante, que motivaria a Federação a realizar outros eventos ainda mais desafiadores.

#### **4.6 A campanha da solidariedade: “um grande movimento solidarista”**

A experiência obtida com a Semana da Bondade garantiu a exibição pública do compromisso social defendido pela entidade. A oficialização do Dia das Mães como data comemorativa do calendário oficial foi uma vitória pessoal de Alice Tibiriçá e da Federação, promovendo seu compromisso com as ideias de nação e patriotismo, contribuindo para a execução de seu programa filantrópico.

No mês seguinte à realização da Semana da Bondade, foram planejadas outras ações. Foi nesse momento que surgiu a ideia de outros eventos que mobilizassem a população e levantassem fundos para suas obras de assistência, bem como angariar adeptos para a causa.

A Campanha da Solidariedade foi uma das maiores ações de arrecadação de donativos realizada pela iniciativa privada em prol do combate à lepra no Brasil. Trata-se de uma campanha idealizada e liderada por Alice Tibiriçá, a partir de um modelo bem específico de arrecadação, replicado em diferentes cidades e Estados pela própria Alice, e posteriormente por sua sucessora, Eunice Weaver.

Nas palavras da própria Alice, tratava-se de:

Um empreendimento de vulto, com finalidades humanitárias, e merecedor, portanto, do apoio público. “Para o benefício comum”, para ser desenvolvida “uma relação coletiva”. Uma reação salutar, necessária e oportuna. O objetivo dessa cruzada é combater o mal de Hansen, amparando a família dos doentes, protegendo-a, assim como seus descendentes. (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 54-55)

---

<sup>124</sup> Desde o final da segunda metade do século XIX, que o “problema da infância” – representado principalmente pela elevada mortalidade infantil – foi situado como umas das principais ações da reforma da sociedade brasileira, capitaneada pelas elites. Uma dessas ações foi a difusão da puericultura, que ensinariam as mulheres a cuidar adequadamente de seus filhos (FREIRE, 2006, p.14)

A campanha teve todo planejamento, cooperação técnica e foi organizada em parceria com o professor e ex-deputado uruguaio Juan Oscar Griot, personagem de reconhecimento internacional devido ao prestígio conquistado através de sua atuação como representante da Associação Cristã dos Moços (ACM) na América Latina. Ocupava desde 1928 a secretaria geral da ACM de Montevideo, Uruguai. (*A Federação*, 10/05/1927:5 e *Correio da Manhã*, 11/07/1928, p. 8)

Alice Tibiriçá, assim como outras mulheres e homens, que integraram a diretoria das Sociedade de São Paulo e suas congêneres circulavam por outras associações e instituições, como já dito<sup>125</sup>, e tinham contato com o trabalho desenvolvido pelo Rotary Club, ACM e outras. A chegada do representante da ACM acontece como resultado de um convite feito pela própria Alice que teve conhecimento, de que nos Estados Unidos e outros locais da América Latina, ocorreram campanhas financeiras lideradas por Oscar Griot, com arrecadação de grandes somas em doações (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 65-68). Sem dúvida que esse movimento foi um passo bem audacioso com riscos para a imagem da Federação e principalmente para a Sociedade de São Paulo, responsável por toda a logística da campanha.

Os primeiros contatos entre Alice Tibiriçá e Oscar Griot ocorreram em junho de 1932, a partir de trocas de correspondências, onde foi firmado um contrato de cooperação para realização de campanha em benefício da Federação das Sociedades de Assistência aos Lazaros. Foram feitas exigências por parte de Oscar Griot como, por exemplo, a organização de um grande fichário para possíveis contribuintes da campanha; autonomia da direção técnica; montagem de uma comissão executiva e de honra; atendimento a todos os pedidos que seriam empregados para sua realização. Segundo a correspondência de 9 de junho de 1932:

5º) Fica estabelecido que a Campanha será organizada para um alvo de 2.000:000\$000 (2 mil contos de reis), e que o custo da dita organização não passará de 10% do alvo proposto. 6º) O diretor da Campanha receberá em Montevideo, antes de embarcar para São Paulo, a importância de 6:000\$000 (6 contos de réis) que lhe será remetida nos primeiros dias de agosto. 7º) Se uma vez em São Paulo, por qualquer circunstância imprevista à organização, a campanha não se efetuar ou não der o resultado esperado, o Dr. Griot receberá uma compensação a soma de 10:000\$000 (dez contos de réis) além da importância remetida. (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 66-67)

O convênio técnico de cooperação com o representante da ACM incluía uma cláusula onde se estabelecia uma multa, no caso de fracasso da Campanha. Contudo, o resultado a ser

---

<sup>125</sup> No capítulo 3, itens 3.2 e 3.3, me detive na apresentação desses personagens e na rede de apoio que se formou em torno da Sociedade de Assistência aos Lazaros de São Paulo e da Capital Federal.

alcançado era algo jamais imaginado desde a fundação da primeira Sociedade. Apesar de ser um evento realizado pela Federação, todo resultado seria destinado para a Sociedade de São Paulo e caso lograssem êxito em atingir os valores estabelecidos, a Sociedade construiria sua sede, ampliaria os atendimentos em seu dispensário e construiria um pavilhão infantil no Sanatório Padre Bento, conforme solicitado pelo diretor Lauro de Souza Lima (Livro de Atas.... 1932, p. 128)

A Campanha foi um movimento bem audacioso em função do resultado que esse acordo representava, pois além da arrecadação financeira, também estava comprometida a transferência de conhecimento, uma vez que esse modelo acabou posteriormente sendo reproduzido em diversas campanhas realizadas por outras Cidades e Estados do Brasil.

Constava ainda nesse acordo, que a Federação iria realizar um congresso antes do início da campanha financeira, reunindo as principais autoridades de leprologia do país. Contudo, toda a programação foi desfeita já que no mês seguinte teve início a Revolução Constitucionalista de 1932 (Boletim da Sociedade, 1933, p. 13), acontecimento que mobilizou a sociedade paulistana no esforço de guerra.<sup>126</sup> Com o fim do conflito e a volta de certa normalidade, houve reabertura de serviços essenciais como o correio, por exemplo, sendo restabelecida a comunicação com Oscar Griot, que desejava saber se o acordo continuava válido:

(...) cuales so na hora sus planos para formar mi programa de accion, he perdido yacasi dos meses (agosto y septiembre) de modo que seria para mi um favor muy grande recibir de Ud. una enindication de lo que piensan hacer se puedo o no ocuparme de outro cosa y reiniciar mis actividades personales (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 67).

A carta de Oscar Griot exigia uma resposta sobre o acordo de cooperação firmado com a Federação. Contudo, havia a preocupação da direção, pois a sociedade paulistana estava ainda se recuperando do conflito resultante da Revolução Constitucionalista, dado os gastos financeiros com o esforço de guerra. Isso poderia comprometer uma campanha audaciosa que buscava arrecadar cerca de 2000 contos de réis. Outra questão é o fato da multa contratual estabelecida em caso de a campanha não ser realizada. A solução apontada pela diretoria foi reduzir a meta para 500 contos de réis, inclusive incluindo também a necessidade de assistência

---

<sup>126</sup> Alice Tibiriçá, assim como outras mulheres de setores médios e da elite paulistana, se envolveu diretamente no conflito de 1932, chegando a montar no seu Colégio e residência, curso de enfermagem de guerra, seção de costura e cozinha para produção e oferta de alimento para a tropa, além de sopa para as famílias de combatentes pobres que se alistaram. Para maiores informações, Cf. MIRANDA, 1980, p. 109-140. Sobre a Revolução Constitucionalista ver: BEZERRA, 1982; CAPELATO, 1981; BORGES, 1997; entre outros.

aos “órfãos da revolução”<sup>127</sup>. Oscar Griot aceitou a proposta, com planejamento para iniciar ainda no mês de dezembro de 1932. (TIBIRIÇÁ, 1934, p.67-68)

A comissão executiva contou com personagens de prestígio da elite paulistana, tendo como presidente, o literato Alcântara Machado; 1º vice-presidente, o desembargador Manoel Carlos F. Ferraz; 1º vice-presidente, o tabelião José Rubião<sup>128</sup>; 1º secretário, o professor Décio Ferraz Alvim, 2º secretário, gerente comercial Raphael Lambertini e como tesoureiro, o médico Anésio do Amaral, além do próprio Oscar Griot, como diretor técnico. Alguns personagens, mesmo sem cargo executivo, estiveram diretamente ligados a organização do evento como Chiquinha Rodrigues<sup>129</sup>, além de Oliveira Cruz, Eduardo Magalhães Gouvêa e Emily Gebara (*Correio de São Paulo*, 03/01/1933, p. 2)

Um dos primeiros passos foi a organização de um grande fichário no escritório da Federação e da Sociedade de São Paulo, contendo informações sociais, balancetes, estudos, controles, etc. Vários nomes de “pessoas influentes e respeitáveis” foram listados como potenciais doadores para uma campanha de 10 dias de duração.

A logística da campanha possuía uma feição militar e nacionalista, focada na hierarquia e disciplina. O método proposto por Oscar Griot estava em conformidade com a ideologia da ACM. Nas práticas acmistas, o repertório militar foi a forma encontrada para fortalecer os laços entre os sócios, criando um espírito de combate. O uso dos termos “batalhão”, “pelotão”, “efetivo” e “soldado” era uma marca identitária em suas práticas e ações (BAÍA, 2012, p. 82)

Os participantes foram divididos em “pelotões”, liderados por “capitães” e subordinados aos “chefes de divisão”. Nessa logística, havia um planejamento rigoroso com realização de reuniões para cada ação da campanha. Foram criadas uma comissão patrocinadora e uma executiva para demandar as ações estratégicas de como conduzir a campanha. Uma série de almoços e chás foi realizada antes e durante os dias da campanha, onde em paralelo eram realizadas palestras educativas sobre a “ameaça” da lepra no Brasil e o programa profilático proposto pela Federação. As fichas sociais eram distribuídas aos “capitães”, que já encaminhava aos “soldados”, e anteriormente já haviam sido enviadas cartas<sup>130</sup> aos diversos endereços de instituições e de pessoas físicas. Os potenciais doadores eram procurados por pessoas de maior prestígio e essas doações vultosas eram amplamente comemoradas para estimular a autoestima

---

<sup>127</sup> Segundo Alice Tibiriçá, esse projeto não vai foi levado adiante devido uma série de instituições e associações terem abraçado essa causa (*Boletim da Sociedade*, 1933, p. 13).

<sup>128</sup> José Vicente Alvares Rubião foi presidente do Rotary Club de São Paulo entre 1931 e 1934.

<sup>129</sup> Chiquinha Rodrigues foi educadora e redatora da Revista *A Cigarra*.

<sup>130</sup> Essas cartas continham um ofício com todas as informações pertinentes a campanha, além das fichas de pedido de doações.

dos “soldados” que estariam buscando novas doações (Boletim da Sociedade, 1932, p. 8-10). Os “chefes de divisões” foram estrategicamente escolhidos, a partir da posição social que ocupavam, pois, a presença dessas personagens atraía os holofotes da imprensa, além de abalizar a notoriedade e seriedade da campanha em prol da assistência aos leprosos e familiares.

Houve apoio das principais associações filantrópicas de São Paulo lideradas por mulheres paulistas, tais como Liga das Senhoras Católicas, Liga do Professorado Católico, Fundação Paulista Assistencial à Infância, Associação de Preservação dos Filhos de Tuberculosos Pobres e a Maternidade de São Paulo.

A título de ilustração, reproduzo aqui a arrecadação de alguns “pelotões” e seus respectivos “capitães” num dos dias de campanha:

Tabela 4 - Demonstrativo do modelo organizacional de arrecadação

| GRUPO (Pelotão) | Capitão                 | Total (Reis) |
|-----------------|-------------------------|--------------|
| 1               | Violeta Carreira        | 150\$000     |
| 2               | Waldemar Silva          | 270\$000     |
| 3               | Yara Abreu Leonil       | 600\$000     |
| 4               | Dinorah de Carvalho     | 60\$000      |
| 19              | Dr. Gray                | 400\$000     |
| 20              | Nestor Macedo           | 100\$000     |
| 21              | Antonio Paes Figueiredo | 520\$000     |
| 24              | Gracita Miranda         | 40\$000      |
| 29              | Luiz Ferreira           | 60\$000      |

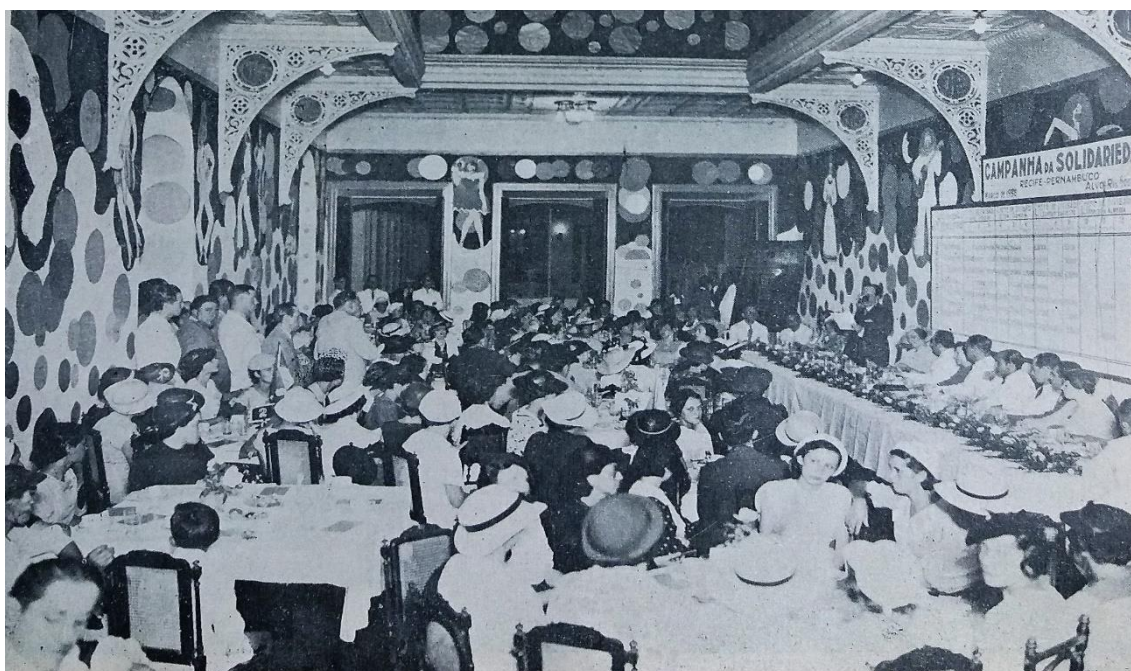
Fonte: Boletim da Sociedade, 1932:10 e *Jornal Correio de SP*, 28/12/1933.

Os almoços e chás eram marcas registradas da Campanha. Num desses almoços estava presente o Cônsul da Argentina e o Cônsul e Vice-cônsul da Itália. Personagens da alta sociedade paulistana, como Conde Matarazzo, que em demonstração de prestígio e para impulsionar a campanha, doou 50 Contos de Reis, movimento igualmente realizado pelo Conde de Lara, com doação de mesma quantia, além de uma propriedade avaliada em 80 contos de réis para construção de um novo dispensário. Foi feita uma promessa pela comissão executiva de que o dispensário seria nomeado de Condessa de Lara (Boletim da Sociedade, 1933, p. 6-8)

Os capitães que mais se destacavam nos resultados eram premiados e “promovidos” a postos superiores. O capitão de um pelotão que apresentasse maior soma arrecada, além de ser ovacionado por todos e premiado, poderia passar ao posto de “major” ou, dependendo do

resultado, avançava ao posto de “chefe de divisões”. Inicialmente, esses postos eram dados para as pessoas de maior poder aquisitivo e prestígio social. Os valores arrecadados eram atualizados durante vários momentos do dia, com exposição num grande painel, buscando estimular a todo o momento a competição entre os participantes e a integração da alta sociedade paulista nesse evento.

Figura 10 - Semana da Solidariedade no Recife, 1936.



Fotografia da Semana da Solidariedade no Recife, 1936. No canto superior direito é possível visualizar o quadro com os registros referentes às doações arrecadadas em cada um dos dias de realização. Fonte: Federação das Sociedades, 1945, p. 9.

A primeira edição da Campanha da Solidariedade realizada em São Paulo arrecadou 546 contos de réis dos quais 396 contos foram em dinheiro e mais duas propriedades avaliadas em 150 contos de reis. Uma dessas propriedades foi doada pela família Rocha Miranda<sup>131</sup> que, em janeiro de 1934, foi transformada em sede da Sociedade de Assistencia aos Lazaros de São Paulo, servindo também como sede provisória por mais de um ano para a Federação das Sociedades, antes de sua transferência para a Capital Federal, em 1935 (Livro de Ata...1934, p. 136; TIBIRIÇÁ, 1934, p. 64). O sucesso do evento proporcionou o cumprimento da meta proposta de 500 contos e além de proporcionar grande visibilidade à Federação, inaugurou uma

<sup>131</sup> O engenheiro Luiz da Rocha Miranda foi um grande colaborador da Sociedade de Assistencia aos Lazaros de São Paulo.

nova forma benemerente de arrecadação de altas somas de bens e valores, em um curto espaço de tempo.

Posteriormente, foram realizadas sob a orientação e apoio de Alice Tibiriçá, as Campanhas de Juiz de Fora/MG (1933); Bauru, Jaú e Botucatu/SP (1933); Niterói/RJ (1933) e Distrito Federal (1935). Em 1935, Eunice Weaver assume a direção da Federação das Sociedades e promove novas Campanhas da Solidariedade com o mesmo modelo de atuação. Ela, que já havia coordenado a campanha de Juiz de Fora (1933), buscou atuar junto a Estados e Municípios, arrecadando altas somas de doações para construção ou ampliação de preventórios.<sup>132</sup> A partir de sua gestão, ocorreram 14 Campanhas da Solidariedade: Recife/PE (1936); Cachoeiro do Itapemirim/ES, 1936; Florianópolis/SC, 1936; Fortaleza/CE, 1937; São Luís/MA, 1937; Niterói/RJ, 1938; Porto Alegre/RS, 1938; Manaus/AM, 1939; Belém/PA, 1939; Curitiba/PR, 1940; Campo Grande/MS, 1940; Parnaíba/PI, 1941; Maceió/AL, 1941; Goiânia/GO, 1941 (Federação das Sociedades....1945, p. 12-27; Silveira, 1941, p. 17-2).

#### 4.7 Tempos difíceis

Apesar do sucesso obtido e as metas alcançadas com o resultado da primeira Campanha da Solidariedade, algo ocorreu no decorrer deste processo gerando profundos desgastes entre Alice Tibiriçá e a comissão executiva da campanha. O motivo principal dessa cisão se deu pela intromissão da Inspetoria de Profilaxia da Lepra (IPL) na comissão executiva. A IPL atuou nos bastidores junto a alguns membros organizadores da Campanha, com a pretensão de controlar a gestão dos recursos alcançados. Esse processo expôs as divergências que nos bastidores já existiam entre a Sociedade de Assistência de São Paulo e a IPL.

Ainda sobre a primeira Campanha da Fraternidade, a celeuma começou a partir do momento em que a comissão executiva optou em eleger uma comissão especial para fiscalizar todo movimento financeiro da campanha e a posterior aplicação desses valores. Na edição do Boletim da Sociedade, de dezembro de 1932, mês em que teve início da Campanha da Solidariedade, foi noticiado que a diretoria da Federação “sugeriu” a criação desta comissão

---

<sup>132</sup> A partir desse momento, a Federação assumiu os seguintes objetivos: fomentar a criação de novas Sociedades de Assistência aos Lazários e expandir a rede preventorial para os filhos dos doentes de lepra. Esse modelo de atuação foi fundamental para a execução do Plano Nacional de Combate a Lepra, proposto pelo Governo Federal, que começava a ser implementado neste mesmo período. Este ponto será retomado no último item deste capítulo.

especial, e a mesma informação foi publicada pela imprensa (*Correio de São Paulo*, 03/01/1933, p. 2). Porém, Alice Tibiriçá destaca em seu livro (1934), que essa atitude partiu dos principais membros da Comissão, com anuência inclusive de Oscar Griot (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 69-70). O poder público representado pela IPL paulista não aceitava a ideia de que as ações da iniciativa privada não estivessem sob sua tutela. Isolada diante de seu enfraquecimento político junto à comissão, Alice Tibiriçá mesmo contrariada, estrategicamente “aceitou” e buscou passar, pelo menos aos sócios e leitores do Boletim, que esse propósito havia sido uma “decisão” da Federação (Boletim da Sociedade, 1932, p.12)

Aqueles que sugeriram a proposta, como Décio Ferraz Alvim, afirmavam que a campanha e a aplicação dos recursos deveriam passar pelo controle do Serviço Sanitário paulista. Para resolver o impasse, foi agendada uma reunião com a presença do Inspetor-chefe da IPL, o médico Francisco Salles Gomes Júnior, e decidido que todos os recursos seriam direcionados para a construção de dispensários e um pavilhão proposto pela Federação (Boletim da Sociedade, 1933:5). A decisão já havia sido tomada, só restando aprovar a referida comissão especial que teria ingerência sobre a fiscalização e aplicação dos recursos.

Mesmo diante desse cenário conflituoso, Alice Tibiriçá não desistia de buscar aconselhamento e orientações técnicas junto aos que apoiavam o programa profilático da Federação. Antes mesmo do término da Campanha da Solidariedade, encaminhou carta ao leprologista Souza-Araújo anunciando que o resultado parcial do evento já havia atingido 250 contos e solicitava sua opinião sobre a aplicação dos recursos na construção de uma granja e de um dispensário, como parte das ações que seriam implementadas em São Paulo (Carta de Alice Tibiriçá a Souza-Araujo, 10/01/1933). Isso demonstra que mesmo diante dos fatos, não estava disposta a cumprir o que foi estabelecido em reunião com o poder público paulista.

Alguns nomes importantes que estavam à frente de instituições que apoiavam a Sociedade de Assistência aos Lazáros de São Paulo, começavam a se afastar diante das notícias que circulavam na imprensa, envolvendo principalmente a querela sobre os recursos obtidos com a Campanha da Solidariedade. Um destes foi José Vicente Álvares Rubião, presidente do Rotary Clube de São Paulo (1932-1934), integrante da comissão executiva, e que se posicionou a favor da entrega de todo o dinheiro arrecadado na Campanha para a IPL. Segundo matéria publicada no *Correio de São Paulo* em 26/09/1933, o presidente do Rotary Clube teria declarado – ao lado de Salles Gomes Jr. – que concordava com a entrega dos valores para Alice Tibiriçá, desde que ela demonstrasse o que “já foi feito pelos lazáros” com as quantias arrecadadas ao longo dos anos.

A direção da Sociedade Paulista e da Federação jamais teve acesso aos recursos obtidos na Campanha da Solidariedade realizada na capital paulista.<sup>133</sup> Em outubro de 1933, o jornal *Correio de São Paulo* noticiou em sua primeira página, com grande foto de Salles Gomes Jr., que todos os recursos angariados pela Campanha seriam aplicados pelo Serviço Sanitário na construção de três dispensários, além do pavilhão em Pirapitingui (*Correio de São Paulo*, 23/02/1933, p. 1).

Neste mesmo período, foi convocada uma reunião pela comissão executiva para serem apresentadas as plantas aprovadas pelo Serviço Sanitário, onde seriam construídos um pavilhão, no Leprosário de Pirapitingui, e a expansão do Preventório de Jacareí (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 73-74), que havia sido inaugurado em julho de 1932. Nada foi falado sobre os dispensários. Esse imbróglio se transformou em campo aberto de disputas, com acusações de ambos os lados.<sup>134</sup>

O desgaste de Alice Tibiriçá com o poder público paulista não começou efetivamente após o médico Francisco Salles Gomes Júnior assumir a IPL paulista em 1932. Durante o período inicial de sua gestão, não há registros nos Boletins ou em entrevistas fornecidas à imprensa de quaisquer críticas à administração de Salles Gomes Júnior. Pelo contrário. Como já demonstrei neste capítulo, encontramos elogios tanto ao diretor quanto a sua gestão. No próprio ano que se iniciou o alijamento de Alice Tibiriçá, foram feitas visitas e ótimas avaliações dos leprosários paulistas, como destacado no Boletim de fevereiro de 1933:

O Sanatório “Padre Bento” (...). Há ali vida higiênica, bom passado, exercícios e distrações. Há igreja, campos de esporte, cinema, radio e continuas festas. As crianças são alvo de um especial carinho. Recebem instrução(...) Esse Sanatório, organizado e mantido pela Inspetoria de Profilaxia de Lepra, deve ser motivo de justo orgulho para os paulistas (Boletim da Sociedade, 1933, p. 11-12).

Quando Salles Gomes Jr. passou a acumular o cargo de Inspetor chefe da IPL<sup>135</sup>, tratou de enviar ofício à Sociedade, destacando poder contar com “a vossa valiosa e indispensável cooperação” (Boletim da Sociedade, 1932, p. 4). Houve uma clara tentativa por parte de Alice Tibiriçá em demonstrar a importância e grandiosidade do trabalho desenvolvido pela Sociedade de Assistência aos Lazáros, buscando consolidar positivamente sua imagem política. Porém,

<sup>133</sup> O único bem doado para a Campanha da Solidariedade que ficou sob a tutela da Sociedade de Assistência aos Lazáros, foi o imóvel cedido pela família do engenheiro Luiz da Rocha Miranda, que acabou destinado a servir como sede da entidade (Fundo Souza Araújo, SA/PI/TP/19480506, p.19)

<sup>134</sup> Essa discussão se arrastou durante todo ano de 1933, com profundo desgaste entre os membros da comissão executiva e Alice Tibiriçá, que sempre se mostrou irredutível quanto a entrega dos donativos da Campanha da Solidariedade ao Serviço Sanitário do Estado de São Paulo.

<sup>135</sup> O decreto nº 7.070/35 de 06/04/1935 subordinou a Inspetoria de Profilaxia da Lepra ao Inspetor-Chefe da Inspetoria de Profilaxia de Moléstias Infecciosas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/131772>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ambos foram se distanciando, principalmente quando a diretoria da Sociedade e da Federação percebeu as reais intenções da IPL em delimitar e fiscalizar suas ações.

Creio que a relação entre ambos foi se deteriorando a partir de 1932, principalmente após a oficialização da Federação das Sociedades de Assistência aos Lazáros e a presença de personagens cada vez mais próximos de Alice, que faziam oposição a Salles Gomes Jr. Após sua ascensão ao Serviço Sanitário de São Paulo em 1931/1932, este passou a imprimir mudanças que teriam desmontado diretrizes anteriores à reforma de 1931.<sup>136</sup> Um dos principais personagens nesse campo de disputas foi o médico Geraldo de Paula e Souza, uma das maiores autoridades médicas de São Paulo (MERHY, 1990, p. 107-108).

Paula e Souza sempre foi próximo a Alice Tibiriçá, fato que se acentuou com a fundação da Federação das Sociedades dos Lazáros. Nesse contexto de oposição havia outros personagens, como os médicos Souza-Araújo e José Maria Gomes. Esse último chegou a ser apontado como leprologista responsável pelo dispensário mantido pela instituição na capital paulista, função que acabou sendo assumida pelo médico Pedral Sampaio (Livro de Atas...1934, p. 139). Diante de um contexto centralizador, a simples existência de um espaço de atendimento a leprosos, sem anuência e supervisão do poder público, com apoio técnico de um leprólogo conceituado e ex-chefe da IPL paulista, pode ter sido visto como uma ameaça para Salles Gomes Jr. que expandia sua atuação, acumulando cada vez mais poderes na administração pública paulista.

Importante situar a gestão de Salles Gomes Jr., cuja atuação ficou marcada pelo aparelhamento autoritário na condução das ações públicas referentes à profilaxia da lepra em São Paulo, deixando uma imagem associada a uma política autoritária que contou com amplo apoio político (MONTEIRO, 1995, p. 168-169) Após a Revolução de 1930, Salles Gomes Jr. assumiu a direção do Serviço Sanitário e outros diferentes cargos no executivo estadual paulista, levando novas diretrizes aos aparelhos institucionais, que assim como o IPL, passaram a conter um conjunto de ações típicas de polícia sanitária e capaz de vigilância, inspeção, fiscalização, atendimento médico, educação profilática, assistência higiênica, hospitalização, isolamento, estudos e censos (MERHY, 1990, p. 107-108).

No que se refere especificamente a questão do IPL em São Paulo, Salles Gomes Jr. encontrou um modelo consolidado, baseado em uma legislação específica aprovada em 1929 (Lei nº 2416) na gestão do médico Aguiar Pupo, centrado principalmente no isolamento

---

<sup>136</sup> A Reforma de 1931 foi implementada logo após a nomeação de Francisco Salles Gomes Jr. em dezembro de 1930 para a direção do Serviço Sanitário, onde extinguiu a Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde (MASCARENHAS, 1973, p. 433-446)

compulsório dos doentes de lepra. Buscou normatizar o serviço profilático dando-lhes autonomia e mais poderes, regulando a vida dos doentes desde o nascimento até seu óbito (MONTEIRO, 1995, p. 1965-1966). Ao longo dos anos, após assumir a direção da IPL paulista em 1931, promoveu alterações e o tornou mais rígido, consolidando o chamado “modelo paulista”, baseado no famoso tripé, que se consistia por asilo (leprosário), dispensário e preventório. Nessa estrutura, o leprosário era peça fundamental, algo que a administração Salles Gomes Jr. buscou rapidamente efetivar, ampliando a estrutura das instituições já existentes e inaugurando os demais, para na sequência promover de forma contundente, o isolamento em massa dos doentes.

O confronto entre a nova gestão da IPL paulista e a Sociedade de Assistência aos Lazares de São Paulo, representada por Alice Tibiriçá, denota o conflito entre dois modelos distintos: de um lado a iniciativa privada, representada por uma instituição que havia conquistado grande prestígio em suas ações de benemerência no enfrentamento à lepra; e de outro, o poder público, identificado a partir de uma gestão eficiente no combate a enfermidade, elevando São Paulo como modelo a ser seguido para o restante do país.

#### 4.7.1 A Campanha da Solidariedade do Interior Paulista

Poucos meses após a realização da primeira Campanha da Solidariedade, entre dezembro de 1932 e janeiro de 1933, Alice foi convidada por Eunice Weaver a apoiar a Campanha da Solidariedade em Juiz de Fora (MG). A meta era menos audaciosa: arrecadar 100 contos de reis para construção de um pavilhão de diversões na Colônia Santa Izabel, em Minas Gerais (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 83)

Voltando para São Paulo, Alice já começou os preparativos para realizar mais uma edição da Campanha da Solidariedade. As divergências entre o poder público paulista e as instituições privadas de assistência aos leprosos não ficavam apenas nos limites da capital do Estado. No interior os confrontos eram cada vez mais acirrados, principalmente entre a Liga de São Lazaro de Bauru e a IPL paulista. Esse acirramento aumentou consideravelmente com o afastamento da Liga de São Lazaro da administração do Asilo Aimorés, encampado pelo Serviço Sanitário quando estava prestes a ser inaugurado. Esse leprosário foi o último a ser inaugurado pelo poder público paulista em 13 de abril de 1933. Foi nomeado o médico Enéas

Carvalho Aguiar para assumir a direção do Leprosário<sup>137</sup>, aliado de Salles Gomes Jr, um dos principais homens à frente da IPL (MAURANO, 1939, p. 179).

O evento, inicialmente marcado para ocorrer na cidade de Bauru, teve participação de cidades vizinhas como Jaú, Botucatu e outros municípios. O objetivo da campanha era a construção de uma estrutura que teria uma granja e um preventório, denominado de “Menino Jesus”, além de um Instituto Agro Profissional com o objetivo de atender aos familiares dos doentes internados no Leprosário Aimorés. Sua construção e administração ficaria sob a responsabilidade da Liga São Lazaro de Bauru.

Para atuar na campanha, a estratégia da IPL foi a mesma, ou seja, primeiramente se infiltrar na comissão executiva. Entretanto, como isso não foi possível, o IPL buscou agir de outra forma: através de entrevistas em jornais, duvidavam das ações realizadas, sugerindo que a campanha não tinha qualquer relação com o Leprosário de Aimorés. Houve também envio de cartas a governantes locais, atuação junto a órgãos policiais e jurídicos para desmobilizar a Sociedade de Assistencia aos Lazaros e a Liga de Bauru (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 95-102). O principal articulador na tentativa de sabotar a Campanha foi o médico Enéas de Carvalho, diretor clínico do Aimorés e um dos principais integrantes da tropa de choque liderada por Salles Gomes Jr.

Em face de toda essa conjuntura que se desenhava diante da Sociedade paulista e a Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros, jogadas ao isolamento político e a uma forte pressão pelos principais meios de comunicação com o objetivo de desgastar sua imagem, Alice Tibiriçá, entretanto mantinha sua agenda, por mais que os acontecimentos fossem uma ameaça real a tudo que havia sido construído até então. No próximo item falaremos da Conferência para a Uniformização da Campanha contra a Lepra, e retomaremos mais à frente a discussão sobre a tentativa de silenciamento da Sociedade de São Paulo e o processo de judicialização.

#### **4.7.2 A Conferência para a Uniformização da Campanha contra a Lepra (1933)**

Um dos principais motivos da criação da Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros era fomentar em escala nacional encontros científicos como forma de estabelecer o diálogo entre poderes públicos e privados. As Sociedades de Assistencia aos Lazaros, assim como outras entidades assistenciais existentes na primeira metade do século XX, encontraram

---

<sup>137</sup> Enéas Carvalho Aguiar atuou como diretor do Leprosário Aimorés por 10 anos.

na medicina o suporte científico para suas ações filantrópicas, pois partilhavam da ideologia de que as doenças representavam uma das principais causas do atraso do país, como também defendiam que a higiene era o instrumento de transformação da realidade nacional.

A Conferência havia sido proposta para ser realizada logo após a primeira Campanha da Fraternidade, conforme previsto no acordo de cooperação técnica, porém acabou sendo adiado devido aos conflitos armados ocorridas em São Paulo, pela Revolução Constitucionalista de 1932.

No final de 1931, foi a primeira vez que se cogitou a realização de um congresso a nível nacional. Isso ocorreu em reunião na Sociedade de Assistencia aos Lazaros do Distrito Federal, quando estavam presentes, além de Alice Tibiriçá, outros membros da diretoria, alguns dos principais nomes da área da leprologia ligados ao Governo Federal. Na ocasião foi sugerido um estudo para elaboração de um plano definitivo de combate a lepra. Naquela oportunidade Ernani Agrícola indicou que fosse promovido um congresso com amplo debate sobre o tema, recebendo apoio inclusive de Belisário Penna e Oscar Silva Araujo (Boletim da Sociedade, 1931, p. 1).

Mesmo diante da turbulência provocada pela Revolução de 1932, no segundo semestre de 1933, a Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros promoveu seu congresso, buscando manter a continuidade do trabalho de divulgação, expandindo a ideia de uniformizar as medidas profiláticas de enfrentamento à lepra por todo o país. Esse evento pode ser considerado o primeiro congresso nacional sobre a lepra no Brasil, sendo denominado oficialmente de “Conferência para a Uniformização da Campanha contra a Lepra”, e conseguiu reunir boa parte das principais referências da leprologia no país.

O evento ocorreu no salão nobre do Instituto Nacional da Música, no Rio de Janeiro, entre 24 de setembro e 2 de outubro de 1933, e foi um acontecimento grandioso que reuniu delegações de quase todos os Estados. O Governo federal foi representado pelo Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), Raul de Almeida Magalhães. Membros de institutos de pesquisa, Academia Nacional de Medicina, assim como representantes internacionais do *Mission To Lepers*, além de médicos já consagrados no cenário da saúde e da leprologia, tais como: Carlos Chagas, Eduardo Rabello, Souza-Araújo, Joaquim Motta, Oscar da Silva Araújo, Aguiar Pupo, Orestes Diniz, além de outros que apresentaram comunicações relativas à campanha anti-leprotica no Brasil (Boletim da Sociedade, 1933, p. 1).

Figura 11 - Fotografia do encerramento da Conferência



Em destaque, Alice Tibiriçá entre os médicos Carlos Chagas e Eduardo Rabello. Fonte: Tibiriçá, 1934.

Apesar do clima beligerante entre a IPL e Alice Tibiriçá, a direção da Inspetoria sabia da dimensão e importância que esse evento teria para a comunidade científica, como fórum de debates entre as maiores autoridades sobre a leprologia do país. A IPL marcou presença com sua delegação, enfatizando como São Paulo tinha uma posição de vanguarda, ao desenvolver suas próprias medidas profiláticas e com recursos suficientes para aplicar no combate à doença. Salles Gomes Jr. fez parte da delegação que foi comandada por Nelson de Souza Campos (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 45).

A organização do evento propôs temas centrais para apresentação das comunicações e conferências, com destaque ao “Plano Geral da Campanha contra a Lepra no Brasil”, seguido de outros como “Do isolamento do leproso – sua importância na profilaxia da lepra”, além de temas caros à assistência privada como “Da assistência aos leprosos e as suas famílias” (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 44-45)

O evento teve considerável repercussão, com reivindicações ao maior envolvimento do governo federal e das administrações estaduais em ações mais efetivas no enfrentamento a doença. Foi amplamente noticiado pelos principais jornais que circulavam na capital, assim como revistas e periódicos médicos (*Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*; *Diário Carioca*; *Jornal do Brasil*; *Revista da Semana*; *Fon-Fon*; *A Nação*; *Arquivos de Higiene*; *O Brasil-Médico* e *Revista Médico Cirúrgica do Brasil*).

Foi formulada uma série de propostas ao final da Conferência, sendo estas remetidas ao governo federal. Foram elas: realização de censos de lepra; imposto específico para combatê-la; padronização dos leprosários; cunhagem de moeda específica e privativa dos leprosários, e instituição da carteira de saúde com obrigatoriedade em âmbito nacional (Boletim da Sociedade, 1933, p. 4)

Vicente Saul (2006) sinaliza que uma das principais consequências da Conferência para a Uniformização da Campanha contra a lepra, foi a efetiva participação do governo federal na construção de leprosários, permanecendo sua administração nas esferas estaduais. Para Curi (2002), as conclusões foram bem tímidas, em face do que foi debatido, demonstrando a existência de inúmeras polêmicas, dissidências e interesses envolvidos, que impediram algumas propostas de constarem no documento final da Conferência. Destaco que o evento foi importante para consolidar positivamente a imagem da Federação das Sociedades de Assistência aos Lazáros, em uma perspectiva nacional, mesmo diante das ações do poder público paulista em desabonar sua principal representante.

O Plano Nacional de Combate à Lepra<sup>138</sup>, adotado pelo Governo Federal foi reflexo direto de diretrizes preconizadas por essa Conferência, quando foi inaugurada de forma efetiva a cooperação entre a União e os Estados no combate à lepra.

A edição do Boletim da Sociedade de outubro de 1933 foi quase toda dedicada ao evento. Com um total de 73 páginas, há um nítido esforço por parte da direção da instituição em demonstrar o “sucesso absoluto” da Conferência, com várias publicações de exaltação às ações promovidas pelas Sociedades de Assistência aos Lazáros, deixando clara a imagem de que legaram à sociedade, uma grande obra filantrópica. Alice Tibiriçá é citada em diferentes publicações em destaque como “benemerita servidora do bem, campeã consagrada da cooperação privada do Brasil”. Foram publicados, ainda, trechos de entrevistas dadas aos jornais por alguns dos principais nomes que participaram do evento (Boletim da Sociedade, 1933, p. 15-20). Não há qualquer menção a situações que possam transparecer a existência de discórdia ou disputas acadêmicas entre os especialistas em torno de questões que foram palco de grandes debates, como a questão da estatística da doença e o modelo de profilaxia que seria adotado pelo Estado.<sup>139</sup>

---

<sup>138</sup> O Plano Nacional de Combate à Lepra começou a ser elaborado logo após Gustavo Capanema assumir o MESP, em 1934. Foi através deste planejamento que foi erigido o chamado modelo tripé de controle da doença, baseado nos leprosários, preventórios e dispensários, cujos traços finais foram dados com a criação do Serviço Nacional da Lepra (SNL), em 1941 (MACIEL, 2007, p. 94-95).

<sup>139</sup> Esse debate era constante e palco de muitas disputas. Cf. Cabral, 2013, p. 271-273.

#### 4.8 O confronto e o processo de judicialização

Entre 1933 e 1934, a mobilização foi intensa e muito bem articulada no cerco à Sociedade de Assistencia aos Lazaros de São Paulo, tendo como foco principal Alice Tibiriçá. Havia um projeto coordenado e claramente objetivado em alijar o papel exercido por ela, algo presente no contexto centralizador e pouco tolerante que se instalou após o conflito de 1932 em São Paulo. Inclusive essa observação também é destacada por Bertolli Filho (2001), ao analisar a trajetória do médico Clemente Ferreira, diretor da Liga Paulista contra a Tuberculose, que também foi perseguido pelo Serviço Sanitário Paulista, sendo excluído das discussões oficiais na luta contra a tísica. Segundo Claudio Bertolli, a proposta centralizadora da administração varguista resultou na desapropriação do Dispensário filantrópico da Liga Paulista Contra a Tuberculose, mediante um processo legal que tramitou por três anos, encerrando-se a favor do Estado de São Paulo apenas em setembro de 1934. Acredita-se que este fato se constituiu em mais um episódio da longa série de confrontos entre o médico Clemente Ferreira e as autoridades estaduais e federais (BERTOLLI FILHO, 2001, p. 74-75).

No que se refere à imprensa da capital paulista, órgão que sempre apoiou as ações e eventos promovidos pelas Sociedades de Assistencia aos Lazaros de São Paulo, nota-se profunda mudança após 1933, com alguns dos principais veículos movendo considerável campanha de descrédito à imagem de Alice Tibiriçá. O Jornal *A Gazeta* (SP) foi um desses órgãos, que acompanhou o direcionamento do Jornal *Correio de São Paulo*, que funcionava como uma espécie de “porta voz do DPL”<sup>140</sup>, afirma Monteiro (1995, p. 179). E, de fato, regularmente foram noticiadas as ações promovidas pela IPL, sendo concedido constante espaço aos seus principais interlocutores, com críticas mordazes ao trabalho desenvolvido pelas Sociedades de Assistencia aos Lazaros existentes no Estado de São Paulo.

Os principais médicos ligados ao IPL, que formavam a frente de apoio a Salles Gomes Jr. foram Enéas de Carvalho, Lauro de Souza Lima, Manoel de Abreu e Nelson de Souza Campos. Todos ocuparam postos-chaves na Inspeção e posteriormente no DPL, onde atuaram em cargos administrativos dentro da própria instituição ou em algum dos leprosários paulistas, como foi o caso de Lauro de Souza Lima que dirigiu o Sanatório Aimorés, em Bauru, e o Padre Bento, em Guarulhos.

---

<sup>140</sup> A sigla DPL é utilizada em referência ao Departamento de Profilaxia de Lepra, órgão da administração paulista que substituiu o IPL, modificado a partir do Decreto nº 7.070/35 de 06/04/1935.

Salles Gomes Jr. também não se omitia em expressar publicamente suas opiniões sobre as campanhas lideradas por Alice Tibiriçá em São Paulo e buscou explorar inclusive algumas situações relativamente delicadas para a Sociedade de Assistencia aos Lazaros de São Paulo. Como exemplo, cita em uma de suas entrevistas ao *Jornal Correio de São Paulo*, o fato relativo à dotação mensal paga a Alice Tibiriçá com recursos destinados para assistência aos doentes e familiares. Já demonstrei neste capítulo que esses valores nunca foram publicizados pela diretoria da Sociedades de Assistencia aos Lazaros de São Paulo, ainda que tenha sido mencionada a aprovação em Assembleia do *pró-labore* e que os mesmos estavam sendo pagos a Alice Tibiriçá por conta de suas dificuldades financeiras.

Salles Gomes Jr. vai explorar essa questão para levantar suspeitas sobre o destino dos recursos angariados nas campanhas e abalar a idoneidade de Alice.

Consta que a diretora da Assistencia aos Lazaros ganha mensalmente três contos de reis conforme denuncia de nossos colegas de “A Gazeta” será isso verdade?  
 - Não sei se isso é ou não verdade. Tenho informações de que isso corresponde a verdade, não o posso, porém, afirmar. Se isso, porém é verdadeiro acho um absurdo. Fui funcionário do Estado e como tal recebia vencimentos. Como diretor do Serviço de Profilaxia contra a Lepra, jamais recebia um tostão. Não acho, pois cabível que a diretora de uma instituição de caridade receba vencimentos. Assim sendo, não há mais filantropia (*Correio de São Paulo*, 06/09/1933, p. 3).

No início dessa reportagem, assim como em outras realizadas pelo *Correio de São Paulo*, Salles Gomes Jr. tem sua imagem descrita como alguém “modesto e simpático”, sendo constantemente elogiada sua administração na campanha anti-leprótica em São Paulo. Como um veículo de comunicação ancorado no Estado, o *Correio de São Paulo* buscou claramente produzir uma conduta virtuosa dos integrantes da IPL na prática de seus discursos.

Na reportagem há uma clara tentativa em depreciar a imagem política de Alice Tibiriçá, que até aquele momento estava consolidada como alguém altruísta e bastante prestigiada socialmente, apontada como principal benemerita pela causa dos lazarus. Em outros momentos essa questão dos pagamentos mensais realizados a Alice será novamente lembrada, assim como outros fatos serão explorados numa busca constante em desacreditar sua idoneidade, levantando suspeitas sobre o destino dos recursos doados às campanhas promovidas pelas Sociedades.

A título de exemplificação sobre o que representavam esses valores recebidos, apresento uma tabela dos valores salariais de servidores que atuavam nos cinco asilos (leprosários) existentes em São Paulo no mesmo período em destaque.

Tabela 5 - Vencimentos anuais dos principais cargos existentes no quadro de funcionários dos asilos-colônia paulistas (1933)

| <b>Quadro de Pessoal</b>                    | Diretor de Leprosário | Médico dermatologista | Médico Clínico | Médico Especialista | Procurador | Administrador Geral |
|---------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------|---------------------|------------|---------------------|
| <b>Vencimentos ANUAIS em contos de Réis</b> | <b>36</b>             | <b>24</b>             | <b>24</b>      | <b>12</b>           | <b>12</b>  | <b>9</b>            |

Decreto nº 5965, em seu artigo 10º de 30/06/1933. Fonte: Departamento de Documentação e Informação da Secretaria Geral Parlamentar da Assembleia Legislativa de São Paulo. Disponível em: <<https://tps.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5965-30.06.1933.html>> Acesso em: 17 maio 2020.

Os vencimentos do cargo de direção de um leprosário paulista eram de 36 contos de réis anuais, ou seja, três contos de réis mensais, mesmo valor em questão pagos a Alice Tibiriçá.

Nas reportagens questionavam-se os custos das inúmeras viagens realizadas por Alice, assim como os jantares, *soirée* dançantes, bingos que ocorriam em espaços de prestígio, locais naturalmente exigidos pelo senso estético das elites que sempre estavam presentes em eventos direcionados a famílias privilegiadas. Desde sua fundação em 1926, foram promovidos centenas de eventos que serão publicizados e objetos de crítica por seus opositores. Vão explorar determinadas campanhas que notadamente ocorreram erros de planejamento e falta de transparência na arrecadação, como um “grande escândalo”. Um desses exemplos foi a campanha do Vintém Paulista Pró-Lazaros.

O Vintém Paulista Pró-Lazaros foi uma ação promovida no final do ano de 1931, pela empresa *Louly & Ozorio* em nome da Sociedade de Assistencia aos Lazaros, no qual foram vendidos cupons em nome da assistência aos leprosos. Com sorteio de vários prêmios pela Loteria federal, 20% de toda renda seria destinada à Sociedade. Contudo, uma parte desse dinheiro (39 contos de réis) foi entregue e o desacordo se iniciou quando a empresa não pagou o restante dos valores e anunciou que o sorteio seria adiado para o próximo ano. Para tentar resolver a questão a Delegacia Fiscal de São Paulo foi acionada, mas não houve manifestação posterior por parte da Sociedade sobre o desfecho do episódio em seu Boletim. Porém, no *Jornal Correio de São Paulo* houve uma série de publicações, evidenciando inicialmente ao público que não houve solução por parte da empresa e que a Sociedade de Assistencia aos Lazaros protestava diante de tal situação (Comunicado da Sociedade... 1931, p. 1-2; *Correio da Manhã*, 18/03/1932, p. 9; *Correio de São Paulo*, 18/06/1932, p. 1; 23/06/1932, p. 4).

Passados cerca de dois anos do início da campanha “Vintém Paulista Pró-Lazaros”, houve o sorteio e divulgação dos cupons vencedores em junho de 1933, com aval do fiscal federal, Carlos Costa Hernani Ferreira. Alguns jornais da Capital Federal fizeram críticas à falta de informações por parte dos organizadores, registrando reclamações dos leitores pela demora do sorteio beneficente e a ausência de informações (A Batalha, 27/06/1933, p. 1)

No mês de setembro de 1933, o *Correio de São Paulo* se encarregou de veicular uma série de reportagens sobre o tema “Vintém paulista – Pró-lazaros”. Todas essas publicações estamparam chamadas em sua primeira página, como a matéria de 14/09/1933: “*Onde está o cobre do “VINTEM PAULISTA” – os doentes dos Sanatórios não viram esse dinheiro.*” De forma repetida, questionava-se o emprego dos recursos, afirmando terem recebido “diversas cartas” de seus leitores revoltados com o resultado da venda de selos e cupons. Esse tema foi exaustivamente explorado por todo mês de setembro de 1933, com acusações de estelionato da empresa responsável e uma clara intensão de associar a imagem da Sociedade de Assistência aos Lazaros ao fato.

O Jornal *A Gazeta*, citado como responsável por publicizar a questão relativa ao *pró-labore* mensal pago a Alice Tibiriçá, igualmente buscou desferir duras críticas, citando o “abuso inqualificável que de anos vem se acentuando sob o rótulo de amparo aos hansenianos”. Como forma de evitar essa “exploração revoltante”, o Jornal defende de forma enfática que os paulistas realizassem suas doações diretamente às Caixas Benéficas dos leprosários ou para instituições diretamente reguladas pela Comissão de Assistência Social do Serviço Sanitário de São Paulo, ou seja, sobre total controle estatal (A Gazeta, 31/08/1933, p. 1).

No que se refere à Comissão de Assistência Social do Estado de São Paulo<sup>141</sup>, afirmo ter sido um dos principais dispositivos de controle contra as ações realizadas pela Sociedade de Assistência aos Lazaros de São Paulo, assim como a Liga São Lázaro de Bauru. A legislação, que sofreu alterações a partir do Decreto nº 6.149 de 13/11/1933, assegurava o direito à estabelecer regras de funcionamento, uma vez que todas as instituições privadas deveriam ser avaliadas segundo um de seus artigos: “*julgar da idoneidade de comissões organizadas para angariar, por meio de subscrições publicas, donativos com fins de assistência social*”. Nesse período, era presidido pelo Diretor Geral do Serviço Sanitário, o médico Octavio Gavião

---

<sup>141</sup> Comissão de Assistência Social foi criada pelo Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, através do Decreto nº 5.797, de 11 de janeiro de 1933. Seu intuito era promover e auxiliar todas as ações de enfrentamento da mortalidade infantil e natimortalidade, a profilaxia da tuberculose, sífilis, cegueira, além do atendimento hospitalar a enfermos e inválidos. Através dela, o Governo Estadual buscou centralizar todas as atividades de assistência social.

Gonzaga, e composta por onze membros que trabalhavam, sem remuneração (A Administração....1933).

A Sociedade de Assistencia aos Lazaros de São Paulo era entidade jurídica e resistiu de alguma forma a essa legislação que abria espaço para o intervencionismo do Estado, como se viu a partir de setembro de 1933, com ameaças de fechamento de suas atividades. O *Correio de São Paulo* iniciou uma campanha pelo seu fechamento, enviando pedidos ao chefe de Polícia para que a instituição fosse proibida de receber donativos, pois esse era um “pedido dos próprios doentes” que “exigiam” que os recursos fossem direcionados às Caixas Benéficas. A Sociedade era também acusada de descumprir a lei de Assistencia Social (*Correio de São Paulo*, 26/09/1933, p. 1).

A Associação Paulista de Imprensa (API) – criada nesse mesmo ano (1933) – também foi cooptada pelo movimento liderado pelo IPL, chegando a enviar ofício à Sociedade de Assistencia aos Lazaros, informando “estar representando as Caixas Benéficas dos lazarus em nome dos hansenianos de todo estado”, e que prestaria toda colaboração aquela instituição e representava “seus tutelados”. A API se colocava como uma espécie de “voz autorizada” dos internos de todos os leprosários paulistas. No mesmo ofício é pedido uma reunião com Alice Tibiriçá para tratar do assunto (Carta da A.P.I a Sociedade de Assistencia aos Lazaros...19/09/1933). A API tinha como vice-presidente, o jornalista Galeão Coutinho, redator-chefe do jornal *A Gazeta* (*Correio de São Paulo*, 04/05/1933, p. 4).

Havia um esforço coordenado por alguns órgãos como o Serviço Sanitário de São Paulo, do IPL, além de outros personagens públicos no sentido de controlar e fiscalizar as atividades promovidas pela Sociedade de Assistencia aos Lazaros. A imprensa foi utilizada para convencer a população. Tudo se desenhava para a busca pelo fechamento da instituição. Foi nesse período que começou o acionamento de instrumentos jurídicos, primeiramente pela própria Alice Tibiriçá, através de procuração dada ao advogado Synésio Rocha, que em dezembro de 1933, entrou com uma representação na 6ª vara criminal, contra os médicos Octavio Gonzaga, Francisco de Salles Gomes Jr., Lauro de Souza Lima e Manuel de Abreu devido às entrevistas dadas ao *Correio de São Paulo* (Livro de Atas....1936:154; Tibiriçá, 1934:128-130 e *O Estado de São Paulo*, 24/12/1933, p. 16)

As entrevistas foram proibidas de serem novamente veiculadas e seus autores, quando convocados a prestar esclarecimentos, afirmaram que suas declarações foram distorcidas pelos veículos de imprensa (*O Estado de São Paulo*, 24/12/1933, p. 16).

Contudo, o *Correio de São Paulo* não arrefeceu sua postura, mantendo o mesmo tom de suas críticas.

Com que idoneidade moral a “Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra”, por intermédio de sua diretora d. Alice Tibiriçá (que só ela ganha 3:000\$000 mensais para realizar uma inexistente assistência aos hansenianos) vem chamar a juízo e pedir contas a pessoas honradas e beneméritas(...) (*Correio de São Paulo*, 15/02/1934, p. 3)

Houve publicações em nome das Caixas Benéficas que afirmavam “representar” cerca de 4000 doentes asilados em leprosários paulistas, repudiando as campanhas realizadas pelas Sociedades de Assistencia aos Lazaros e alegando que a entidade não os representava, solicitando inclusive seu fechamento.

As “caixas benéficas” do Sanatório Padre Bento e dos Asilos-Colônias Santo Angelo, Pirapitingui, Aimorés e Cocais, em nome de quase 4000 doentes (...) comunicam ao povo de São Paulo que a “Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra”, desta capital, presidida por Alice Tibiriçá, foi considerada “não idônea” pela Comissão de Assistencia Social e “caso de polícia”, já sido requerido ao governo do Estado o fechamento dessa Sociedade (*Correio de São Paulo*, 14/12/1934, p. 2).

Mesmo diante de todo esse embate, Alice continuou a cumprir sua agenda de compromissos pela Federação das Sociedades fora de São Paulo, apoiando mais uma edição da Campanha da Fraternidade, promovida em Niterói, pela Sociedade Fluminense de Assistencia aos Lazaros, com objetivo de angariar fundos necessários para a construção de um preventório<sup>142</sup> no antigo Estado do Rio de Janeiro (*Jornal O Fluminense*, 14/12/1933, p. 1)

Em 1934 o confronto recrudescer, pois Alice Tibiriçá passa a apontar uma série de denúncias sobre a administração dos leprosários paulistas, sinalizando a ocorrência de arbitrariedades e abusos contra os doentes asilados. Importante ressaltar que denúncias dessa natureza nunca haviam sido feitas anteriormente.

Diante disso, não devo cruzar os braços. Ataques a mim e a Sociedade de A.L. eu os sei desviar. E nos isolamentos, em relação aos que ali se acham entregues ao domínio absoluto de despostas que empregam contra indivíduos indefesos a autoridade que nenhuma lei humana lhes poderia conferir? (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 279)

Esse é um tema que já foi objeto de observação por parte de Monteiro (1994), que analisou de forma detalhada o modelo profilático paulista, com ênfase nas categorias violência/exclusão e nas ações policiais exercidas pelo aparelho estatal no controle da lepra em São Paulo.

Naquele ano (1934) Gustavo Capanema foi nomeado por Getúlio Vargas como Ministro da Educação e Saúde Pública, dando início a uma nova organização no Ministério e nas

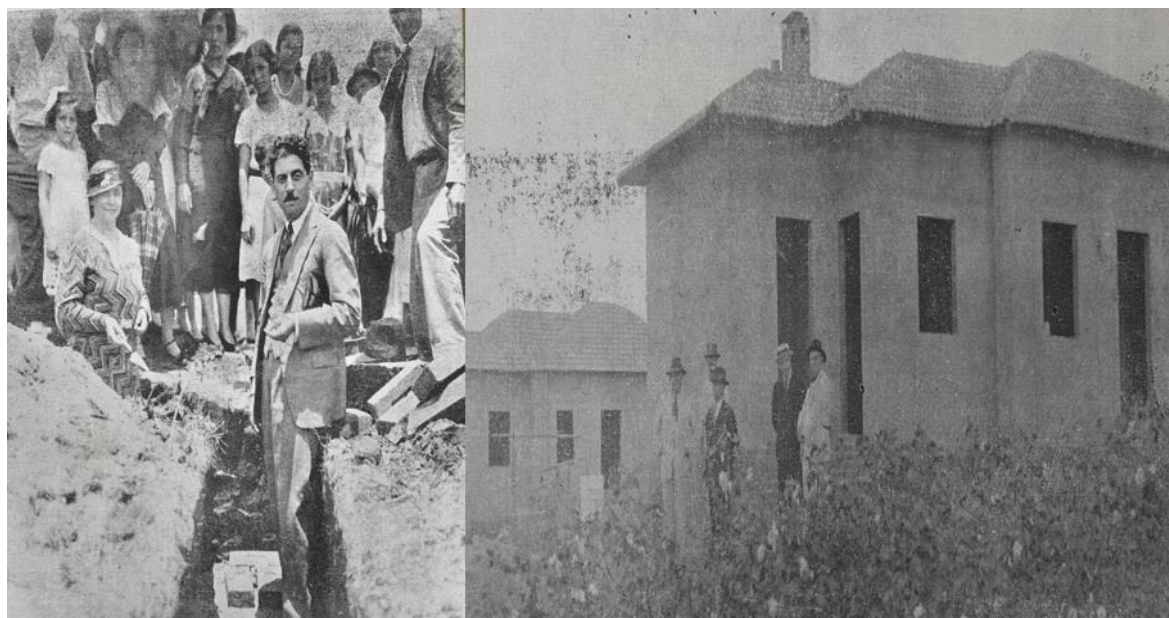
---

<sup>142</sup> Esse fato é mais uma evidência de que, apesar de Alice Tibiriçá ter defendido o projeto das Granjas como alternativa para evitar a separação de filhos e pais devido ao isolamento compulsório, nunca se opôs a construção de preventórios, coordenando e apoiando eventos que se destinavam a levantar recursos para esse fim.

estratégias diretoras do aparelhamento sanitário. Uma reforma administrativa implementada em 1937, definiu novos rumos para a saúde pública, principalmente na reorganização da profilaxia da lepra que se pautaria pela construção de leprosários em escala nacional (HOCHMAN, 2001, p. 135; SANTOS, 2006, s. p.).

A partir da judicialização da questão envolvendo Alice Tibiriçá e os principais integrantes da IPL, ocorreu um dos mais duros golpes nos projetos ligados à Sociedade de Assistência aos Lazáros, que nesse caso, estava sob a responsabilidade da Liga São Lazaro de Bauru. Mesmo com todas as plantas de construção, submetidas e aprovadas pelo próprio Serviço Sanitário de São Paulo, a IPL em junho de 1934, através de seu inspetor regional, Sylvio de Godoy Cremer interditou as obras em construção, onde seria inaugurada a Granja “Menino Jesus”. Esse espaço estava destinado a acolher familiares do Leprosário Aimorés, através de moradias e lotes de terras para cultivo e subsistência, além de um preventório para as crianças. Boa parte dos recursos angariados em eventos, e principalmente com a Campanha da Solidariedade do interior foram empregados nesta obra, que seria uma das primeiras experiências no Brasil desse modelo de assistência social (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 114-120; Campanha da Solidariedade/Fundo Souza-Araujo, 1948, p. 23-25).

Figura 12 – Pedra fundamental da Granja “Menino Jesus” e algumas residências já construídas



No lado esquerdo verifica-se registro do lançamento da pedra fundamental da Granja “Menino Jesus” e no lado direito, algumas residências já construídas, antes das construções serem embargadas pela Inspetoria de Profilaxia de Lepra (SP). Fonte: Boletim da Sociedade, 1933, p. 56-57.

Segundo Souza-Araujo, esse episódio privou a realização da prática da assistência social a uma série de famílias de internados que ficavam desamparadas, sendo inclusive o principal motivo do fim da Liga de Bauru.

A Liga de São Lazaro, sem armas para enfrentar tão desumana luta, teve um colapso. Extinguindo-se pouco depois, passou seu patrimônio (uns duzentos contos obtidos na “Campanha da Solidariedade”) ao Lar dos Desamparados – instituição que para tal fim fora organizada sob o patrocínio do juiz de menores (Campanha da Solidariedade/Fundo Souza-Araujo, 1948, p. 24).

O fechamento da Liga não aconteceu de forma imediata, porém contou com algum tipo de resistência, principalmente por parte do médico Quartim Barbosa, diretor da Liga de São Lazaro de Bauru. No jornal *Correio Paulistano*, de 28 de abril de 1935, é noticiado sobre uma carta enviada ao médico Clemente Ferreira, presidente da Liga Contra a Tuberculose, que assim como a Sociedade de Assistencia aos Lazaros e a Liga de Bauru, sofreu perseguição pelo Serviço Sanitário Paulista. Quartim Barbosa demonstra satisfação pelo “grito” da Liga em discordância com as arbitrariedades promovidas pelo poder público paulista, evidenciando o desejo de estabelecer contato com o médico.<sup>143</sup> Em 1936, ocorreu em definitivo a extinção da Liga de São Lazaro de Bauru (Livro de Atas...1936, p. 156).

Alice Tibiriçá, mesmo sem armas, enviava ofícios para uma série de agentes públicos de São Paulo. Como exemplo, destaco as cartas enviadas em 08 de outubro de 1934 a Armando Salles de Oliveira, interventor federal de São Paulo, e ao interventor interino, Márcio Pereira Munho. As cartas são bem semelhantes e reclamam das perseguições da IPL. São enumeradas uma série de denúncias de doentes internados, assim como atos de prevaricação, chantagem e abuso de poder praticados pela IPL, sem citar em qualquer momento o nome de Salles Gomes Júnior ou dos demais integrantes. Não há qualquer indício de respostas por parte do poder público sobre essas denúncias (Como se faz a campanha contra a lepra em São Paulo...1934; Carta ao Sr. Dr. Marcio Pereira Munhoz...1934).

Entre os anos de 1934 e 1935, a coerção do Estado sobre a Instituição começa a evoluir ainda mais para seu fechamento. Foi instaurado um inquérito de investigação devido à pressão exercida pelas Caixas Benéficas, vistas como principais “representantes” dos internos dos leprosários paulistas. Por trás da direção das Caixas, como já foi destacado, estavam os diretores

---

<sup>143</sup>A transferência do Dispensário modelo administrado desde 1904 pela Liga Contra a Tuberculose, ocorreu quando Clemente Ferreira estava doente. Esse processo teve a participação de um dos vice-presidentes da Liga, mesmo com toda manifestação contrária do médico, que inclusive teria feito uma série de apelos ao poder público (ROSEMBERG, 2008, p. 110)

dos leprosários paulistas - todos funcionários do IPL e, sem exceção, muito próximos à Salles Gomes Jr.

Acuada, a diretoria da Sociedade de São Paulo impetrou ainda em 1934, um mandado de segurança para garantir o funcionamento da entidade, que foi negado pela Justiça de São Paulo. Com o pedido indeferido, houve posterior pedido de recurso junto à Corte de Apelação para ser reavaliado, que posteriormente foi negado com a alegação de que não cabia deferimento, pois segundo a Corte, nenhum direito da instituição havia sido violado pelo Estado, porém sua pendência judiciária continuava (*Correio Paulistano*, 13/02/1935, p. 1; *Correio de São Paulo*, 24/07/1935, p. 3 e Livros de Atas...1936, p. 155)

Retomaremos mais à frente a discussão sobre esse fato e como seus desdobramentos foram decisivos para o futuro da Federação das Sociedades de Assistência aos Lazáros.

#### 4.9 Sai alice, entra Eunice

Mesmo diante da possibilidade de fechamento da Sociedade de Assistência de São Paulo e todo pessimismo que se abateu sobre sua diretoria, Alice Tibiriçá estava fora do Estado e buscou cumprir sua agenda junto à Federação. Um de seus compromissos era a realização de uma nova Campanha da Solidariedade na Capital Federal em julho de 1935. O principal objetivo dessa campanha era arrecadar doações para dar continuidade às obras do preventório na Capital Federal.<sup>144</sup> No planejamento da Campanha também seriam construídos uma granja, além de um pavilhão de diversões no Leprosário de Curupaiti (Campanha de Solidariedade... 1935, p. 4-8).

Uma questão relevante nesse momento da trajetória de Alice Tibiriçá, seria refletir sobre o papel de Eunice Weaver na transição do comando da Federação. Eunice Weaver começa a conquistar notoriedade após se aproximar de Alice Tibiriçá, algo que consequentemente lhe abriu caminho para ganhar consentimento e confiança de personalidades ligadas ao campo da

---

<sup>144</sup> Trata-se do primeiro preventório destinado aos filhos sadios de leprosos da Capital Federal. Foi construído para receber principalmente os filhos dos internos do Leprosário de Curupaiti. Denominado de “Recanto Feliz”, ficava situado na Travessa Navarro, nº 132, no bairro do Catumbi. Foi inaugurado oficialmente em 23 de maio de 1936, porém já albergava 20 crianças desde de 1934. (Boletim da Sociedade, 1934, p. 11 e Revista de Combate à Lepra, 1936, p. 22-23)

leprologia. Em Minas Gerais, seu protagonismo é muito evidente devido sua ativa participação, junto de seu marido em 1931, na fundação das Sociedades Mineira (Belo Horizonte) e de Juiz de Fora de Assistencia aos Lazaros.<sup>145</sup> A partir desse momento, Eunice Weaver passou a ser presença constante em visitas a leprosários de Minas Gerais, São Paulo e da Capital Federal, acompanhando inclusive, Alice Tibiriçá em eventos promovidos pela Federação, em especial, nas edições das Campanhas da Solidariedade. Era alguém que efetivamente se identificava com os valores da instituição e que possuía destacada projeção social.

Figura 13 - Diretoria da Sociedade de Assistencia aos Lazaros de Juiz de Fora (MG)



Fotografia da diretoria da Sociedade de Assistencia aos Lazaros de Juiz de Fora (MG), com destaque para Eunice Weaver. Fonte: Boletim da Sociedade, 1933, p. 28.

A ação de filantropia ligada à causa da lepra permitia que as mulheres transitassem por outros espaços além de sua esfera social, tornando possível a organização de associações de mulheres e o seu envolvimento, inclusive, no cenário político, atuando diretamente na captação de apoio e recursos.

Eunice Weaver era educadora com formação internacional, sendo inclusive representante do *American Mission to Lepers* (EUA) no Brasil. Reunia qualidades importantes, com capital simbólico necessário para promoção da imagem da Federação, atraindo o respeito de outras mulheres de sua classe.

---

<sup>145</sup> Verificar item 3.5 do capítulo 3 desta Tese.

Retornando ao ano de 1932, ano da criação oficial da Federação das Sociedades de Assistência aos Lazáros, é importante compreender o porquê da escolha de Eunice Weaver para ocupar a vice-presidência da Federação. A primeira razão se justificava por seu empenho em seguir os passos de Alice Tibiriçá na condução da Sociedade de Juiz de Fora, manifestando sempre muita admiração por sua liderança e empenho pela causa leprótica. A amizade entre elas é divulgada nos Boletins da Sociedade, com elogios e afagos recíprocos em eventos e ações que participavam. Sua defesa ao programa da Federação também é algo vital nesse processo, especialmente na pauta das Granjas, como demonstrada em palestra realizada na Conferência para a Uniformização da Campanha contra a Lepra (1933):

Futuramente, quando o serviço de leprosários estiver perfeitamente organizado e as granjas para as famílias em pleno funcionamento, não teremos o grande problema a resolver: terá então a “Sociedade” mais o encargo moral do que material com essas famílias (Boletim da Sociedade, 1933, p. 22)

Outro fato importante, que envolve a questão do círculo social direto de Alice Tibiriçá foi a morte prematura da paulista Victoria Cotching Speers, poucos meses antes da fundação da Federação. Speers era vice-presidente e fundadora da Sociedade de São Paulo, sendo a principal amiga e mais fiel aliada de Alice Tibiriçá. Esse fato produziu um vácuo na diretoria e abriu espaço para alguém de fora de São Paulo. Na primeira diretoria da Federação, apenas Eunice Weaver não fazia parte da Sociedade de Assistência de São Paulo (Boletim da Sociedade, 1931, p. 27-28 e Livro de Atas....1934, p. 146)

Na década de 1930, há referências do envolvimento de Eunice Weaver<sup>146</sup> em uma série de outras atividades, onde protagonizou ações em diferentes campos, além de seu engajamento nas atividades de benemerência relativa à lepra, a qual irá se dedicar pelo restante de sua vida<sup>147</sup>. Destaque para o ano de 1935, quando atuava como superintendente do Departamento de Moral e Social, da Associação Brasileira de Educação, vice-presidente da Associação Cristã Feminina<sup>148</sup>, e fundou o Grêmio Literato-Recreativo Machado de Assis, além de ter integrado

---

<sup>146</sup> A trajetória de Eunice Weaver necessita de uma investigação mais acurada para que se possa compreender as relações público-privado engendradas durante todo período que esteve à frente da Federação das Sociedades de Assistência aos Lazáros. Segundo alguns autores (GOMIDE, 1991; CURI, 2002; SANTOS, 2006) essas relações com a política foram bastante estreitas.

<sup>147</sup> Eunice Weaver foi educadora e escritora. Publicou três obras: "A História Maravilhosa da Vida", "Vida de Florence Nightingale" e "A Enfermeira". In: Biografia. Eunice Weaver. Disponível em: <<http://ceamaralornellas.blogspot.com/2012/09/biografia.html>> Acesso em: 21 maio 2021.

<sup>148</sup> Associação Cristã Feminina foi fundada na cidade do Rio de Janeiro em 1920, através de iniciativa da Associação Cristã de Moços (ACM) como um investimento na formação de moças. A organização se instituiu separadamente da organização da ACM (BAÍA, 2012, p. 96).

à comissão organizadora do Congresso Brasileiro de Escritores (*Jornal do Commercio*, 30/07/1935, p. 9, 13/12/1935, p. 7 e *Diário Carioca*, 06/09/1935, p. 3).

Santos e Leandro (2019) sinalizam que a habilidade política de Eunice Weaver produziu constantes acenos e estímulos para mulheres ingressarem no movimento e fundarem outras Sociedades, especialmente quando, em suas famílias, havia homens com capital econômico, social e político de grande expressividade no cenário nacional.

Ainda em 1935, durante a realização da Campanha da Solidariedade na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu uma Assembleia Extraordinária em 31 de julho, quando se optou pela transferência da sede da Federação para a Capital Federal. Já demonstramos nesse capítulo, que Alice Tibiriçá trabalhou intensamente no momento de sua fundação para que Federação ficasse no centro político do Brasil<sup>149</sup>, porém sem o apoio necessário acabou sendo instalada em São Paulo. No entanto, esse era um momento bem diferente. Foram negadas pela Justiça de São Paulo as duas tentativas de mandado de segurança em favor da Sociedade de São Paulo. A situação delicada e hostil que ocorria em São Paulo gerava graves danos à imagem de Alice Tibiriçá e consequentemente à Federação.

A transferência da sede da Federação para o Rio de Janeiro era uma solução parcial e afastava a possibilidade de fechamento da Instituição, uma vez que esta utilizava toda estrutura administrativa da Sociedade paulista. Na Capital Federal haveria também a possibilidade de aproximação com membros da elite científica e política, além de instituições como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Associação Crista de Moços, Academia Nacional de Medicina, Cruz Vermelha e o Rotary Club do Rio de Janeiro, que sempre fizeram parte da rede de solidariedade à Sociedade de Assistencia aos Lazaros da Capital Federal e da Federação.

Minha principal hipótese é de que já havia ruídos e disputas internas dentro da Federação, antes mesmo da transferência para a Capital federal. Ficava claro que já havia algumas resistências à liderança de Alice Tibiriçá por parte daquelas que estavam à frente de Sociedades filiadas à Federação, especialmente por parte da diretoria da sucursal do Distrito Federal.

Apesar de existirem lacunas nas fontes de pesquisa, essa hipótese pode ser fundamentada após a realização da Assembleia Extraordinária promovida pela Sociedade de São Paulo em 12 dezembro de 1934<sup>150</sup> para homenagear Alice Tibiriçá. O objetivo de tal assembleia era fazer um desagravo à Alice em razão de todas as acusações e ofensas sofridas

---

<sup>149</sup> C.f item 4.3 deste capítulo.

<sup>150</sup> A convocação foi feita em Diário Oficial com emissão de telegramas aos principais personagens ligados à campanha contra a lepra, especialmente a todas as diretorias das Sociedades de Assistencia aos Lazaros.

no embate com o poder público e a imprensa paulista.<sup>151</sup> Contudo, o que chama a atenção nessa questão é que apesar dos discursos, cartas e telegramas recebidos como forma de apoio e solidariedade de personagens que nutriam admiração por Alice Tibiriçá, houve ausências importantes. O que mais chama a atenção foi o silêncio das principais sociedades, como a Sociedade Mineira, a de Santos e principalmente a do Distrito Federal. Dado curioso é o fato de existir, no livro de Atas da Sociedade o, registro de recebimento de telegrama de Eunice Weaver, mas no Boletim que noticiou esse evento, não há qualquer menção a seu nome (Boletim de Sociedade, 1935, p. 1-5 e Livro de Atas... 1936, p. 146)

Podemos especular que as disputas internas na Federação tenham se aprofundado já no segundo semestre de 1934, a partir do momento que Alice Tibiriçá passou a utilizar o Boletim da Sociedade de São Paulo quase que exclusivamente para denunciar e responder de forma contundente os ataques engendrados pela IPL, sob a direção de Salles Gomes Jr. Em dezembro deste mesmo ano, Alice lançou seu livro *Como eu vejo o problema da lepra: e como vêem os que o querem “manter”*, onde apresentou um histórico de todo movimento que presidiu com grande espaço destinado às denúncias e críticas à atuação do IPL em São Paulo. Foram enviados exemplares do livro para diversos municípios e Estados, incluindo instituições públicas e privadas, além dos principais personagens ligadas ao combate à lepra no Brasil.

Ficava claro que no desenrolar desse confronto com os poderes públicos de São Paulo, a imagem de Alice Tibiriçá como uma pessoa abnegada e incansável trabalhadora em prol da causa dos lazarus sofria desgastes em virtude do esvaziamento de seu nome, além da possibilidade real de fechamento da Sociedade Paulista e da Federação caso não conseguisse reverter o problema jurídico em São Paulo.<sup>152</sup>

Em setembro de 1935, ocorreu a cerimônia de posse da nova diretoria da Federação das Sociedades na sede da Academia Nacional de Medicina. Eunice Weaver foi empossada como presidente, passando Alice Tibiriçá a ocupar o cargo de 1ª Vice-presidente; América Xavier<sup>153</sup>,

---

<sup>151</sup> Nesse período de maior embate, há um claro esforço em demonstrar ao leitor do Boletim da Sociedade que o prestígio de Alice Tibiriçá continuava presente; em quase todas as páginas é evidenciado a admiração e estima que muitos tinham por ela, buscando reforçar a representação de uma pessoa abnegada e incansável trabalhadora em prol causa dos hansenianos.

<sup>152</sup> Na Ata de Assembleia Ordinária de 1941, da Sociedade de Assistência aos Lazaros de São Paulo, está registrado um breve histórico de alguns fatos relativos aos anos anteriores, sendo citado o episódio em que Alice Tibiriçá deixa de ser presidente da Federação, no qual sem citar nomes é destacado que “existiam elementos interessados em assumir o cargo”. Tudo indica que a referência seja a Eunice Weaver e América Xavier (Livro de Atas... 1941, p. 182-183).

<sup>153</sup> América Xavier da Silveira teve papel fundamental ao lado de Eunice Weaver no desenvolvimento e crescimento vertiginoso que a Federação obteve após assumirem a direção da instituição. Descendente de tradicional família do Rio de Janeiro, como vice-presidente da instituição foi a expressão máxima de uma elite com capital econômico e grande inserção nas rodas sociais da Capital Federal (SANTOS, 2006, p. 71; SANTOS e LEANDRO, 2019, p. 57-78)

2ª Vice-presidente; Ruth Barcelos, 1ª secretária; Olga Teixeira Leite, 2ª secretária; Ana Oliveira Laport, 1ª Tesoureira e Alayde Gomes de Matos, como 2ª Tesoureira (*Jornal do Commercio*, 15/09/1935, p. 16). Nesta nova chapa, somente Alice Tibiriçá permanecia da diretoria anterior. Há referências de que, nesse caso, Alice Tibiriçá teria aberto mão da presidência para atender um critério de rotatividade (Alice Tibiriçá....1960, s.p.; MIRANDA, 1980, p. 71; SANTOS, 2006, s.p), algo que não se sustenta em virtude do que foi exposto, além de nunca ter ocorrido alternância na direção da Sociedade de São Paulo, instituição fundada por ela em 1926, permanecendo como presidente até o momento de sua morte em 1950.

O protagonismo de Eunice Weaver será determinante para os rumos da nova fase da entidade, sendo demonstrado em pouco tempo a ampliação das fronteiras de atuação da Federação, em virtude das disputas políticas ocorridas em São Paulo.

Após Eunice Weaver assumir a presidência, Alice Tibiriçá desaparece dos eventos e ações realizadas pela Federação. Poucos dias depois de empossada a nova diretoria, já há registros de atuação no Estado de Espírito Santo, onde após visita de América Xavier e Ruth Barcelos ao Governador João Punaro Bley, houve a fundação da Sociedade Espírito-Santense de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra (*Jornal do Commercio*: 03/10/1935, p. 5 e BARROS, 2014, p. 125).

A saída definitiva de Alice Tibiriçá ocorreu em 21 de novembro de 1935, motivada por um episódio narrado por Souza-Araújo: foi convocada uma reunião por Eunice Weaver na sede da Federação das Sociedades, para tratar da reprovação de artigos publicados no Boletim da Sociedade de agosto referentes aos gastos na campanha contra a lepra realizada em São Paulo pelo IPL<sup>154</sup>. Para aquele médico, o principal objetivo dessa manobra era silenciar a Sociedade de São Paulo, através do controle de seu Boletim (Fixação da Federação.... Fundo Souza-Araujo, 1948, p. 29-30). Apesar de o Boletim ser um órgão de comunicação vinculado a Sociedade de São Paulo, ele atuava como fonte periódica oficial de todas as Sociedades, noticiando as principais ações realizadas pela Sociedade matriz e suas congêneres. Para a nova diretoria, controlar o “veículo oficial” promoveria o ostracismo da Sociedade de São Paulo, tendo o controle da narrativa das ações e movimentos realizados pela Federação.<sup>155</sup>

---

<sup>154</sup> Isso demonstra claramente as dissidências existentes dentro da Federação e um provável alinhamento da nova diretoria com a IPL de São Paulo.

<sup>155</sup> No ano seguinte (1936) foi lançada a Revista de Combate à Lepra, como periódico oficial e encarregada de divulgar preceitos científicos sobre a doença e educação sanitária, além das campanhas e ações da entidade. Em suas edições são noticiadas as ações que ocorreram em cada Estado, sejam elas por parte da iniciativa privada ou pública. Não há qualquer menção às ações promovidas pela Sociedade de Assistencia aos Lazaros de São Paulo, assim como de Alice Tibiriçá. Ao tratar de São Paulo e das demais regiões, silenciou conflitos, exaltou seus feitos e serviu como instrumento de propaganda aos governos estaduais e principalmente ao governo federal.

Segundo Souza-Araújo, Alice Tibiriçá não foi convidada para a reunião e “chegou casualmente” gerando grande mal-estar entre os presentes. O médico a teria alertado sobre o real motivo daquele encontro, o que teria impulsionado sua renúncia do cargo e o rompimento definitivo com a instituição (Fixação da Federação.... Fundo Souza-Araujo, 1948, p. 29-30).

Na carta de renúncia, Alice Tibiriçá repassa sua trajetória à frente da instituição, evidenciando toda a sua luta e seu papel diante da causa pela assistência aos doentes e familiares. Enfatizou por mais de uma vez a importância de que a entidade buscasse se “manter independente”, cumprindo o artigo 38 de seu estatuto: “A Federação, quer em matéria religiosa, quer em matéria política é neutra” (Fixação da Federação.... Fundo Souza-Araujo, 1948, p. 29-30). Porém, como já sinalizado, só fez isso no momento que seus vínculos políticos foram explicitados a partir da mudança de contexto político com a Revolução de 1930.

Como já demonstrei no capítulo anterior, minha análise difere de pesquisas anteriores (MIRANDA, 1980; CURI, 2002; SANTOS, 2006; PEREIRA, 2016) quando afirmam que Alice Tibiriçá teria adotado uma política autônoma frente aos poderes públicos, diferentemente da gestão de Eunice Weaver, que teria se alinhado aos interesses do Ministério de Educação e Saúde. Durante o período de 1926 a 1930, momento de domínio político do PRP em São Paulo e no Governo Federal, Alice Tibiriçá não adotou neutralidade na direção da Sociedade de Assistência aos Lazáros de São Paulo, demonstrando alinhamento e engajamento nas disputas políticas. Inclusive, durante esse momento, tanto a Sociedade como seu Colégio receberam subvenções públicas do Executivo e Legislativo municipal, além do Legislativo estadual de São Paulo.

Um mês após o rompimento de Alice Tibiriçá, foi feito o lançamento da pedra fundamental do pavilhão de diversões do Leprosário de Curupaiti na Capital Federal, com presença de Gustavo Capanema, do Ministério da Educação e Saúde (MES); de João de Barros Barreto, na direção do então Departamento Nacional de Saúde (DNS); de Ernani Agrícola na direção dos Serviços Sanitários nos Estados; além de políticos e conhecidos leprologistas que também acompanharam a cerimônia (*Jornal do Commercio*, 28/12/1935, p. 6). É o primeiro evento promovido pela nova diretoria em parceria com o poder público federal, parceria esta que se efetivou posteriormente através de uma fecunda aliança entre o privado e o público. A partir desse momento, a Federação passou, conforme destacou Santos (2004), a ser parte constituinte da política governamental de combate à enfermidade, atuando principalmente na construção e instalação de preventórios em todas as unidades federativas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa, pode-se concluir que desde o período colonial até o século XX, o enfrentamento à endemia leprosa se manteve como responsabilidade da iniciativa privada, enfatizando o papel hegemônico desempenhado pela Santa Casa de Misericórdia no Brasil, com atuação de outras irmandades e ordens terceiras que mantinham assistência médica e social. Esta situação só será alterada a partir do século XX.

No percurso realizado desta pesquisa, demonstrei que a trajetória da assistência social aos leprosos em São Paulo durante a Primeira República – recorte espacial e temporal desta tese – evidencia o protagonismo feminino no campo assistencial voltado para os doentes de lepra e seus filhos. Isso comprova que em São Paulo se constituiu um terreno fértil de experiências de benemerência e filantropia no país.

Dentre essas mulheres, destacamos Mathilde da Fonseca Macedo Soares, que atuou à frente da Associação Protetora dos Morféticos (APM) da cidade de São Paulo, fundada em 1917, juntamente com um grupo de mulheres católicas. Este grupo atuou para que o Hospital de Guapira – até então o único naquela cidade destinado ao isolamento dos doentes – pudesse oferecer melhores condições aos pacientes. Outra referência feminina importante nesse contexto foi Margarida Galvão que, também sob orientação católica, fundou a Associação Therezinha do Menino Jesus, instituição responsável pela construção do Asilo Santa Terezinha, entidade pioneira no amparo aos filhos dos leprosos pobres.

De todas as mulheres que se destacaram neste campo de assistência, minha pesquisa permitiu observar a liderança exercida por Alice Tibiriçá. Ela foi responsável pela fundação da Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra, em São Paulo, entidade que atraiu apoio de diversas mulheres brasileiras das classes média e alta urbanas, entre as décadas de 1920 e 1930.

A importância do capital político e cultural da família Tibiriçá foi fundamental para que Alice Tibiriçá fundasse a Sociedade de Assistencia aos Lazaros. Este fato demonstrou inclusive que seu engajamento em causas assistenciais foi diretamente influenciado pelas relações de sociabilidade que os integrantes da família Tibiriçá possuíam. Como exemplo pode-se citar sua sogra, Anna de Queiroz Tibiriçá, que participou ativamente em causas assistenciais voltadas ao público infantil e juventude. A militância de Alice Tibiriçá em organizações assistenciais femininas começou, entretanto, antes mesmo de seu casamento, ocorrido em 1912.

O apadrinhamento da Sociedade de Assistência aos Lazaros por seu sogro, Jorge Tibiriçá, abriu caminho para o apoio de importantes famílias da elite paulista, já que ele era um dos personagens mais proeminentes da vida política paulista da Primeira República. A fundação da Sociedade contou com a participação das principais lideranças do Partido Republicano Paulista (PRP), como o do senador à época, Washington Luiz Pereira de Souza, que alguns meses depois seria eleito presidente do Brasil (1926-1930). Outros nomes importantes foram: José Pires do Rio, prefeito da cidade de São Paulo (1926-1927); e Carlos de Campos, presidente do Estado de São Paulo (1924-1927), igualmente apoiadores daquela Sociedade. Como demonstrei nesta tese, a atuação de Alice Tibiriçá na filantropia contra a lepra, esteve extremamente associada ao poder político do PRP durante a Primeira República e, com a Revolução de 1930, ela vai perder espaço e mesmo ser combatida pelos novos personagens da política e da administração sanitária de São Paulo. De um modo geral, Alice esteve ao lado de mulheres instruídas, pertencentes às camadas média e alta da sociedade que buscaram aliados entre os políticos da época para dar legitimidade as suas reivindicações.

Os grandes eventos realizados por Alice Tibiriçá – como jantares, *soirée* dançantes, sorteios, bingos e festivais esportivos – eram responsáveis pela captação de recursos e pelo estímulo à uma rede de sociabilidade capaz de mobilizar a opinião pública e outras instituições em torno da causa da lepra. Esta estratégia se mostrou vital para a manutenção de uma estrutura baseada no engajamento da sociedade civil, onde se buscava a adesão de novos associados e doações.

A liderança exercida por Alice Tibiriçá e sua capacidade de mobilização tornou a Sociedade num *locus* disseminador, que pouco a pouco, adquiriu relevância nacional, na medida em que outras entidades congêneres foram sendo criadas em outras cidades e estados do país. Pouco tempo após ser fundada (1927) a Sociedade expandia seu modelo para a criação das Sociedades de Santos e do Distrito Federal, ambas de 1928. Uma de suas principais estratégias era manter contato regular com o público leigo, a classe médica, a imprensa e outras entidades de caráter nacional e internacional, além dos poderes públicos, relação essa que, em alguns momentos, foi permeada por tensões e conflitos.

Desde seus primeiros movimentos em torno da fundação de outras Sociedades, Alice Tibiriçá buscou angariar alianças com os poderes públicos e de lideranças da sociedade civil, atuando diretamente junto a jornalistas, médicos e cientistas, por meio do envio regular de cartas e ofícios, objetivando o intercâmbio de ideias, ações e consolidando sua rede de sociabilidade. Uma teia de apoio se formou em torno das primeiras Sociedades como, por exemplo: a Loja Maçônica “Amizade”; a Rádio Educadora Paulista; a Sociedade Harmonia de Tênis; o

Movimento Escoteiro; a Associação Cristã de Moços (ACM); a Liga de Defesa Nacional e o Rotary Club. Essas duas últimas instituições tiveram papel fundamental na consolidação da Sociedade de Assistencia aos Lazaros como instituição privada de projeção nacional.

A Sociedade de Assistencia aos Lazaros, sempre buscou realizar conferências, palestras, informações através de jornais, publicar e distribuir folhetos explicativos, fazer propaganda em espaços públicos, ou seja, utilizar todos os meios possíveis para difundir dois princípios básicos: a lepra era uma “ameaça” ao país; entretanto era passível de solução.

Para promover suas ações, foi criado um Boletim que atuou como órgão oficial da Sociedade de Assistencia aos Lazaros, que também exerceu papel importante na educação sanitária do público. Nele, era comum a veiculação de artigos científicos, educativos, notícias nacionais e estrangeiras sobre a lepra. Contudo, dois pontos sempre são destacados neste periódico: a exaltação constante do trabalho realizado pelas diversas Sociedades congêneres; e a clara intenção de enaltecer a imagem de Alice Tibiriçá, como o principal expoente na campanha a favor dos lazaros. A isso se somam elogios a políticos que apoiavam a ação de Alice e da Sociedade.

Em suas páginas, o Boletim da Sociedade reverberava a conscientização em torno da “ameaça leprosa”, com constante divulgação de suas ações, além das campanhas permanentes por novos sócios, campanhas de arrecadação de fundos e o resultado delas.

A Revolução de 1930 trouxe tempos desfavoráveis para a Sociedade de São Paulo. Porém até mesmo com a perda de espaço político depois da derrota do PRP, a Sociedade deu continuidade a seus projetos. Em 1932, após tensões e negociações, foi criada oficialmente a Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra, com intuito de sistematizar a campanha e articular melhor as filiadas que já marcavam presença em diferentes cidades e estados do país.

A curta passagem do médico Souza-Araújo pela Inspeção de Profilaxia da Lepra (IPL) em São Paulo durante o ano de 1933, frustrou os planos da diretoria da Sociedade de São Paulo e da Federação, que desejavam estabelecer ações de natureza público-privada. Essa perspectiva era bem-vista por Alice Tibiriçá, como uma das principais soluções para o problema da lepra, algo que facilitaria o avanço de seu programa assistencial, que contemplava a criação de dispensários e a criação de instituições como as granjas, em benefício dos doentes e seus familiares.

Para dar visibilidade pública e identidade à Federação das Sociedades era preciso torná-la conhecida como símbolo mais significativo na luta contra a lepra. Foi com esta intenção que foram realizados grandes eventos, como a Semana da Bondade, entre 14 e 22 de maio de 1932,

e promovido um conjunto de ações de diferentes atividades socioculturais, com objetivo de atrair a atenção dos veículos de comunicação para suas atividades solidárias. O evento foi bastante positivo para a imagem da Federação, que logo após, buscou realizar outras ações de mesma natureza, com a mobilização da população para arrecadar doações para suas obras de assistência, bem como angariar adeptos para a causa. Foi nesse momento que surgiu a Campanha da Solidariedade, como uma das maiores ações de arrecadação de donativos realizada pela iniciativa privada em prol do combate à lepra no Brasil.

A Campanha da Solidariedade foi idealizada e liderada por Alice Tibiriçá, a partir de um modelo bem específico de arrecadação com cooperação técnica internacional de um dos representantes da Associação Cristã de Moços. Sua primeira edição ocorreu em São Paulo, sendo posteriormente, replicada em Juiz de Fora/MG (1933); Bauru, Jaú e Botucatu/SP (1933); Niterói/RJ (1933) e Distrito Federal (1935). Em 1935, Eunice Weaver assume a direção da Federação das Sociedades e promove novas Campanhas da Solidariedade, com o mesmo modelo de atuação.

Apesar do sucesso obtido com a primeira edição da Campanha da Solidariedade, nos bastidores ficou claro que havia divergências entre a Sociedade de Assistência de São Paulo e o Serviço Sanitário paulista. Isto ocorreu algum tempo depois do médico Francisco Salles Gomes Júnior assumir a direção da Instituto de Profilaxia da Lepra, com uma atuação marcada pelo aparelhamento autoritário na condução das ações públicas referentes ao seu campo de atuação. A relação entre Salles Gomes e Alice Tibiriçá foi se deteriorando, principalmente após a fundação da Federação das Sociedades de Assistência aos Lazares em 1932, esta com a presença de personagens próximos à Alice Tibiriçá, e que faziam oposição as ações de Salles Gomes Jr.

A entrega dos donativos obtidos pela campanha à gestão do IPL gerou uma grave crise entre: de um lado, a principal representante de uma instituição privada, que havia conquistado grande prestígio no enfrentamento à lepra; e de outro, o poder público, que já nesse período, era identificado como gestor eficiente no combate à enfermidade, elevando São Paulo como modelo a ser seguido pelo restante do país.

O clima beligerante entre a IPL e Alice Tibiriçá, começou a ganhar contornos ainda mais difíceis entre 1933 e 1934, através de uma intensa campanha difamatória mobilizada por alguns dos principais jornais da capital paulista. Foi promovido um verdadeiro cerco à Sociedade de Assistência aos Lazares de São Paulo, com objetivo de depreciar a imagem política de Alice Tibiriçá. Foram explorados diversos fatores numa busca constante em

desacreditar sua idoneidade, levantando suspeitas sobre o destino dos recursos doados às campanhas promovidas pelas Sociedades.

Essas ações desmobilizaram a atuação da Sociedade de São Paulo, que passou a conviver com uma série de ameaças de proibição de arrecadar donativos e de seu fechamento, caso não se submetesse ao controle da Comissão de Assistência Social, do Serviço Sanitário de São Paulo. Iniciou-se uma batalha judicial pelo fechamento da Sociedade de Assistência aos Lazeros de São Paulo e, conseqüentemente, da Federação. Esse processo gerou sérios problemas para estas entidades, além da perda de prestígio de Alice Tibiriçá. O enfraquecimento de sua liderança, abriu caminho para outras mulheres que buscavam protagonismo, como Eunice Weaver e Alice Xavier.

Uma das saídas para esse embate foi a transferência da sede da Federação para a Capital Federal e, posteriormente, a saída de Alice Tibiriçá, em 1935. Eunice Weaver assumiu a presidência, estabelecendo um novo arranjo político com os poderes públicos, que transformou a Federação em parte constituinte da política governamental de combate à lepra no Brasil. Lembremos que, por esta ocasião, o governo Vargas já havia criado o Ministério Educação de Saúde Pública (1930) e já existiam políticas públicas para endemias no Brasil, entre elas, a lepra.

No que se refere ao tratamento dos doentes de lepra na década de 1930, temos um cenário de consolidação de discurso e prática no isolamento compulsório, considerado o elemento fundamental que livraria o país da presença de uma doença tão estigmatizante.

Entretanto, o modelo de isolamento compulsório não solucionou o problema da lepra e o país ainda hoje, têm índices elevados desta endemia, o que nos coloca em segundo lugar no mundo em número de casos desta doença por habitantes, o que, entre outras variáveis, evidencia toda a desigualdade social que contribuiu para este quadro sanitário lamentável e secular.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coord.). *Dicionário Histórico-bibliográfico Brasileiro pós-1930*. 2ª ed. Ver. Aum. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2001, v. IV.
- ANDRADE, Márcio Magalhães de. *O Princípio do Mal: a ameaça leprosa no Rio de colonial*. Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro: 2005.
- AGRÍCOLA, Ernani. Situação da lepra no Brasil – Organização do fichário central. In: *Boletim do Serviço Nacional de Lepra*, Ano II, n. 2, jun. 1943.
- ALICE TIBIRIÇÁ: Traços Biográficos. São Paulo: Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra, 1960.
- Ata de Fundação da Sociedade de “Assistencia as Creanças Lazaras” de 21 de fevereiro de 1926. Livro de Ata da Assembleia Gera. In: *Arquivo da Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade*.
- \_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde, Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária. Controle da Hanseníase: uma proposta de integração ensino-serviço. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde; 1989.
- ALMEIDA, Marta de. *República dos invisíveis*: Emílio Ribas, microbiologia e Saúde Pública em São Paulo (1898-1917). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2003a.
- ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. *Nação, país moderno e povo saudável*: Política de combate à lepra no Piauí. Teresina: Edufpi, 2013
- ALVES, Elioenai Dornelles; FERREIRA, Telma Leonel; NERY, Isaías (org). *Hanseníase*: avanços e desafios. Brasília: NESPROM, 2014.
- ARAÚJO, Rosa Maria B. de. *A Vocaçào do Prazer*: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ARRUDA, Luiz Maurício de Abreu. *“A nova Jericó maldita”*. Um estudo sobre a Colônia de Iguá em Itaboraí/RJ (1935-1953). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- \_\_\_\_\_, e MACIEL, Laurinda Rosa. Políticas de combate à lepra e instituições de isolamento no Rio de Janeiro. In: MONTEIRO, Yara Nogueira (org.). *História da Hanseníase no Brasil*: Silêncios e segregação. São Paulo: Intermeios, 2019.
- BAÍA, Anderson da Cunha. *Associação Cristã de Moços no Brasil*: um projeto de formação moral, intelectual e física (1890-1929). Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- BARRETO, João de Barros. Organização moderna da luta contra a lepra: a campanha no Brasil. *Arquivos de Higiene*, ano 8, n. 2, 1938.

\_\_\_\_\_. A organização da saúde pública no Brasil. *Arquivos de Higiene*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, XII (2), 1942.

BARSOTTI, Paulo; LOVATTO, Angélica. O PRP e a Primeira República. *Revista Novos Rumos*, v. 51, n. 2, p. 103, 2014.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, 2010. (versão online)

BÉRIAC, Françoise. O medo da lepra. IN: LE GOFF, Jacques (org.). *As Doenças Têm História*, Lisboa: Terramar, 1985.

BENCHIMOL, Jaime. “Adolpho Lutz: um esboço biográfico”. *História, Ciências e Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, v.10, n. 1, jan-abril 2003, p.13-83.  
BÉNIAC, Françoise. ‘O medo da lepra’. In: LE GOFF, Jacques (Org). *As doenças tem História*. Editora Terramar, Lisboa, 1997.

BERTOLLI FILHO, C. *História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

BEZERRA, Holien Gonçalves. *Artimanhas da Dominação: São Paulo – 1932*. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado em História). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo , 1982.

BIRN, Anne-Emanuelle; POLLERO, Raquel; CABALLA, Wanda. ‘No se deve llorar sobre leche derramada: El pensamiento epidemiológico y la mortalidad infantil en Uruguay, 1900-1940’, In: *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*. V.14, n.1, 2003. 35-68. Boletim Epidemiológico. Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde. v. 49, n. 4, 2018. p.1-11.

BOLETIM DA SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS LAZAROS E DEFESA CONTRA A LEPROSA. São Paulo: Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa contra a Lepra, [1929-1934].

BORGES, Vavy Pacheco. *Memória Paulista*. São Paulo: Edusp, 1997.

BOULLIAT, G. Les lépreux dans la société du Moyen Age. In: *Journal de Medicine de Lyon*, Lyon 1981.

BRASIL. Decreto n. 5.156, de 8 de março de 1904. Dá novo regulamento aos serviços sanitários a cargo da União. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5156-8-marco-1904-517631-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 4 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto legislativo n. 3.987, de 2 de janeiro de 1920. Reorganiza os serviços da saúde pública. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-6, 1920. Disponível em: <<https://bit.ly/31t2bBE>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 16.300, de 31 de dezembro de 1923. Aprova o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos*

do Brasil, Rio de Janeiro, v. 3, parte 2, p. 581-974, 1924. Disponível em: <<https://bit.ly/2UFXnaP>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 19.398 de 11 de novembro de 1930. Institue o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providencias. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 10-12. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Saúde, Serviço Nacional de Lepra. Guia para o Controle da Lepra. *Revista Brasileira de Leprologia*, São Paulo, 1960, v. 28, p. 40-50.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde, Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária. *Controle da Hanseníase: uma proposta de integração ensino-serviço*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1989.

BRODY, Saul Nathaniel. *The disease of the soul: leprosy in medieval literature*. Ithaca: Cornell University Press. 1974.

BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993 [1986, 1ª edição].

CABRAL, Dilma. *Lepra, Medicina e Políticas de Saúde no Brasil (1894-1934)*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2013.

CAMUS, Albert. *A peste*. Rio de Janeiro: Record, 2017.

CAMPOS, Cristina de. *São Paulo pela Lente da Higiene: As propostas de Geraldo Horácio de Paula e Souza para a cidade (1925-1945)*. São Paulo: RiMa, 2002.

CAPELATO, M. Helena. *O Movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981;

\_\_\_\_\_. *Os Arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista (1920-1945)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. O Estado Novo o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano 2. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CAIUBY, Adelardo Soares. *Projeto da leprosaria modelo nos campos de Santo Ângelo*, Estado de São Paulo. São Paulo: Riedel, 1918.

CARONE, Edgard. *A República velha*. Instituições e Classes Sociais. São Paulo: Difel, 1975. CARRARA, Sérgio. *Tributo à Vênus. – A luta contra a sífilis no Brasil da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1996.

CARVALHO, José M. de. *A Formação das Almas: o Imaginário da República*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CARVALHO, Keila Auxiliadora. *Colônia Santa Isabel – História e Memória do isolamento compulsório dos doentes de lepra*. Curitiba: Ed. Prisma, 2016.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. Campanha de Solidariedade promovida pela Federação das Sociedades de Assistência aos Lazáros e Defesa contra a Lepra, Rio de Janeiro: Officina Graphica, 1935.

Campanhas de Solidariedade”. *Fundo Pessoal de Heráclides César de Souza Araújo*. SA/PI/TP/19480506 – Pasta 04. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Carta enviada de Souza-Araújo em virtude de sua posse na IPL/SP, 14/04/1931. *Arquivo da Instituição Alice Tibiriçá de Civismo*.

Carta da A.P.I a Sociedade de Assistência aos Lazáros, 10/09/1933. *Arquivo da Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade*

Carta de pedido de exoneração de Antonietta Souza Queiroz do Amaral, 14/02/1928. *Arquivo da Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade*

CARRARA, Sérgio. A geopolítica simbólica da sífilis: um ensaio de antropologia histórica. In: *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*, v. 3, p. 391-408, 1997.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTRO SANTOS, Luiz Antônio. ‘O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade’. *Revista de Ciências Sociais*: Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 193-210, 1985.

\_\_\_\_\_. O Pensamento Sanitário na Primeira República: uma ideologia da construção da nacionalidade. Rio de Janeiro: *Revista de Ciências Sociais*, v. 28, n 2, 1985.

\_\_\_\_\_. *Poder, Ideologias e Saúde no Brasil da Primeira República*: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 249-293.

CHAIA, Miguel. Biografia: método de reescrita da vida. In: HISGAL, Fani (org.). *Biografias: sintoma de uma cultura*. São Paulo: Hacker/Cespuc, 1996. p. 75-82.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 41-53. CLARO, Lenita B. Lorena. *Hanseníase: representações sobre a doença*. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 1995.

COSTA, Ana Paula Silva da. *Asilos Colônias Paulistas: análise de um modelo espacial de confinamento*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

CUNHA, Vívian da Silva. O isolamento compulsório em questão: políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941). Dissertação em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. *Centro Internacional de Leprologia: ciência, saúde e cooperação internacional no Brasil do entre guerras (1923-1939)*. Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

CURI, Luciano Marcos. “*Defender os sãos e consolar os lázaros*”. Lepra e isolamento no Brasil. 1935/1976. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

\_\_\_\_\_. *Excluir, isolar e conviver: um estudo sobre a lepra e a hanseníase no Brasil*. Tese (Doutorado) em História. Universidade Federal Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.  
CROSBY, Alfred W. *The Columbian Exchange – Biological and Cultural Consequences of 1492*. Westport: Connecticut; 1972.

CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915/ Heloísa de Faria Cruz*. - São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

CUETO, Marcos. Los ciclos de la erradicación: la Fundación Rockefeller y la salud pública latinoamericana, 1918-1940. In: CUETO Marcos (org). *Salud, cultura y sociedad em América Latina*. Instituto de Estudios Peruano, 1996.

Como se faz a campanha contra a lepra em São Paulo. Arquivo, 08/10/1934. *Arquivo da Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade*

DE DECCA, Edgar. 1930: *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.  
DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto; Editora Unesp. 2004.  
Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>> Acesso: 20 abr. 2021.

DISCURSO de Arthur Neiva na Câmara dos Deputados realizado em 1937. *Considerações sobre o problema da Lepra: A Lição de São Paulo – Suas Iniciativas e Grande Exemplo*, Rio de Janeiro:1940.

ENGEL, Magali Gouveia. Os Intelectuais e a Liga de Defesa Nacional: Entre a Eugenia e o Sanitarismo? (RJ, 1916-1933). In: *Intellèctus* (UERJ. Online), v.11, n.1, p.1-30, 2012.  
ESCRITURA de doação dos Campos de Santo Ângelo, 1918. In: *Arquivo da Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade*.

ESTATUTO da Associação de Protecção aos Morpheticos, 1918. In: *Arquivo da Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade*.

ESTATUTO da Sociedade de Assistencia às Creanças Lazaras. In: Livro de Ata da Assembleia Geral. *Arquivo da Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade*.

ESTATUTOS da “Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra”. In: *Fundo Pessoal de Heráclides César de Souza Araújo*. SA/PI/TP/19480506 – Pasta 04. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

*Estratégia global aprimorada para redução adicional da carga da hanseníase*: Período do Plano:2011-2015, Organização Mundial da Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.

FAIRCILD, Amy L. ‘Leprosy, Domesticity, and patient protest: The social context of a patient’s rights movement in mid-century America’. In: *Journal of Social History*, v. 39, n. 4, 2006. p. 1011-1043.

FARIA, Lina Rodrigues de. Os Primeiros Anos da Reforma Sanitária no Brasil e a Fundação Rockefeller (1915-1920). In: *Revista de Saúde Coletiva - Physis*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 109-129, 1995.

\_\_\_\_\_. A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-30): perspectivas históricas. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, v. 9, n. 3, p. 561-90, 2002.

\_\_\_\_\_. A intervenção federal na saúde pública durante a Primeira República. In: CASTRO-SANTOS, Luiz Antônio e FARIA, Lina Rodrigues de (org.). *A Reforma Sanitária no Brasil: Ecos da Primeira República*. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo, Brasiliense. 1995.  
FERREIRA, Elen de Montille. *Rede Social e Capital Social em um Clube de Serviço: O caso do Rotary Club São Paulo Avenida Paulista*. Dissertação de Mestrado em Administração. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes e SARMENTO, Carlos Eduardo. ‘A República brasileira: pactos e rupturas’. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira/ CPDoc, 2002.

Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus e Defesa Contra a Lepra. *Realizações de julho de 1935 a julho de 1945*. Rio de Janeiro: [s.n.] 1945.

Ficha de cadastramento de sócios e patronos da Sociedade de Assistência aos Lazaros de São Paulo: *Arquivo da Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade*.

Fixação da Federação das Sociedades de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra, no Distrito Federal. *Fundo Pessoal de Heráclides César de Souza Araújo*. SA/PI/TP/19480506 – Pasta 04. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

FONSECA, Cristina M. e HOCHMAN, Gilberto. “A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo”. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 173-193.

FOUCAULT, M. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva; 1972.  
 \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal; 1984.

FRANCO, Renato Junio. *Pobreza e caridade leiga – As Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa*. Tese (Doutorado) História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos*. Discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). Tese (Doutorado) História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

FREITAS, Marcos Cesar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

GAMBETA, Wilson Roberto. *A bola rolou: o velódromo paulista e os espetáculos de futebol (1895/1916)*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GARRET, Laurie *A próxima peste – novas doenças num mundo em desequilíbrio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1995

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, conventos e prisões*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.  
 \_\_\_\_\_. *Estigma*-Notas sobre a Manipulação da Identidade deteriorada, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOMES, Angela de Castro. (org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. *A invenção do Trabalho*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 3ª Ed., 2010.

GOMIDE, Leila Regina Scalia. *‘Órfãos de pais vivos’: A lepra e as instituições preventórias no Brasil: estigmas, preconceitos e segregação*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1991.

GOMES, José Maria. A Lepra no Estado de São Paulo (notas epidemiológicas). Trabalho do Instituto de Higiene de São Paulo. In: *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Tomo XXVIII – Fase, Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Oswaldo Cruz, 1934.

GUY, Donna J. The politics of Pan-American Cooperation: maternalist feminism and the child rights movement, 1913-1960. *Gender & History*, v. 10, n. 3, p. 449-469, Nov., 1998.  
 HAHNER, June Edith. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981

\_\_\_\_\_. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2003.

HENRIQUE, Marcio Couto. Escravos no purgatório: o leprosário do Tuncunduba (Pará, século XIX). *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, v.19, supl., p.153-177, 2002.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento - As bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1998.

\_\_\_\_\_. Regulando os efeitos da interdependência sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (1910-1930). *Estudos Históricos*, v. 6, n. 11, p. 40-61, 1993.

\_\_\_\_\_; FONSECA Cristina. 'A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo'. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Capanema: o Ministro e seu Ministério*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p.179-181.

HILLIER, B. HANSON, J. GRAHAM, H. 'Ideas are in things: an application of the space syntax method to discovering house genotypes. Environment and Planning B', In: *Planning and Design*, v.14, p.363-385, 1987.

JOUTARD, P. 'Desafios à história oral do século XXI'. In: FERREIRA, M.; FERNANDES, T. & ALBERTI, V (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

KEFFER, L. *Índice Bibliográfico de Lepra. 1500-1944*. 3 vols. São Paulo: Biblioteca de Departamento de Lepra de São Paulo, 1936.

KUHLMAN JÚNIOR, Moyses. Instituições Pré-Escolares Assistencialistas no Brasil (1899-1922). *Caderno Pesquisa*, São Paulo, n. 78, 1991, 17-26.

KURY, L. Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar. *Revista Intelléctus*. n.1, ano II, 2003, p. 1-11.

LAGO, Laurenio. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal: dados biográficos 1828-2001*. 3. ed. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001.

LE GOFF, Jacques. *As Doenças tem História*. Lisboa: Editora Terramar, 1997.

LIMA, Nisia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: IUPERJ/Editora Revan, 1999.

\_\_\_\_\_; Hochman, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MC MAIO & RV SANTOS (eds.). *Raça, ciência e sociedade*. FCBB-Editora Fiocruz, Rio de Janeiro:1996, p. 23- 40.

LIVRO de Assembleia da Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra. In: *Arquivo da Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade*.

LIVRO de presenças nº1 da Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra. In: *Arquivo da Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade*.

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUCA, Tânia Regina de. *O sonho assegurado*. O mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990.

\_\_\_\_\_. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MACEDO, Elza Dely Veloso. *Ordem na Casa e Vamos à Luta! Movimento de Mulheres*: Rio de Janeiro (1945 - 1964). Lydia da Cunha - Uma militante. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense: Niterói, RJ, 2001.

MACHADO, Sylvia Pinto. *As ações do Serviço Sanitário e da Liga Paulista contra a Tuberculose no combate à tísica em São Paulo (1892-1917)*. Dissertação em História Social. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo: 2016

MACIEL, Laurinda Rosa. *“Em proveito dos sãos perde o lázaro a liberdade”*: Uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962). Tese de Doutorado em História Social, Universidade Federal Fluminense: Niterói, RJ, 2007.

MAGALHÃES, José Lourenço. *A Morfêa no Brasil*: Especialmente na Província de São Paulo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

\_\_\_\_\_. *A colonização dos morféticos*. Folheto, Typ. Bernard Frères: Rio de Janeiro, 1900.

MAURANO, Flavio. *História da Lepra em São Paulo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, vol. I e II, 1939.

\_\_\_\_\_. História da Lepra no Brasil e sua distribuição geográfica. In: *Tratado de Leprologia*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde (DNS/SNL), 1950.

MARINHO, Gabriela S. M. C. (org.). *Eugenia e História: ciência, educação e regionalidades*. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013. p. 201-218

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932. In: *Gênero*, v. 4, n. 2, Niterói, 2004, p. 149-169.

MARTINS, Ana Paula Vosne. ‘A feminilização da filantropia’. *Gênero*, v.15, nº2, Niterói:2015, p.13-28.

MASCARENHAS, A.L. História da saúde pública no estado de São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, v.7, p. 433-446, 1973.

MATTOS, Debora M. e FORNAZARI, Sandro K. A lepra no Brasil: representações e práticas de poder. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 6, São Paulo, 2005. p. 45-57. Ministério da Saúde. Manual de Leprologia. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Lepra, 1960.

MATTOS, Débora M., & FORNAZARI, Sandro K. A lepra no Brasil: representações e práticas de poder. *Cadernos De Ética E Filosofia Política*, v. 1, n. 6, 2020, p. 45-58.

MELO, Mariana Ferreira de. *Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro*: assistencialismo, solidariedade e poder (1780-1882). Dissertação de Mestrado, mimeo. PUC/RJ, Rio de Janeiro, 1997.

MERHY, Emerson Elias. *A saúde pública como política. São Paulo, 1920-1948. Os movimentos sanitários, os modelos técnico-assistenciais e a formação das políticas governamentais*. São Paulo: Hucitec, 1992.

MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *Alice Tibiriçá – Lutas e ideais*. São Paulo: Fundação Paulista Contra a Hanseníase, 2005.

MONTEIRO, Yara Nogueira. *Da maldição divina à exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo*. Tese de Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MONOT, M. On the origin of leprosy, *Science* 2005 May 13; 308: 1040-2. Opromolla DVA. História. In: *Noções de Hansenologia*. Centro de Estudos “Dr. Reynaldo Quagliato” – Ed. Hospital Lauro de Souza Lima: Bauru; 2000. Quagliato” – Ed. Hospital Lauro de Souza Lima: Bauru; 2000.

MONTEIRO, Yara Nogueira. “Violência e Profilaxia: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase”. In: *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v, 7, n. 1, p. 03-26, 1998.

\_\_\_\_\_. Profilaxia e Exclusão: isolamento compulsório dos hansenianos de São Paulo. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.10, supl. 1, p. 95-121. 2003.

MONTEIRO, Lorena Madruga. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa? *Pensamento Plural*, n.14, p.11-21, jan-jun, 2014.

MORAES, J.D. de 2012. Noemy Rudolfer e a organização da escola e do mundo do trabalho nos anos 1920 e 1930. *Educação e Pesquisa*, v. 38, n. 2, jun. 2012, p. 485-497.

MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S.M.C. Tramas e Teias da Retórica Eugênica em São Paulo. Personagens, Contextos e Instituições Médicas (1916-1954). In: MOTA, André; MOTT, Maria Lúcia; BYINGTON, Maria Elisa Botelho; ALVES, Olga Sofia Fabergé. *O gesto que salva. Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância*. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2005.

\_\_\_\_\_; SANGULARD, Gisele (org). *História da Saúde: São Paulo: Instituições e patrimônio histórico e arquitetônico (1808-1958)*, Barueri, SP: Minha Editora, 2011.

MOTT, Maria Lúcia. De educadora a médica: trajetória de uma pioneira metodista. In: *Revista do Cogeme*, n. 15, dez., 1999. p.115-125.

\_\_\_\_\_. ‘Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)’, In: *Cadernos Pagu*, São Paulo, 2001; v. 16, p. 199-234.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagu*, n. 24, 2005, p.41-67.

NASCIMENTO, Heleno Braz do. “A lepra em Mato Grosso: caminhos da segregação social e do isolamento hospitalar (1924-1941)”. Dissertação de Mestrado em História, Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo de. *Fundação Ataulfo de Paiva: (Liga Brasileira contra a Tuberculose): um século de luta*. Rio de Janeiro: Quadratim, 2002.

NAVA, Pedro. *Capítulos da história da medicina no Brasil*. Cotia, SP: Atelie Editorial; Londrina, PR: Edue; São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2003.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O BRAZIL-MEDICO: revista semanal de medicina e cirurgia. Rio de Janeiro: [s.n.], 1887 -. Mensal.

Ofício ao Sr. Dr. Marcio Pereira Munhoz, Interventor Federal Interino, no Estado de São Paulo, 1934. In: *Arquivo da Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade*.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *A liga de Defesa Nacional: Um projeto de Modernização para o Brasil*. Dissertação de Mestrado Ciências Sociais. Marília, UNESP, SP.

PANDYA, Shubhada S. The First International Leprosy Conference, Berlin 1897: the politics of segregation. In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. v. 10, supl. 1. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

PERISSINOTTO, Renato M. Classe dominante e política econômica na economia cafeeira (1906-1930). *Perspectivas* (São Paulo), São Paulo, v. 16, p. 165-190, 1993.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisoneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. In: *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, v. 11 supl. 1, p. 67-92, 2004.

PINHEIRO, Márcia Elizabeth e SANTOS, Eliana de Paula. Bahia: o espaço institucional de controle de lepra. In: MONTEIRO, Yara Nogueira (org.). *História da Hanseníase no Brasil: Silêncios e segregação*. São Paulo: Intermeios, 2019.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

POORMAN, Elisabeth. 'The Legacy of Brazil's Leper Colonies'. *Caderno de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2008.

Primeira Conferência Nacional de Assistência Social aos Lazáros. Organizado pela Federação das Sociedades de Assistência as Lazáros e Defesa Contra a Lepra, Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1941.

PUPPO, José de Aguiar. *O problema da Lepra no Brasil*. Conferencia realizada no 3º Congresso Brasileiro de Higiene, São Paulo: Sociedade de Assistência aos Lazáros e Defesa contra a Lepra, 1926.

QUIROGA, Ana Maria. Assistência Social no Rio de Janeiro: Desqualificação dos atendidos, racismo científico e filantropia. In: *Revista Libertas*, v.11, n.1, 2011, p. 1-10.

RAGO, Margareth. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. In: *História da Cidade de São Paulo*, v.3: a cidade na primeira metade do Século XX/ organização Paula Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

REIS, José Roberto Franco. *Higiene Mental e Eugenia: o projeto de "regeneração nacional" da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-40)*. Dissertação (Mestrado) História Social do Trabalho, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

RELATÓRIO da Sociedade de Assistência aos Lazeros e Defesa Contra a Lepra de 1926 a 1927. São Paulo: J.& C.G, 1927.

RELATÓRIO do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo. Breve notícia histórica, 1935, p. 527-529. *Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV*.

REVISTA BRASILEIRA DE LEPROLOGIA/ [SOCIEDADE PAULISTA DE LEPROLOGIA]. São Paulo: A Sociedade, 1936-[1971?]. Trimestral.

REVISTA DA SEMANA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1900-2009. Semanal.

REVISTA DE COMBATE À LEPROLOGIA. [S.l.: s.n.]. Desconhecida.

REVISTA DE LEPROLOGIA DE SÃO PAULO. São Paulo: Sociedade Paulista de Leprologia, 1933-1936. Trimestral.

REVISTA FON-FON. Rio de Janeiro: s.n., 1907-1958. Semanal.

REVISTA MÉDICO CIRÚRGICA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Sociedade Médico-Cirúrgica do Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, 1893-1949. Mensal.

REVISTA ROTARY BRASIL. S.l.: s.n., 1925-1934. Desconhecido.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação sanitária e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas/SP: Mercado das Letras; Fapesp: São Paulo, 2003.

RODRIGUES, Nina. A lepra no Estado da Bahia. In: *Gazeta Médica da Bahia*. A. 30, n. 2, 1891, p.346-354.

ROSEMBERG, Ana Margarida Furtado Arruda. *Guerra à Peste Branca: "Clemente Ferreira e a Liga Paulista contra a Tuberculose" 1899-1947*. Dissertação de Mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2008.

ROSEN, George. Uma história da Saúde Pública. São Paulo, Editora da Unesp, 1994.

ROUCHE, Michel. Alta idade média ocidental. VEYNE, Paul (org). *História da vida privada*. Lisboa: Afrontamento, 1989.

RUSSEL-WOOD, A. J. R.. *Fidalgos e filantropos – A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UnB, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas (séculos XVI-XVIII): algumas metáforas, *Revista Oceanos*, Porto, v. 35, p. 42-50, 1998b.

SANGLARD, Gisele. *Entre os Salões e o Laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

\_\_\_\_\_. A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização. *Esboços. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFSC*, Florianópolis, v.13, n.16, p.11-33. 2006.

SANTOS, Francieli Lunelli; LEANDRO, Jose Augusto. Mulheres da Federação das Sociedades de Assistência aos Lazáros e Defesa Contra a Lepra, 1926-1947. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.26, supl., dez. 2019, p.57-78.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-1937)*. Tese de doutorado em História Social, UFF, 2008.

SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. ‘Filantropia, poder público e combate à lepra (1920-1945)’. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, dez. 2011, pp. 253-274.

\_\_\_\_\_. *Entidades Filantrópicas e Políticas Públicas no Combate à Lepra: Ministério Gustavo Capanema (1934-1945)*. Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

SCHUMAHER, S. & BRAZIL, E. V. (org.) *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

\_\_\_\_\_; CEVA, Antônia. *Mulheres no poder: trajetória na política a partir da luta das sufragistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCHUPUN, Mônica Raisa. *Beleza em Jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. Boitempo editorial, 1999.

SERRES, Juliane C. P. *Memórias do Isolamento: trajetórias marcadas pela experiência de vida no Hospital Colônia Itapuã*. Tese de Doutorado em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. *Orféu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Cláudia Cristina dos Santos. *Crianças indesejadas: estigma e exclusão dos filhos sadios de portadores de hanseníase internados no Preventório Santa Terezinha (1930-1967)*. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVEIRA, América Xavier da. *O Preventório na Defesa Contra a Lepra*. Federação das Sociedades de Assistência aos Lazáros e Defesa Contra a Lepra: Rio de Janeiro, 1941.

SOARES, José Cássio de Macedo. *Prophylaxia da Lepra*: Leprosario de Santo Angelo. São Paulo: Instituto D. Ana Rosa, 1926.

Sociedade de Assistência aos Lazáros e Defesa Contra a Lepra. São Paulo: Casa Graphica Speers & Comp., 1927.

SOIHET, R. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Editora das Mulheres/EDUNISC, 2006.

\_\_\_\_\_. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Rev. Bras. Educ.* 2000, n. 15, p.97-117. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJxm348crdgLd4mgqnwMHcd/abstract/?lang=pt>> Acesso: 23 abr. 2021.

SOUZA-ARAÚJO, Heráclides César de. *Lazarópolis do Prata*: a primeira colônia agrícola de leprosos fundada no Brasil. Empresa Graphica Amazonia: Belém, 1924.

\_\_\_\_\_. *A lepra. Estudos realizados em 40 países. 1924-1927*. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Oswaldo Cruz, 1929.

\_\_\_\_\_. *A lepra e as organizações anti-leprosas do Brasil em 1936*. Rio de Janeiro: Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, 1937.

\_\_\_\_\_. *História da lepra no Brasil*: Períodos colonial e monárquico (1500-1889), v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: 1946.

\_\_\_\_\_. *História da Lepra no Brasil: Período Republicano (1890-1952)*: v. III, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.

STEPAN, Nancy. ‘A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940’. HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, D., orgs. *Cuidar, controlar, curar*: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, p. 330-391.

TEIXEIRA, Luiz Antonio e ALMEIDA, Marta de. Os primórdios da vacina antivariólica em São Paulo: uma história pouco conhecida. In: *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, v. 10 supl. P. 475-498, 2003.

TELAROLLI JÚNIOR, R. Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo. São Paulo: Editora UNESP. 1996.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TIBIRIÇA, Alice de Toledo Ribas. *Como eu vejo o problema da lepra e como me vêem os que o querem manter*. São Paulo: Sociedade de Assistência aos Lazáros e Defesa contra a Lepra, 1934.

\_\_\_\_\_. O valor da cooperação da mulher na agricultura. Conferência pronunciada na sede da Liga do Professorado em 8 de maio de 1931. In: *A mulher como valor positivo na vida agrícola*. Est. Graph Cruzeiro do Sul: São Paulo, SP. 1936. p.4-5.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847 – c. 1891*. Tese de doutorado em História: PUC-RS, 2014.

TORRES, Diana Obregón. (Ed.) *Culturas científicas y saberes locales: asimilación, hibridación, resistencia*. Bogota: Universidad Nacional de Colombia, Programa Universitario de Investigación en Ciencia, Tecnología y Cultura, 2000.

\_\_\_\_\_. *Batallas contra la lepra: Estado, medicina y ciencia em Colômbia*. Medellín: Banco de la República; Fondo Editorial Universidad Eafit. 2002.

UHLE, Âgueda Bernadete. *Comunhão Leiga: O Rotary Club no Brasil*. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, (Tese de Doutorado em Educação), 1991.

Um Protesto da Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra pelo adiamento do sorteio do “Vintem Paulista Pro-Lazaros” - Comunicado da Sociedade de Assistencia aos Lazaros, 1931.

VALVERDE, Belmiro. *A Prophylaxia da Lepra*. São Carlos: Estabelecimento Graphico – P. Rizzini, 1915.

VIDA DOMESTICA: revista do lar e da mulher. [S.l.: s.n.]. Desconhecido.

WEAVER, Eunice. “Os preventórios do Brasil no momento. A razão dos preventórios”. (mimeo), 1949.

WHITE, Cassandra. ‘Carville e Curupaiti: experiências de isolamento e comunidade’. In: *Histórias, Ciências e Saúde – Manguinhos*, v.10 supl.1, Rio de Janeiro:2003, 123-141.